

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia
relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 30 de Junho de 2008
Área Temática: Território e Sustentabilidade**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo (pós 15/06/2008)
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Populismo jurídico não salvará a Amazônia – João Grandino Rodas – Folha de São Paulo – Opinião – 01/06/2008	8
PIB da Amazônia Legal cresce mais que o do país – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/06/2008.....	9
Órgão relata expansão de cana na Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 01/06/2008	11
Falta de Estado estimula proliferação de ONGs sem capacidade, diz especialista – Denise Menchen – Folha de São Paulo – Brasil – 01/06/2008.....	12
Um ITA para o Norte – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2008.....	12
Ouro em gás – Carlos Eduardo Young – Folha de São Paulo – Brasil – 01/06/2008	18
Floresta ideológica – Ernani Guimarães Neto – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2008	20
De Maggi.gov para Maggi.com - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 01/06/2008	25
'Em vez de árvore, prefiro abraçar criança' - Bernardo Mello Franco – Entrevista com Blairo Maggi – 01/06/2008	28
Sem medidas práticas, Mangabeira faz sucesso – Evandro Éboli – O Globo – O País – 01/06/2008	29
A ameaça é nossa – Míriam Leitão – O Globo – Economi – 01/06/2008.....	30
Lula quer rever fundo internacional Temor é que estrangeiros achem que poderão interferir na Amazônia - Rodrigo Taves e Vera G. de Araújo - Globo – O País – 02/06/2008	34
BNDES deu dinheiro para obras sem licença - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 02/06/2008	35
Fato irrefutável – O Globo – Opinião – Editorial - 02/06/2008	36
Ministro anuncia medidas de repressão ao desmatamento na Amazônia – Gisele Teixeira e Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 02/06/2008	37
Senado vota decreto contra rotulagem de transgênicos – Sítio Eletrônico do MST – 02/06/2008	39
Estudo investiga efeitos do aquecimento - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 02/06/2008	40
Conferência da ONU adia decisões importantes para 2010 - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 03/06/2008.....	41
Transgênicos e biocombustíveis geram críticas ao Brasil - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 03/06/2008.....	43
Desmatamento aumenta e já supera o registrado em 2007 – Afra Balazina e Fábio Amato – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008.....	45
Senhor Minc, o senhor é um fanfarrão – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008	46
Minc diz que vai apreender "bois piratas" na Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008.....	47
Pastagem soma 7,8% da área da Amazônia Legal – Denise Menchen – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008.....	48
Secretário de MT volta a questionar dados de instituto – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008	49
Para encerrar polêmica com MT, Inpe diz que seu sistema é eficaz – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008.....	50
Bush critica lei do Senado contra aquecimento global – Folha de São Paulo – Ciência – 03/06/2008	50
Ministro apresenta Territórios em Roma – Sítio Eletrônico do MDA – 03/06/2008.....	51
MMA começa a ajudar na elaboração de planos estaduais de combate ao desmatamento – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 03/06/2008.....	52

Minc lança pacote para deter desmatamento - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 03/06/2008	53
Maggi aceita os números novos do Inpe – Valor Econômico – Brasil - 03/06/2008.....	54
Desmatamento cresce, mas governo cede ao agronegócio - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 04/06/2008.....	54
Bois no colete – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2008	56
Neocolonização da Amazônia – Aloizio Mercadante – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2008	57
ONG confirma alta no desmatamento – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2008	59
Blairo volta a questionar levantamentos – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2008.....	61
Ibama irá marcar "bois piratas" antes de fazer apreensão de gado – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2008.....	61
No Senado, Marina diz que governador deveria agir em vez de criticar dados – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2008.....	62
Minc quer estender bloqueio de crédito a outros biomas do país – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2008.....	63
Internet espalha boato sobre internacionalização da floresta amazônica – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008.....	64
Reservas crescem, apesar de desmatamento – Pedro Soares e Malu Toledo – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2008.....	64
"Bioma pobre", caatinga já perdeu 59% de sua área – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 05/06/2008	66
Área encolheu mais de 10% por década – Eduardo Gerque – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2008	67
País quer quebrar patente de energia limpa – Renate Krieger – Folha de São Paulo – Ciência – 05/06/2008	67
Voto de deputado é cópia de parecer da CNA - Evandro Éboli – O Globo – O País – 04/06/2008	71
Greenpeace: 'Não é caçando bois no pasto que se resolve o problema' - Soraya Aggege – O Globo – O País – 04/06/2008.....	72
Babel verde - O Globo – Opinião – Editorial – 04/06/2008.....	73
Floresta perto do colapso – O Globo – Ciência – 04/06/2008	74
MMA prepara nova etapa contra o desmatamento na Amazônia – Lucia Leitão – Sítio Eletrônico do MMA – 04/06/2008.....	74
CNRH define prioridades para pagamento pelo uso da água – Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA – 04/06/2008.....	76
Governo cria novas UCs e envia projeto ao Congresso sobre mudança do clima – Sítio Eletrônico do MMA – 04/06/2008.....	76
Lula evita comentar dados de desmatamento – Valor Econômico – Internacional - 04/06/2008	77
Via Campesina exige rejeição do "Floresta Zero" pela Câmara – Sítio Eletrônico da CPT – 05/06/2008	78
Ruralistas tentam derrubar regras contra desmatamento – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2008.....	78
Marina afirma que saída foi gesto para evitar "retrocesso" – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008.....	79
Minc: decreto vai reduzir recursos contra multas - Bernardo Mello Franco e Demétrio Weber – O Globo – O País – 05/06/2008	80

São Paulo: 800 novos carros por dia em circulação - Adauri Antunes Barbosa – O Globo – Ciência – 05/06/2008	84
Onda verde e empresas – Marcio Mattos de Oliveira – O Globo – Opinião – 06/06/2008 ...	84
Governo anuncia novas medidas de proteção ao meio ambiente - Gisele Teixeira e Lucia Leão – Sítio eletrônico do MMA – 05/06/2008.....	85
Via Campesina exige rejeição do "Floresta Zero" pela Câmara – Sítio Eletrônico do MST – 05/06/2008	88
Amazônia ganha mais três unidades de conservação – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 06/06/2008.....	89
Floresta é como os vidros de água benta, diz Lula – Leticia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 06/06/2008.....	90
Elite brasileira é ecologicamente inviável – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Ciência – 06/06/2008	91
Lula diz que região é como água benta - Chico de Gois – O Globo – O País – 06/06/2008	93
Operação Arco de Fogo entra em nova etapa e será intensificada - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 06/06/2008.....	94
Signatários do acordo dizem que ainda há pendências - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 06/06/2008	95
Signatários do acordo dizem que ainda há pendências - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 06/06/2008	96
Incra pode cancelar o registro de terras de suco – Valor Econômico – Brasil - 06/06/2008	97
Mato Grosso é líder em multas, diz Ibama – Fernanda Odilla – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2008	97
Ibama refaz cálculos e reduz multas a empresa de suco para R\$ 381 mi – Katia Brasil e Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2008	98
Empresa nega ter provocado dano ambiental – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2008	99
A hora da Amazônia – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2008.....	100
Nova consciência ambiental – Paulo Skaf – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2008..	101
A energia limpa que vem das usinas térmicas - Tulio Brandão – O Globo – O Rio – 08/06/2008	103
Os caubóis do agronegócio - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 09/06/2008	105
Em legítima defesa – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 09/06/2008	108
Delegados avaliam implementação do Territórios – Sítio Eletrônico do MDA – 09/06/2008	109
MMA define produtos extrativistas que terão preço mínimo - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 09/06/2008.....	109
Diretor do MMA apresenta estratégia para produção e consumo sustentável - Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 09/06/2008	110
Governo do Japão estuda reduzir emissões em até 80% - Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2008	111
Empresas serão co-responsáveis por crimes ambientais de fornecedores - Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil - 11/06/2008	112
A Amazônia brasileira para os brasileiros – John Eliasch – Folha de São Paulo – Opinião – 11/06/2008	113
Governo vai co-responsabilizar empresas por crime ambiental – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2008.....	114
Estudo lançado pelo MMA alia conservação ambiental e proteção cultural - Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA – 11/06/2008.....	115
País definirá uso da terra, diz presidente de painel da ONU – Cassio Aoki e Rachel Anon – Folha de São Paulo – Brasil – 12/06/2008.....	117

TCU: na Amazônia, crime ambiental compensa – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 12/06/2008.....	118
Cassel assina Acordo do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2008	119
Ibama multa empresas por uso de carvão ilegal – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 13/06/2008.....	120
Soberania em questão – Folha de São Paulo – Opinião – 14/06/2008.....	121
País terá meta contra desmate, diz secretária – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 14/06/2008	122
Emissões da China passam as dos EUA em 14%, diz estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 14/06/2008	123
40% de carne e soja vêm da Amazônia Legal – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil -15/06/2008	124
Stephanes diz que dado sobre região é "ficção" – Folha de São Paulo – Brasil – 15/06/2008.....	126
Queimadas da cana incomodam – Luiz Gonzaga Bertelli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/06/2008	127

Segunda Quinzena

É possível 'salvar' a Amazônia? - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/06/2008	128
País tem 25 milhões de hectares griláveis – Afra Balazina - Folha de São Paulo – Ciência – 16/06/2008	130
Cadastro de florestas estaduais já começou em AM, AC, AP e PA – Folha de São Paulo – Ciência – 16/06/2008	131
Stephanes participa de reunião sobre Plano Amazônia Sustentável em Brasília – Sítio Eletrônico do MAPA – 17/06/2008	133
Sebrae seleciona projetos para Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 17/06/2008	133
Minc quer estender moratória da soja para madeiras e frigoríficos - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 17/06/2008	133
Minc quer definir regras de compensação ambiental – Valor Econômico – Brasil - 17/06/2008	136
Regularizar terras será primeiro ato do PAS - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 18/06/2008	136
Código admite reduzir reserva - João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2008	137
Governo adere à moratória da soja e quer ampliá-la para carne e madeira - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2008	138
Rebanho de 3.000 "bois piratas" é apreendido no PA – Hudson Corrêa e Fernanda Odilla – Folha de São Paulo – Brasil – 18/06/2008.....	138
Mato Grosso usa dados do Inpe para fazer propaganda – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 18/06/2008.....	139
Recuperação de floresta leva de séculos a milênios – Marcelo Leite - Folha de São Paulo – Ciência – 18/06/2008	140
Mangabeira quer Exército na Amazônia - O Globo – Capa – 18/06/2008.....	141
Mangabeira chama o Exército para a Amazônia – Evandro Éboli – O Globo – O País – 18/06/2008	141
Mais um ano de moratória da soja na Amazônia – O Globo – O País – 18/06/2008.....	142
Planos de manejo em xeque - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 18/06/2008	142

Estudo econômico subsidia Plano Nacional sobre Mudanças do Clima - Gisele Teixeira – Sítio eletrônico do MMA – 18/06/2008.....	144
Amazônia não é fronteira agrícola, diz Mangabeira - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2008	145
Moratória da soja no Brasil foi prorrogada - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2008	146
Aquecimento local do debate sobre Amazônia – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 19/06/2008	147
Mar esquentou 50% mais que o previsto – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2008	149
Maggi diz que carne pode subir sem "crédito verde" – Marta Salomon - Folha de São Paulo – Brasil – 20/06/2008.....	151
Maggi critica proposta de apreensão de boi pirata – O Globo – O País – 20/06/2008.....	152
Assentados ajudam madeireiro ilegal na Amazônia, diz Minc – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 21/06/2008.....	152
Plano para mudança climática vai atrasar - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – 22/06/2008	153
Demanda asiática acelera sumiço de tubarões no país – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 22/06/2008	155
Ministro admite que licenciamento ambiental pode ser moeda política - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 24/06/2008	157
Desmatamento na Amazônia deve atingir 14 mil km² – Folha de São Paulo – Brasil – 24/06/2008	158
Justiça Federal bloqueia contas e terras de madeireira no Amazonas – Kátia Brasil – Folha de São Paulo – Brasil – 24/06/2008.....	161
Cientista quer moratória a carvão mineral – Folha de São Paulo – Ciência – 24/06/2008.....	161
Amazônia: Minc diz que cresceu o desmatamento e que vai reprimir – Soraya Aggege – O Globo – O País – 24/06/2008.....	162
Novas tensões globais – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 24/06/2008.....	163
Territórios da Cidadania: recurso cresce para R\$ 12,9 bi – Sítio Eletrônico do MDA - 24/06/2008	164
Gado criado na Estação Ecológica Terra do Meio é apreendido - Aida Feitosa – Sítio Eletrônico do MMA - 24/06/2008	166
Grupo do Conama discute padronização de produtos e subprodutos florestais – Sítio Eletrônico do MMA - 24/06/2008	167
Área devastada em maio é 26% menor em relação a 2007 - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 25/06/2008.....	167
PF apreende 'bois piratas' - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 25/06/2008.....	169
'A Peleja do Eucalipto', ou o avanço da celulose sobre o pampa - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & – 25/06/2008.....	170
Minc: governo fará leilão de bois apreendidos - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 25/06/2008.....	171
Madeireiros do Pará se comprometem a não comprar matéria-prima de área desmatada - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA - 25/06/2008	172
Justiça determina doação de bois piratas – Estado de São Paulo – Vida & - 26/06/2008.....	173
Minc anuncia acordo com o setor madeireiro – O Globo – O País – 26/06/2008	173
Territórios da Cidadania: incidência nos lugares mais críticos – Sítio Eletrônico do MDA - 26/06/2008.....	174
UE defende "soberania responsável" para Amazônia – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2008	175

Aquecimento global vai gerar instabilidade no mundo, dizem EUA - Siobhan Gorman – Valor Econômico - 26/06/2008.....	176
Amazônia: depredação ou exploração racional – Helio Jaguaribe – Folha de São Paulo – Opinião – 27/06/2008	177
14% da Amazônia é "terra de ninguém", diz estudo oficial – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 27/06/2008.....	179
Exército tenta regularizar 3.000 posses na Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – 27/06/2008	180
Custo do aquecimento dobrou – O Globo – Ciência – 27/06/2008.....	181
AES assume AgCert e amplia seu portfólio de carbono - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 27/06/2008	182
A Amazônia é nossa. Nós quem? – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 28/06/2008	184
É preciso saber contar as árvores – Joaquim Levy – O Globo – Opinião – 28/06/2008	184
Produtividade de CO2 tem de subir 8 vezes – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 29/06/2008	186
Parlamentares tratam etanol brasileiro como "mocinho" – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 29/06/2008	187
Na contramão do etanol, prática longe do discurso – Mônica Tavares – O Globo – Economia – 29/06/2008	188
Bloqueio amazônico começa amanhã - Adriana Fernandes, Fabíola Salvador e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/06/2008.....	190
Produtores de MT lutam na Justiça contra medida - Adriana Fernandes, Fabíola Salvador e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/06/2008.....	191
Sem projetos para florestas, país deixa de usar US\$ 125 mi – Valdo Cruz e Leandra Peres – Folha de São Paulo – Brasil – 30/06/2008.....	192
Ministério tem R\$ 160 milhões para investir – Folha de São Paulo – Brasil – 30/06/2008	194
Brasil "precisa de ajuda" contra desmate – Afra Balzina – Folha de São Paulo – Ciência – 30/06/2008	194
Rico poluiu sem saber, e pobre tem de cortar CO2, diz McCain – Folha de São Paulo – Ciência – 30/06/2008	196
MDS expande serviços nos Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA - 30/06/2008.....	197

DIANTE DAS mudanças climáticas que desafiam o futuro da humanidade e das crises alimentar e energética, que já se fazem sentir, o ponto mais importante da agenda, tanto dos Estados quanto das mais poderosas organizações internacionais, governamentais ou não, passou a ser o equacionamento entre a preservação ambiental, o aumento da produção de alimentos e a descoberta de novas matrizes energéticas.

É indubitável ser essa uma difícil tarefa, mormente por despertar sentimentos muitas vezes antinômicos entre si, como segurança nacional, defesa da soberania nacional, medo da ocupação do território nacional, xenofobia, indigenismo e fervor verde, que podem facilmente alimentar o populismo político de todas as cores e tendências.

Inserir-se nessa complexa problemática a manchete da **Folha** de 29/5 ("Brasil vai limitar terra para estrangeiro"), sobre a pretensão do governo de impedir uma "invasão estrangeira" do Brasil, sobretudo da Amazônia. A solução jurídica aventada para impedir a compra de terras por empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro foi a emissão de parecer pela AGU (Advocacia Geral da União) fixando limites para tais aquisições.

Para entender o problema, é necessário analisar, ainda que sucintamente, o estado atual da legislação e da doutrina brasileiras sobre a matéria. A base de nossa legislação agrária é a lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra). Seguiu-se a lei nº 5.709/71, que fixa limitações à compra de imóveis rurais por pessoa jurídica brasileira com maioria de capital social estrangeiro.

Ambas são leis ordinárias, editadas no período ditatorial, sob a influência da doutrina da segurança nacional. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 diferenciou a empresa brasileira de capital nacional e a empresa brasileira de capital estrangeiro. Essa distinção foi retirada do texto constitucional pela emenda constitucional nº 6/95. Tal emenda não foi fruto de mero diletantismo. Enraizou-se na imprescindibilidade de estimular a entrada de capitais estrangeiros quando da abertura do mercado brasileiro ao mundo.

Parte majoritária da doutrina passou, então, a entender que as limitações da lei de 1971 tinham perdido a vigência. Nessas águas, em 1998, a AGU editou o parecer GQ-181, determinando que pessoa jurídica brasileira, mesmo de capital estrangeiro, não precisa de autorização para adquirir imóveis rurais no território nacional. Passados dez anos, as autoridades querem voltar atrás, percorrendo às avessas o mesmo caminho. Vejamos: a AGU pretende emitir um novo parecer, revogando o seu próprio parecer de 1998 e tentando ressuscitar diferenças que foram enterradas por emenda constitucional.

É impossível resolver, por meio de um parecer da AGU, que possui validade somente no seio da própria administração, esse verdadeiro "imbroglio", com complexos ingredientes de hierarquia de leis e reprecisação, ou não, de textos legais. Por outro lado, dificilmente mera interpretação da legislação vigente garantirá a necessária certeza jurídica.

Urge que todos os órgãos governamentais envolvidos na problemática (AGU, Incra, bem como os ministérios do Desenvolvimento, da Agricultura, da Justiça, da Fazenda etc.) participem do debate, para que todas as facetas sejam examinadas e a questão possa ser adequadamente equacionada por meio de projeto de lei.

Nessa tarefa, é importante ter em mente que: 1) todos os princípios fundamentais e todos os objetivos fundamentais da República, estabelecidos na Constituição, devem ser respeitados; 2) uma lei brasileira, mesmo da mais alta hierarquia, não possui o condão de revogar "leis naturais" impostas pela dinâmica do mundo; 3) até mesmo a estabilidade da moeda brasileira depende, visceralmente, do fluxo de capital estrangeiro.

Nas circunstâncias atuais, pareceres e interpretações de eficácia altamente duvidosa, além de não solverem o problema, constituir-se-ão em perda de tempo precioso e cortina de fumaça lançada aos olhos dos cidadãos brasileiros, com graves prejuízos para a economia nacional.

Lembre-se, ademais, que o fato de discriminarmos estrangeiros será usado contra o Brasil por nossos próprios e aguerridos vizinhos, em virtude do princípio da reciprocidade, ínsito ao direito e às relações internacionais.

**JOÃO GRANDINO RODAS , 62, desembargador federal aposentado, é diretor da Faculdade de Direito da USP e presidente do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. Foi presidente do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).*

PIB da Amazônia Legal cresce mais que o do país – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 01/06/2008

Em três anos de governo Lula, expansão na região foi de 22,4% e a do Brasil, de 10% - Apesar do ritmo acelerado, riqueza gerada nesta região contribui com menos de 8% do PIB nacional, segundo cálculo realizado pela Folha.

Com participação destacada do agronegócio, a atividade econômica na Amazônia Legal cresce em ritmo duas vezes mais acelerado do que a média nacional. Nos primeiros três anos do governo Lula, a região cresceu 22,4%, enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro acumulava crescimento de 10%, segundo cálculo feito pela Folha.

Os dados oficiais mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para Estados e municípios são de 2005. Apesar do crescimento acelerado, a riqueza gerada na região contribuiu com menos de 8% no PIB nacional, de acordo com os últimos dados disponíveis. A Folha consultou os resultados da atividade econômica dos Estados da Amazônia Legal, área de cinco milhões de quilômetros quadrados e alvo do PAS (Plano Amazônia Sustentável). Desse território, 83% são

dominados pelo bioma Amazônia, onde estão concentradas as ações de combate ao desmatamento.

Embora a administração pública tenha participação importante na economia da região, as atividades agropecuárias pesaram, especialmente no crescimento de Mato Grosso e do Pará, os dois Estados que se mantêm no topo do ranking do desmatamento desde o início da década.

Em Mato Grosso, a riqueza gerada pela agricultura cresceu 44,3% no período pesquisado, só perdendo para percentual registrado no Tocantins (92,1%). Os Estados são, respectivamente, vice e campeão no país em percentual de variação do PIB de 2002 a 2005.

O rebanho bovino na Amazônia alcançou, em 2005, 74,59 milhões de cabeças. Foi o resultado da concentração, na região, do crescimento da pecuária nacional. Nesse capítulo, Mato Grosso e Pará também têm destaque. De acordo com dados do PAS, a pecuária bovina já ocupa 70 milhões de hectares -ou 13,5% da Amazônia.

A área ocupada pela pecuária bovina é bem maior do que a ocupada por atividades agrícolas: 13 milhões de hectares, responsáveis por 22% da produção nacional de grãos. É importante lembrar que 33,5% do território da Amazônia Legal é de áreas protegidas, como terras indígenas e unidades de conservação, ou com destinação exclusiva para atividades militares.

O documento de apresentação do PAS do governo federal, lançado no início do mês, já vincula parte do crescimento econômico da região à produção de grãos e à pecuária, "que atualmente têm aumentado o seu peso relativo no desempenho econômico, em especial nos Estados de Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão".

Agronegócio - Os resultados do agronegócio no crescimento da região ajudam a explicar o eco, no governo, das pressões contra as medidas de combate ao desmatamento, sobretudo o bloqueio do crédito rural aos produtores que não comprovarem regularidade ambiental. Essa regra estabelecida entra em vigor em 1º de julho, segundo determinação do Banco Central.

Os dados sobre a atividade econômica compilados pela Folha não refletem os movimentos mais recentes na Amazônia, que impuseram aceleração ao ritmo de devastação da floresta no segundo semestre de 2007, nem mesmo as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que incluem a construção de 20 terminais hidroviários e a pavimentação de rodovias.

O Ministério do Planejamento espera concluir no mês que vem estudo sobre o impacto das obras na economia da Amazônia. O estudo do ministério levará em conta a construção de hidrelétricas e gasodutos na região, outra prioridade do PAC do governo.

Coordenador do Plano Amazônia Sustentável, o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) defende planos de industrialização da região em moldes diferentes do da Zona Franca de Manaus, que movimenta a economia do Amazonas e, segundo ele, "não tem nada a ver com a floresta, produz coisas como bicicletas".

Mangabeira defende o processamento de produtos da floresta e indústrias associadas à produção agropecuária e à exploração de minérios. "Ambientalismo sem projeto econômico é inconseqüente numa área desta vasta extensão que é a Amazônia", sustenta ele.

Órgão relata expansão de cana na Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 01/06/2008

Documento da Embrapa desautoriza Lula que, em fóruns internacionais, diz que área não é propícia a essa cultura - Dados mostram que, até 2012, cidade do Acre deve aumentar quase dez vezes a área plantada -chegando ao equivalente a 30% de SP

A menos de dois meses do prazo previsto para o Ministério da Agricultura concluir proposta de zoneamento agrícola que bloquearia o avanço da cana-de-açúcar na Amazônia, documento oficial aponta crescimento da cultura dentro do bioma amazônico, nos Estados do Acre, de Roraima e do Pará.

Até 2012, um único município do Acre deve multiplicar quase dez vezes a área plantada, alcançando o equivalente a 30% da cidade de São Paulo, aponta documento produzido pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), vinculado ao Ministério da Agricultura, e cujos estudos têm pesado nas análises do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a Amazônia.

O documento a que a **Folha** teve acesso desautoriza declarações de Lula em fóruns internacionais. O presidente insiste que a Amazônia não é propícia ao cultivo da cana e que as áreas plantadas estão "muito distantes" da floresta. O documento é um subsídio ao PAS (Plano Amazônia Sustentável).

Segundo a Embrapa, projeto que conta com financiamento do governo do Acre -comandado pelo PT-, já teria plantado 45 quilômetros quadrados de cana no município de Capixaba, a apenas 60 km de Rio Branco.

Em Roraima, dois empreendimentos implantados no ano passado planejam ocupar 90 quilômetros quadrados com a cultura até 2009. O destino da produção, anota documento da Embrapa, seriam os mercados da Amazônia e da Venezuela, que introduziria o álcool como aditivo à gasolina.

Ao deixar o governo, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva voltou a defender que as culturas de cana se mantivessem distantes da Amazônia, como forma de viabilizar o selo ambiental ao álcool brasileiro. Marina descartava até o uso de áreas já desmatadas e preferia acreditar que as culturas existentes eram "projetos senis".

Dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), registraram o aumento em 9,6% na última safra de cana na Amazônia Legal -de 17,6 milhões de toneladas para 19,3 milhões de toneladas-, com crescimento da área plantada em Mato Grosso, Tocantins e Amazonas. **(MARTA SALOMON)**

Falta de Estado estimula proliferação de ONGs sem capacidade, diz especialista
– Denise Menchen – Folha de São Paulo – Brasil – 01/06/2008

A falta de uma presença forte do Estado na Amazônia abre espaço para a proliferação de ONGs, que, mesmo quando bem intencionadas, geralmente não têm capacidade técnica para atuar na resolução dos problemas da região. A avaliação é da pesquisadora brasileira Maria Guadalupe Moog Rodrigues, professora associada no College of the Holy Cross, dos EUA. Ela participou de seminário na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"A falta de capacidade técnica fica mais evidente com a multiplicação das ONGs, que é um efeito da democracia, mas também do sucateamento do Estado", disse. Segundo ela, esse sucateamento, aliado ao despreparo da sociedade civil, é um dos motivos pelos quais as organizações estrangeiras têm ganhado importância na questão da preservação da floresta.

"Isso pode explicar por que os militares se sentem inseguros em relação à região e por que não há segurança em relação à exploração da biodiversidade", afirmou. A pesquisadora não vê, no entanto, ameaças à soberania nacional. Ela diz acreditar que as comunidades locais "sabem exatamente o que querem" e que as ONGs podem cumprir um papel importante no desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Segundo ela, hoje grande parte dos financiamentos internacionais para programas na Amazônia é condicionada à participação da sociedade civil. "O esforço deve ser não de alijá-las do processo, mas sim de fortalecê-las", disse.

Isso poderia evitar, segundo ela, situações como a verificada com a implantação do PAIC (Programa de Apoio a Iniciativas Comunitárias) em Rondônia, nos anos 90. O programa previa o repasse de recursos obtidos junto ao Banco Mundial a organizações da sociedade civil. "Mas as ONGs não tiveram capacidade de responder."

A pesquisadora destacou que a ex-ministra Marina Silva "era uma bandeira muito clara para o cenário internacional" da disposição do governo de preservar a Amazônia. Já Carlos Minc não tem essa identificação imediata com a floresta, o que pode gerar desconfiança no exterior.

Um ITA para o Norte – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 01/06/2008

Academia de ciências propõe transformar Amazônia em pólo tecnológico em 10 anos a custo de R\$ 30 bilhões, mudando o modelo de desenvolvimento local para preservar a floresta em pé

Seis pesos-pesados da ciência brasileira colocaram na internet na semana passada uma singela proposta: salvar a Amazônia da sanha das motosserras

implantando na região um pólo científico e tecnológico. Em dez anos, três institutos de pesquisa de ponta e duas universidades começariam a gerar riqueza para a região, inventando formas de agregar valor a produtos derivados da imensa biodiversidade local e inseri-los em mercados globais. A pesquisa e desenvolvimento realizaria, assim, o sonho dos ambientalistas de desenvolver o Norte sem derrubar a floresta.

Quem acha que essa "revolução científica e tecnológica", como seus proponentes a chamam, é uma utopia produzida por acadêmicos desconectados da realidade deveria olhar o exemplo de uma cidadezinha chamada São José dos Campos, que em 1950 era uma vila provinciana e atrasada de pouco mais de 20 mil habitantes.

Naquele ano, o visionário marechal Casimiro Montenegro Filho criou o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, destinado a formar engenheiros para alavancar a indústria aeroespacial nacional -algo estratégico para o governo na época- e instalado em São José dos Campos. Menos de duas décadas depois, uma empresa criada com a mão-de-obra egressa do ITA, a Embraer, produziria o primeiro avião brasileiro. Hoje, São José dos Campos abriga a quarta maior indústria aeronáutica do planeta.

Segundo os seis pesquisadores, o exemplo do ITA pode se repetir na Amazônia. A proposta inclui turbinar a pós-graduação local, formando 700 novos doutores por ano a partir de 2009. Em três anos, o número de PhDs da Amazônia subiria de 2.800 para 4.700.

O custo de "tirar o atraso" da ciência amazônica foi calculado em R\$ 3 bilhões por ano em um prazo de dez anos no documento, postado no site da Academia Brasileira de Ciências (www.abc.org.br). Dito de outra forma, o Brasil precisará desembolsar R\$ 30 bilhões, ou uma vez e meia o custo das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, para inventar um modelo de desenvolvimento novo e preservar seu maior patrimônio.

Para os pesquisadores, a troca é mais do que justa, ainda mais considerando tudo o que o governo tem dado de subsídio há quatro décadas para alimentar o modelo de produção agropecuária amazônica, que gera devastação, concentração de renda e violência fundiária. R\$ 30 bilhões é o preço de colocar a Amazônia no século 21.

"A Amazônia vive um crescimento econômico do século 19, destruindo floresta pra fazer carvão e destruindo fauna e flora pra botar pastagem. Poucas pessoas conseguiram internalizar a realidade atual do século 21", disse à **Folha** a geógrafa Bertha Becker, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Uma das maiores pensadoras vivas da questão amazônica, Becker se uniu ao climatologista Carlos Nobre, do Inpe, ao matemático Jacob Palis, presidente da Academia Brasileira de Ciências, ao químico Hernan Chaimovich, da USP, ao biólogo Adalberto Val, diretor do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e ao geólogo Roberto D'Allagnol, da Universidade Federal do Pará, para produzir o documento.

O texto teve boa acolhida em pelo menos uma instância do governo. O ministro Roberto Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), encarregado pelo presidente Lula de desenvolver a Amazônia, gostou da proposta dos cientistas e ficou de apresentá-la ao Planalto.

"Há demanda por produção maior, sim, mas não é preciso destruir tudo para crescer. O que marca hoje nosso sistema econômico é a expansão econômica baseada numa revolução científico-tecnológica. A Amazônia tem toda essa parte devastada, mas tem uma grande extensão de floresta ainda de pé. E essa floresta é um potencial fantástico para esse novo modo de produzir baseado na ciência e na tecnologia. Não podemos ficar só com uma política de áreas protegidas, por duas razões: porque elas não estão protegendo e porque não geram riqueza e trabalho.

Áreas protegidas não podem competir com pecuária e soja e madeira", diz Becker. Carlos Nobre completa: "Não queremos vencer o jogo com a pecuária. Queremos começar outro jogo".

Para o pesquisador do Inpe, se o governo federal bancar a idéia, o Brasil poderá se tornar "o primeiro país tropical desenvolvido". De sua sala em São José dos Campos, Nobre explicou a proposta à **Folha**. Leia a entrevista.

FOLHA - Há vários anos cientistas como Bertha Becker e o sr. mesmo apontam a necessidade do desenvolvimento científico e tecnológico como única saída para a Amazônia. Por que só agora a Academia Brasileira de Ciências traz essa proposta?

CARLOS NOBRE - Boa pergunta. Vários de nós, isoladamente, gerenciando programas de pesquisa na Amazônia, estávamos levantando essas questões. E elas não tinham repercussão.

Quando a gente estava desenhando a segunda fase do LBA [Experimento em Grande Escala da Biosfera e Atmosfera na Amazônia, um programa coordenado por Nobre que envolveu centenas de cientistas de vários países], falamos dessa questão de ciência e tecnologia para a sustentabilidade. Mas no seio dos órgãos de financiamento essas coisas não tinham repercussão muito grande.

No momento em que os fundos setoriais foram criados e reservaram uma fatia de 30% dos fundos para projetos de ciência e tecnologia na Amazônia, no Nordeste e em parte do Centro-Oeste, houve uma falsa sensação de segurança. Isso escondeu um pouco o fato de que se precisa mudar a escala. Por isso usamos o termo revolução.

A taxa anual de crescimento do uso de dinheiro de pesquisa na Amazônia é maior que a média do Brasil, mas ainda é muito pequenininha. A ciência amazônica é 2% a 3% da ciência nacional e cresce 5% ao ano, enquanto o resto do Brasil cresce, digamos, 4,5%. Vai demorar 150 anos para ela ficar significativa. O documento tenta quebrar esse paradigma financeiro.

É outra escala. São R\$ 3 bilhões por ano e o foco em um novo paradigma, de valorização da floresta em pé, dos serviços ambientais. Nós acreditamos que, se o Brasil tiver sucesso nisso, vamos ter uma coisa que nenhum outro país tem: como

desenvolver uma região expressiva do território brasileiro através de um conceito novo, de uso sustentável da biodiversidade. Se o Brasil inventar um modelo, será o primeiro país tropical desenvolvido.

Não estamos dizendo que não é importante melhorar outros indicadores, como educação e saúde das populações amazônicas. Mas achamos que esse novo modelo não vai emergir naturalmente; ele precisa ser inventado. Um desafio é que nós temos muito poucos exemplos de desenvolvimentos tecnológicos nacionais...

FOLHA - Você tem o caso do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que foi um fracasso.

NOBRE - É possível conceitualizar que a gente poderia, num intervalo de dez anos, sair do zero ou quase zero e chegar a um laboratório de pesquisa que produza resultados tecnológicos que alavanquem indústrias, como temos em São José dos Campos, em Campinas, em São Carlos, em Campina Grande? A resposta da academia é um sonoro "sim!" Cidades médias da Amazônia já atingiram um nível de qualidade de vida que torna possível atrair cientistas, tecnólogos, engenheiros para montar esses laboratórios.

FOLHA - Alguém do LBA emigrou para a Amazônia?

NOBRE - Os jovens doutores estão ficando na Amazônia, na medida em que concursos ocorrem nas universidades da Amazônia. Lógico que o número de concursos nas áreas do LBA [ciências da Terra] é pequeno. O campus de Santarém da Universidade Federal do Pará criou um curso de física ambiental e contratou 12 doutores do LBA. É uma pequena gota d'água, mas provou-se que é possível fazer ciência de qualidade [na região]. Agora, você não forma em dez anos um laboratório desses se você não atrair líderes de pesquisa que consigam montar essas estruturas. Nós, da academia, achamos que a Amazônia atrai tanto o interesse mundial que, se o governo garantisse [verba], seria possível. É por isso que o número de doutores que estamos propondo formar são altos: 1.400, 2.800. Não podemos falar na escala de 10, 15 doutores. Você não compete internacionalmente. Um único laboratório de química da Unicamp tem 85 doutores. Não dá para imaginar que você vai descobrir uma coisa nova com meia dúzia de gatos pingados. Uma vez eu visitei o Serviço Antártico Britânico. Eles têm US\$ 400 milhões por ano. Um instituto, para pesquisa básica, gasta muito mais que todos os países amazônicos juntos em pesquisa amazônica.

FOLHA - A Unicamp atrai estudantes do Brasil todo porque eles sabem que terão emprego em indústrias assim que se formarem. Mas um sujeito que vá para a Amazônia agora não pode ter essa expectativa.

NOBRE - É por isso que tem de começar pelo instituto científico e tecnológico. A Unicamp é um excelente exemplo, o ITA também é. Você transforma uma região se tem um núcleo pensador, que te dá instrumentos de desenvolvimento. Isso é a tecnologia. Por isso tem de ser fora do eixo Belém-Manaus.

Em cidades médias, como Santarém. Tem de fazer para a Amazônia o mesmo que o ITA fez para São José dos Campos.

Em 1950, São José dos Campos tinha vinte e poucos mil habitantes. Imagine tirar o ITA, que foi criado no Rio de Janeiro, e colocar numa cidade de 20 mil habitantes. Aquilo foi uma coisa muito visionária. Aqui ele alavancou um enorme desenvolvimento, uma indústria.

É esse o modelo que a gente tem em mente. Com a vantagem de que hoje os ciclos de desenvolvimento tecnológico são mais rápidos. O do ITA começou em 1950 e em 69 já tinha o protótipo do primeiro avião feito no Brasil, o Bandeirante. Hoje esses ciclos podem ser de 10, 15 anos no máximo. É a escala de tempo que a gente imagina.

FOLHA - Por que o Inpa e o Museu Emílio Goeldi, que já estão mais do que estabelecidos na Amazônia, não poderiam ser esses centros?

NOBRE - O documento coloca mais de 50% de todos esses R\$ 30 bilhões em dez anos nos centros existentes. Mas, além desses centros, há a necessidade de coisas novas, uma ou duas universidades com foco muito claro em desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais. E com um viés tecnológico. Eu acredito nas coisas novas porque você as cria com uma missão. O ITA só pôde atingir o objetivo que conseguiu porque, na sua criação, o marechal Montenegro lutou contra os conservadores da Aeronáutica daquela época, que achavam que ele deveria apenas formar engenheiros para a manutenção das aeronaves.

As universidades novas e os institutos de tecnologia têm de ser criados com um foco muito específico, para criar a condição de capacitação de recursos humanos na escala de qualidade que o ITA representou.

Queremos atrair estudantes de alto nível e, a partir desses pólos, alavancar o setor industrial, a agregação de valor da biodiversidade. O documento fala na globalização de 50 produtos da biodiversidade amazônica. Não estamos falando de nada super-sofisticado de biotecnologia, mas sim de dar escala global a coisas que existem, e isso já seria muito importante. E, junto com isso, um aspecto de mais alta tecnologia de ponta, que é a biotecnologia e a chamada biomímica. Existe por exemplo a patente de um novo método de fibra óptica inspirado na maneira como os cristais da asa de uma borboleta transmitem luz com menos perda. Isso é nanotecnologia.

Dá para fazer isso? Se laboratórios no interior de São Paulo conseguem fazer inovação tecnológica de nível mundial, nós temos de acreditar.

FOLHA - R\$ 3 bilhões por ano é muito dinheiro?

NOBRE - Quando você pensa em orçamento para ciência e tecnologia no Brasil como um todo e especificamente para a Amazônia, parece muito. Mas é preciso demonstrar que não é.

Se você está em uma região atrasada e quer dar um salto tecnológico, você precisa fazer como a Coréia do Sul, que passou a gastar há muitas décadas uma porcentagem do PIB (Produto Interno Bruto) em desenvolvimento tecnológico superior ao que países desenvolvidos gastam. Na nossa proposta, após dez anos, teremos um investimento adicional de 1,9% do Produto Regional Bruto.

Se a gente fosse fazer um cálculo, historicamente o modelo de desenvolvimento agropecuário da Amazônia sempre foi construído em cima de subsídios. Terra gratuita, subsídios a atividades agrícolas com juros negativos por décadas. O Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) calculou em R\$ 1,9 bilhão os subsídios que os pecuaristas da Amazônia receberam só do Fundo Constitucional do Norte entre 2003 e 2007.

Aqui, são R\$ 3 bilhões por ano para tentar alavancar em dez anos uma indústria internacionalmente competitiva e uma nova geração de engenheiros, biólogos, climatologistas que vão desenvolver a Amazônia de forma sustentável, do mesmo jeito que o ITA criou uma geração de engenheiros aeronáuticos que criaram a quarta maior indústria aeronáutica do mundo. Parece muito. Mas, quando você olha os subsídios implícitos em 40 anos de desenvolvimento agropecuário na Amazônia, não é.

FOLHA - *O sr. falou em globalizar 50 produtos da biodiversidade. O documento fala também em recursos aquáticos e minerais. Pode me dar um exemplo?*

NOBRE - A Embrapa e o Inpa identificaram mais de 200 produtos a partir dos quais você poderia desenvolver cadeias produtivas, desde a prospecção da biodiversidade até a domesticação, aumento da eficiência na produção, industrialização e a agregação de valor. Eu uso um exemplo tão simples que a gente se pergunta por que isso não foi feito no Brasil.

Uns surfistas da Califórnia descobriram o açaí no Nordeste. Gostaram da idéia e, no dia que aposentaram a prancha, resolveram abrir uma indústria de açaí. Levaram o açaí do Brasil para a indústria de transformação na Califórnia. E, em poucos anos, eles tinham 16 produtos à base de açaí: nutracêuticos, farmacêuticos, cosméticos etc. Eles venderam a Amazônia, embalada na forma de 16 produtos com valor agregado de uma única fruta. Por que a indústria de transformação tecnológica do Brasil não pegou o açaí e fez a mesma coisa? Eu não tenho resposta.

Acho que é um imenso complexo de inferioridade. A gente olha essas coisas amazônicas e já põe de lado. A gente precisa largar esse preconceito. Por que um produto da biodiversidade da Amazônia não pode atingir uma escala global e entrar num mercado global? A Amazônia tem uma grande vantagem: ela é uma marca muito forte. Não queremos vencer o jogo com a pecuária; queremos começar outro jogo.

FOLHA - *O sr. trocaria São José dos Campos por Santarém?*

NOBRE - Trocaria. Mas, se você publicar isso, minha mulher tem um ataque.

Enquanto o lucro anual com um boi é de R\$ 100, o valor do carbono emitido para o pasto crescer chega aos US\$ 4.800

O pau está comendo -ou melhor, queimando- na floresta amazônica. No debate sobre o futuro da floresta, boa parte dos atores insiste em repetir antigas falas, como a necessidade de desmatar para garantir o "progresso" ou negar a realidade dos números do desmatamento. Mas existem idéias novas que podem construir o tão necessário consenso.

A mais importante delas é dar valor à floresta conservada ("em pé") como forma alternativa ao padrão tradicional de ocupação pelo desmatamento. O conceito é simples: se o valor dos serviços ambientais gerados pela floresta for maior do que o lucro obtido com a extração predatória da madeira e com a pastagem ou cultivo implementados em seu lugar, então, economicamente, seria ilógico desmatar!

Uma conta rápida exemplifica como a incorporação de apenas um desses serviços, a manutenção dos estoques de carbono, torna a conservação florestal economicamente atraente. Para adicionar um boi a mais na Amazônia, queima-se em média 1,5 hectare de floresta, lançando cerca de 180 toneladas de carbono na atmosfera -algo equivalente à emissão anual de duzentos automóveis, rodando mil quilômetros mensais!

O lucro anual que o fazendeiro pode obter com o aumento do rebanho na fronteira amazônica dificilmente ultrapassará R\$ 100 por animal, e o rendimento médio está bem abaixo disso.

Mas o custo desse carbono emitido para aumentar a pastagem vale, na Bolsa de Clima de Chicago, cerca de US\$ 4.800 e mais ainda no mercado europeu. Ou seja, quem está trocando ouro por espelhos não são os povos indígenas, mas a destruição causada pela nossa "marcha do progresso".

Como dar valor à floresta em pé? Pelo pagamento dos serviços ambientais da floresta, conforme propõe o Pacto do Desmatamento Zero. O pacto foi lançado em 2007, após resultado de longa negociação entre ONGs, Ministério do Meio Ambiente e governos estaduais, inclusive o Mato Grosso do governador Blairo Maggi.

Por isso, como já percebeu o ministro Carlos Minc, é a forma mais próxima de atingir consenso sobre como garantir desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A proposta consiste em combinar o aumento de ações de fiscalização e controle do território com incentivos econômicos para os produtores que conciliem produção com conservação florestal em terras privadas.

Ações positivas - Do lado dos governos, União, Estados e municípios, significa aumentar a capacidade operacional das agências ambientais e de regularização fundiária, por meio do aumento de recursos, materiais e humanos, e incentivar a expansão e melhoria na capacidade de gestão das áreas protegidas, inclusive terras indígenas, sob controle direto do poder público.

Do lado do setor privado, o pacto prevê que ações positivas dos proprietários que investem em conservação florestal devam ser remuneradas. Esse é o ponto mais controverso, pois alguns alegam que não se deve premiar alguém por simplesmente respeitar o Código Florestal.

Mas os sucessivos fracassos em tentar conter o desmatamento somente na base da "polícia ambiental" acabaram levando a uma visão mais pragmática, pois o custo social do desmatamento é muito superior ao valor necessário para induzir à conservação da floresta.

Como financiar esse plano? Em primeiro lugar, é fundamental que os gastos com o ambiente recuperem, em termos relativos, a importância que já tiveram.

Enquanto o orçamento do governo federal previsto para transporte cresceu mais de quatro vezes entre 2004 e 2007, saltando de R\$ 2 bilhões para R\$ 8,8 bilhões, os gastos com proteção ambiental ficaram estagnados em torno de R\$ 450 milhões.

Em termos percentuais, os gastos ambientais caíram de 6,4% das despesas com infra-estrutura em 2004 para míseros 2,3% em 2007. Simplesmente recuperar a participação relativa de 2004 significaria mais R\$ 1 bilhão, e, se a meta for voltar ao gasto relativo de 1996/98, outro bilhão de reais deverá ser acrescido.

Existem formas inteligentes de gastar esse dinheiro na Amazônia, e o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do próprio governo federal, é um bom exemplo de como a gestão ambiental pode ser incrementada com resultados práticos.

Outra forma de obter recursos é pela venda de produtos e serviços da floresta. As concessões florestais em terras públicas podem garantir outro quinhão significativo de recursos, ao mesmo tempo em que impedem a "privataria" com terras públicas -toda vez que unidades de conservação ou terras indígenas são transformadas em fazendas particulares, mais um pedaço de patrimônio público é dilapidado para aumentar a riqueza privada de alguns.

O resto da sociedade global também deve contribuir para a preservação da Amazônia, sem ferir nossa legitimidade e soberania. O BNDES acaba de anunciar a criação de um fundo nesses moldes -aliás, como já previsto pelo Pacto do Desmatamento Zero, por meio de uma doação do governo norueguês.

Mas, para que a captação seja mais efetiva e atraia recursos privados, é preciso que tais operações resultem na criação de créditos de carbono, válidos nos mercados de carbono mundiais. Até agora, o governo federal brasileiro tem insistido em que ações que reduzam o desmatamento não possam gerar créditos de carbono e, por isso, acaba penalizando o país, pois bloqueia a principal forma de pagamento pela floresta em pé.

A reversão dessa posição é fundamental para o sucesso dos fundos de desenvolvimento sustentável da Amazônia, como o recém-criado pelo próprio BNDES. **CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG é professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do RJ.*

Para historiador do ambiente, significados antiquados sobre a Amazônia estão entranhados na opinião pública brasileira

A Amazônia brasileira vive uma crise de identidade, pois é hoje uma região com significados conflitantes: última fronteira agrícola, área de risco para a soberania nacional, tesouro biológico, plataforma das novas ciências. Para o especialista em história ambiental José Augusto Pádua, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o melhor futuro do Brasil e do mundo depende da substituição dos velhos significados pelos novos. Esses significados têm implicações no debate político -por exemplo, quando congressistas propõem alterar a reserva legal (percentual mínimo de floresta a ser preservado em propriedades rurais) na região, de 80% para 50%.

A "revolução científica" na floresta, defendida pela Academia Brasileira de Ciências em seu manifesto "Amazônia - Desafio Brasileiro do Século 21", que tem conseqüências no orçamento para pesquisa e educação, se baseia em novos entendimentos sobre o que significa a região. E, na floresta amazônica, o conflito retórico ganha contrapartida material envolvendo índios, caubóis, estrangeiros e armas.

Para o autor de "Um Sopro de Destruição" (ed. Jorge Zahar) o clima de faroeste na região mostra não só a baixa atuação do Estado como a necessidade de pensar a Amazônia de uma maneira atualizada. Pádua também aponta como engano a posição daqueles que, ao invés de louvarem o estabelecimento de reservas indígenas como garantia de preservação ambiental, fomentam teorias conspiratórias relacionadas à soberania nacional. "O vale-tudo e a ilegalidade predatória são as grandes ameaças à segurança da região, não as reservas indígenas."

FOLHA - O poder público está ausente da Amazônia brasileira?

JOSÉ AUGUSTO PÁDUA - Isso é consensual. É fundamental a imposição do Estado de Direito e, mais ainda, de um novo modelo de ocupação, não a repetição de modelos tradicionais da história brasileira.

A grande questão de fundo sobre a Amazônia é um conflito de significado: o que significa essa região no Brasil e no contexto planetário?

Não há dúvida de que a consolidação de um território tão grande e unificado, desde o período colonial, é uma realização histórica impressionante.

Mas a Amazônia aparece com muita força, quando se pensa o futuro da Terra, por quatro razões que não estavam colocadas tradicionalmente.

Em primeiro lugar, há a biodiversidade -tanto em termos científicos quanto econômicos, com a biotecnologia.

Depois, a água doce -questão mais imediata e urgente, pois já se desenha escassez de água, com potenciais conflitos por acesso a ela.

Também o clima -tanto o que a Amazônia representa em termos de armazenamento de carbono quanto sua influência sobre o sistema de chuvas. Mais de 60% do vapor de água para as chuvas do Brasil vem da floresta, portanto a Amazônia é fundamental para a agricultura do Brasil como um todo. E a biomassa, uma das alternativas mais concretas para um mundo pós-petróleo.

Tradicionalmente, a Amazônia seria uma última fronteira, conquistada passo a passo, principalmente por pecuária e agricultura. Muitos dos atores sociais que estão presentes no caldeirão social da Amazônia continuam tendo esse significado na cabeça.

FOLHA - Quem são?

PÁDUA - Mais do que tudo os pecuaristas. Houve uma explosão do gado bovino na Amazônia. De 37 milhões de cabeças em 1996 para 76 milhões em 2006, crescimento muito maior do que a média nacional [que esteve próxima de 30%].

Muitos atores -pecuaristas, fazendeiros e políticos ligados a esses setores- têm uma visão muito antiga. É necessário que haja uma revisão do que significa a Amazônia planetariamente, o tesouro que as vicissitudes da história colocaram em nossas mãos.

FOLHA - Com a palavra "planetariamente", o sr. quer dizer que a Amazônia não é só do Brasil?

PÁDUA - Não vejo garantia de ganho ambiental com a internacionalização da Amazônia. A performance ambiental de países poderosos no atual cenário não é positiva, e a ONU não tem tido a capacidade de evitar, por exemplo, a falta de responsabilidade dos EUA ao não assinarem o protocolo de Kyoto.

Não existe um questionamento sério da soberania do Brasil ou dos outros países da região a respeito da Amazônia. Há eventualmente declarações levianas. Há paranóia e muita ideologia.

FOLHA - Que ideologia?

PÁDUA - Há uma confluência de interesses muito locais, como aqueles dos arrozeiros, por exemplo, e de visões paranóicas (mesmo que às vezes sinceramente patrióticas). Aqueles não teriam tanta relevância se não fosse pelo cultivo dessa visão da internacionalização, especialmente pelos meios militares.

Não descarto a possibilidade de uma ameaça desse tipo acontecer no futuro distante, em um contexto de grande deterioração e ruptura da ordem internacional. Alguns analistas pensam que as conseqüências do aquecimento global poderiam ser um fator importante na manifestação desse cenário altamente negativo. A preocupação com a defesa do território e do tesouro que é a Amazônia é razão para o fortalecimento das Forças Armadas -a região precisa de mais Estado, não menos.

Mas é lamentável a obsessão de muitos setores das Forças Armadas por terras indígenas, como se essas fossem a grande ameaça à soberania. Há problemas maiores,

como o narcotráfico, o contrabando, guerrilhas dos países vizinhos, prostituição infantil, desrespeito à legislação ambiental.

FOLHA - *Estamos vivendo o nosso faroeste, como ocorreu na expansão dos EUA?*

PÁDUA - É importante esse paralelo: o processo de imposição do Estado de Direito no Velho Oeste americano teve atuação forte e determinada do Estado.

Por exemplo: o desarmamento do Velho Oeste não aconteceu por obra do acaso. Foi um processo político de imposição do Estado de Direito numa região de fronteira onde a violência era privada e descontrolada.

FOLHA - *É possível o desenvolvimento dessa região sem agressão ambiental?*

PÁDUA - É possível buscarmos ao máximo os modelos alternativos, dentro de uma ordem nacional que garanta a soberania. O "pulo do gato" é a mudança de mentalidade. Concordo com o documento da Academia Brasileira de Ciências, segundo o qual é preciso um investimento enorme em ciência e tecnologia, que faça jus à dimensão ecológica da região.

Mas o caminho não vai ser atingido reproduzindo modelos do passado. Hoje, para cada ser humano na Amazônia, já há 3,5 cabeças de gado.

FOLHA - *Que tendências precisam retroceder na Amazônia? Algumas comunidades indígenas têm grandes rebanhos [na casa das dezenas de milhares de cabeças], não?*

PÁDUA - Há pecuária nas áreas indígenas. Mas não chega aos pés do que há fora delas.

Há o que não pode retroceder: retroceder de 80% para 50% da propriedade a terra que deve ser reserva legal seria uma catástrofe. Essa legislação sinaliza o futuro, "só 20% podem ser utilizados com os velhos métodos". Novos métodos não ficam imobilizados.

A pecuária precisa retroceder. É mais apropriada para biomas mais abertos, como caatinga, cerrado e pampa.

A Amazônia precisa crescer com o rumo da economia do conhecimento, dar o salto para o futuro, não replicar o que se fez na Mata Atlântica. Não é idiosincrasia de Lula fazer demarcação contínua: vem da Constituição de 1988.

Essa política tinha diferentes objetivos. Um tem a ver com os direitos dos índios. Apesar das dificuldades, o aumento da população indígena é um indicador de que a demarcação das terras vem tendo resultados.

Mas há uma outra agenda: é uma política de reorganização de fronteira e de reapropriação pelo poder público das terras da Amazônia, onde ocorreu durante o regime militar um processo descontrolado de privatização de terras.

Os maiores países florestais do planeta, como o Canadá e a Rússia, têm controle muito maior sobre suas massas florestais do que o Brasil. O Estado cede o uso em regime de concessão. No Brasil houve uma privatização muito grande. Praticamente 36% da Amazônia é de terras privadas. Delas, só 4% têm títulos de propriedade com registro válido.

Há uma anarquia, uma quantidade enorme de grilagem.

FOLHA - Trata-se de uma "privatização gratuita"?

PÁDUA - Gratuita e ilegal. Quando se determina que cerca de 20% das terras da Amazônia serão terras indígenas, existe essa agenda implícita, que muitas vezes não fica clara para a opinião pública.

É a criação de reservas ecológicas, de áreas onde o Estado tem maior presença.

A demarcação passou por todos os rituais que a lei prevê, de forma que isso deveria ser considerado um ponto muito positivo do Brasil no debate ambiental internacional.

Cerca de 14% da Amazônia já está demarcada como reserva indígena, o que representa uma conquista bastante rápida -da Constituinte para cá. Acho curioso que a diplomacia brasileira, ao invés de usar isso como um "ativo", adote uma postura quase defensiva sobre o assunto. A sociedade brasileira deveria ver essas reservas também como ambientais.

Hoje há várias propriedades com mais de 1 milhão de hectares. Se um proprietário faz um acordo com o narcotráfico, é muito mais difícil o Estado controlar essas terras do que as indígenas, onde o Exército entra sem pedir licença, pois, por definição, são terras do Estado.

FOLHA - Como o sr. analisa o conflito, no governo, entre as demarcações e o desenvolvimentismo?

PÁDUA - Esse conflito é em grande parte ideológico, produzido na confluência de interesses nacionais, de desenvolvimento ou soberania, e interesses locais, pequenos, de atores que querem lucrar -os políticos locais usam isso como argumento eleitoral.

Vejamos um exemplo forte: protesta-se que Roraima vai ter 43% de seu território em reservas. Em primeiro lugar, é preciso perceber o estatuto especial desses novos Estados [Roraima e Amapá], criados pela Constituição de 1988.

Alguns analistas consideram que foi precipitada a transformação desses territórios em Estados. Foi decisão legítima, não há o que contestar. Mas há uma situação socioeconômica especial, com o Orçamento praticamente todo de recursos federais.

Mesmo assim, os 57% restantes são um território muito grande -há nove Estados brasileiros menores do que essa área. Não há como dizer que as reservas irão impedir o desenvolvimento do Estado.

FOLHA - Como vê os debates relacionados, por exemplo, à instalação de usinas elétricas?

PÁDUA - Esses debates são positivos para o desenvolvimento sustentável do país. A discussão democrática sobre determinada obra pública -por exemplo, uma represa com conseqüências ambientais e sociais grandes- não é um entrave, mas, sim, um aperfeiçoamento do processo como um todo.

[O historiador, 1886-1964] Karl Polanyi colocou muito bem: quando se tem um conflito entre dois setores, o resultado histórico não é uma vitória absoluta de um lado; ele é, na verdade, moldado pela dinâmica do conflito.

As represas serão construídas em condições tecnológicas muito melhores, de forma mais inteligente do ponto de vista ambiental.

Os setores que se opõem a obras não são derrotados, pois muitas de suas demandas serão incorporadas, e a própria concepção dos projetos futuros passará a incorporar preocupações ambientais que antes não existiam.

Se tivesse havido debate no passado, não teria sido construída a represa de Balbina [AM] como foi -um desastre ambiental e econômico.

FOLHA - Marina Silva deixou o cargo de ministra do Meio Ambiente num bom momento?

PÁDUA - Não do ponto de vista do governo. Ela renunciou num momento confuso, com a primeira-ministra alemã [Angela Merkel] no Brasil, o que deu maior visibilidade mundial ao acontecimento.

Mas foi bom o momento como atitude política, colocou a questão de volta ao centro das discussões, pôs o governo numa situação difícil de retroceder em política ambiental. Se fosse uma saída mais comportada, talvez não fosse escolhido como substituto alguém tão comprometido com a ecologia quanto Carlos Minc.

FOLHA - O Protocolo de Kyoto tem validade hoje?

PÁDUA - No contexto da comunidade internacional, o fato de ele existir já é um grande avanço, inclusive por reconhecer que houve graus diferenciados de impacto de cada país -uma inovação.

É um divisor de águas, mas está ficando ultrapassado, pois precisamos de mais ousadia em relação a questões como o aquecimento global.

Mas sou otimista. Em 1992 [quando houve a cúpula ambiental no RJ], havia preocupação global; desde então, houve retrocesso. Mas agora [a questão] está de volta aos jornais.

Maggi desafia índios e licencia hidrelétricas – Bernardo de Mello Franco - O Globo
– Capa – 01/06/2008

MP diz que autorização para usinas está 'cheia de vícios' governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), está no meio de outra polêmica ambiental em seu estado: ele recorreu ao STJ para poder construir cinco hidrelétricas embargadas pela Justiça Federal. O Ministério Público diz que o licenciamento “está cheio de vícios” e vai afetar o regime de águas de uma reserva indígena.

Mais quatro usinas estão em fase de projeto e já têm licença da Secretaria estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso para serem construídas pela Maggi Energia, um dos braços empresariais do governador. O repórter BERNARDO MELLO FRANCO passou a semana na terra de Maggi e conta o que viu.

Páginas 3 a 8

De Maggi.gov para Maggi.com - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País –
01/06/2008

De um lado, uma das regiões mais prósperas do agronegócio brasileiro. De outro, uma reserva indígena cuja principal fonte de renda é o pedágio cobrado dos caminhoneiros que cortam seu território em alta velocidade para escoar a produção de soja. O cenário, no noroeste de Mato Grosso, é palco de uma disputa entre o governador Blairo Maggi e o Ministério Público Federal em torno da construção de um complexo de nove hidrelétricas em rios que correm para as aldeias.

As obras de cinco usinas já licenciadas pelo governo estadual estão suspensas há um mês por decisão judicial, o que já seria polêmica por si só. Mas há um componente adicional: as outras quatro usinas, em fase de projeto e também licenciadas pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, podem ser erguidas pela Maggi Energia, um dos braços do império empresarial do governador, que faturou US\$ 1 bilhão no ano passado.

O embargo à construção das hidrelétricas foi determinado pela desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A decisão foi fruto da insistência do procurador da República Mário Lúcio Avelar, especializado em questões indígenas. Ele afirma que as obras das cinco usinas foram iniciadas sem as licenças ambientais federais necessárias e nega a validade do aval da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso.

Para o Ministério Público, qualquer obra que interfira na água que chega às reservas precisa de autorização federal.

— O processo de licenciamento estadual está cheio de vícios, e não houve estudos adequados de impacto ambiental.

Se forem construídas, as usinas vão afetar a hidrologia, o meio ambiente e a população indígena que vive às margens de um rio da Bacia Amazônica — diz o procurador, que liderou as investigações da Operação Curupira, em 2005.

“Naqueles rios não tem peixe”

Para a procuradoria da República, há conflito de interesses, já que Maggi, como governador, licencia obras de hidrelétricas — um negócio ao qual está ligado empresarialmente. A polêmica dá novas cores a uma tensão que aflorou para todo o país em fevereiro, quando o governador contestou o pacote de ações

contra o desmatamento da Amazônia anunciado pela ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Um dos maiores produtores de soja do mundo, Maggi questionou os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e acusou o governo de persegui-lo. Marina atribuiu a alta na devastação da floresta à expansão do cultivo de soja e denunciou pressões do governador contra suas medidas. A queda-de-braço terminou com o pedido de demissão da ministra e o recuo do governo no corte de crédito aos desmatadores.

Para o procurador Mário Lúcio Avelar, o governo estadual violou a Constituição ao descumprir a exigência de autorização do Congresso para o aproveitamento de recursos hídricos em territórios indígenas. Para os índios parecis, vizinhos das lavouras de soja de Maggi, a questão é mais prática: se as hidrelétricas forem erguidas, eles acreditam que vão perder boa parte da pesca oferecida pelo Rio Juruena, que corta as propriedades dos grandes agricultores.

— Isso vai ser um problema para muitas aldeias. Aqui dá traíra, pintado, pacu, piau e surubim. Eles vêm o lado deles, que querem energia, mas não o nosso — protesta o cacique Walter Nezoquemace, da tribo katyola-winã.

O governador, que recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a suspensão das obras das cinco hidrelétricas, diz não estar motivado por interesses empresariais. Em sua defesa, ele argumenta que as cinco usinas embargadas pela liminar são do consórcio Juruena Participações e Investimento S/A, controlado por ex-sócios da Maggi Energia. O grupo de sua família, que já tem duas hidrelétricas na mesma bacia hidrográfica, em Sapezal (MT), não teria iniciado as outras quatro hidrelétricas por causa do impasse. Maggi afirma que a queixa dos índios não procede, “porque naqueles rios não tem peixe”.

— As usinas do complexo do Juruena estão fora da reserva indígena.

Os índios reclamam que, como o rio corre para dentro da reserva, eles devem ter a compensação ambiental.

Esta é a discussão: se eles têm que ter a compensação financeira e de qual valor ela seria. Os empreendedores chegaram a oferecer, mas os índios não concordaram.

Então é muito mais a questão financeira dos índios do que qualquer outra coisa — disse Maggi. Em Sapezal, na sede da Maggi Energia, funcionários da empresa informaram que os operários já abriram os acessos e derrubaram as primeiras árvores nos terrenos destinados às novas hidrelétricas do grupo. Na ação civil pública, o procurador acusa a Secretaria de Meio Ambiente de confirmar “a política do fato consumado” ao autorizar obras do consórcio Juruena já em andamento. Assim como na discussão do pacote de medidas contra o desmatamento, em que se opôs ao Inpe, ao Ibama, à Polícia Federal e a dois ministros de Estado, o governador pede pressa no veredicto.

— A Aneel já está cutucando a Maggi Energia. Se ela não começar a construir este ano, vai perder as licenças.

Então vai ter que acelerar. Por um lado, o Ministério Público fala: “Não faz nada”. Enquanto isso, outro órgão do governo fala: “Se você não quiser, eu vou tomar”. (Risos). Você fica entre a espada e a cruz — diz Maggi.

“O processo de licenciamento estadual está cheio de vícios, e não houve estudos adequados de impacto ambiental

Mário Lúcio Avelar, procurador da República

"Isso vai ser um problema para muitas aldeias. Aqui dá traíra, pintado, pacu, piau e surubim" - Cacique Walter Nezoquemace

O IMPÉRIO CRIADO PELO GRUPO MAGGI EM MATO GROSSO AMAGGI

Fundada em 1977, a empresa de importação e exportação de grãos já superou a receita das fazendas de Maggi e é considerada hoje o carro-chefe do grupo

Tem sede em Rondonópolis (MT) e controla portos, fábricas e armazéns em cinco estados: Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, São Paulo e Paraná

Atua na Bolsa de Chicago e exporta soja em grãos, farelo e óleo. É uma das donas do Terminal de Grãos do Guarujá, com capacidade para movimentar 5 milhões de toneladas de soja e derivados por ano

DIVISÃO AGRO

É a origem do império de Maggi. Controla quatro grandes fazendas e seis propriedades de médio porte em Mato Grosso.

Ex-líder mundial na produção de soja, também colhe grandes safras de milho e algodão

As principais fazendas:

- Tucunaré, Sapezal (7.833 hectares)
- Agro-Sam, Sapezal (20.371 ha)
- Itamarati Norte, Campo Novo do Parecis (47.212 ha)
- Tanguro, Querência (72.600 ha)

Produção em 2007, safra 2007/2008:

- Soja: 375 mil toneladas
- Milho: 331,5 mil t
- Algodão: 56 mil t

HERMASA

Criada há 11 anos, a Hermasa Navegação da Amazônia viabilizou o Corredor Noroeste de Exportação, que escoou a produção das regiões Noroeste de Mato Grosso e Sul de Rondônia

A soja segue via rodovia até Porto Velho, onde a Hermasa possui um porto de transbordo. Em seguida, segue em barcas pelo Rio Madeira até o porto graneleiro de Itacoatiara (AM), às margens do Rio Amazonas

A Hermasa também tem um porto em Belém e exportou 2,5 milhões de toneladas de grãos em 2007. Sua frota reúne 73 barcas e duas lanchas para pesquisa hidrográfica

MAGGI ENERGIA

Fornece energia para abastecer lavouras e indústrias de Maggi e de outros produtores. Ergueu duas pequenas centrais hidrelétricas em Sapezal (MT) e tem estudos para instalar novas usinas nos rios Juruena (Sapezal), Formiga (Campos de Júlio) e Saia Branca (Jaciará)

As duas usinas projetadas para o Juruena foram licenciadas pelo governo de Mato Grosso, mas estão embargadas pela Justiça. Segundo o Ministério Público Federal, elas podem inviabilizar a pesca em reservas indígenas

FONTES: Governo de Mato Grosso, Instituto Mato-grossense de Economia Agrícola e Grupo

Maggi

'Em vez de árvore, prefiro abraçar criança' - Bernardo Mello Franco – Entrevista com Blairo Maggi – 01/06/2008

CUIABÁ. Apontado pela exministra Marina Silva como porta-voz do agronegócio na discussão sobre o desmatamento da Amazônia, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), nega misturar seus interesses privados com a administração pública. Em seu gabinete, sob um quadro do pai e fundador do império empresarial e outro com a foto do presidente Lula, Maggi se disse vítima de preconceito de ONGs, da imprensa e de moradores do Sul e do Sudeste. Admitiu estar incomodado com o sucessor de Marina, Carlos Minc. Antes de tomar posse, Minc disse que Maggi plantaria soja até nos Andes.

— Foi uma coisa preconceituosa. Não estamos produzindo droga, estamos produzindo comida.

O GLOBO: O senhor controla o governo de Mato Grosso e é dono do maior grupo empresarial do agronegócio brasileiro. Como lidar com essa dupla função?

BLAIRO MAGGI: Há prós e contras. O governo é uma coisa muito organizada. O problema são as pessoas que estão nele. Acho que consegui trazer um pouco da eficiência empresarial no uso dos recursos públicos. Não deixo desperdiçar.

Quando cheguei, o quilômetro de estrada custava R\$ 700 mil. Como produtor, sabia que não custava isso.

Quando as pessoas ficam muito tempo na área política, não têm a noção do que as coisas custam lá fora. Perde-se a referência.

Mas também o acusam de misturar interesses públicos e privados.

MAGGI: Primeiro, tentaram imputar que só faço estradas onde tenho propriedade. Não é verdade. Só tenho propriedade em dois cantos do estado.

No entanto, tenho estradas no Mato Grosso inteiro.

Depois, tentaram mostrar que misturo coisas públicas e privadas porque isso e aquilo... Quando saí da minha empresa, tinha intenção de ir lá toda segunda-feira, para ver como as coisas estavam indo. E não consigo ir faz muito tempo. É assim: “Se o seu opositor não tem rabo, põe um nele”.

Em 1999, o senhor havia sido alvo de acusação semelhante, quando assumiu uma vaga de suplente no Senado e apresentou um projeto para liberar a navegação comercial à margem das reservas indígenas.

MAGGI: Fiz um projeto de decreto legislativo, mas não rodou.

Era na hidrovia do AraguaiaTocantins, que até hoje não foi definida. Eu estava lá, tinha que fazer alguma coisa, né? Não tinha jeito. (Risos).

O senhor já foi criticado duramente pela imprensa internacional.

Depois, recebeu o prêmio Motosserra de Ouro do Greenpeace. Por que os ambientalistas e a imprensa pegam no seu pé?

MAGGI: Às vezes, uso uns termos meio fortes. Digo que, em vez de abraçar a árvore, prefiro abraçar uma criança. Aí o cara pega aquilo separadamente e destaca como se fosse o pensamento do governador. Aqui no Mato Grosso, as pessoas não ficam catando coquinho na floresta para viver. Elas são agricultoras, vieram do Sul do Brasil para trazer a agricultura. As pessoas que vivem no Norte do Brasil têm essa cultura de catar coquinho. Não é pejorativo.

O senhor é aliado do presidente, mas diz que foi perseguido pelo governo nas medidas anunciadas pela ex-ministra.

Se isso é verdade, o que a teria motivado a agir assim?

MAGGI: É difícil dizer. A gente ouviu falar tanta coisa. A possibilidade de Prêmio Nobel, não sei o quê... demonstração de força... Só sei que ela errou na mão, sabe? Errou na mão.

A saída da Marina indica que, para o presidente, ela estava errada?

MAGGI: Não creio que ela tenha saído por causa de divergências comigo. Acho que a ministra cansou de toda essa confusão.

De fora, a gente percebia ela com um ar muito triste. Tivemos um bom relacionamento.

Sou de outra linha, alguém que pensa em crescer, desenvolver, ampliar, fazer este país andar. Não dá para ficar o tempo inteiro na retaguarda. O novo ministro, pelo que ouvi, é um pouco mais ativo nessa área.

E as críticas das ONGs?

MAGGI: Converso muito com elas. Fiz uma brincadeira outro dia aqui. Falei para eles: “Vocês parecem aquele cara que tem amante. Vão para dentro do apartamento dela, namoram, brigam, fazem tudo. Mas, quando vão para a rua, têm vergonha de pegar na mão dela”. Acontece isso comigo. Eles vêm aqui, conversam, discutem e, quando temos as coisas boas que deviam ser ressaltadas, ninguém faz.

Os ambientalistas dizem que o senhor defende o agronegócio a todo custo.

MAGGI: Preciso defender. No Estado de Mato Grosso, se tirar agricultura e pecuária, vamos fechar as portas. Não somos um estado industrializado como vocês, no Rio e em São Paulo.

Ninguém vai vir montar uma indústria de automóveis aqui. A gente tem que saber qual é o nosso potencial.

O que a gente pode usar é a terra.

Os ruralistas tentam aprovar no Congresso o chamado projeto Floresta Zero, para reduzir a reserva legal de 80% para 20% das propriedades.

Qual é sua opinião?

MAGGI: É duro para mim defender isso, porque estaria defendendo só o interesse de Mato Grosso. Dois terços do nosso território estão no bioma do cerrado. Naqueles locais em que já existe uma estrutura de produção, com estradas, tecnologia, há estudos que mostram que em 50% da área é possível ter todas as espécies preservadas.

Essa questão deveria ser analisada com muito carinho.

Até para enfrentar a crise de alimentos, seria bom se pensar em alguma coisa nesse sentido. Mas não a miguelão (de qualquer maneira), como se diz aqui.

Sem medidas práticas, Mangabeira faz sucesso – Evandro Éboli – O Globo – O País – 01/06/2008

BRASÍLIA. No comando do Núcleo de Assuntos Estratégicos — um ministério que é uma incógnita, pouco estruturado e com atribuições genéricas —, o pensador e intelectual Mangabeira Unger, ainda assim, tem do que se gabar. No curtíssimo tempo em que está no governo, caiu não só nas graças dos governadores do Norte do país e dos ruralistas, mas até de parlamentares da oposição — fato inédito em seis anos da gestão Lula. Mangabeira é um sucesso de crítica sem sequer ter adotado uma medida prática.

Depois de ouvi-lo numa audiência pública, na última quarta-feira, na Comissão de Relações Exteriores, o deputado Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), que já foi líder de seu partido na Casa e duro crítico do governo, formulou juízo positivo sobre Mangabeira.

— O ministro surpreendeu positivamente. Demonstrou segurança, aceitou críticas e não se colocou como dono da verdade.

Ele não pensa em questões partidárias. Conquistou nosso apoio — disse Pannunzio.

Mesmo com sua postura casmurra e constantemente com a mão no queixo e a cara fechada, Mangabeira tem feito sucesso com seu discurso.

Pannunzio chegou a classificar como “lapidar” a declaração de Mangabeira de que o problema de índio não é só terra.

Na sua defesa da soberania e da necessidade de se instalar indústria na Amazônia, Mangabeira agrada a ambientalistas e desenvolvimentistas.

Mas o intelectual desponta como antítese da ministra Marina Silva, alvejada de críticas pelos hoje admiradores do ministro dos Assuntos Estratégicos. Atribui-se a Mangabeira, a quem o presidente Lula entregou a coordenação do Plano Amazônia Sustentável (PAS), a queda de Marina. Em tom diplomático, e cortês, ele nega. Até mesmo parlamentares da base do governo concordam que o presidente agiu corretamente a deixar o PAS com os Assuntos Estratégicos. José Genoíno (PT-SP) é um deles: — O programa tem que ficar com ele mesmo. Mangabeira tem diálogo com a oposição, domina o assunto e tem uma visão articulada e defesa nacional. Não é do jogo político-partidário. É o perfil ideal.

A ameaça é nossa – Míriam Leitão – O Globo – Economi – 01/06/2008

O debate brasileiro sobre a Amazônia entrou naquele desvio favorito que o leva para longe do ponto principal. Voltou a tese xenófoba de que a ameaça à região são os “estrangeiros”. Se há estrangeiros cometendo ilegalidades, isso é caso de polícia, mas números, fatos e evidências mostram que são os brasileiros que estão pondo abaixo a floresta. Infelizmente somos nós a principal ameaça.

É confortável a idéia de que o mundo cobiça e ameaça destruir o que é nosso e que protegemos bem. O berço é esplêndido, mas não podemos dormir com essa. Especuladores e picaretas estrangeiros sempre existirão por lá.

Gente oferecendo pedaços do paraíso a preço barato para inglês ver em terra onde a maioria dos títulos de propriedade é falsa sempre vai aparecer. Mas a verdade dolorosa é que foram os brasileiros que, em dez anos, abriram uma cratera do tamanho do Estado de São Paulo na floresta mais rica e biodiversa do planeta. Somos nós, os donos, que estamos pondo em risco nosso próprio patrimônio.

No debate dos últimos dias, autoridades públicas pediram o direito de não cumprir a lei. O governador de Mato Grosso afirmou que só 25% dos produtores do seu estado estão preparados para provar a regularidade fundiária e ambiental exigida pela resolução do Conselho Monetário Nacional. Ou seja, 75% dos produtores de Mato Grosso não respeitam as leis ambientais. Um absurdo que só pode ser dito impunemente porque nos acostumamos com o inaceitável.

Em entrevista que me concedeu na Globonews, Blairo Maggi disse que os produtores precisam de seis meses para cumprir a resolução; ao GLOBO, ele

disse outra coisa, defendeu a extinção da resolução. O ministro Mangabeira Unger defendeu que quem “tem o gozo da posse da terra goze das prerrogativas da propriedade”.

Será que o ministro está dizendo que quem grilou deve ficar com a terra pública? Ainda não se sabe se é para valer a resolução que diz que a lei é para valer, pois o presidente disse que tem 30 dias para pensar. Ela tem prazo até 1ode julho para entrar em vigor. Tudo é surrealista.

Antes de propor essa resolução ao CMN exigindo respeito a lei fundiária e ambiental, o Ministério do Meio Ambiente estudou o tema e preparou uma nota técnica. Os dados são claros.

Quando o financiamento aumenta, o desmatamento cresce. Os municípios que mais desmatam são os que mais recebem financiamento.

Há uma correlação direta entre volume e localização do crédito e a ampliação do crime. O país está financiando a destruição do seu próprio patrimônio.

Aos dados: em 2006 e 2007, os estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia receberam 81% do crédito rural oficial para a região e foi justamente nestes três estados onde houve 85% do desmatamento. A curva do desmatamento e a da concessão do crédito são imagens no espelho. A nota técnica compara os piores e os melhores na lista dos 12 municípios que mais desmatam no Pará e nos 19 que mais desmatam em Mato Grosso. Assim: foi feita uma lista desses municípios críticos dos quatro que mais desmataram para comparar com os quatro da lista que menos desmataram. No Pará, os quatro piores receberam 128% mais crédito e desmataram 300% mais que os quatro municípios melhores.

Em Mato Grosso, os quatro piores receberam 221% mais crédito e desmataram 48% mais que os quatro municípios que menos desmataram.

Quem tem se aproveitado do crime? Nós mesmos. A madeira ilegal é consumida no próprio Brasil.

O gado que cresce nas pastagens recém-feitas após a queima da mata vai para os açougues brasileiros. O carvão feito lá vai para os fornos das nossas produtoras de ferro-gusa.

É nosso o desleixo que faz com que os recursos biogenéticos da Amazônia sejam desconhecidos.

O temor da biopirataria é curioso.

Se achamos que piratas querem nos roubar, é porque temos consciência do tesouro que guardam as matas da Amazônia; mesmo assim, as destruímos; se sabemos que há tesouros lá, por que não tentamos nós mesmos descobrir, usar, patentear e industrializar esses bens? Por isso é bemvinda a proposta da Academia Brasileira de Ciências (ABC), preparada por cientistas do nível de Bertha Becker e Carlos Nobre, de que sejam feitos investimentos pesados na formação de pesquisadores e em centros de pesquisas de institutos tecnológicos na Amazônia. A proposta completa está no site da ABC (<http://www.abc.org.br>).

O coração verde-amarelo bate forte quando alguém sugere que ONGs, piratas e milionários estrangeiros querem ocupar a nossa terra e nos roubar, mas foge da luta quando é para defendê-la dos crimes cometidos por próprios brasileiros. O primeiro risco é, em parte, imaginário; o segundo é totalmente real.

O sueco Johan Eliasch precisa explicar melhor o que disse e o que pretende, mas, tomado pelo valor de face, está ludibriando a boa-fé dos europeus oferecendo o que não tem; a seita do Reverendo Moon tem imensas terras na região e é um mistério o que acontece nelas; madeiras da Malásia, anos atrás, foram aceitas na região, quando se sabe o que elas já fizeram na própria Malásia.

Existem biopiratas fingindo-se de ONGs humanitárias, mas são minoritários diante das ONGs estrangeiras, ou brasileiras, que têm parte do seu financiamento de instituições internacionais e que estão por lá lutando sinceramente pela preservação.

Que a xenofobia, açulada recentemente, não nos impeça de ver quem são os inimigos e quem são os aliados.

Minc diz que Blairo Maggi está isolado – O Globo – Capa – 02/06/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, está isolado, sem o apoio dos outros governadores da Amazônia, na guerra contra a proibição de financiamentos para os desmatadores.

Ele afirma que não admitirá mudanças na medida, e deu a entender que poderá até deixar o cargo: “Maggi está isolado, quero deixar claro que qualquer mexida nisso é insustentável.”

Página 3

Maggi foi derrotado, diz Minc - Rodrigo Taves – O Globo – O País – 02/06/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que conseguiu derrotar o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), durante a reunião com os governadores da Amazônia, em Belém.

Segundo ele, Maggi tentava boicotar a resolução do Banco Central que proíbe a concessão de financiamentos públicos aos produtores responsáveis pelo desmatamento da Amazônia.

O ministro disse Maggi fracassou em seu objetivo de convencer todos os governadores a incluírem na Carta da Amazônia a exigência de revogação da medida. A Carta não contém nenhuma crítica à resolução, que entra em vigor em 1º de julho: — Nenhum governador assinou o documento do Blairo Maggi. Ele foi derrotado. Ou eu o deixava isolado ou não começava a ser ministro.

Acabava. Como eu iria governar o meio ambiente e ter uma posição forte sobre a Amazônia, se a maioria dos governadores estaria do lado de um sujeito que quer destruir o principal instrumento de controle do desmatamento, na época da estiagem? Estaria morto já na partida.

O ministro disse que, diante do isolamento de Maggi, não admitirá qualquer mudança na medida contra produtores que não têm licença ambiental na Amazônia. Deu a entender que poderia deixar o ministério caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reveja o prazo de início de vigência da nova regra.

— Disse à ministra Dilma (Rousseff, da Casa Civil), que para mim este assunto está liquidado. Maggi está isolado, quero deixar bem claro que qualquer mexida nisso é insustentável. Não há possibilidade de a medida ser revogada.

Minc admitiu ter recebido do presidente a advertência de que, se todos os governadores apoiassem a reivindicação de Maggi, o governo federal seria obrigado a renegociar a resolução e a fazer alguma concessão. Além de não endossar o texto da Carta da Amazônia sugerido por Maggi, os governadores se

recusaram a assinar um documento de desagravo ao governador de Mato Grosso por declarações de Minc de que ele seria capaz de plantar soja até nos Andes.

Apoio negociado com cada governador

Para obter o apoio dos governadores, Minc teve de negociar pessoalmente com cada um.

Conversou com seis por telefone antes da reunião em Belém. Anunciou um grande pacote de medidas a favor dos produtores da Amazônia, inclusive a abertura da linha de crédito de R\$ 1 bilhão para quem quiser apresentar projetos de reflorestamento, e a garantia de preços mínimos para produtos do extrativismo florestal. Minc também teve de assinar a portaria que esclarece que os produtores da área de cerrado não terão restrição ao crédito, o que beneficia municípios de Mato Grosso e Tocantins.

— O desgaste que eu tinha de pagar já está pago, a articulação já está feita. O isolamento do Maggi

foi conseguido. Este assunto está encerrado.

Minc acusou Maggi de orientar os produtores do Mato Grosso a não iniciar o processo de

licenciamento determinado pelo governo, para depois alegar que a medida inviabilizaria o setor

agrícola do estado, o que causaria aumento no preço dos alimentos, com impacto na inflação: —

Muitos, inclusive os que seguiram a orientação dele (Maggi) de boicotar a medida politicamente,

não se recadastraram porque são grileiros, porque se apropriaram da terra de forma ilegal. É terra

grilada, bandidagem completa.

Segundo Minc, dos 57 mil imóveis rurais de Mato Grosso, 42 mil tem menos de quatro módulos

rurais e estão fora do alcance da resolução do BC. Dos outros 15 mil, 30% já se recadastraram e

não têm problemas. Restam 10 mil produtores sem licenciamento ambiental.

— Ninguém precisa ter título definitivo da terra.

Basta dar início ao processo de licenciamento.

O ministério dará dinheiro para quem quiser fazer isso. Por que esses dez mil não deram entrada

no processo em fevereiro? Porque Maggi e outros apostaram na derrubada da medida.

O ministro também informou ter obtido o apoio de Lula contra o projeto em discussão da Câmara

que reduz a área de reserva legal na Amazônia de 80% para 50% do tamanho de cada propriedade.

Foi autorizado a falar em nome do governo: — Se passarem a área que pode ser desmatada na

Amazônia de 20% para 50%, acabou. Se com a reserva legal de 80%, a Amazônia já está virando o

que está... Com 20% a gente estava segurando o rojão, mas agora começou a subir o

desmatamento, imagina com 50%. Vou negociar com a frente ruralista, sou bom negociador.

Minc reivindicou do presidente que o ministério tenha posição mais ativa na coordenação do

Programa Amazônia Sustentável (PAS). Esse foi um dos motivos da demissão da ex-ministra

Marina Silva. Lula, que deu a coordenação do PAS ao ministro de Assuntos Estratégicos,

Mangabeira Unger, teria concordado.

“Maggi está isolado, quero deixar bem claro que qualquer mexida na resolução é

insustentável.

Não há possibilidade de a medida ser revogada Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente

Lula quer rever fundo internacional Temor é que estrangeiros achem que poderão interferir na Amazônia - Rodrigo Taves e Vera G. de Araújo - Globo – O País – 02/06/2008

RIO e ROMA. O ministro Carlos Minc disse ontem que o presidente Lula quer rediscutir a criação do Fundo Internacional da Amazônia, que poderá receber recursos da Noruega, de outros países e de empresas privadas, para a proteção da floresta. Segundo ele, Lula manifestou o temor de que a criação do fundo passe a impressão de que o governo brasileiro precisa do dinheiro de estrangeiros para defender a Amazônia e, por isso, estaria disposto a aceitar a interferência internacional na região, o que contraria todo o discurso oficial.

— Não é isso. Eles não têm interferência sobre onde o dinheiro será aplicado. A Amazônia é nossa e vamos cuidar dela — disse Minc, explicando que um decreto do presidente vai designar o comitê gestor com governos da Amazônia e fundações científicas nacionais.

O ministro acha que o Fundo pode arrecadar US\$ 1 bilhão em três anos. O dinheiro seria usado em projetos de reflorestamento e para manter a floresta em pé. O assunto voltará a ser discutido com Lula quarta-feira.

Em Roma, o presidente rebateu ontem as críticas de ativistas no exterior à política ambiental brasileira, que, segundo eles, poderia levar a um desmatamento ainda mais acelerado da Amazônia.

— Ninguém no mundo tem autoridade moral de falar na questão ambiental sobre o Brasil.

Ninguém! — disse Lula.

Lula disse que o Brasil tem 69% de sua mata virgem de pé, e que o governo está fazendo levantamento agroecológico para determinar o que se pode plantar e onde. Descartou riscos de a Amazônia ser desmatada para plantio de cana-de-açúcar para produção de etanol, como temem ambientalistas europeus: — Sabemos que a terra na Amazônia não é produtiva para cana.

Também não é preciso plantar soja na Amazônia, segundo o presidente, porque há muita terra degradada de pasto que pode ser recuperada e, disse, com satélites e outros recursos, “ninguém pode esconder mais” as queimadas. Em mais uma alfinetada na Europa, afirmou que não vai admitir que “os países que depenaram seus países venham agora dar palpite na nossa Amazônia”.

— Ela é nossa, vamos cuidar dela com a responsabilidade de quem sabe que lá tem 25 milhões de almas que precisam trabalhar, que precisam viver e que precisamos encontrar o jeito correto de fazê-los viver, ter uma vida digna sem precisar ter a motosserra como instrumento de desenvolvimento.

BNDES deu dinheiro para obras sem licença - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 02/06/2008

MPF exige suspensão imediata de repasses para construção de usinas de interesse de Maggi

CUIABÁ. O BNDES irrigou, com recursos públicos, a construção de cinco hidrelétricas em Mato Grosso embargadas pela Justiça por falta de licenças ambientais. Em contrato firmado em junho do ano passado, o banco assegurou o repasse de R\$ 360 milhões — equivalentes a 72% do projeto — para erguer as usinas no Rio Juruena, que corre para reservas indígenas da região. O Ministério Público Federal exige a suspensão imediata dos empréstimos com juros subsidiados ao grupo responsável pelas obras, controlado por ex-sócios do governador Blairo Maggi.

Dono da Maggi Energia, que pretende erguer outras quatro usinas no mesmo rio, o governador acionou a Procuradoria do Estado para pedir a reativação dos projetos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), como informou ontem O GLOBO.

Ele nega qualquer conflito de interesse. Os índios temem que a construção das hidrelétricas acabe com a pesca nas aldeias e, em dezembro, fizeram cerca de 300 operários de reféns durante cinco dias de protesto contra as obras.

Na ação civil pública que embargou a construção das usinas, citadas em relatórios do Programa de Aceleração do Crescimento, o procurador Mário Lúcio Avelar, do MPF, afirma que o BNDES não pode financiar projetos sem licenciamento ambiental adequado. “É sabido que o dinheiro que financia a produção e o consumo, sobretudo quando público, deve estar atrelado aos princípios da legalidade e da moralidade insertos na Constituição federal e nas leis de proteção ambiental”, escreveu o procurador.

Ao determinar a paralisação das obras, em liminar, a desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, não fez referências aos empréstimos. Além de interromper as obras, declarou nulas as licenças ambientais para o empreendimento concedidas pelo governo de Mato Grosso. O processo ainda será julgado por uma das turmas da corte.

O BNDES não soube informar, ontem, quanto foi liberado dos R\$ 360 milhões aprovados ao Consórcio Juruena Participações e Investimentos S/A, controlado por ex-sócios de Maggi.

Segundo a assessoria de imprensa, o repasse de será suspenso quando a instituição for notificada da cassação da licença ambiental.

Quando o financiamento foi aprovado, as usinas tinham autorização apenas da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso. De acordo com o MPF, esse licenciamento está “cheio de vícios” e viola a Constituição e uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Como o empreendimento pode afetar as reservas indígenas, o MP e a Justiça Federal entendem que o caso deve ser analisado pela União.

Em seu site, o BNDES informa que liberou o dinheiro porque o complexo do Juruena estaria “enquadrado no esforço do governo de universalização do atendimento, dado o grande potencial de desenvolvimento do agronegócio na região”.

O Grupo Maggi, que pertence ao governador, é o maior conglomerado agroindustrial do estado e já tem duas hidrelétricas em Sapezal (MT), na mesma bacia hidrográfica do Juruena.

Em entrevista ao GLOBO, quinta-feira, Maggi disse que a empresa não iniciou a construção das quatro usinas porque o grupo, apesar do faturamento recorde de US\$ 1 bilhão no ano passado, não teria recursos em caixa para financiá-las. Disse ainda que a Maggi Energia continua “no mercado” para viabilizar o empreendimento. Os repasses do BNDES ao Consórcio Juruena tiveram juros inferiores a 11% por serem considerados parte do PAC. Para estimular a construção de pequenas centrais hidrelétricas pelo país, o programa reduziu a remuneração do banco nesse tipo de empréstimo de 2,5% para 1% ao ano.

Fato irrefutável – O Globo – Opinião – Editorial - 02/06/2008

Quiseram os desígnios da política que o militante ambientalista Carlos Minc deixasse o secretariado do governo fluminense e assumisse o Ministério do Meio Ambiente na fase final de tramitação na Pasta do pedido de licença para a usina nuclear de Angra 3.

Da construção da carreira pública de Minc constaram muitas críticas à energia nuclear e, em particular, às usinas do litoral Sul Fluminense.

O novo ministro já chamou a coincidência de “uma casca de banana atômica”. Político, deixou claro, no entanto, que não será empecilho ao desengavetamento do projeto — como deseja o governo —, há 22 anos encalhado em incompreensões e na falta de dinheiro.

Minc não interferirá contra o projeto, mas diz que ele será “tratado com o rigor da lei e das compensações ambientais”.

O avanço tecnológico no ramo das termonucleares — como de resto em todos os outros — aumentou bastante a margem de segurança das usinas, que já era elevada.

Diante do aquecimento global, causado pelas emissões da queima de combustíveis fósseis — petróleo, carvão etc. —, tem ocorrido no mundo uma espécie de reabilitação das termonucleares, fontes mais limpas de energia. Até segmentos do movimento ecológico já se inclinam por elas.

Porém, o mais forte argumento a favor de Angra 3 e de novas usinas é o risco de apagões no país, amplificado pelas dificuldades de toda ordem existentes na exploração da fronteira hidrelétrica amazônica.

A mais recente envolve a segunda usina leiloada para o Rio Madeira, a Jirau, do consórcio Suez, Camargo Corrêa, Chesf e Eletrosul.

Como o projeto original foi deslocado em nove quilômetros, devido a razões de custo, há o risco de novos atrasos impostos pelo Ibama.

O problema é que o país não tem grande margem de manobra para manter o consumo atendido. E será pior se o melhor acontecer, ou seja, se o país continuar a crescer a 4%, 5% ao ano.

O Ipea, do governo, dá os números dessa equação intrincada: de 2007 a 2010, a oferta de energia deverá crescer 12,3 mil megawatts (MW), enquanto o aumento do

consumo chegará a 25,7 mil MW —, sendo que em 2010 ainda não estarão disponíveis os 4 mil MW das usinas do Madeira (além de Jirau, Santo Antônio). Assim, até o início da próxima década, o país estará mais dependente das chuvas do que o desejável. Não dá para fingir que não existe a energia nuclear.

Ministro anuncia medidas de repressão ao desmatamento na Amazônia – Gisele Teixeira e Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 02/06/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou nesta segunda-feira (2) que o governo vai deflagrar este mês a operação - chamada por ele de "boi pirata" - para apreender gado criado em propriedades ilegais do ponto de vista ambiental e fundiário nos estados da Região Amazônica. A medida faz parte das ações para conter a tendência de desmatamento no bioma, confirmada nesta segunda-feira pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A partir do segundo semestre, as ações de combate ao corte da floresta também receberão reforço de 500 homens do Ministério da Justiça, oriundos de batalhões especializados, que serão o embrião do Guarda Nacional Ambiental. Minc também adiantou que 116 operações de fiscalização serão realizadas na região pelo Ibama até julho.

De acordo com os dados divulgados pelo Inpe, 1.123 quilômetros quadrados da Floresta Amazônica sofreram corte raso ou degradação progressiva durante o último mês de abril. Desse total, 794 quilômetros quadrados foram devastados somente no estado do Mato Grosso. As informações foram colhidas pelo sistema Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter). Em março, o Deter identificou um total de 145 km² como alertas de desmatamento. O aumento entre os dois meses, segundo o Inpe, é explicado em parte pela maior oportunidade de observação. Enquanto no mês de março 78% da Amazônia estavam sob nuvens, em abril a cobertura foi reduzida para 53%. Em particular, para o estado do Mato Grosso, a cobertura de nuvens foi de 69% em março e apenas 14% em abril.

Os alertas de tendência de desmatamento aumentaram de 4.974 km², entre agosto de 2006 e julho de 2007, para 5.850 km², entre agosto de 2007 e abril de 2008, o que, segundo o ministro, aponta para um provável aumento do desmatamento consolidado em 2008. "O dado é preocupante. Não vamos brigar com os termômetros e chorar a seiva derramada. Vamos agir", disse Minc, acrescentando, no entanto, que dificilmente haverá, em 2008, uma área desmatada menor que 11 mil km², como o registrado em 2007, acrescentou Minc.

Para ele, o aumento dos alertas está ligado à produção de soja e à criação de gado na Amazônia. "Os preços da soja e da carne estão disparados e essa relação é, historicamente, comprovada no Brasil. Há um estímulo para que novas áreas sejam ocupadas por soja, que joga o gado para frente. E o avanço do gado é responsável por 70% a 80% do desmatamento na Amazônia", afirmou. Minc disse ainda que o gado apreendido na operação poderá ser doado para o programa Fome Zero. "Vamos diminuir o desmatamento e ainda alimentar alguém", defendeu.

Apesar de o Inpe ter revelado que o estado do Mato Grosso concentrou 70% do desmatamento detectado no mês de abril, o ministro ressaltou que não quer atacar

ou defender nenhum governador em especial. "Quero trabalhar junto", disse, acrescentando que conversou nesta segunda-feira com o governador Blairo Maggi e que fará uma visita ao estado ainda neste mês.

"A Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso é uma das mais estruturadas do País, mas o estado é também um dos que possui economia fortemente baseada na agricultura e pecuária, setores sensíveis às altas de preços".

O ministro explicou que várias ações estão sendo realizadas pelo governo para conter essa tendência de derrubada da floresta, mas que muitas delas só terão efeito no segundo semestre, exatamente os meses mais críticos do desmatamento, em função da estiagem. "O pior ainda está por vir", acrescentou. Entre essas ações de efeito de médio prazo está a co-responsabilização da cadeia produtiva. A partir de 15 de junho, siderúrgicas, frigoríficos, madeireiras terão de cumprir a Lei de Informação Ambiental (Lei 10.650/2003), que permite acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Isto é, o governo saberá se os produtores estão comprando matéria-prima de áreas ilegais. "Se uma madeireira compra madeira ilegal ela é responsável por isso, se alguém compra soja em área embargada também. Hoje em dia os grandes compram dos pequenos na ilegalidade e lavam as mãos em águas poluídas", disse.

As ações na Amazônia, no entanto, não se resumem a medidas de fiscalização e controle. O ministro fez questão de lembrar que uma série de ações estão sendo tomadas na chamada agenda positiva. Segundo Minc, o MMA vai garantir 30% dos recursos para regularização ambiental e cerca de R\$ 1 bilhão para recompor as reservas legais na Amazônia, além de R\$ 136 milhões para apoio às reservas extrativistas. Além disso, serão anunciadas no dia 5 de junho a criação de duas Unidades de Conservação, a Reserva Extrativista Ituxi e o Parque Nacional de Matinguari, ambas no Amazonas.

Unidades de Conservação - As novas unidades de conservação, que deverão ser anunciadas oficialmente no dia 5 de junho (Dia Mundial do Meio Ambiente), são a Reserva Extrativista de Ituxi e o Parque Nacional do Matinguari, as duas no Amazonas. O anúncio dessas novas áreas deverá ser feito em solenidade no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Localizada no município de Lábrea, a Resex do Ituxi terá área de 776.940,85 hectares. Esta região caracteriza-se principalmente pela presença de florestas de terra firme, várzea, roçados e capoeiras que apresentam características muito peculiares e extrema riqueza biológica. Nesta área habitam hoje cerca de 500 habitantes distribuídos em aproximadamente 109 famílias em cerca de 20 comunidades. O extrativismo é a principal ocupação da população que utiliza como matéria-prima frutos, óleos e outros produtos vegetais sazonais tais como a castanha, andiroba, borracha natural, copaíba, açaí, uxi e alguns cipós. A pesca tradicional nos lagos e igapós da região também é importante fonte de renda e subsistência para a comunidade.

Já o Parque Nacional do Matinguari, localizado nos municípios de Canutama e Lábrea, terá uma área de 1.572.422 hectares. A criação do Parna permitirá a preservação de ecossistemas naturais únicos de grande relevância ecológica - como as

serras do Candomblé, do Curuquetê e de Três Irmãos - possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

É importante destacar que ficam excluídas dos limites do Parna Mapinguari as faixas de servidão do gasoduto Urucu-Porto Velho e seus futuros ramais. Fica permitido o deslocamento de embarcações ao longo do leito dos rios Açuã e Mucuí, no interior do Parque Nacional Mapinguari, conforme o disposto no Plano de Manejo da unidade de conservação.

Histórico - A criação dessas unidades de conservação relaciona-se diretamente com a política do governo federal para a Região Amazônica, presente no Plano Amazônia Sustentável e no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Por meio do Decreto s/n, de 2 de janeiro de 2006, o governo federal submeteu o entorno da rodovia BR 319, no estado do Amazonas (uma área de aproximadamente 15 milhões e 400 mil hectares), à "limitação administrativa provisória", com o objetivo de evitar que atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental pudessem prejudicar o estado dos recursos naturais ali existentes, enquanto os órgãos competentes realizavam estudos para a criação de unidades de conservação.

Posteriormente à realização de acordos entre os órgãos envolvidos e ajustes na proposta, essa foi levada à consulta pública na região, entre os dias 19 e 28 de julho de 2006. Com o apoio da Força Aérea Brasileira e prefeituras locais, as consultas aconteceram nas cidades amazonenses de Tapauá, Canutama, Lábrea, Humaitá, Beruri e, também, na capital, Manaus. Centenas de habitantes e autoridades do poder executivo, legislativo e judiciário participaram e puderam manifestar-se a respeito da proposta em debate. A partir das contribuições e reivindicações encaminhadas por diversos segmentos sociais, durante e após as consultas públicas, e a negociação entre os órgãos públicos envolvidos, chegou-se a uma proposta definitiva.

Senado vota decreto contra rotulagem de transgênicos – Sítio Eletrônico do MST – 02/06/2008

Durante cinco anos a indústria de alimentos boicotou a obrigatoriedade de rotular os alimentos contendo mais de 1% de ingredientes transgênicos. No início deste ano, forçadas pela Justiça, algumas empresas começaram a respeitar a lei e passaram a rotular alguns de seus produtos, como os óleos de soja da Bunge e da Cargill (Soya e Liza). Agora, a bancada ruralista do Congresso Nacional movimentou-se para acabar com a rotulagem e manter o consumidor sem informação sobre o que leva para casa.

A primeira iniciativa é da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), por meio de Proposta de Decreto Legislativo (PDS 90/2007) que tramita na Comissão de Agricultura do Senado. O Projeto pretende “sustar a aplicação” do artigo 3º do decreto de rotulagem que regulamenta o direito básico à informação garantido pelo Código de Defesa do Consumidor. A proposta visa também “sustar” a aplicação da Portaria 2658/03 do Ministério da Justiça, que definiu o símbolo da rotulagem (a letra T, em preto, envolta por um triângulo amarelo). A iniciativa vai na contra-mão das

recentes decisões judiciais reconhecendo e exigindo a informação nos rótulos, mesmo que abaixo de 1% de ingrediente transgênico.

Para a autora da proposta, “O símbolo definido pelo ministério remete à idéia de atenção e cuidado e pode fomentar a desconfiança da população em produtos que já foram avaliados e considerados seguros pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), prejudicando a introdução desses produtos no mercado”.

Porém, a soja transgênica, apesar de ter recebido parecer favorável na CTNBio, estava com a liberação suspensa pelo Poder Judiciário, quando foi “autorizada” por Medidas Provisórias e depois pelo Congresso Nacional após sua expansão ilegal pelo País. Recentemente, duas espécies de milho transgênico liberadas para comercialização pela CTNBio não receberam aprovação da Anvisa e do Ministério da Saúde, justamente por não estar garantida a segurança desses produtos.

A matéria deve ir a votação na próxima quarta-feira (04/06) na CRA (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado)

Estudo investiga efeitos do aquecimento - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 02/06/2008

Um estudo produzido por uma equipe de oito técnicos da Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ) para medir os efeitos de uma provável elevação da temperatura no Brasil ao longo deste século, provocada pelo efeito estufa, sobre a produção de energia elétrica no país concluiu que as modalidades de geração mais afetadas seriam a energia hidrelétrica e a eólica. A primeira perderia até 10,8% das vazões médias das oito bacias estudadas e até 2,2% da capacidade de geração entre 2071 e 2100. A segunda perderia até 60% do potencial de geração, pela redução da velocidade dos ventos.

Geograficamente, a área mais afetada seria a região Nordeste, seguida da região Norte. No Nordeste, a desertificação pode provocar perda de até 7,7% na geração hidrelétrica da bacia do São Francisco. Do ponto de vista da demanda, o trabalho conclui que o consumo energético pode aumentar até 8%, provocado pelo uso mais intensivo de aparelhos de ar condicionado.

Denominado "Mudança Climática e Energia - Impactos no Brasil", o trabalho é parte de um estudo mais amplo encomendado pelo governo do Reino Unido a instituições de pesquisa brasileiras sobre os efeitos das mudanças climáticas. Além da energia, estão sendo estudados os efeitos sobre a agricultura, a saúde e as migrações.

No estudo sobre energia, os técnicos da Coppe constatam também que poderá haver um pequeno impacto na capacidade de geração térmica a gás, porque a elevação da temperatura e a redução da umidade reduzem a eficiência das turbinas, e previram a inviabilidade da produção de soja e mamona, bioenergéticos, no Nordeste, compensada pela alta no Centro-Sul.

Os técnicos da Coppe utilizam a maior parte da longa introdução do estudo para ressaltar a carência de dados que permitam dar maior precisão ao estudo e, por isso, concluem que seus resultados "devem ser encarados mais como uma possibilidade do que como uma previsão de fato".

O estudo, que estará sendo apresentado hoje, no Rio de Janeiro, utiliza dois cenários de emissões de óxido de carbono (CO₂) propostos pelo Painel

Intergovernamental de Mudanças Climáticas, IPCC na sigla em inglês. No primeiro, de emissões altas, o crescimento econômico e tecnológico é lento e desigual entre as regiões do mundo. No segundo, as emissões são baixas, é crescente a preocupação sócio-ambiental e a população do mundo cresce menos.

Conferência da ONU adia decisões importantes para 2010 - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 03/06/2008

Após duas semanas de discussão, países não chegam a acordo em temas cruciais como o combate ao desmatamento e a responsabilização pelos danos causados pelos transgênicos, entre outros. ONU já admite ser impossível alcançar as Metas do Milênio de redução da perda da biodiversidade.

RIO DE JANEIRO – Encerrada no sábado (31) em Bonn, na Alemanha, a 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU (COP-9) conquistou poucos avanços práticos. Após duas semanas de discussões, os mais de cinco mil delegados de 191 países acabaram postergando a maioria das decisões importantes - como estabelecer um mecanismo efetivo de combate ao desmatamento ou determinar responsabilidades pela contaminação causada por transgênicos, entre outras - para a COP-10, que acontecerá em 2010 na cidade japonesa de Nagoya.

O fracasso do esforço diplomático multilateral no que concerne à biodiversidade é flagrante, pois o ano de 2010 foi justamente o prazo estabelecido pela CDB para que, no âmbito das Metas do Milênio da ONU, as nações apresentassem “índices significativos de redução da perda da biodiversidade”. A paralisia das discussões na COP-9 e a constatação de que o ritmo da perda da biodiversidade se intensificou nos últimos anos mostram que essas metas estão longe de serem alcançadas. Ao mesmo tempo, a crescente pressão da expansão das monoculturas sobre as florestas e o jogo econômico com o preço das commodities agrícolas preparam um cenário preocupante para os próximos anos.

Os dados apresentados são assustadores. Segundo a ONU, treze milhões de hectares de florestas - onde vivem cerca de dois terços de todas as espécies terrestres - são destruídos a cada ano. Essa pressão, aliada à concentração do cultivo agrícola em poucas variedades alimentares, fez com que, nos últimos cem anos, três quartos da diversidade genética das plantações tenham sido perdidos. Atualmente, segundo a FAO, metade das calorias ingeridas pela humanidade vem de apenas três espécies alimentares (arroz, trigo e milho) em um universo de 30 mil plantas comestíveis. O domínio das sementes pelas empresas transnacionais de biotecnologia e a disseminação dos transgênicos podem tornar este quadro ainda mais grave.

O ritmo de extinção de espécies animais e vegetais é hoje cem mil vezes mais acelerado do que o considerado normal e, segundo a ONU, significa a perda de quatro espécies a cada hora. A progressiva redução das florestas é uma promessa de morte para centenas de espécies de mamíferos, milhares de espécies de répteis e anfíbios e dezenas de milhares de espécies de insetos. Atualmente, uma em cada oito espécies de pássaro conhecidas está em risco de extinção. A acentuada perda da biodiversidade

marinha em todo o planeta, causada pela pesca industrial sem controle, também é assustadora, com o desaparecimento de várias espécies: “Nesse ritmo, a perda da biodiversidade marinha causará até 2050 um cenário devastador para milhões de pessoas que dependem da proteína do peixe”, alertou o secretário-executivo da CDB, Ahmed Djoghla. Os países presentes à COP-9 concordaram que, para deter a destruição das florestas, é preciso criar mecanismos financeiros que desestimulem o desmatamento. No entanto, a definição desses mecanismos foi mais uma vez postergada. Restaram iniciativas isoladas, como a feita pelo governo alemão, que anunciou a doação de meio bilhão de euros para a proteção de florestas e espécies ameaçadas. O governo brasileiro, por sua vez, anunciou a criação do Fundo de Proteção à Amazônia, que espera angariar um bilhão de dólares nos próximos anos para desenvolver projetos sustentáveis junto aos 25 milhões de brasileiros que habitam a floresta.

“Live Web Initiative” - Outra tarefa fundamental para deter a perda da biodiversidade é estimular a ainda tímida criação de unidades de proteção ambiental nos países megabiodiversos. Para tanto, foi lançada durante a COP-9 a “Live Web Initiative”, que é um plano de parceria global entre doadores e países que procuram fundos para criar áreas protegidas: “A criação de áreas de proteção ambiental é a espinha dorsal da CDB. Convido todos os países que tenham recursos a participar dessa iniciativa”, afirmou o ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Sigmar Gabriel, após anunciar uma primeira doação de 40 milhões de euros.

Discussão que se arrasta há quase dez anos e que interessa particularmente às populações indígenas e extrativistas que vivem na Amazônia brasileira, a criação de um sistema de repartição dos benefícios econômicos oriundos da exploração da biodiversidade também foi empurrada para 2010. Nesse caso, no entanto, houve um avanço em relação à COP-8 realizada em 2006 em Curitiba, pois todos os países concordaram que o sistema de repartição dos benefícios, quando criado, seja vinculante, ou seja, tenha cumprimento obrigatório por parte de seus signatários.

Transgênico sem culpa - Também realizado em Bonn, o 4º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-4) antecedeu a COP-9 e travou a sempre problemática discussão sobre os organismos transgênicos. Mais uma vez, os países fracassaram na tentativa de acordo sobre um regime de regras internacionais que façam poluidores pagarem pelos eventuais danos causados pelos transgênicos ao meio ambiente, à biodiversidade e à saúde humana. Até hoje, segundo a ONU, já foram registrados 216 casos de contaminação causados por inúmeras espécies de transgênicos em 57 países.

No início da MOP-4, parecia que as discussões iriam avançar, pois os países, assim como no caso da repartição de benefícios, concordaram em estabelecer um regime de responsabilização pelos transgênicos vinculante e com força de lei. A partir daí, no entanto, nada mais andou, pois alguns países, liderados por Japão e Brasil, passaram a obstruir as discussões. No fim das contas, tudo ficou para ser decidido na MOP-5, que também acontecerá daqui a dois anos em Nagoya: “A boa notícia é que todos os países concordam com regras que tenham valor de lei e não sejam apenas voluntárias, mas a atitude destrutiva do Brasil e do Japão traz preocupação para as futuras rodadas de negociação”, avaliou a coordenadora internacional de Engenharia Genética do Greenpeace, Doreen Stabinsky.

Transgênicos e biocombustíveis geram críticas ao Brasil - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 03/06/2008

País deixa de lado papel de “mocinho” cultivado há dois anos em Curitiba e coleciona críticas durante as conferências da ONU sobre biodiversidade e biossegurança realizadas na Alemanha. Governo brasileiro é denunciado por não cumprir o Protocolo de Cartagena.

RIO DE JANEIRO – Anfitrião e estrela das conferências sobre biodiversidade e biossegurança da ONU realizadas em 2006 em Curitiba, o Brasil, dois anos depois, conheceu o outro lado da moeda durante a COP-9 e na MOP-4 encerradas no último final de semana na Alemanha. Cercado de desconfiança após o pedido de demissão da ex-ministra Marina Silva, que presidia a Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU (CDB) e era considerada por todos uma peça-chave nas negociações ambientais multilaterais, o governo brasileiro acabou se tornando alvo das organizações do movimento socioambientalista internacional devido as suas posições frente a temas como biocombustíveis e organismos transgênicos.

Durante o 4º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-4), o Brasil se aliou ao Japão para impedir que fossem decididos imediatamente os patamares para a criação de um regime de responsabilização e compensação pela contaminação causada pelos organismos transgênicos. A obstrução fez com que essa decisão fosse remetida à MOP-5, que acontecerá em 2010 em Nagoya, no Japão. Na prática, isso significa que as empresas transnacionais que produzem e comercializam transgênicos terão mais dois anos para evitar punições na Justiça, como vêm fazendo.

“A postura adotada pelo governo brasileiro aqui na Alemanha evidencia a sua falta de interesse em sustentar qualquer política que alie desenvolvimento e sustentabilidade”, afirmou Gabriela Vuolo, que é coordenadora da campanha de Engenharia Genética do Greenpeace no Brasil e acompanhou as discussões sobre o Protocolo de Cartagena travadas em Bonn. Gabriela criticou a mudança de rota do governo brasileiro: “Eximir as indústrias de biotecnologia da responsabilidade pelos danos causados por suas variedades transgênicas é inaceitável e vai contra a própria legislação brasileira. Esperamos que isso seja revisto para as próximas rodadas de negociação”, disse.

O Brasil também foi alvo, durante a MOP-4, de uma denúncia por não cumprimento do Protocolo de Cartagena, provocada pela decisão do governo de liberar a comercialização de variedades de milho transgênico desenvolvidas pelas transnacionais Syngenta, Bayer e Monsanto. Assinado por seis organizações do movimento socioambientalista brasileiro, a denúncia cita “a não adoção de medidas para evitar riscos à biodiversidade e à saúde humana e a inexistência de estudos sobre o impacto do milho transgênico no meio ambiente brasileiro, o que é obrigatório, segundo o Protocolo de Cartagena”.

Baseada em dados fornecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ibama, a denúncia pede “que sejam suspensas as decisões que liberaram o plantio de milho transgênico no Brasil” e cita “a inação do governo federal face aos plantios ilegais” e “o descaso do governo com a decisão da MOP-3,

que determina, quando possível, a identificação dos carregamentos com OVMs (organismos vivos modificados) destinados à exportação”. Assinam a denúncia as organizações Associação Nacional de Pequenos Agricultores (Anpa), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Terra de Direitos, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Greenpeace Brasil e Associação dos Agricultores Orgânicos (AAO).

Contradição - “O governo nunca tratou com a devida seriedade a análise de risco dos transgênicos no Brasil. Legalizou com decisões absurdas os plantios ilegais, desconsiderando totalmente os direitos dos agricultores e consumidores que não querem plantar e consumir transgênicos. O Protocolo de Cartagena é muito claro ao determinar a obrigatoriedade de medidas para conter o contrabando ilegal, mas o governo brasileiro sempre fez o oposto”, afirmou Gabriel Fernandes, da AS-PTA, que também esteve em Bonn.

No Brasil, a Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos divulgou nota criticando o governo: “É vergonhoso que o Brasil tenha buscado obstruir as definições sobre responsabilidade na esfera do Protocolo de Cartagena, tendo em vista que, internamente, o regime de responsabilidade estrita ou objetiva é o que impera em todos os aspectos atinentes à biossegurança, conforme definido na Lei de Biossegurança, na legislação ambiental e no Código de Defesa do Consumidor. É ainda o regime que disciplina a conduta do Poder Público, conforme previsto em nossa Carta Magna”, diz o documento.

Não à precaução - Durante a 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU (COP-9), realizada em seguida, o Brasil voltou a ser alvo de críticas, dessa vez por conta de sua posição em relação à expansão dos biocombustíveis. Alguns países e a maioria das organizações do movimento socioambientalista queriam que a conferência declarasse a adoção do “princípio da precaução” para a produção agrícola voltada aos biocombustíveis, mas o governo brasileiro liderou o movimento que fez com que essa decisão fosse postergada para a COP-10 daqui a dois anos.

Em Bonn, Camila Moreno, da Terra de Direitos, lamentou a postura do governo brasileiro: “Os efeitos cumulativos do agronegócio no país e a expansão massiva das monoculturas são inegavelmente o maior vetor do desmatamento e de destruição de ecossistemas no Brasil. A expansão dos agrocombustíveis, da maneira como está sendo conduzida pelo governo brasileiro, só vai agravar esta situação”, disse.

A posição do governo brasileiro de empurrar para frente a discussão sobre o cultivo de árvores transgênicas também foi alvo de críticas, assim como os acordos assinados com a Alemanha para desenvolvimento de pesquisa genética e produção de etanol. Se ainda restava alguma dúvida de que a lua-de-mel entre o governo e o movimento socioambientalista iniciada após os encontros de Curitiba havia se esgotado, essa dúvida foi desfeita na MOP-4 e na COP-9 realizadas na Alemanha.

Desmatamento aumenta e já supera o registrado em 2007 – Afra Balazina e Fábio Amato – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008

Só em abril, floresta amazônica perdeu área equivalente à da cidade do Rio de Janeiro - Entre agosto de 2007 e abril de 2008, governo detectou 5.850 km² desflorestados, contra 4.974 km² de agosto de 2006 a julho de 2007

Mesmo antes de terminar o período de observação da Amazônia -que vai até julho-, dados de satélite apontam que o desmatamento já superou o total visto no intervalo anterior. Entre agosto de 2007 e abril de 2008, o Deter, sistema de detecção em tempo real do governo, enxergou 5.850 km² desflorestados. Entre agosto de 2006 e julho de 2007, o mesmo sistema viu 4.974 km².

"O importante é que continua havendo a tendência de aumento mensurável de desmatamento", disse Gilberto Câmara, diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

De acordo com ele, os dados do Deter demonstram "que será difícil manter a mesma taxa" de desmatamento de 2007, que foi de 11.200 km² -equivalente a sete vezes e meia a cidade de São Paulo. Mas ainda não se pode dizer qual será o total do desmatamento de 2007/2008.

Primeiro porque ainda faltam as análises de maio, junho e julho, quando a Amazônia fica seca e o desmate é mais alto. Depois, porque apenas no segundo semestre o governo divulga o dado anual do sistema Prodes, mais preciso que o Deter e usado para cálculo efetivo da área desmatada.

"Colhe-se o que se plantou. Você aumenta a exportação de ferro-gusa com carvão de floresta nativa, triplica os frigoríficos, titula ocupações de até 1.500 hectares, licencia obras ilegais e ainda não cobra as multas. Depois espera o quê? Considerando que só há dados sobre Mato Grosso e Roraima, a tendência é de termos um ano entre os piores, voltando à casa dos 20.000 km²", disse Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra.

Em abril, as nuvens "colaboraram" e o Inpe conseguiu detectar um desmatamento recorde nos últimos meses na Amazônia Legal: 1.123 km². O número, equivalente à área do município do Rio de Janeiro, é maior do que o desmatamento observado nos meses de dezembro e de novembro passados (943 km² e 974 km² respectivamente), quando a devastação explodiu e fez o governo anunciar uma série de ações.

Mato Grosso foi, como o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) já havia antecipado, o líder em desmatamento no período, com 794,1 km². O Estado teve pouca cobertura de nuvens (14%), o que possibilitou melhor análise da região.

Pará e Amapá, por exemplo, tiveram 89% e 94% de cobertura de nuvens, respectivamente. Em segundo lugar ficou Roraima, com 284 km², e em terceiro, Rondônia, com 34,6 km². Este último foi citado como o Estado mais degradado proporcionalmente, enquanto Amazonas é o mais preservado.

No mês de março, haviam sido detectados 145 km² de desflorestamento. Entretanto, não se pode dizer que houve aumento expressivo de um mês para o outro porque em março as nuvens atrapalharam muito a visualização -78% da Amazônia Legal estava coberta por nuvens, contra 53% de abril.

"Em Mato Grosso as más notícias estão reveladas, agora que a cobertura de nuvens diminuiu", disse Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

Câmara disse que não é possível avaliar, no momento, se os desmatamentos encontrados são corte raso ou áreas em processo de desmatamento por degradação florestal (quando ainda existem árvores na área).

O Inpe afirma que dos cerca de 4 milhões de km² de floresta amazônica, cerca de 700 mil já foram desmatados.

Senhor Minc, o senhor é um fanfarrão – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008

O novo dado de desmatamento comprova: Marina Silva abandonou o barco do Meio Ambiente no momento certo. A cifra final, a sair em agosto (o mês do desgosto, como dizem), será um arraso sobre a floresta. E essa conta será de Lula e de seus "heróis" do agronegócio, encarnados na figura de Blairo Borges Maggi.

Afigura-se a realidade arrepiante de um desmatamento na casa dos 20.000 km² de agosto de 2007 a julho de 2008. Para dar uma idéia do que isso significa, em 150 anos, de 1700 a 1850, toda a produção de açúcar na mata atlântica ceifou 7.500 km².

Em resposta ao desastre imposto pela alta nas commodities, Carlos Minc, o "performer" que substituiu Marina no ministério, anuncia que vai mandar prender... os bois! Isso mesmo: os bois, cujo único crime é pastar em áreas embargadas cuja floresta algum humano derrubou -com crédito oficial e estímulo político.

Ora, não seria mais efetivo prender os donos das terras onde pastam os bois? Certamente. Mas isso o governo não faz, por duas razões. Primeiro, para não criar caso com aliados em ano de eleição.

Depois, porque nem Minc nem ninguém sabe quem é dono da terra na Amazônia. A única medida que poderia ser definitiva contra o desmate, o ordenamento fundiário, foi um fiasco. Só 20% dos proprietários aderiram ao cadastro de terras imposto pelo governo. E, com o orçamento pífilo dedicado a esse reordenamento pelo Plano Amazônia Sustentável, nada vai mudar.

Vai ser engraçado ver o ministro, entre uma coletiva e outra, correndo atrás de boizinhos e vaquinhas no pasto. São 80 milhões de cabeças na Amazônia, senhor ministro. Haja colete para suar.

Minc diz que vai apreender "bois piratas" na Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008

Ministro admite estouro da meta de desmatamento e alerta que "o pior está por vir" - Minc agora diz que se sente "prestigiado" por Lula e que este se opõe à ampliação do limite de desmatamento de propriedades na Amazônia

Em resposta à alta do desmatamento na Amazônia, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) anunciou ontem a decisão de apreender gado criado em áreas desmatadas ilegalmente.

Minc batizou a operação de "Boi pirata" e atribuiu à pecuária parte da responsabilidade pelo avanço de mais 1.124 km² de devastação da floresta em abril, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

A Amazônia Legal já reúne 36% do rebanho bovino do país. "É um recado de combate à impunidade do crime ambiental", disse o ministro, sinalizando que a medida terá um efeito mais simbólico.

O confronto aberto com o agronegócio começou na última semana de maio, quando o Ibama apreendeu 4,3 mil toneladas de grãos, principalmente soja e milho, nos Estados do Pará e do Mato Grosso. Foi a primeira vez que o governo agiu contra a produção em áreas embargadas por desmatamento ilegal na Amazônia.

O produto das apreensões será leiloado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e o dinheiro obtido irá para programas sociais mantidos pelo governo federal.

Minc tomara conhecimento dos dados do Inpe antes de tomar posse, mas combinou com o instituto o momento mais oportuno de divulgar os números. Em abril, os satélites do Inpe captaram desmatamento superior aos meses de novembro e dezembro, que justificaram o alerta do início do ano.

"O dado é preocupante e não vamos brigar com o termômetro. Vamos agir", disse o ministro, numa referência ao sistema de detecção do desmatamento em tempo real do Inpe, cujos resultados vêm sendo contestados pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi.

O número oficial da área devastada na Amazônia entre agosto de 2007 e julho de 2008 será divulgado no final do ano, mas Minc já espera o descumprimento da meta fixada pelo governo em janeiro, de limitar o desmatamento do ano aos mesmos 11,2 mil quilômetros quadrados registrados entre agosto de 2006 e julho de 2007.

Os sinais do estouro da meta são claros e foram captados pelo sistema de detecção do desmatamento em tempo real -que é mais rápido, embora menos preciso que o sistema Prodes, que calcula a área oficial da devastação. Entre agosto de 2007 e abril de 2008, o Deter já captou o corte raso ou a degradação avançada de 5.850 km² de floresta, contra 4.974 km² medidos no período anterior de 12 meses.

"Não queremos chorar sobre a seiva derramada", disse o ministro. Ele destacou o registro do ritmo acelerado das motosserras ocorreu num período de chuvas na Amazônia, e é nos meses de estiagem que a devastação costuma crescer, a partir de junho: "O pior está por vir".

Preço das commodities - Ao analisar o ritmo da devastação, Minc repetiu a avaliação feita pela ex-ministra Marina Silva e relacionou o desmatamento ao aumento do preço de commodities: "O preço da carne e da soja dispararam e há uma relação histórica entre preços e desmatamento".

Minc insistiu em que as medidas adotadas no início do ano estão corretas, mas demoram a dar resultado. Uma das medidas com que o ministro conta é o bloqueio do crédito rural a produtores que não comprovem regularidade ambiental. A resolução do Banco Central, contestada pelo agronegócio, entra em vigor em 1º de julho.

Questionado se pediria demissão caso a medida venha a ser suspensa, o ministro disse que se sente "prestigiado" pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Minc disse ainda que o presidente é contra a proposta que aumenta de 20% para 50% o limite de desmatamento de propriedades na Amazônia.

Pastagem soma 7,8% da área da Amazônia Legal – Denise Menchen – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008

A Amazônia Legal ganhou ontem um banco de dados que pretende servir como subsídio para a formulação de políticas públicas para a região, formada por Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

Com nível de detalhamento inédito, o sistema mostra que as áreas modificadas pelo homem, de 748.698 km², já correspondem a 15% do total da região -as pastagens respondem por 7,8%. Com 3.016.363 km², a floresta ocupa 61,07% da área total.

"Essa é uma ferramenta poderosa para que se conheça um pouco mais dessa região e para orientar as políticas públicas", diz Ricardo Braga, gerente de Recursos Naturais do IBGE, responsável pelo produto.

Segundo ele, a escala de 1:250.000, em que 1 cm no mapa corresponde a 2,5 km de território, permite uma abordagem com baixo nível de generalização.

Os dados começaram a ser coletados na década de 70 e foram revisados e atualizados através de imagens de satélites e trabalhos de campo, realizados por cerca de 20 funcionários do IBGE. Eles foram a 2.500 pontos de inventários florestais, regiões de um hectare quadrado onde coletaram a vegetação local e fizeram a medição das árvores com potencial comercial -aquelas com mais de 30 centímetros de diâmetro. Isso permite precisar com bastante credibilidade a ocorrência de determinada espécie de árvore.

A divulgação das informações, segundo afirmou o gerente do IBGE, chegou a ser questionada pelo Ibama, pois poderia funcionar como um "mapa da mina" para os madeireiros. O órgão, no entanto, acabou dando apoio à iniciativa.

"Adotamos o critério de transparência", afirmou Roberto Ricardo Vizentin, diretor de zoneamento territorial do Ministério do Meio Ambiente. "Quanto mais conhecimento o governo e a sociedade tiverem, mais condições políticas teremos para adotar medidas coerentes com o desenvolvimento sustentável", disse.

Apesar de não ser atualizado constantemente, o banco de dados permite acompanhar a evolução do desmatamento na região e também qual é a vegetação mais afetada pelo desmatamento.

O sistema pode ser acessado gratuitamente no site do IBGE (www.ibge.gov.br). Os arquivos estão no formato "shape", que demanda programas específicos para ser lido.

Secretário de MT volta a questionar dados de instituto – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008

O secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Luis Henrique Chaves Daldegan, voltou a questionar os dados do Inpe que colocam o Estado na liderança do desmatamento dentro da Amazônia Legal. Para Daldegan, os dados de ontem, que apontam o Estado como campeão de desmatamento, carecem de checagem. "Infelizmente, não foi colocado em que ano foi [feita a supressão da vegetação]. Temos áreas identificadas que foram desmatadas em 2000 ou 2001. Essa degradação é progressiva."

Segundo o secretário, o desmatamento maior verificado em MT está ligado ao fato de ter sido possível observar bem o Estado por satélites, já que sua área teve pequeno percentual de cobertura por nuvens. Ele também afirmou que os dados do sistema Prodes [que calcula área desmatada], com divulgação prevista para o segundo semestre, vão mostrar queda na derrubada de floresta no Estado. "Pelos nossas projeções, vamos ter um desmatamento grande na Amazônia e, em Mato Grosso, menor."

Daldegan -o único representante de governo estadual a acompanhar a apresentação dos dados feita pelo Inpe ontem- disse que o governo vai continuar a ir a campo para confirmar pontos de desmatamento apresentados pelo Inpe. "Vamos fazer as verificações, os autos de infração daqueles desmatamentos encontrados. E vamos retornar as informações com o Inpe porque nós estamos fechando um termo de cooperação", disse Daldegan.

Pelo acordo, os dados de desmatamento do Inpe serão enviados para a Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso. Em contrapartida, a secretaria fará relatórios sobre as observações realizadas nos locais apontados e entregará ao Inpe. **(FÁBIO AMATO e AFRA BALAZINA)**

Para encerrar polêmica com MT, Inpe diz que seu sistema é eficaz – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2008

Para tentar colocar fim à controvérsia com o governo de Mato Grosso em torno dos dados que apontam o Estado como campeão de desmatamento, o Inpe divulgou ontem um relatório em que conclui que o sistema Deter é "eficiente" e que a proporção de alertas não confirmados como desmatamento é menor do que 6%.

O documento mostra que o Deter é eficiente para indicar a ocorrência de desmatamento por corte raso. Mas não é o sistema mais adequado para mapear o processo de degradação florestal, pois subestima e detecta, em geral, processos já nos estados finais de degradação.

O Inpe também checou fotos de um relatório da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de MT. De 854 fotos, foram consideradas em condições de análise 353. A partir delas, foram vistas as imagens correspondentes de satélite. Concluiu-se que 57,2% dos casos eram de degradação progressiva da floresta e 39%, corte raso.

O governo de MT só considera desmatamento o corte raso -estágio final da degradação, quando a floresta dá lugar a pastagem e arbustos.

Gilberto Câmara, diretor do Inpe, afirma que os instrumentos de fiscalização precisam melhorar. "Não estamos satisfeitos hoje, mas é o que existe."

Ele disse que, a partir de 2011, haverá novos satélites. Outra medida será usar, de forma complementar, dados do satélite japonês Alos, que não sofre influência das nuvens.

Bush critica lei do Senado contra aquecimento global – Folha de São Paulo – Ciência – 03/06/2008

Enquanto em Bonn, na Alemanha, 2.000 delegados começam a tentar rascunhar o futuro do Protocolo de Kyoto, do outro lado do Atlântico, em Washington, George Bush continua insensível ao problema do aquecimento global.

Ontem, por exemplo, o presidente dos Estados Unidos criticou o Senado americano. O recado é contra uma lei, em discussão desde segunda-feira, que prevê a cobrança de taxas sobre combustíveis -entre outras medidas- para tentar segurar a emissão de gases que contribui para o efeito estufa.

"[A medida] poderá impor US\$ 6 trilhões de novos custos à economia americana", disse Bush durante um evento. De acordo com o presidente dos EUA, "taxar o consumo energético" não é a melhor forma de proceder.

Nos bastidores, a Casa Branca também já trabalha para barrar qualquer acordo sobre corte de emissões, que poderá ser discutido em julho, no Japão, na próxima reunião do G8. A posição dos Estados Unidos permanece imutável: só adotam uma

meta para redução de emissões de gases de efeito estufa se os países emergentes, como Brasil, China e Índia também cortarem emissões.

Independentemente da posição de Washington, os delegados reunidos na Alemanha abriram ontem o evento sobre o futuro do Protocolo de Kyoto - acordo que expira, na sua primeira fase, em 2012 - com a pauta cheia. Uma das medidas em debate, por exemplo, é a taxação das passagens aéreas.

Nas primeiras discussões do encontro, os países pobres e os ambientalistas chamaram a atenção para o fato de que as mudanças climáticas globais já fazem parte do dia-a-dia das pessoas e não podem mais ser tratadas como algo distante.*Com Reuters.

Ministro apresenta Territórios em Roma – Sítio Eletrônico do MDA – 03/06/2008

Ações como o Territórios da Cidadania e a experiência brasileira em políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm sido relatadas a chefes de estado presentes na Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar, pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que participam do evento que se realiza em Roma, na sede da FAO, nesta semana. “A nossa experiência em desenvolver a agricultura familiar tem servido de referência para auxiliar países a igualmente incrementarem suas ações no meio rural, buscando maior produção de alimentos”, relata o ministro Cassel.

Um exemplo de país que tem conhecido as ações brasileiras é o Haiti. Na semana passada, uma comitiva brasileira, liderada pelo Presidente Lula, esteve no país. Em Roma, segundo Cassel, novo encontro foi realizado nesta segunda-feira com líderes haitianos e de mais 20 países, com a presença do secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, e representantes da FAO e Fida. “Como 61% da população do Haiti está na zona rural, temos apresentado ações que podem contribuir para uma maior organização da produção”, diz Cassel.

Entre as ações do governo brasileiro está o Territórios da Cidadania. O programa tem como meta principal combater a pobreza no meio rural, através de um conjunto de ações integradas de 19 ministérios. Apenas em 2008, o programa conta com R\$ 11,3 bilhões em recursos. O Territórios da Cidadania foi apresentado em Roma pelo ministro Cassel a chefes de estado da Croácia, Sri Lanka e Cuba, após reuniões do Presidente Lula com líderes destes países. O Presidente Lula também apresentou o Territórios da Cidadania ao Cardeal brasileiro, Dom Cláudio Hummes, segundo Cassel. “Para o presidente, este é o melhor projeto atualmente em ação para combater a pobreza rural.”

Agricultura Familiar e produção de alimentos - Tema central nas discussões da Conferência em Roma, a crise provocada em várias partes do mundo pela alta dos preços dos alimentos é também discutida pelos líderes brasileiros presentes ao encontro. “É cada vez mais notável o papel da agricultura familiar na

produção de alimentos”, assinala o ministro do Desenvolvimento Agrário. Cassel conta que a comitiva brasileira, liderada pelo Presidente Lula, reuniu-se com o representante do Papa Bento XVI, o primeiro-ministro da Itália, Silvio Berlusconi e o secretário-geral da ONU, na manhã desta terça-feira. Nas discussões, a necessidade urgente de garantir mais alimentos, de melhor qualidade, utilizando-se da agricultura familiar para garantir soberania e segurança alimentar.

Em seu pronunciamento nesta terça-feira (3), o Presidente Lula destacou que a segurança alimentar sempre foi uma preocupação central do seu governo. “Fiz do combate à fome e à pobreza uma prioridade da ação internacional do Brasil. Mas o que fizemos é muito pouco em relação à enormidade da tarefa. Quero lembrar aos senhores que, todas as noites, mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo vão dormir com fome, o que é uma indignidade e um insulto à humanidade.”

MMA começa a ajudar na elaboração de planos estaduais de combate ao desmatamento – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 03/06/2008

Mato Grosso, Pará e Acre serão os primeiros estados da Amazônia Legal a contarem com Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento e Cadastro Ambiental Rural. Os trabalhos iniciaram esta semana com a publicação dos editais (www.pnud.org.br) para contratação dos consultores que irão coordenar as atividades de elaboração e implementação desses planos. Serão cinco pessoas, uma em cada estado e duas em Brasília, com formação nas áreas de engenharia florestal, agronomia, geografia, biologia ou áreas afins, com pós-graduação em nível de mestrado ou especialização e preferencialmente com domínio de geotecnologias. Esses profissionais serão encarregados de formular um plano de trabalho para cada estado, inclusive com a capacitação das pessoas do órgão ambiental local que irão executar o plano posteriormente. Os contratados - bem como os projetos nos três estados - serão pagos com recursos oriundos de Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Noruega, um investimento de US\$ 4,3 milhões. A expectativa é que os planos estejam prontos no início de 2009.

A idéia é transformar o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), que é federal, num plano nacional, no qual os estados passam a ter um papel ainda mais relevante. Principalmente em função dos números que vêm sendo divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desde o segundo semestre de 2007 e que apontam para um aumento na tendência de desmatamento. Desde o início do plano, em 2004, o governo conseguiu resultados importantes na redução das taxas de desmatamento, que caíram de 27 mil km² em 2004, para 11,2 mil km² em 2007 - uma queda da ordem de 59%. Recentemente, o Inpe começou a registrar uma retomada da derrubada da floresta, o que demandará maior esforço nas ações de monitoramento e controle e, em conseqüência, mais eficiência e eficácia da fiscalização ambiental, com ações articuladas de política agrária, agrícola e de crédito oficial, e também com maior participação dos órgãos estaduais.

Minc lança pacote para deter desmatamento - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 03/06/2008

Alarmado com a tendência de avanço do desmatamento na Amazônia, que atingiu uma área de 1.123 km² em abril, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, lançou ontem novas medidas de arrocho ambiental e reafirmou a decisão de governo de suspender a concessão de crédito rural a produtores em situação ambiental e fundiária irregular na região.

Ao avaliar os dados da devastação da Amazônia, divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o ministro creditou a tendência à elevação dos preços internacionais da soja e da carne bovina, o que pressionaria o avanço da fronteira agrícola sobre a floresta, e alertou que seguirá acelerado o ritmo da derrubada da floresta neste ano. E também previu uma piora da situação até o fim da época de seca na região, em setembro. O total devastado em abril equivale à soma dos municípios de Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). O Estado de Mato Grosso respondeu por 70% da área derrubada no período. Roraima foi responsável por 25% do total.

O reforço no pacote de arrocho ambiental contará, a partir deste mês, com a apreensão do gado criado em áreas embargadas pelo governo, a criação de um "batalhão verde" com 500 homens da Força Nacional para atuar nas regiões mais críticas, a ampliação da área de unidades de conservação no sul do Amazonas e a notificação pelo Ibama a siderúrgicas, frigoríficos, madeireiras e tradings para que evitem transações comerciais com municípios ou propriedades em situação irregular. O Ibama promete 116 operações nos 36 municípios campeões do desmatamento no Pará, Mato Grosso, Rondônia e sul do Amazonas até julho.

O ministro Carlos Minc afirmou que a situação da devastação da floresta é "muito pior do que parece", de acordo com a tendência verificada pelo Inpe. "O dado é preocupante. Não vamos brigar com o termômetro. As medidas (de combate) são recentes e ainda não renderam frutos", avaliou. Ele defendeu o Inpe, atacado pelo governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), como "instituição seríssima". E completou: "O pior está por vir. Não podemos dormir no ponto. Faltam meses barrapitada." Ele ainda arriscou previsões sobre a tendência. "Muito dificilmente (o desmatamento) será menor neste ano porque saímos de níveis muito baixos e os preços da soja e da carne de gado estão em alta", disse.

O alerta de Minc foi o primeiro de uma autoridade federal sobre a tendência do desmatamento para 2008. "A gente pode torcer, rezar, ninguém quer que o desmatamento aumente. Acho que no fim do ano dificilmente teremos um número abaixo que o de 2007."

Sobre as divergências que teve com o governador Blairo Maggi, seu principal adversário político na Amazônia Legal, Minc afirmou ter conversado ontem mesmo por telefone com o dirigente estadual. E prometeu que fará uma visita para fiscalizar as ações do Estado, considerado o maior problema para a contenção do desmatamento na região amazônica. "Há conflitos naturais que são dirimidos. Posso ter subido algum decibel a mais (nas críticas a Maggi)", reconheceu. Mas ressaltou a vontade de trabalhar em conjunto com Maggi.

Minc também defendeu a resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que proíbe a concessão de crédito a produtores em regiões embargadas. Segundo ele, o governo não voltará atrás da decisão de manter as regras aprovadas em fevereiro. "Me sinto prestigiado pelo presidente", afirmou. Apoiado pela bancada ruralista, Maggi e governadores da região pressionam o presidente Lula a relaxar as regras e

postergar a entrada em vigor da resolução. "Não vejo que alguém vai voltar atrás. Ainda mais com esses dados (de desmatamento) preocupantes. A resolução não inventou nada. Está tudo em leis e decretos anteriores", disse.

Minc lembrou que 1 de julho, quando entrará em vigor a medida, não é uma "data fatídica" e que os produtores podem apenas "dar entrada" nos papéis para regularizar a situação fundiária e ambiental para garantir a concessão de crédito rural dos bancos.

Maggi aceita os números novos do Inpe – Valor Econômico – Brasil - 03/06/2008

O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), minimizou os novos números do Inpe, que detectaram aumento do desmate em Mato Grosso em abril. "De fato, Mato Grosso aparece em primeiro lugar. Mas em abril fomos o Estado que teve a maior cobertura do satélite. Tivemos apenas 14% do território com nuvem no período. Diferente de outros Estados, como o Pará, onde havia só 11% de céu aberto", disse o governador.

Maggi afirmou que concorda com a forma como os números foram divulgados desta vez, com a separação do corte raso da degradação progressiva da vegetação. "É isso que tenho pedido, que os números sejam separados. Assim, há como o governo agir quando há degradação progressiva. Se você consegue detectá-la a tempo, há como recuperar a vegetação." Ele disse ainda que a fiscalização da Secretaria Estadual de Meio Ambiente vai a campo nos próximos dias para fiscalizar os dados relativos ao corte raso na floresta. "Vamos detectar este corte e vamos embargar as áreas. Nenhum Estado da Amazônia tem estrutura de fiscalização e a disponibilidade de gente e financeira como Mato Grosso", disse. Maggi afirmou que, para ele, o que vale mesmo são os dados do sistema Prodes, que serão divulgados no fim do ano.

Em São Paulo, o governador José Serra (PSDB) assinou ontem decreto que cria o Cadastro Estadual das Madeiras Paulistas, com o qual pretende regularizar a venda de madeira no Estado. A intenção é cadastrar as empresas que vendem produtos e subprodutos de origem nativa da flora nacional.

Desmatamento cresce, mas governo cede ao agronegócio - Maurício Thuswohl – Agência Carta Maior – 04/06/2008

Dados relativos a abril mostram que pelo menos 1.123 quilômetros quadrados de floresta foram destruídos. Mais uma vez, Mato Grosso é o campeão, mas o governador Blairo Maggi lidera a resistência às medidas do governo federal para reverter o desmatamento.

RIO DE JANEIRO – Divulgados na segunda-feira (2) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), os números do desmatamento da Amazônia relativos a abril prometem endurecer a disputa entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e setores do agronegócio em torno das políticas governamentais de sanção econômica aos proprietários rurais provocadores da devastação. Segundo o Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), baseado em informações passadas por

satélites, foram desmatados em abril pelo menos 1.123 quilômetros quadrados de floresta, número assustadoramente maior do que o registrado em março (145 quilômetros quadrados) e que comprova a aceleração do ritmo da destruição que vinha sendo reduzido nos últimos três anos.

A devastação na Amazônia é provavelmente ainda maior do que o detectado pelos satélites do Inpe, já que 53% da área de floresta permaneceu encoberta por nuvens durante o mês de abril. O que se sabe com certeza é que o estado do Mato Grosso é mais uma vez o campeão do desmatamento, com 794 quilômetros quadrados de floresta derrubada em abril, o equivalente a 70,8% do total detectado no período. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, pertence à família que mais planta soja no mundo e é hoje o maior líder político do agronegócio brasileiro. Como tal, Maggi é ferrenho opositor das medidas estipuladas pelo governo federal para conter o desmatamento em seu estado, tendo promovido embates políticos públicos com a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e com o atual ministro, Carlos Minc.

O números divulgados esta semana pelo Inpe mostram que o aumento do desmatamento é uma tendência consolidada. Nos doze meses compreendidos entre agosto de 2006 e julho de 2007 foram desmatados 4.974 quilômetros quadrados de floresta, enquanto que, de agosto do ano passado até abril deste ano, já foram derrubados 5.850 quilômetros quadrados. Até o fim do julho, quando termina o período de medição anual trabalhado pelo Inpe, a tendência é que o ritmo do desmatamento aumente ainda mais, pois será o período da estiagem: “A coisa pode ser muito pior do que parece. Ainda faltam os meses brabos”, admite o ministro Minc.

Os dados relativos ao desmatamento de abril já estavam disponíveis há algum tempo, mas sua divulgação foi retardada por conta da mudança no comando do MMA. Antes mesmo do anúncio, no entanto, os números já eram questionados publicamente por Maggi, pois seu governo garante que o desmatamento no estado vem caindo nos últimos cinco anos: “Há dois anos, a média de desmatamento de Mato Grosso está abaixo de três mil quilômetros quadrados. É um momento histórico, no qual deveríamos ser premiados, mas estamos sendo punidos”, disse.

Desde que a retomada de um ritmo acelerado de desmatamento na Amazônia foi percebida, no fim do ano passado, Maggi lidera os esforços para conter as medidas anunciadas pelo governo federal para reverter a situação. A principal delas é o corte, determinado por uma resolução do Banco Central, do acesso às linhas de crédito e financiamento público para os proprietários rurais que promovem o desmatamento. Anunciada em março pelo MMA, a medida atinge 67 municípios em Mato Grosso: “Essa resolução vai acabar com a atividade econômica em muitas cidades mato-grossenses e provocar muito desemprego”, queixou-se o governador, quando soube da novidade.

Pressão surte efeito - A pressão de Maggi teve dois efeitos imediatos. O primeiro foi fazer com que dez mil grandes proprietários rurais de Mato Grosso simplesmente ignorassem o recadastramento promovido pelo Incra com o objetivo de determinar quem está atuando legalmente do ponto de vista ambiental. A postura do governador foi criticada pela ex-ministra Marina Silva: “Em vez de implementar as medidas, o governo do Mato Grosso passou a contestar os dados de crescimento do desmatamento. Os dados do ano passado já acederam a luz vermelha no governo

federal, mas Maggi teve uma postura reativa e criou um clima de desobediência civil que acabou levando a um aumento ainda maior do desmatamento”.

O segundo efeito da pressão liderada por Maggi, com o auxílio dos cerca de 300 deputados que compõem a bancada ruralista na Câmara, teve sabor de vitória política. Num recuo anunciado durante uma reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os governadores dos estados da Amazônia Legal, o governo federal resolveu “adaptar” a resolução do Banco Central, tornando passíveis de sanções econômicas apenas as propriedades localizadas dentro do bioma amazônico, e não mais aquelas localizadas no Pantanal ou no Cerrado: “Essa flexibilização beneficia 70% dos municípios de Mato Grosso”, comemorou Maggi.

Numa outra medida que agradou a setores ligados ao agronegócio, o ministro Carlos Minc anunciou aos governadores dos estados amazônicos que o governo vai destinar R\$ 1 bilhão de reais para a recomposição de áreas degradadas de floresta. Incluída na Medida Provisória 432, que trata da dívida agrícola, essa medida vai beneficiar economicamente quem já desmatou, mas é encarada como única saída viável pelo governo: “Vamos dar meios a todos aqueles que queiram se regularizar e recompor as áreas de reserva legal. A regularização será coletiva, e o MMA vai dar 30% dos recursos para acelerar, numa força-tarefa, a regularização ambiental daqueles que queiram realmente se regularizar”, disse Minc.

Poder aos estados - O ministro anunciou também, nesta terça-feira (3), que o poder de determinar quais propriedades rurais ficarão impedidas de aceder aos financiamentos públicos caberá a cada governo estadual da Amazônia Legal. A descentralização já era prevista há algum tempo pelo governo federal, mas Minc admitiu que esse sistema é vulnerável a fraudes: “Sim, pode haver fraude. Um secretário ou um governador contrário à resolução, ou um produtor que oferece cem mil reais para dizerem que sua propriedade está fora do bioma amazônico. Mas, isso é falsidade ideológica e, se flagrado, implicará em prisão. Quem estiver errado, vai responder por crime ambiental”.

O Ibama, segundo o ministro, fará um controle do trabalho de regularização implementado pelos governos estaduais, mas ele se dará por amostragem, de acordo com as possibilidades atuais do instituto: “Imagina se eu colocasse os 400 homens que o Ibama tem para cuidar da Amazônia atrás de uma mesa para receber sete mil produtores e dizer se eles estão ou não dentro do bioma? O Ibama já não tem meios de pegar os grandes madeireiros e criar as grandes reservas...”, lamentou Minc.

Bois no coleto – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2008

Só ação concertada do governo pode melhorar situação na Amazônia; arroubos performáticos são dispensáveis

QUANDO AS comédias "stand-up", em que um artista solitário tenta arrancar gargalhadas da platéia, voltam a emplacar no show business, surge o ministro Carlos Minc. Se falta graça às tiradas do novo titular do Meio Ambiente, sobra-lhe

disposição de entreter. Talvez a culpa seja do presidente Lula, que recomendou ao ministro que fosse criativo e tivesse muitas idéias no cargo -estímulo em excesso para alguém que já tachava de "performático" seu próprio estilo. Do anedótico colete do ministro, de onde já sacara especulações como o uso de militares na defesa da floresta, acaba de sair novo factóide: a chamada operação boi pirata.

Diante do aumento da devastação amazônica, tendência confirmada por reiteradas medições de satélite, Minc promete uma ofensiva para prender bois em pastos ilegalmente desmatados. A sugestão lembra em mais de um aspecto a pantomima da caça ao boi gordo no pasto, ocorrida há mais de duas décadas, quando o Plano Cruzado agonizava. Daquela feita, como agora, tratava-se de iludir o público com uma reafirmação encenada de autoridade imperial do governo, quando os fatos já haviam se encarregado de desmoralizá-la. A aparição de Carlos Minc como um Indiana Jones de madeixas a perseguir novilhos em fuga pode até render uma performance, mas não vai melhorar a perspectiva para a Amazônia.

O arcabouço normativo, a capacidade do Estado de aplicar as leis e a realidade econômica e social estão em profundo desacordo naquela região cada vez mais importante para o Brasil. Os avanços registrados pela política pública federal e estadual nos últimos anos não foram capazes de invalidar a equação fundamental do desmatamento, que dispara quando o preço dos produtos agrícolas aumenta.

Pelo menos no âmbito do governo federal, a dicotomia de objetivos entre a política agrícola e a política ambiental deveria ser equacionada. Sem soluções de compromisso entre um e outro setor, devidamente mediadas pela Presidência, o Estado vê diminuir ainda mais o seu poder de combater as causas do desmatamento amazônico. É preciso, nesse processo, favorecer um pacto pelo aumento da produtividade no campo nas extensas áreas já degradadas do país; pela regularização fundiária definitiva da Amazônia; pela normatização ecológica e econômica, por meio de zoneamento, da atividade agrícola em solo nacional; pela instituição de mecanismos, regulatórios e de mercado, que inibam o consumo de produtos oriundos do uso irregular da terra; pela exploração racional da floresta; pela multiplicação das ferramentas de fiscalização e controle na região amazônica.

Esse, por certo, não é um roteiro adequado aos monólogos performáticos de Carlos Minc. Requer um grande elenco ministerial, sem prescindir do protagonista, o presidente da República.

Neocolonização da Amazônia – Aloizio Mercadante – Folha de São Paulo – Opinião – 04/06/2008

Algumas vozes insistem na necessidade de uma segunda internacionalização da Amazônia. A tese é preocupante e absurda

A PRIMEIRA internacionalização da Amazônia ocorreu nos dois últimos séculos, período no qual os países desenvolvidos devastaram os seus biomas, sem pedir licença a ninguém. Tal devastação, que reduziu as florestas daqueles países a

cerca de 2% da área original, aumentou a importância ambiental mundial da Amazônia, cuja área intocada é de 83%. Assim, a floresta amazônica foi ambientalmente internacionalizada, graças a esse esforço de destruição daqueles que hoje têm tocante preocupação com a preservação dos ecossistemas alheios.

De fato, o bioma amazônico possui significativa relevância ambiental para esse mundo devastado, especialmente no que tange aos aspectos climáticos. Cientistas dizem que a floresta teria papel destacado na captura do carbono atmosférico, função imprescindível para o combate ao efeito estufa, e na "ciclagem da água", pela qual é regulado o regime de chuvas.

Não fosse a Amazônia, essas funções relevantes para o equilíbrio do clima mundial poderiam estar ainda mais desbalanceadas, dada a destruição dos ecossistemas dos países desenvolvidos. Saliente-se que são justamente esses países os grandes responsáveis pelas mudanças climáticas antropogênicas que ameaçam os biomas do planeta, inclusive a Amazônia.

Há, portanto, dívida ambiental das nações industrializadas com os países da bacia amazônica. Apesar disso, vozes do mundo desenvolvido insistem na necessidade de uma segunda internacionalização da Amazônia. Desta vez, tratar-se-ia de internacionalização da jurisdição sobre a região.

No melhor estilo "faça o que digo, e não o que fiz", essa segunda internacionalização da Amazônia, com vistas a transformá-la em santuário mundial, compensaria a primeira, resultado da predação que enriqueceu os países industrializados.

A tese é preocupante, além de absurda. Porém, volta e meia autoridades importantes, como Al Gore e Pascal Lamy, bem como jornais de grande repercussão, como o "New York Times", levam a sério esse disparate neocolonial. Embora não seja provável que tal devaneio se transforme em política de Estados, não se pode descartar que essa perspectiva neocolonialista se concretize em poderosos mecanismos de pressão sobre os países amazônicos.

Por isso, creio que é chegada a hora de o Brasil e os demais países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), único organismo multilateral com legitimidade para decidir sobre o futuro da região, saírem de sua posição defensiva no debate sobre esse estratégico bioma e lançar ampla ofensiva político-diplomática para envolver, sob diretrizes soberanamente definidas, a comunidade internacional no desenvolvimento sustentável da Amazônia.

É preciso que fique claro que não é do interesse do Brasil repetir o erro das nações industrializadas e devastar a Amazônia. Porém, temos o dever de promover o bem-estar dos 24 milhões de cidadãos que a habitam e assegurar o desenvolvimento sustentável da região.

Para tanto, precisamos rever o inviável modelo atual de ocupação da Amazônia, baseado na expansão, sem critérios, da pecuária extensiva e da soja. Teremos de estabelecer zoneamento bem fundamentado da região, de modo a promover a ocupação racional e o desenvolvimento equilibrado de suas áreas. Ao

mesmo tempo, deveremos tomar medidas para assegurar a soberania territorial, como a revisão da leniente legislação que possibilita a compra de vastas áreas de solo nacional por estrangeiros.

O Brasil lançou a idéia de um fundo voluntário para compensar os países em desenvolvimento que reduzirem as suas taxas de desmatamento. O novo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, propôs o Fundo Amazônico. São idéias boas. Mas, se quisermos que os países desenvolvidos paguem a sua alta dívida ambiental sem interferir na soberania nacional, precisaremos de iniciativas mais ousadas.

No Senado, propus a criação do Fundo Mundial Ambiental, formado pela cobrança de taxa de até 1% sobre as importações, para financiar programas destinados à promoção do desenvolvimento sustentável, em especial na Amazônia. Se implantado, tal fundo geraria receitas mundiais da ordem de US\$ 100 bilhões/ano, e de US\$ 1,2 bilhão/ano no Brasil.

Poderíamos, assim, enfraquecer os delírios neocoloniais. Seria uma forma inteligente de promover a única internacionalização da região que interessa ao Brasil: a internacionalização da qualidade de vida, com direito a meio ambiente saudável e desenvolvimento.

**ALOIZIO MERCADANTE, 54, economista e professor licenciado da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), é senador da República pelo PT-SP.*

ONG confirma alta no desmatamento – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2008

Sistema vê aumento de 42% na devastação da Amazônia ao comparar 1º quadrimestre de 2008 com mesmo período de 2007 - Adalberto Veríssimo, do Imazon, diz que, apesar das diferenças em relação aos dados do Inpe, os 2 sistemas revelam avanço do desmate

O SAD, sistema não-governamental de alerta de desmatamento da Amazônia, detectou aumento de 10% na devastação ao comparar os períodos de agosto de 2006 a abril de 2007 com agosto de 2007 a abril deste ano. Enquanto no primeiro foi desmatada uma área de 3.473 km², no intervalo posterior a área foi de 3.849 km². Ao comparar somente o primeiro quadrimestre de 2008 com o de 2007, houve um aumento de 42% no desmate.

Esta é a primeira vez que o SAD, criado pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), enxerga todos os Estados da Amazônia. Os dados, obtidos pela **Folha**, corroboram as informações divulgadas anteontem pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e indicam tendência de alta no desmate.

O pesquisador Adalberto Veríssimo, do Imazon, ressalta que, apesar de terem diferenças, os dois sistemas convergem para identificar tendências -no caso, a de

aumento da destruição de floresta. O governo de Mato Grosso, entretanto, questiona os dados do Inpe.

O SAD, porém, também aponta que o Estado é o líder de destruição de floresta neste chamado ano fiscal -o desmatamento é medido de agosto de um ano a julho do ano seguinte-, com 50,7% da derrubada.

Na seqüência está o Pará, com 35,7%. Veríssimo avalia que esse Estado, cuja visualização foi prejudicada por nuvens, pode vir a superar Mato Grosso no acumulado do ano, que termina em julho. "Em abril conseguimos captar tudo de Mato Grosso, mas o Pará ficou escondido. Há uma boa chance de que o desmatamento no Pará cresça e chegue próximo ou até supere Mato Grosso. A curva do Pará é ascendente e a do Mato Grosso é de ligeira queda", disse Veríssimo.

Para Sérgio Leitão, do Greenpeace, uma conjunção de fatores viabiliza a tendência de alta do desmatamento: aumento do preço dos alimentos, frouxidão política do governo e plano de combate ao desflorestamento com coordenação esquizofrênica. "Toda a sinalização que o governo dá é a seguinte: desmate que o governo garante", afirma.

Mauro Armelin, do WWF, afirma que é preciso valorizar as ações anunciadas pelo governo, mas a tendência de alta mostra que elas estão sendo pouco implementadas. "Uma vez que o desmatamento toma uma velocidade, leva dois a três anos para brecá-lo." O SAD detectou 156 km² de desmatamento no último mês de abril, contra 106 km² em abril de 2007 -um aumento de 47%. Das 20 cidades que mais derrubaram mata neste ano fiscal, 12 são mato-grossenses. Mas a líder em desmate é do Pará: São Félix do Xingu. O SAD mostra, ainda, que foram desmatados 272,7 km² em áreas de assentamentos neste ano fiscal. O Imazon também considera preocupante que em unidades de conservação, protegidas por lei, tenham sido observados 255 km² de derrubada no período. As terras indígenas tiveram 197 km² de desmate.

Diferenças - Assim como o Deter, do Inpe, o SAD é um sistema de alerta que usa imagens dos satélites americanos Modis. Entretanto, enquanto o primeiro capta corte raso de floresta e também degradação florestal, o segundo detecta somente corte raso.

Em razão disso, há diferenças grandes nos números divulgados pelos dois sistemas. O Inpe, por exemplo, anunciou que o desmatamento de abril foi de 1.123 km² e o do período agosto de 2007 a abril de 2008, de 5.850 km².

Para Veríssimo, como agora estão claras as diferenças dos dois sistemas, não há disputa. "São diferentes sistemas que geram dados mensais e que são termômetros para medir a febre que é o desmatamento", afirma. A partir de agosto o SAD também terá dados de corte seletivo de madeira, que nenhum sistema do gênero detecta.

Blairo volta a questionar levantamentos – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2008

O governador Blairo Maggi (MT) disse que a diferença entre os dados do SAD e as informações do Inpe reforça sua convicção de que a metodologia do órgão federal não é a "mais correta" e "mistura" dados. "O SAD considera só o corte raso, que é aquele que não tem mais jeito e não há mais floresta. A degradação progressiva, conforme o estágio, pode ser revertida. Não se trata da mesma informação."

Sobre o aumento de 47% detectado em abril na Amazônia em relação a abril de 2007, ele disse ser "possível", mas culpa os pequenos proprietários: "Tivemos muitos assentamentos implantados nos últimos anos e eles têm financiamento do Pronaf. Hoje mesmo sobrevoei a região norte e não vi grandes áreas de desmate".

Maggi disse que a Sema vai verificar os dados do Inpe: "Se encontrarmos crime, vamos embargar. Mas também vamos registrar os pontos em que houver discordância".

O secretário do Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, disse que o desmate no Estado deve crescer em 2008, mas menos do que indicam os dados do Imazon (74%) -ele calcula um aumento de 10% a 20%: "Claro que [o desmate] não vai diminuir apenas com a fiscalização. Trabalhamos para induzir novas atividades econômicas, para haver uma substituição. Mas, falando de forma bem honesta, sabemos [que isso] não dará resultados em menos de dois anos. É uma semente que será colhida em 2010".

Ibama irá marcar "bois piratas" antes de fazer apreensão de gado – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2008

A apreensão de bois criados em áreas desmatadas ilegalmente na Amazônia, anunciada pelo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), será precedida por uma etapa em que o gado será marcado e mantido aos cuidados do proprietário da fazenda até o leilão dos animais, pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

O alvo inicial da operação "Boi pirata" são as 331 propriedades embargadas só neste ano na região, numa área de 700 km², quase duas vezes a Baía da Guanabara. "Num primeiro momento, é mais prático manter o boi no pasto, e o proprietário ficará como fiel depositário", disse Flávio Montiel, diretor de Proteção Ambiental do Ibama. Pará, Mato Grosso e Roraima são os principais alvos.

Segundo Montiel, a identificação do gado será feita por meio de 116 operações do Ibama previstas para junho e julho nas áreas de maior devastação, com o apoio do Exército.

O diretor do Ibama disse que a expectativa é apreender "um número razoável" de bois.

A Amazônia tem mais de 2.400 terras embargadas por desmatamento ilegal. Em decreto assinado em dezembro, o presidente Lula determinou a suspensão da atividade econômica nas áreas embargadas. Com base no decreto Minc anunciou a apreensão de bois.

Autor da proposta anunciada por Minc, o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo, disse que a idéia original do "Boi pirata" não é apreender gado, mas dar prejuízo aos desmatadores ilegais, impedindo que eles vendam sua produção.

"Apreender o boi me criaria um outro problema. Para onde levá-lo? Como mantê-lo vivo?"

O gado ilegal seria doado à Conab, que poderia vendê-lo aos frigoríficos. Se um frigorífico comprar gado marcado como pirata de qualquer um que não seja a Conab, pode ser punido. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, não quis comentar a medida.

Ontem, Minc acertou a prorrogação por mais um ano da moratória da soja. Em 2006, associações se comprometeram a suspender a compra de soja cultivada em novas áreas desmatadas na Amazônia. ***(MARTA SALOMON e CLAUDIO ANGELO)**

No Senado, Marina diz que governador deveria agir em vez de criticar dados –
Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2008

Depois de cinco anos, quatro meses e 14 dias no Ministério do Meio Ambiente, como ela mesmo fez questão de dizer, a ex-ministra Marina Silva (PT-AC) reassumiu ontem sua cadeira no Senado.

Ela promete para hoje o primeiro pronunciamento na fase pós-ministério, mas deu uma prévia ontem do que está por vir. O alvo é o mesmo do seu sucessor na pasta, o ministro Carlos Minc. Sobrou para o governador Blairo Maggi (MT). Ao comentar os novos números sobre o desmatamento divulgados anteontem e considerá-los preocupantes, disse: "No lugar de ficar questionando como tem feito o governador do Mato Grosso há que se somar esforços para dois movimentos: implementar as ações de combate ao desmatamento e o apoio às medidas da Operação Arco Verde, de desenvolvimento sustentável".

Segundo a ex-ministra, que agora prefere ser tratada como senadora, as medidas do governo para combater o desmatamento estão "corretas e precisam ser aplicadas com todo rigor". Sobre se irá atuar como oposição acirrada nas questões ambientais, disse que não agiu assim nem no governo Fernando Henrique Cardoso. "A melhor forma de ajudar o governo é fazer política de país", disse. Para Marina, isso ela conseguirá porque pratica a "aeróbica do bem".

Minc quer estender bloqueio de crédito a outros biomas do país – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2008

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) defendeu ontem o bloqueio ao crédito rural a produtores de outros biomas fora da Amazônia que não respeitem a legislação ambiental. "Vou propor ao Conselho Monetário Nacional resolução equivalente para o cerrado, a mata atlântica, a caatinga e o Pantanal", discursou durante a posse do novo presidente do Ibama, Roberto Messias.

Minc insistiu que o bloqueio a financiamentos a quem desmata a Amazônia é "ponto chave" da estratégia de combate à devastação da floresta, além de alvo de "pancadaria". O ministro já sugeriu que deixaria o cargo caso o governo recuasse no plano de combate ao desmatamento.

A resolução do Banco Central, aprovada em fevereiro pelo Conselho Monetário Nacional, definiu uma série de critérios para autorizar a concessão de crédito a partir de 1º de julho. Só serão beneficiados, no caso de médios e grandes produtores do bioma amazônico, aqueles que tenham recadastrado suas propriedades, não tenham sido alvo de embargo por desmatamento ilegal e apresentem licença ambiental emitida pelo órgão estadual. Esse último documento pode ser substituído por protocolo de regularização ambiental, de acordo com a resolução.

O órgão ambiental estadual também será responsável por atestar se determinada propriedade está fora do limite do bioma amazônico. Ontem, Minc disse que fraudes nessa declaração são passíveis de punição por falsidade ideológica e crime ambiental.

Questionado pela Folha, o Banco Central informou, por meio da assessoria, que cabe à instituição financeira apurar a veracidade dos documentos apresentados pelos produtores rurais. Em caso de descumprimento de normas constatada pela fiscalização do BC, a punição ao dirigente da instituição financeira pode ir de uma simples advertência à inabilitação para atuar no mercado financeiro por até 20 anos.

Sobre o licenciamento ambiental, uma das atribuições do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Minc se comprometeu a apresentar, em um mês, medidas para agilizar o licenciamento, sem perder o rigor. "Não haverá licenciamento político, com a faca no pescoço", disse.

Na solenidade, o ministro anunciou ter obtido o compromisso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em vetar o projeto que aumenta de 20% para 50% o percentual de desmatamento em propriedades na Amazônia, caso ele venha a ser aprovado pelo Congresso. (MS)

Internet espalha boato sobre internacionalização da floresta amazônica – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008

Um spam (uma mensagem não solicitada) que vem entupindo as caixas de entrada dos e-mails alerta sobre um plano para transformar a Amazônia em uma reserva internacional, citando como prova um suposto livro ("An Introduction to Geography", de David Norman) adotado em escolas dos Estados Unidos, no qual a Amazônia já aparece separada do Brasil.

O spam traz a "horrorizante tradução" de um trecho do livro, segundo o qual "desde meados dos anos 80 a mais importante floresta do mundo passou a ser responsabilidade dos Estados Unidos e das Nações Unidas", já que os países que a controlavam eram "reinos da violência, do tráfico [sic] de drogas, da ignorância, e de um povo sem inteligência e primitivo".

Esse livro não existe nas bibliotecas norte-americanas: basta consultar o site Worldcat (www.worldcat.org), que faz uma busca simultânea em mais de 10 mil bibliotecas, para constatar que se trata de uma obra fantasma. Todas as publicações comerciais dos EUA são registradas na Biblioteca do Congresso e tal livro não consta de seus arquivos. Tampouco pode ser encontrado em livrarias como a Amazon e a Barnes&Noble.

Existem vários autores com esse nome -o mais produtivo é um paleontólogo com vários livros sobre dinossauros-, mas nenhum deles escreveu sobre geografia. O inglês macarrônico da mensagem revela que o texto certamente não foi escrito por um norte-americano. Vários erros (padronização, grafia, concordância) sugerem que o autor da fraude é provavelmente um brasileiro com pouca fluência no idioma. A própria montagem é tão grosseira que a página 76 do livro, onde aparece o suposto mapa (veja o quadro), fica do lado reservado às páginas ímpares.

Apesar das evidências de fraude, o e-mail se disseminou a tal ponto que chegou a ser reproduzido em um clipping distribuído pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), em 2001 -o que obrigou a Embaixada do Brasil nos EUA a apontar a fraude. Apesar disso, o spam circula até hoje.

Reservas crescem, apesar de desmatamento – Pedro Soares e Malu Toledo – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2008

Estudo do IBGE sobre desenvolvimento sustentável aponta que elas são já 8,3% do território; áreas indígenas alavancam expansão - Devastação de florestas nativas põe o país entre os 5 maiores emissores de CO2 do mundo, ao lado de China, EUA, Índia e Alemanha

Num momento em que o desmatamento avança, o IBGE registrou a ampliação das áreas de reservas florestais, que agora correspondem a 8,3% do território brasileiro -o percentual era de 6,5% em 2003, segundo a publicação "Indicadores do Desenvolvimento Sustentável", lançada ontem. Um dos motivos da expansão é o maior número de terras indígenas demarcadas -de 172 em 1992 para 405 em 2006.

Nessas áreas, a preservação das florestas é mais fácil, e o desmatamento não está tão presente. Na esteira também do avanço das terras indígenas, a população nativa subiu de 294,1 mil pessoas em 1991 para 734,1 mil em 2000 -puxada pela maior autodeclaração de índios e descendentes.

Ainda assim, o desmatamento é o principal entrave ao desenvolvimento sustentável do país, avalia o IBGE. O Brasil ratificou o protocolo de Kyoto e não é um grande consumidor de combustíveis, mas o desmatamento das florestas nativas coloca o país entre os cinco maiores emissores de gás carbônico do mundo -ao lado de China, EUA, Índia e Alemanha.

Somente as queimadas correspondem a 75% de todo o CO2 lançado na atmosfera brasileira. Por desmatar sua vegetação nativa, o Brasil se aproxima dos dois grandes poluidores do mundo -EUA e China.

Com o aumento recente do desmatamento, não há sinais de que a situação tenha sido revertida, segundo o IBGE. Por conta desse e de outros entraves nas esferas ambiental e social, o país está longe de atingir o desenvolvimento sustentável, diz o instituto. Para Judicael Clevelário Júnior, técnico do IBGE, dentre os "passivos ambientais", o mais grave é o desflorestamento. "O descontrole do desmatamento é um problema sério que compromete ambiente, florestas e representa perda de patrimônio biológico. Também compromete a saúde pública."

"O erro é combater o que está funcionando. A cada ano que o desmatamento caiu foi com muito esforço. Em setembro passado, acendeu a luz vermelha e fizemos um conjunto de medidas [para conter o desmatamento]. É estratégico pensar nos ativos ambientais", disse Marina Silva, senadora e ex-ministra do Meio Ambiente.

Mas o país ainda registra em seu balanço outros passivos que travam o desenvolvimento sustentável. "Não somos uma sociedade sustentável. É um processo que se constrói a cada dia. O Brasil evolui, mas tem passivos enormes principalmente nas áreas sociais e ambientais", diz Denise Kronenberg, técnica do IBGE também responsável pelo estudo.

Dentre as dívidas sociais, estão a expansão tímida de saneamento, tratamento do lixo, alta mortalidade infantil em algumas regiões (notadamente no Nordeste) e elevadas taxas de homicídios de jovens do sexo masculino e de mortes violentas. Na área econômica, residem os maiores avanços, segundo o IBGE. O PIB cresce. A inflação está sob controle. A dívida pública cai. A taxa de investimento aumenta.

O desenvolvimento sustentável depende de um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam.

Para o professor da UFRJ e ambientalista Manuel Sanches, a questão ambiental é vital. "É uma surpresa [saber que 75% das emissões de CO2 vem de queimadas] porque há mais de dez anos que se combate as queimadas na Amazônia."

"Bioma pobre", caatinga já perdeu 59% de sua área – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 05/06/2008

Cana e desertificação são as maiores ameaças às áreas intactas, diz cientista - Além de derrubar o mito de que o bioma tem pouca biodiversidade, pesquisas mostram que é preciso criar mais zonas de proteção

A caatinga entrou definitivamente na corrida para definir que bioma brasileiro vai conseguir igualar primeiro o índice de destruição já alcançado pela mata atlântica, que é de 93%. Tabulação de dados recente feita por uma equipe de pesquisadores nordestinos revela que 59% do bioma tão exaltado por Euclides da Cunha e outros escritores já está alterado.

A floresta amazônica, por exemplo, cada vez mais o destino de todos os holofotes ambientais, apresenta 18% de sua cobertura vegetal original modificada, segundo números divulgados nesta semana.

A compilação de dados das imagens de satélite do "primo pobre" dos biomas brasileiros gerou dezenas de mapas. O resultado que surge é diferente das últimas estimativas, que apontavam uma alteração de 30%, aproximadamente.

A cifra de mudança da cobertura vegetal original, calculada por Washington Rocha, da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), também não bate com os números oficiais com que o MMA (Ministério do Meio Ambiente) trabalha desde o lançamento dos mapas da flora remanescente dos biomas brasileiros, no final de 2006. Para o governo, só 37% dessa formação nordestina foram devastados. "Nós contamos apenas as áreas sem nenhuma alteração. Existem outras que já sofreram atividades antrópicas e não sabemos até que ponto elas podem apresentar regeneração", disse Rocha à Folha. Os dois números surgiram da análise da mesma base de dados.

Pequenos núcleos de caatinga -alguns botânicos, como já identificaram diferenças importantes dentro do mesmo bioma, defendem o uso do termo "caatingas", no plural- foram excluídos da conta.

Um mito que cai - Pelo menos nos últimos cinco anos, como lembra Rocha, todos os estudos apontam para o mesmo caminho. A biodiversidade da caatinga, já chamada de "paraíso" por Euclides da Cunha, é bastante elevada.

Apenas dentro do grupo dos mamíferos, mostra um levantamento feito pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, existem no bioma 143 espécies. Desse total, 19 são exclusivas do semi-árido do Brasil.

Se a preferência for por peixes ou pássaros, a caatinga também terá. São 240 e 510 espécies, respectivamente. "A cana-de-açúcar e a desertificação [que será potencializada pelas mudanças climáticas globais] são as duas maiores ameaças para a caatinga atualmente", afirma Rocha. Segundo o pesquisador de Feira de Santana, a tendência de a produção de álcool explodir no Nordeste por causa dos biocombustíveis é uma clara ameaça para o ecossistema.

Existem ainda áreas historicamente complicadas, lembra o biólogo José Maria Cardoso da Silva, da ONG Conservação Internacional. "O famoso pólo gesseiro de Pernambuco" é uma delas, diz o pesquisador. As indústrias costumam derrubar a caatinga e usar as plantas lenhosas para alimentar os fornos onde o gesso é produzido.

Com todas essas ameaças pairando sobre a caatinga, que agora praticamente se igualou ao cerrado em termos de alteração antrópica, a importância das unidades de conservação ganha muito mais peso.

Ainda mais quando menos de 2% do bioma está protegido de forma legal. Existem áreas muito bem preservadas, como lembra Silva, -como as dunas do rio São Francisco perto de Xique-Xique, na Bahia, e seus lagartos, que só existem lá-, que ainda estão aguardando um parque nacional, que foi proposto, mas nunca criado.

Área encolheu mais de 10% por década – Eduardo Gerque – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2008

O último levantamento sistemático da caatinga, diz Washington Rocha, da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), ocorreu nos anos 1970. O número daquela época mostrava que a área com vegetação original era de 73%. Além de a perda ser grande a cada década, a proteção ao bioma, nos últimos anos, também não tem crescido. O mapa de áreas prioritárias para a caatinga, organizado pela Conservação Internacional, lista as 27 áreas de extrema importância biológica que precisavam ser protegidas por lei. (EG)

País quer quebrar patente de energia limpa – Renate Krieger – Folha de São Paulo – Ciência – 05/06/2008

Idéia foi lançada em reunião da Convenção do Clima da ONU e se inspira em acordo na área de remédios

O Brasil quer considerar critérios para licenciamentos compulsórios (quebra de patentes) em situações de emergência ligadas às mudanças climáticas. A idéia foi lançada durante as negociações da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC), que, desde o início desta semana, realiza uma segunda rodada de oito reuniões técnicas. Até o fim de 2009, os encontros vão elaborar um plano de ação que substituirá o protocolo de Kyoto, em 2013. Diante de representantes de 172 países reunidos em Bonn, o Brasil citou o acordo da OMC (Organização Mundial do Comércio) de 2003, que permite a quebra de patentes de medicamentos em circunstâncias de urgência, como exemplo para um mecanismo de cessão obrigatória de licenças. O mesmo raciocínio valeria para a transferência de tecnologias de energia limpa a países pobres.

O Brasil sugeriu também que os países ricos considerem criar um fundo para facilitar a compra de licenças de uso de tecnologia por países pobres.

O dinheiro do fundo seria distribuído aos emergentes em condições facilitadas. Assim, estes poderiam comprar a chamada tecnologia "limpa", atualmente muito cara e protegida pelas empresas dos ricos. China e Gana também apresentaram propostas parecidas com a do fundo citado pelo Brasil. "Por ora, não tenho a mínima idéia de como esse fundo será criado", disse o responsável da delegação chinesa. O dinheiro poderia ser adquirido no mercado de carbono.

Outra idéia brasileira é que o setor público dê incentivos para a transferência de tecnologia no interior de empresas multinacionais. Assim, subsidiárias em países emergentes poderiam desenvolver novas tecnologias para coibir os efeitos das mudanças climáticas.

"Idéias na mesa" - Apesar de lançarem idéias, as delegações reunidas em Bonn não esperam muitos resultados concretos deste encontro da UNFCCC. "O objetivo é colocar todas as propostas na mesa e obter sinais concretos dos governos para [começarem] as negociações", disse o brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado, ministro do Itamaraty que preside o grupo que negocia o acordo pós-2012.

Seguindo o acordo firmado em Bali em dezembro do ano passado, a reunião na Alemanha é a segunda etapa de negociações para o acordo pós-Kyoto, que deverá ser estabelecido em 2009, em Copenhague.

Em agosto, a próxima reunião da Convenção, em Acra (Gana), deverá discutir a redução de emissões do desmatamento e degradação de florestas em países em desenvolvimento (REDD, na sigla em inglês) e uma proposta japonesa de avaliar as obrigações ambientais de diferentes setores da indústria. A última reunião de 2008, em dezembro, na Polônia, avaliará o processo global das mudanças climáticas. Yvo de Boer, secretário-executivo da Convenção do Clima, afirmou no início das conversas em Bonn que "o ponto crítico é como gerar recursos financeiros suficientes para colocar a tecnologia limpa no mercado".

Governo dá a estados poder de autorizar crédito verde – O Globo – Capa – 04/06/2008

Ministro admite que novo sistema pode abrir espaço para fraudes Apesar de estar envolvido numa quедade-braço com o governador Blairo Maggi (MT), o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, assinou portaria que fortalece Maggi, ao repassar aos estados o poder de emitir declarações atestando as propriedades que estão em áreas de cerrado e, por isso, não precisam de licença ambiental para financiamentos públicos. Minc admitiu que o novo sistema pode abrir espaço para fraudes, mas disse que o Ibama não teria condições de se responsabilizar pelos atestados. Ele prometeu que o órgão fará fiscalização rigorosa, mas por amostragem. Tanto o Greenpeace como a Sociedade Rural Brasileira criticaram a idéia de Minc de tentar caçar bois piratas na Amazônia. A terceira maior floresta tropical do mundo, a de Papua Nova Guiné, na Oceania, também sofre os efeitos do desmatamento acelerado: cientistas estimam que metade de suas árvores estará perdida em 2021.

Páginas 3, 4 e 27

BRASÍLIA - O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, entregou aos governos estaduais o poder de determinar quais propriedades rurais serão impedidas ou autorizadas a tomar empréstimos públicos na Amazônia. Para escapar aos efeitos da medida que regulava a concessão do chamado “crédito verde”, a mais polêmica do pacote antidesmatamento lançado pela ex-ministra Marina Silva, os fazendeiros agora só precisarão de declaração do órgão ambiental estadual atestando que a terra está fora do bioma Amazônia. Minc admitiu que o sistema pode abrir espaço para fraudes, mas prometeu acionar o Ibama para fiscalizar a distribuição do documento a agricultores, pecuaristas e madeireiros.

A mudança na resolução do Banco Central que vetou crédito a proprietários que desmatam a floresta foi publicada ontem no Diário Oficial.

Assinado por Minc, o texto estabelece que a declaração do governo estadual de que a propriedade está fora do bioma Amazônia “poderá ser apresentada pelo tomador de crédito ao agente financeiro para fins de não-aplicação das normas previstas pela resolução do Banco Central”.

A medida abre exceção na portaria que havia regulamentado a restrição de crédito na Amazônia Legal, baixada por Marina em 27 de março. A regra original provocou forte reação de políticos ligados ao agronegócio, e teria levado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a determinar que a ex-ministra recuasse.

Ao deixar o governo, ela acusou dois governadores de pressionar pela revogação do corte: Blairo Maggi, de Mato Grosso, e Ivo Cassol, de Rondônia. Ontem, Minc negou que a mudança signifique flexibilização: — O ministro do Meio Ambiente não tem condições de acrescentar ou tirar qualquer coisa de uma resolução do Conselho Monetário Nacional. Ainda que eu tivesse a sandice de mexer nisso, não poderia.

A portaria de Marina restringia o crédito a fazendeiros de 527 municípios da Amazônia Legal. Segundo Minc, a nova medida livrará parte dos produtores de 96 desses municípios, que têm território dividido entre Amazônia e Cerrado. A idéia seria isentar de punição as fazendas que não ocupam áreas de floresta. A maior parte das cidades beneficiadas fica em Mato Grosso.

— Quem define onde acaba cada bioma é o IBGE, e todos os secretários de Meio Ambiente têm essa linha pendurada na parede. É que nem o samba de gafeira: quem está fora não entra, quem está dentro não sai — comparou Minc.

‘Pode haver fraude. Mas dá prisão’, diz ministro

Minc admitiu a possibilidade de fraudes.

Mas disse que usará o Ibama para fiscalizar, por amostragem, a distribuição do documento que permitirá a tomada de empréstimos.

— Pode haver fraude. O secretário, como o governador, é contra a resolução, ou como ele é amigo do produtor, ou o cara que oferece R\$ 100 mil para dizer que está fora da linha do IBGE...

Mas é falsidade ideológica, dá prisão. Se o cara meter na gafeira quem está fora, é cana dura. O ministro afirmou que a mudança nas regras beneficiará entre 6 e 7 mil fazendeiros nos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Segundo ele, o Ibama não teria fiscais suficientes para desempenhar esse papel: — Imagina se botasse os 400 homens que o Ibama tem para cuidar da Amazônia atrás de uma mesa para receber 7 mil produtores e dizer se eles estão do lado de lá ou de cá da fronteira? O Ibama já não tem tempo para pegar os grandes madeireiros e criar as grandes reservas.

Minc prometeu enviar carta aos secretários dos três estados para explicar as novas regras.

— Vou dizer assim: “Queridos colegas, publicamos a portaria na confiança, mas quem assinar, quem botar a caneta, vai se responsabilizar”.

E quem estiver errado vai responder por crime ambiental — afirmou.

O ministro afirmou que a portaria publicada ontem já estava pronta na gestão anterior, e só não foi assinada antes porque o governo entendeu ser importante sinalizar que a resolução do BC não seria revogada. O ex-secretário-executivo João Paulo Capobianco, principal assessor de Marina na pasta, defendeu a medida.

Ele afirmou que o plano de recuperação de áreas degradadas, outra exigência na obtenção de crédito, já podia ser apresentado aos governos estaduais, embora esse documento seja mais complexo e inclua um parecer

técnico sobre a propriedade: — Uma coisa é falar que as secretarias não funcionam bem, outra é tirar as atribuições dos estados.

O Ibama também opera nisso. Quem mentir estará sujeito a ação do Ministério Público.

Procurado, o secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, Luis Henrique Daldegan, não respondeu.

Marina: Vou fazer a aeróbica do bem - Gerson Camarotti 0 O Glob – O País – 04/06/2008

BRASÍLIA. A ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PT-AC) reassumiu ontem seu mandato de senadora, conquistado na eleição de 2002 mas que só agora vai exercer. Marina disse que vai fazer no Senado a “aeróbica do bem”. Ao lembrar que não fez oposição nem no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), no seu primeiro mandato, Marina evitou se comprometer com políticas de governo, dizendo que vai fazer a “política de interesse do país”. Para a senadora, a experiência no Executivo nos cinco anos e quatro meses que comandou o setor ambiental do governo Lula requalifica a sua atuação parlamentar.

— Da mesma forma que fui para o Executivo levando a experiência do Legislativo, a minha experiência no Executivo me requalifica na minha relação com a Casa. Vou fazer a aeróbica do bem. E a melhor forma para isso é fazer a política do país — disse Marina.

Evitando qualquer sinal de ressentimento com sua saída do governo, Marina foi cumprimentada por todos os senadores presentes ao plenário quando chegou. Ela fará hoje o seu discurso de retorno ao Senado, quando deverá pontuar suas opiniões sobre polêmicas recentes da área de meio ambiente.

Em entrevista, Marina reafirmou ontem que o aumento do desmatamento da Amazônia, segundo dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), só confirmou que as ações adotadas pelo governo para conter a devastação da região estavam corretas. Ela voltou a criticar a atitude do governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), de questionar as ações do governo para combater o desmatamento.

— Os dados do Inpe só reafirmam o quanto as medidas estão acertadas. Desde que foi identificado o aumento da desmatamento, o governo tomou medidas fortes.

Mas, apesar de evitar críticas públicas ao governo, para amigos e políticos do Acre Marina, nos dias que sucederam sua saída do Ministério de Meio Ambiente, fez

desabafos sobre a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no episódio que motivou seu pedido de demissão. Nessas conversas, Marina relatou como se sentiu quando soube que perderia a coordenação do Plano Amazônia Sustentável (PAS) para o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos): era como se tivesse “gestado um filho durante nove meses e, quando nasceu, o pai arrancou a criança dos braços”.

Ontem, também tomou posse no Senado o amazonense Jefferson Praia Bezerra, suplente de Jefferson Péres (PDT), morto no dia 23 de maio. Praia é pedetista como o antecessor, a quem chamou de “mestre, líder e amigo”

Voto de deputado é cópia de parecer da CNA - Evandro Éboli – O Globo – O País – 04/06/2008

BRASÍLIA. A cumplicidade entre parlamentares e entidades sindicais parece não ter limite no Congresso Nacional. Para tentar barrar a aprovação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que prevê o confisco de terras pertencentes a desmatadores na Amazônia, o deputado Gerson Peres (PP-PA) apresentou um voto em separado que é cópia literal de um parecer técnico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA): com carimbo e tudo da entidade sindical.

O parlamentar reuniu-se com dirigentes da confederação e entregou ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um parecer contrário a uma proposta de emenda à Constituição do deputado Mendes Thame (PSDB-SP), que prevê a expropriação de terras na Amazônia de fazendeiros que não cumprirem a lei preservando 80% de suas áreas.

Texto diz que projeto é inconstitucional e trata-se de confisco ilegal de terras. O deputado Gerson Peres admitiu que o parecer foi elaborado pela CNA, mas disse que fez algumas mudanças. Não é o que parece.

O documento da CNA é a íntegra do voto do parlamentar. Em resumo, o texto diz que o projeto de Mendes Thame é inconstitucional e que trata-se de confisco ilegal de terra.

A única diferença que há entre o texto da CNA e o de Gerson Peres é que, no seu parecer, a confederação ainda solicita aos deputados que aprovem o voto em separado dele.

A proposta de Mendes Thame estava na pauta para ser votada ontem, mas a votação foi adiada para hoje. Antes, Peres encontrou com assessoras da CNA e combinaram uma estratégia para adiar a votação porque o quórum estava baixo. O diálogo foi presenciado pelo GLOBO.

— Eu me reuni com o pessoal da CNA sim, mas fiz algumas mudanças na proposta — disse Gerson Peres.

O voto em separado dos parlamentares repete trechos que dizem, por exemplo, que a Constituição assegura o direito de propriedade e que qualquer desapropriação só se dá mediante pagamento de indenização.

“O autor (Mendes Thame) defende erroneamente a expropriação da gleba da Amazônia Legal em que a reserva legal mínima de 80% não esteja preservada ou recomposta. Trata-se de proposta injusta, de abominável confisco de terra, sem amparo em cláusula pétrea da Constituição”, afirmam tanto o voto do deputado federal Gerson Peres como o parecer da Confederação Nacional da Agricultura.

A chefe da assessoria parlamentar da CNA, Beatriz Lima, disse que a entidade tem, entre suas atividades, o trabalho de emitir pareceres técnicos sobre vários

projetos de lei. Ao todo, de acordo com ela, a confederação acompanha 1.900 projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Beatriz afirmou que é comum deputados procurarem a entidade para conhecer sua posição sobre os temas de interesse do setor e, assim, fundamentar seu voto.

— É sinal que concordam com a nossa posição — disse.

Sobre o fato de o parecer da CNA ser o voto do Gerson Peres, Beatriz declarou: — É livre arbítrio dele usar.

Não posso impedilo.

Greenpeace: 'Não é caçando bois no pasto que se resolve o problema' - Soraya Aggege – O Globo – O País – 04/06/2008

SÃO PAULO. Tanto o Greenpeace como a Sociedade Rural Brasileira avaliaram ontem que a captura de bois piratas, anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, seria uma medida inócua. As entidades dizem ainda que o governo precisa promover o zoneamento ecológico e o ordenamento fundiário da Amazônia. A Região Amazônica tem um rebanho de 80 milhões de cabeças de gado — quatro vezes o número de moradores. Segundo o Greenpeace, uma área de 150 mil km² de terras já desmatadas na floresta podem ser destinadas a dobrar a produção agrícola da Amazônia, desde que haja um zoneamento.

— Não vai ser caçando bois no pasto que vamos resolver o problema. Até porque bois não ficam sobrando assim, perdidos na floresta. Na Amazônia, para os desmatadores, boi é melhor que tora de madeira, porque vai andando até o ponto de venda e vira dinheiro na hora — disse Sérgio Leitão, diretor de Políticas Públicas do Greenpeace.

Já o presidente da SRB, Cesário Ramalho da Silva, afirmou que o ministro Carlos Minc precisa parar de dar declarações agressivas contra o agronegócio e cuidar das diferenças regionais do país para o meio ambiente.

Além de zoneamento, o agronegócio quer nova legislação ambiental para o país, adequada regionalmente: — Por exemplo: temos a mesma legislação para Rio de Janeiro, Amazônia, pampa e Pantanal. Isso precisa ser mais bem adequado. O país tem leis e o agronegócio é uma atividade legal. Ninguém quer ficar fora da lei. O agronegócio gera 37% dos empregos e 29% do PIB nacional — afirmou Ramalho.

Para os produtores, um regime regulatório adequado para a floresta poderá fazer com que a floresta em pé valha mais do que derrubada. Segundo Ramalho, o governo precisa regularizar a situação e fiscalizar: — Em vez de dar essas declarações agressivas o tempo todo, o ministro deveria ir cuidar das nossas leis, das regulamentações.

O que estamos vendo é o presidente Lula defender ardorosamente o agronegócio, mas parece que há um ministro em desacordo com ele. Assim fica difícil.

Segundo especialistas ligados a órgãos de pesquisas do governo ouvidos pelo GLOBO, tecnicamente não há nenhum impedimento para que o país faça um zoneamento. O problema, avaliam, é que um zoneamento bem feito, que não atenda ao interesse de nenhum ministério, vai contrariar a todos.

Para ser isento, o zoneamento vai desagradar a indígenas e produtores rurais, ambientalistas e investidores, e talvez o governo não esteja preparado para tanta polêmica.

Segundo Leitão, o desmatamento é muito maior que o mostrado pelo Inpe. 2 de 2

— O imenso tapume de nuvens encobriu situações muito mais graves, inclusive em outras regiões, como o Pará — disse o diretor do Greenpeace.

Babel verde - O Globo – Opinião – Editorial – 04/06/2008

Com a constatação, feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

(Inpe), de que a Floresta Amazônica, apenas em abril, perdeu uma área de 1.123 quilômetros quadrados, do tamanho da cidade do Rio, sobe, mais uma vez, o volume de decibéis no bate-boca que há algum tempo se trava dentro e fora do país sobre a região.

A senha para a primeira elevação do vozerio veio com a informação de que, ao contrário do que fazia crer o governo, a devastação na Amazônia havia voltado com força, após um período de arrefecimento — menos por ação de políticas públicas, e certamente mais em função do comportamento do mercado mundial de carne e grãos ou mesmo da meteorologia.

A descoberta deflagrou alterações na cúpula do governo, e, no final da primeira quinzena de maio, a ministra Marina Silva passou a pasta para Carlos Minc. Na outra ponta do cenário, o protagonismo ficou com Blairo Maggi, governador de Mato Grosso, considerado o maior produtor de soja do mundo, um político que virou sinônimo de motosserra para a militância ambientalista.

Instaurou-se uma Torre de Babel verde, sem que se entendessem Executivo federal e governos estaduais que precisam estar envolvidos em qualquer projeto sério de preservação da floresta. O clima é propício a que o maniqueísmo roube a cena, e um assunto estratégico como o presente e o futuro da Amazônia seja tratado pela ótica míope de um confronto entre o “bem” e o “mal”, um duelo entre “bandidos” e “mocinhos”.

Até o fantasma da “desnacionalização” da Amazônia voltou a assustar algumas hostes. Sinal disso é o surto de xenofobia denunciado pelo noticiário sobre possíveis medidas legais para evitar a venda de terras a estrangeiros. Como se o lema “A floresta é nossa” fosse equacionar o problema, ou que uma porteira fechada diante de ONGs internacionais salvasse a lavoura — como se confiáveis fossem ONGs e madeiras verde-e-amarelas.

É preciso que arroubos de nacionalismo da década de 50 e idéias como a de caçar “boi pirata” na floresta — lançada pelo ministro Minc, fazendo lembrar os “fiscais do Sarney” atrás de bovinos no pasto — dêem lugar a propostas serenas, sensatas e bem fundamentadas que não partam do pressuposto de que a Floresta Amazônica pode ser um Jardim Botânico de proporções gigantescas, sem gerar renda e emprego decentes para os seus 20 milhões de habitantes.

Caso não haja uma exploração racional que ao mesmo tempo preserve o bioma amazônico, a serraria e o forno de carvão continuarão a ser, infelizmente, o destino da maior floresta úmida do planeta.

Floresta perto do colapso – O Globo – Ciência – 04/06/2008

Desmatamento em Papua Nova Guiné atinge níveis críticos As florestas de Papua Nova Guiné estão sendo devastadas tão rapidamente que mais da metade das suas árvores pode estar perdida até 2021. É o que revela um estudo feito com o auxílio de satélites na região. Papua Nova Guiné possui a terceira maior floresta tropical do mundo (a segunda é a da Indonésia e a primeira, a Amazônica), mas ela tem sido sendo desmatada numa taxa de cerca de 362 mil hectares por ano desde 2001.

— A floresta está sendo cortada de forma descontrolada — diz Phil Shearman, principal autor do estudo, feito em parceria pela Universidade de Papua Nova Guiné e a Universidade Nacional da Austrália — Isso acontece sem preocupações com as conseqüências para o meio ambiente e com a cumplicidade das autoridades.

País defende ajuda internacional

Os pesquisadores compararam imagens de satélite feitas há três décadas com atuais. Em 1972, a floresta tinha 38 milhões de hectares cobrindo 82% do seu território. Em 2002, cerca de 15% desse total tinha sido desmatado. De acordo com Shearman, é a primeira vez que os cientistas conseguem ter evidências da devastação do local.

— O governo poderia dar uma contribuição significativa para os esforços mundiais de combate ao aquecimento global se evitasse o desmatamento.

Papua Nova Guiné é um dos fundadores da Coalizão das Florestas Tropicais, um grupo de 40 países que defende um mecanismo em que as reservas de carbono das florestas de um país possam ser transformadas em crédito e negociadas no mercado internacional (o Brasil não faz parte deste grupo). O estudo, porém, sugere que boa parte da floresta não vai mais existir antes que qualquer acordo seja feito.

— Se as autoridades continuarem a permitir que empresas multinacionais sigam retirando tudo o que querem da floresta, não vai restar quase nada para negociar — assegura Shearman.

MMA prepara nova etapa contra o desmatamento na Amazônia – Lucia Leitão – Sítio Eletrônico do MMA – 04/06/2008

O Ministério do Meio Ambiente deflagrará, a partir deste mês, uma grande operação de fiscalização em madeireiras, frigoríficos, siderúrgicas e agroindústrias para verificar a origem dos produtos processados nas unidades. Essas novas etapas da operação serão discutidas nos próximos dias com o diretor da Polícia Federal, Luís Fernando Correia, e com o ministro da Justiça, Tasso Genro.

Os estabelecimentos em que for constatada a utilização de matérias-primas provenientes das áreas embargadas na Amazônia poderão ter seus registros cassados e perderão o direito a crédito em instituições oficiais, entre outras sanções previstas no decreto assinado pelo presidente Lula em dezembro de 2007. O anúncio da operação foi feito nesta quarta-feira (4) pelo ministro Carlos Minc na solenidade de posse do novo presidente do Ibama, Roberto Messias Franco. Ele também informou que as associações de compradores e processadores de soja, que em 2006 suspenderam as

compras de grãos produzidos no bioma Amazônia, concordaram em prorrogar a moratória por mais um ano.

Para uma platéia composta por funcionários do Ibama, MMA, e de órgãos e instituições ambientalistas de todo o País, Minc iniciou seu pronunciamento prestando um tributo à ex-ministra Marina Silva que, segundo ele, "se sacrificou para recolocar a política ambiental e o Ministério do Meio Ambiente no patamar que ele deve ter dentro da estrutura do governo". O ministro reafirmou que dará continuidade a todos os projetos iniciados na gestão que o antecedeu e trabalhará para aumentar a capacidade de ingerência do ministério em áreas onde ele ainda tem pouca participação, como saneamento e políticas industrial e tecnológica.

Numa espécie de retrospectiva de sua primeira semana frente à pasta, Minc repetiu que não pretende flexibilizar o licenciamento ambiental, mas agilizá-lo, eliminando etapas e procedimentos dispensáveis e orientando as empresas na elaboração dos EIA-Rimas, de forma que eles já atendam da melhor forma possível as exigências técnicas e legais e possam ser mais aprovados mais rapidamente, como ele vinha fazendo frente à Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro. Minc também prometeu trabalhar para recompor o orçamento do MMA e órgãos vinculados e anunciou um reforço institucional significativo para a área de fiscalização do Ibama: um decreto, que está sendo finalizado dará mais efetividade à Lei de Crimes Ambientais, reduzindo prazos e limitando as possibilidades de recursos dos infratores. Hoje, o Ibama tem 15 milhões de processos de autuação pendentes por conta de recursos judiciais. Eles representam algo em torno de R\$ 40 bilhões em multas que não podem ser recolhidos. O mesmo decreto ampliará os poderes fiscais do Ibama que, como já acontece com os fiscais da Receita Federal, poderão dar destinação imediata - doar a instituições, por exemplo - aos produtos ilegais apreendidos.

O ministro também aproveitou a solenidade no Ibama, onde também foi empossada a secretária-executiva do MMA, Izabela Teixeira, para dizer que vai propor ao Banco Central ampliar as restrições de crédito rural para os biomas Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Caatinga. Enquanto as restrições valem apenas para a Amazônia, caberá aos órgãos estaduais de Meio Ambiente atestar quais propriedades rurais estão fora do bioma como prevê a Resolução 3.545, que vigora a partir de 1º de julho.

O ministro reagiu aos questionamentos sobre a lisura do processo com essa transferência de responsabilidade. Ele informou que a delimitação do bioma é feita pelo IBGE, por meio de mapas georreferenciados, e os estados - Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, que têm parte de seus territórios no bioma Cerrado - têm responsabilidades legais. A não observância dos mapas do IBGE caracteriza crime de falsidade, que pode ser punido com prisão. "Nós instruiremos os estados e depois fiscalizaremos por amostragem", explicou.

Chico Mendes - O novo presidente do Instituto Chico Mendel de Biodiversidade, único cargo a ser preenchido para concluir a transição nos órgãos vinculados do MMA, será feito por indicação de uma comissão de notáveis, que Minc chamou de "comitê de busca", que será nomeado nos próximos dias. O grupo indicará cinco nomes, que apresentarão seus planos de trabalho para o ICMBio. Um deles comandará o Instituto.

CNRH define prioridades para pagamento pelo uso da água – Suelene Gusmão –
Sítio Eletrônico do MMA – 04/06/2008

Na proposta orçamentária da Agência Nacional de Água (ANA) para o exercício de 2009 terá que constar as prioridades definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para o pagamento pelo uso da água pelas usinas hidrelétricas. Os recursos arrecadados pela ANA deverão prioritariamente ser destinados à despoluição de bacias hidrográficas, ao estabelecimento de planos de recursos hídricos e ao apoio e organização de sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos. A decisão consta de resolução aprovada nesta quarta-feira (4) pelo CNRH.

Todo ano, conforme o que determina a Resolução nº 70 do CNRH, o Conselho tem até o dia 15 de junho para definir as prioridades para a aplicação dos recursos da cobrança deste tributo e a ANA deverá observar esta definição na elaboração e execução de seus programas e ações no Plano Plurianual. As prioridades são estabelecidas levando-se em consideração a demanda oriunda dos comitês de bacias e após ampla consulta aos interessados.

A Resolução nº 70, que estabelece os procedimentos prazos e formas para promover a articulação entre o CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica na definição das prioridades para a aplicação dos recursos, estabelece que setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida constituem pagamento pelo uso dos recursos hídricos e serão aplicados na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Governo cria novas UCs e envia projeto ao Congresso sobre mudança do clima –
Sítio Eletrônico do MMA – 04/06/2008

O ministro Carlos Minc participa nesta quinta-feira (5), às 12h, no Palácio do Planalto, da solenidade de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Entre os atos do presidente Lula, estão o envio da mensagem ao Congresso Nacional do projeto de lei que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima e assinatura dos decretos de criação de três Unidades de Conservação: a Reserva Extrativista do Médio Xingu, a Reserva Extrativista de Ituxi e o Parque Nacional do Mapinguari, todas na Amazônia. O projeto de lei sobre mudanças do clima fixa objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos e norteará o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, bem como outros planos, programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à mudança do clima, que sejam implementados nos três níveis da federação. O texto é resultado do trabalho do Grupo Executivo, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e composto por outros seis ministérios, além do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e da Casa Civil. Esse grupo realizou dez reuniões para elaborar o documento que foi, posteriormente, enviado e aprovado pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), formado por 16 ministérios e pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, coordenados pela Casa Civil. Tanto o Grupo de Trabalho quanto o Comitê Interministerial foram criados por decreto presidencial em novembro de 2007.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, para mais de 50 chefes de Estado, que 99,7% da cana-de-açúcar no país está a pelo menos 2 mil quilômetros da Floresta Amazônica e que, assim, a distância entre os canaviais no Brasil e a Amazônia seria a mesma que há entre o Vaticano e o Kremlin.

Ele atribuiu a "argumentos sem pé nem cabeça" as críticas de que os canaviais no país estariam invadindo a Amazônia, como apontam organizações não governamentais (ONGs).

Lula garantiu que a região Norte tem apenas 21 mil hectares de cana, o equivalente a 0,3% da área total de canaviais do Brasil. "O etanol de cana no Brasil não agride a Amazônia, não tira terra da produção de alimentos nem diminui a oferta de comida na mesa dos brasileiros e dos povos do mundo."

Mas o discurso bem articulado de defesa do etanol acabou ficando velho antes do tempo, diante das informações procedentes do Brasil de aumento do desmatamento na Amazônia, o que era alvo de interesse generalizado, ontem, em Roma.

Em sua intervenção na conferência da FAO, Lula não mencionou uma só vez o termo "desmatamento", quando nos dias anteriores repetiu que seu governo tinha reduzido esse problema em 59%.

Lula aproveitou um atraso no calendário de entrevistas coletivas de chefes de Estado e de governo, e ao qual tinha aceitado esperar, para desistir de encontrar jornalistas. Repórteres brasileiros correram para encontrá-lo na embaixada, no centro de Roma. Ele partiu de carro com vidro fumê para o aeroporto, para pegar "meu avião", como costuma se referir ao jato da Presidência.

Segundo sua assessoria, o presidente alegou que estava atrasado para viajar, o que foi recebido com certa ironia, diante de seus exemplos de pouca pontualidade.

No discurso na FAO, Lula se disse indignado de ver que "muitos dedos apontados contra a energia limpa dos biocombustíveis estão sujos de óleo e carvão". Em plenário, Lula recebeu aplausos quando comparou etanol a colesterol. O bom etanol seria o brasileiro, feito de cana. O ruim, "depende das gorduras dos subsídios".

Ele atacou forte o "intolerável" subsídio agrícola dos países ricos que atrofiaram a produção em outros países. Mas a distância entre o discurso e a prática é outra. O governo não está sequer decidido a reabrir o pedido de retaliação contra os EUA por causa dos subsídios ao algodão, condenados inúmeras vezes pela Organização Mundial do Comércio (OMC), como admitiu o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Lula estimou que cem países têm vocação natural para produzir biocombustíveis de forma sustentável e pediu para que a decisão de produzir seja deixada para eles próprios, sem pressão de países ou entidades que ecoariam "os interesses da indústria petroleira ou de setores agrícolas habituados aos subsídios e ao protecionismo".

Mais tarde, o presidente recebeu a presidente de Sri Lanka, Mahinda Rajapaksa. Ela se queixou dos preços dos alimentos e atribuiu a crise no seu país aos combustíveis.

Via Campesina exige rejeição do "Floresta Zero" pela Câmara – Sítio Eletrônico da CPT – 05/06/2008

Integrantes de entidades da sociedade civil e movimentos sociais - entre eles, a Via Campesina Brasil e o Greenpeace - participam da Comissão Geral sobre a Amazônia que acontece hoje, 5 de junho, no Plenário Geral da Câmara, para exigir a rejeição do Projeto de Lei 6.424/05, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), conhecido como 'Floresta Zero'.

O Projeto, que passou no Senado e tramita na Câmara dos Deputados, autoriza a derrubada de até 50% da vegetação nativa em propriedades privadas na Amazônia e legaliza praticamente todos os desmatamentos que, nos últimos 40 anos, derrubaram cerca de 700 mil quilômetros quadrados da área original de floresta - o equivalente a quase três estados de São Paulo. O Projeto também desobriga os responsáveis pelos desmatamentos de recuperarem o que derrubaram, permitindo que um desmatamento realizado no Pará, por exemplo, seja compensado com o plantio de árvores no Rio de Janeiro. "Ao invés de aumentar a proteção do meio ambiente e estabelecer metas para a redução do desmatamento, o Congresso Nacional estará dando as costas para a Amazônia e abrindo as portas para mais destruição, agravando uma situação que já coloca o Brasil na incômoda posição de quarto maior poluidor do clima do planeta", afirma o documento distribuído pelos manifestantes no Salão Verde da Câmara.

Ruralistas tentam derrubar regras contra desmatamento – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2008

Decreto, que deve ser votado na semana que vem, anula medidas para Amazônia - "Se querem fazer [o combate ao desmatamento], podem fazer, mas arrumem uma lei", disse Kátia Abreu, do DEM, que apresentou o projeto

Com um projeto de decreto legislativo, de número 13, setores do agronegócio articulam derrubar, no Congresso, as principais medidas de combate ao desmatamento na Amazônia, como o corte de crédito rural e o embargo à produção em áreas devastadas.

A proposta chegou a ser incluída na pauta de ontem da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas teve a votação adiada para a semana que vem. "A minha expectativa é aprovar", disse a senadora Kátia Abreu (DEM-TO). "Se querem fazer [o combate ao desmatamento], podem fazer, mas arrumem uma lei."

O alvo do projeto apresentado por Kátia Abreu é o decreto 6.321, assinado em dezembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O decreto estabeleceu as principais medidas de combate ao desmatamento na Amazônia, em resposta aos primeiros sinais da retomada do ritmo acelerado da devastação.

O projeto tem apenas dois artigos. Se aprovado, sustará cinco artigos do decreto de Lula. Como se trata de uma iniciativa exclusiva do Congresso, não há

possibilidade de veto do presidente. A consequência da medida seria a nulidade dos principais mecanismos de combate ao desmatamento.

O bloqueio do crédito rural a produtores que tenham desmatado ilegalmente suas propriedades, regulamentado por resolução do Banco Central, seria só uma das vítimas da ação em curso. A regra, cuja entrada em vigor está prevista para 1º de julho, enfrenta forte pressão contrária do agronegócio, e teve origem no decreto de Lula.

A proposta de Kátia Abreu também acaba com a exigência de recadastramento dos imóveis rurais na Amazônia, mecanismo que tem por objetivo permitir a identificação dos responsáveis pelo desmatamento ilegal. Acaba também com a punição imposta a quem não fizer o recadastramento -cerca de 80% dos proprietários de terras até o momento: a inibição do cadastro rural.

Caso venha a ser aprovado, o decreto também impediria o embargo de propriedades, assim como da produção feita em área desmatada ilegalmente. Somente neste ano, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) embargou 331 propriedades, equivalente a 700 km². O instituto já apreendeu 4,3 mil toneladas de grãos e programa a apreensão de gado. O principal argumento de Kátia Abreu é que o decreto de Lula "ofende a livre iniciativa" ao impor punições além de multas e aumento de impostos, sem recorrer a novas leis.

A liderança do governo no Senado informou que a orientação do Planalto é derrubar a proposta dos ruralistas, mas não há maioria folgada. O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) caça votos.

Trata-se de mais uma batalha da guerra contra as medidas de combate ao desmatamento, na seqüência da pressão de governadores -sobretudo Blairo Maggi (MT)- contra o corte de crédito aos desmatadores. Essa pressão precipitou a queda de Marina Silva.

Marina afirma que saída foi gesto para evitar "retrocesso" – Lucas Ferraz – Folha de São Paulo – Brasil – 06/05/2008

Em seu primeiro discurso no Senado após deixar o governo, no mês passado, a senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PT-AC) disse que decidiu sair "no momento em que o acolhimento [do governo Lula]" já não lhe dava condições de continuar "operando uma agenda complexa". A petista foi aplaudida inclusive por senadores da oposição.

Segundo Marina, sua saída "foi um gesto" para evitar qualquer "tipo de retrocesso em relação às importantes conquistas", e completou: "A causa é maior que o cargo, que está a serviço da causa". Ela, contudo, se disse honrada de ter trabalhado com o presidente Lula e afirmou que Carlos Minc, seu sucessor, é "pessoa da agenda".

Marina citou o licenciamento das hidrelétricas do complexo do rio Madeira (RO). O atraso na liberação a fez entrar em colisão com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). "[A obra] jamais teria sido licenciada se não tivéssemos resolvido os problemas do mercúrio, das malárias e dos bagres, que alguns ridicularizavam, dizendo que estávamos preocupados com os bagres em lugar de nos preocuparmos com a energia."

Ela espetou o governador Blairo Maggi (MT-PR), crítico de seu trabalho no Meio Ambiente. "Erro é combater o que está funcionando, combater o combate ao ilegal", afirmou. (LUCAS FERRAZ)

Minc: decreto vai reduzir recursos contra multas - Bernardo Mello Franco e Demétrio Weber – O Globo – O País – 05/06/2008

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse ontem que o presidente Lula assinará decreto em dez dias mudando a Lei de Crimes Ambientais.

A idéia é encurtar prazos para recursos contra multas por infrações ambientais. Hoje, segundo Minc, um processo se arrasta de três a cinco anos, o que poderá ser reduzido para seis a oito meses. Ele defendeu a qualidade do monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e reiterou a disposição de atacar os problemas estruturais do desmatamento: — Nossa missão não é brigar com números, mas atuar nas causas. Nossa guerra é contra o modelo predatório que empobrece a população e destrói a biodiversidade.

Ministro reclama de contingenciamento de verbas O ministro disse que Lula criará hoje, no Dia Mundial do Meio Ambiente, unidades de conservação ambiental no sul do Amazonas e no Tocantins.

Minc espera que o governo envie ao Congresso projeto de lei de mudanças climáticas e anuncie a criação de fundos ambientais.

A formação de um cinturão de reservas ambientais foi escolhida como mote do governo para conter a expansão do agronegócio sobre a Floresta Amazônica.

O plano começa a sair do papel com a criação de um parque nacional e de uma reserva extrativista no sul do Amazonas.

Minc reclamou do contingenciamento de recursos da pasta.

Ele propôs que o dinheiro do seu ministério seja usado para fazer “superávit ambiental” em vez de superávit primário (economia para pagar juros).

— Tem que ter um superávit ambiental para estarmos à altura do que nos é cobrado — discursou Minc, ao dar posse ao novo presidente do Ibama, Roberto Messias Franco.

“Não vamos ser a lata de lixo do mundo” Antes de virar ministro, Minc já tinha cobrado a liberação de cerca de R\$ 1 bilhão relativos a royalties do setor energético: hidrelétricas e indústria petrolífera.

Ele criticou a baixa cobertura de esgoto tratado no país — 35% — e disse que é possível dobrar o índice em dez anos.

O ministro disse que, em até um mês, enviará ao Conselho Nacional do Meio Ambiente proposta para agilizar o licenciamento ambiental. A demora na

liberação de obras do PAC era uma das críticas à gestão da exministra Marina Silva. Segundo ele, serão eliminadas etapas inúteis, mas “sem afrouxar” o rigor das análises. Minc disse que ninguém no Ibama será coagido a acelerar processos no órgão: — Não haverá licenciamento político com a faca no pescoço.

Minc afirmou que, na Europa, os níveis de controle de emissão de gases na indústria são cinco a dez vezes mais rigorosos do que no Brasil. Isso acabaria levando empresas internacionais a se instalar no Brasil com equipamentos de padrão tecnológico mais baixo: — Não vamos ser a lata de lixo do mundo, o penico da humanidade — disse.

Ministro quer ampliar restrição a crédito

Veto atingiria desmatador de cerrado, mata atlântica, caatinga e pantanal BRASÍLIA. Após abrir exceções no corte de crédito verde na Amazônia, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, endureceu o discurso e prometeu estender para cerrado, mata atlântica, caatinga e pantanal as restrições a empréstimos oficiais que em 1ode julho entrarão em vigor. Ele disse que esses biomas ficaram inicialmente de fora por questão tática, para não fortalecer pressões contra a medida.

— Não é admissível que quem desmata esses outros biomas receba dinheiro público. Ele afirmou que vai propor ao Conselho Monetário Nacional que estenda as restrições aos demais biomas. Minc e o novo presidente do Ibama, Messias Franco, negaram que o ministério tenha flexibilizado a norma do bioma Amazônia ao delegar a órgãos estaduais a responsabilidade de atestar se a propriedade está fora desse bioma. Segundo o ministro, a legislação determina que os estados cumpram a missão, os fiscais do Ibama não dariam conta da tarefa.

— Faremos a fiscalização por amostragem. O Ministério Público atuará. Não creio que algum secretário assinará que uma propriedade que está dentro do bioma (Amazônia) esteja fora, arriscando perder o seu cargo e amargar alguns anos na prisão, de preferência plantando árvores na Amazônia e no cerrado.

No primeiro discurso na volta ao Senado, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (PT-AC) subiu o tom das críticas ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi.

— O erro do governador é combater o que está funcionando, o combate ao ilegal. Nada de redução de reserva legal.

Modelo é criticado no Estado do Rio - No Rio, o processo de descentralização do licenciamento ambiental para empreendimentos de pequeno e médio porte é hoje alvo de críticas. Em janeiro, o governador Sérgio Cabral e o secretário estadual do Ambiente Carlos Minc oficializaram a municipalização do processo para 15 municípios do estado, que se juntaram a outros seis, incluindo o Rio, que já haviam conquistado o direito em 2007. Mas, para o especialista Elmo Amador, geógrafo e professor aposentado da UFRJ, nem todas as prefeituras estão habilitadas a fazer o trabalho.

— Os municípios precisam se adequar à nova função. E as regras são muito vagas. Teria que haver um limite mais claro da responsabilidade de prefeituras e estado — diz Amador, que é a favor da descentralização.

O presidente da Feema, Axel Grael, conta que alguns municípios vem extrapolando os limites impostos pelo decreto, ou se mostrando incapazes para o trabalho. Ele cita o caso de um empreendimento de Caxias no qual a licença municipal foi tornada sem efeito pela Feema.

A passos largos rumo ao crescimento econômico, o Brasil ainda engatinha no caminho da sustentabilidade. O panorama traçado pela pesquisa “Indicadores do Desenvolvimento Sustentável”, divulgada ontem pelo IBGE, na véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, revela que é preciso muito para que o país alcance o ideal previsto em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que é atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

Ao reunir 23 indicadores ligados ao tema — como terra, água doce, oceanos e biodiversidade — o instituto identificou sinais “contraditórios” em dimensões como a emissão de gases do efeito estufa e queimadas.

A análise aponta avanços significativos na economia, mas, na área ambiental, o saldo é negativo. O desmatamento da Floresta Amazônica, altas taxas de poluição urbana e falta de saneamento básico foram alguns dos itens destacados pelo estudo.

— De uma forma geral, o que o relatório está mostrando é que estamos nos desenvolvendo de uma forma não sustentável — diz o biólogo Judicael Clevelario Junior, coordenador dos indicadores ambientais.

— O desmatamento da Floresta Amazônica, que voltou a aumentar, é emblemático. Ele mostra que o futuro daquela região pode ser o presente da Mata Atlântica, da qual resta menos de 10% da sua cobertura original. A sociedade brasileira tem que se perguntar: esse é o tipo de crescimento que queremos para o país? Um crescimento baseado em um padrão predatório, no qual devastamos o ambiente para ocupá-lo, produzindo muito pouca riqueza?

Rios urbanos em estado crítico

As distorções entre o Brasil economicamente desenvolvido e os entraves ambientais e sociais ficam claras na área do tratamento de esgoto: a pesquisa mostra que o percentual de moradias sem saneamento básico chega a 24,9% na zona rural. Em 1992, o percentual era de 49%. Outro número chama a atenção: apenas 54% dos domicílios são considerados adequados (com abastecimento de água por rede geral, esgoto sanitário e coleta de lixo). O percentual no Sudeste é de 70% e, no Norte, cai para 23,7%.

De acordo com o estudo, a poluição dos rios que passam pelos grandes centros urbanos ainda está longe do ideal. Iguaçu e Tietê, que cortam Curitiba e São Paulo respectivamente, tiveram a qualidade de suas águas classificada como crítica.

— Por que os rios que cortam as grandes cidades fedem? Porque o saneamento básico é muito ruim — explica Judicael. — Quando a questão é o desmatamento, ainda temos que enfrentar essa falsa dualidade, entre preservar e produzir, mas em relação ao saneamento, ninguém questiona a sua importância.

As desigualdades também são evidentes no número de internações pelas chamadas “doenças da pobreza”, que foi de 327 pessoas por 100 mil habitantes em 2005. O número foi maior no Acre (997 por 100 mil) e no Piauí (900 por 100 mil).

— A destinação do lixo, por exemplo, é inadequada e acaba se refletindo na qualidade da água que abastece essas cidades — conta Judicael. — E isso traz questões sociais e até econômicas.

Afinal, temos que enfrentar doenças como a diarreia e gastar cada vez mais dinheiro para tratar a água. Embora possa não parecer, essas questões estão todas ligadas.

Avanços sociais e econômicos

A qualidade do ar das metrópoles também foi um dos índices negativos apontados pelo relatório do IBGE.

Apesar do controle das emissões dos veículos, a concentração anual média de poluentes como monóxido de carbono (CO) e ozônio (O3) em cidades como Rio, São Paulo e Brasília ainda é muito elevada, afetando a saúde da população, especialmente crianças, idosos e portadores de doenças respiratórias.

— O ozônio é um poluente de difícil controle — explica o biólogo.

— Ele é um oxidante poderoso, produzido na baixa atmosfera, e reage com substâncias orgânicas presentes no ar, resultantes da queima de combustíveis fósseis. O ozônio provoca alergias, irritação e ataca as vias respiratórias.

Enquanto persiste a polêmica em torno da demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima, o IBGE aponta crescimento na regularização das terras indígenas.

Entre 2003 e 2006, uma área de 23,5 mil quilômetros quadrados foi homologada no país.

Com dados já divulgados pelo próprio instituto e pelo Ministério da Saúde, o estudo aponta os atrasos na área social do país e destaca a colocação do Rio no triste ranking da violência. Em 2004, como o IBGE divulgou em 2005, o Rio de Janeiro era o estado com maior índices de homicídios do país, com 50,8 por 100 mil habitantes.

Ao retratar os bons ventos que sopram sobre a economia, o IBGE aponta ainda que cerca de 25% das famílias brasileiras vivia com renda de até meio salário mínimo por mês em 2006. Uma queda contínua desde 1992, quando o índice era de 41%. Também em 2006, a renda média do trabalhador era de R\$ 873, um aumento de 26,8% em relação aos valores registrados 14 anos antes.

Ainda assim, as distorções se mantinham: as mulheres ainda recebiam em média 33% menos do que os homens, enquanto os pretos e pardos ganhavam 47% menos do que os brancos.

— Nós não somos uma sociedade sustentável. Mas será que alguma sociedade é? — avalia a pesquisadora do IBGE Denise Maria Kronemberger.

Um dos coordenadores do estudo, Wadith João Scandar Neto, resume o quadro traçado pelo IBGE: — O que estamos aprendendo é que não basta justiça social. É necessário preservar as reservas naturais.

Desenvolvimento sustentável é fazer um pacto com as gerações futuras.

Piauí: 'Fossas aéreas' ainda são usadas no estado - Efrém Ribeiro – O Globo – Ciência – 05/06/2008

TERESINA. Juliana Sara de Oliveira Sales, de 4 anos, reclama com o pai, o desempregado Euriano Silva de Oliveira, de 21 anos, que sente fortes dores de barriga, enquanto ainda encontra forças para brincar de boneca.

A mulher de Euriano, Michelle, de 21 anos, está há três dias com diarreia, dor de barriga e febre alta. A família aguarda atendimento em uma das enfermarias do Hospital Municipal do Satélite, em Teresina.

— A diarreia é a doença mais comum entre as crianças de Teresina.

Onde eu moro não tem saneamento básico e os terrenos baldios são usados para jogar lixo, restos de comida e animais mortos, e as crianças terminam brincando no chão por onde passam águas servidas — constata Euriano.

Nas áreas mais pobres, é comum o uso das chamadas “fossas aéreas”, em que, sem outra opção, as pessoas defecam em sacos plásticos e os lançam nos terrenos baldios.

De acordo com dados do IBGE, a cobertura de esgotos no Piauí atinge apenas 13% da população de 3 milhões. Na capital, o percentual é de 18%. Os índices de saúde acompanham o quadro.

Segundo o IBGE, no estado, são internadas com problemas relacionados à falta de saneamento 963 pessoas para cada 100 mil habitantes.

São Paulo: 800 novos carros por dia em circulação - Aduari Antunes Barbosa – O Globo – Ciência – 05/06/2008

SÃO PAULO. Com uma média diária de 800 carros novos entrando em circulação em São Paulo, a cidade é “a mais clara exceção” à tendência de queda nas concentrações de poluentes atmosféricos, como o ozônio, segundo os números do IBGE. Em 2006, na região metropolitana de São Paulo, onde o problema é muito sério, foram registradas 168 violações do limite máximo diário permitido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Em média, a cada dois dias, ocorre uma violação do limite, com um pequeno aumento em relação aos 158 registros de 2005.

— Quando o tempo está muito seco, fico muito mal. De noite acordo desesperado, com falta de ar, boca seca. Tenho de pingar remédio no nariz e esperar um pouco, uns 10 minutos, para tentar dormir de novo — conta Roberto das Dores de Jesus, de 37 anos, que tem rinite e trabalha em um bar no centro de São Paulo.

Ele gasta pelo menos uma hora por dia para chegar ao trabalho.

— A parte que vou de ônibus é terrível. Muita poluição, muita, muita... — conta Roberto não sabe se a situação ficou pior por causa da contribuição do ozônio à poluição. Mas tem uma avaliação na ponta da língua: — Se piorou, não sei. Só sei que nunca melhorou, isso posso garantir.

Onda verde e empresas – Marcio Mattos de Oliveira – O Globo – Opinião – 06/06/2008

Até há pouquíssimo tempo, qualquer medida ambiental a ser adotada pelas empresas era vista com ceticismo e, muitas vezes, um entrave ao seu crescimento. No entanto, nos países desenvolvidos, e mais recentemente naqueles em desenvolvimento como o Brasil, o consumidor, o governo e o mercado financeiro têm adotado ações retaliativas contra as empresas que não têm demonstrado um compromisso claro com o controle do meio ambiente e da emissão de gases do efeito estufa na atmosfera.

A fim de acompanhar essa “onda verde”, as empresas têm adotado medidas de gestão que passaram a priorizar o crescimento sustentável. Dessa

forma, projetos de reflorestamento, de conservação e avoid deforestation têm sido as formas encontradas pelas empresas para justificar ambientalmente seu processo produtivo.

Os projetos florestais têm sido bastante utilizados pelas empresas dos países desenvolvidos para viabilizar esse mecanismo e podem ser implementados diretamente em terras que porventura já possuam, ou por meio da compra de projetos de terceiros.

Esse mecanismo já encontra um mercado em franco crescimento nos países europeus e nos EUA, voluntariamente ou por força de lei, ou seja, pelo ganho de imagem que a empresa verde adquire na divulgação desta política por meio da mídia, eventos e matérias promocionais, ou para atender às exigências legais quanto à redução de emissões em determinada região (a Califórnia, por exemplo, pretende reduzir em 25% seus GEE em 12 anos).

Mas nada impede que uma empresa de menor porte faça a sua parte e adote uma política de compensação ambiental, seja de qualquer setor da economia (serviços, indústrias, agroindústria), tendo em vista que as emissões indiretas pelo uso não consciente de eletricidade, papel ou de um lápis, podem contribuir de forma significativa para a destruição da camada de ozônio.

Apesar de essa euforia começar a tomar corpo, é importante tomar cuidado, pois o mecanismo deve seguir padrões determinados e, por se tratar de uma negociação privada, pode ser realizada fora das exigências ambientalmente aceitáveis.

Num futuro que já está batendo à nossa porta, a tendência do mercado parece ser a de se utilizar deste mecanismo somente para os casos em que as emissões de GEE pela empresa for inevitável.

É imprescindível termos em mente que a Economia Verde já é uma realidade no mundo e no Brasil. E quem não reformular suas políticas administrativas e ambientais dentro dessa dinâmica tem grandes chances de ficar de fora das vantagens competitivas que este mercado poderá oferecer.

Governo anuncia novas medidas de proteção ao meio ambiente - Gisele Teixeira e Lucia Leão – Sítio eletrônico do MMA – 05/06/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta quinta-feira (5), em Brasília, várias medidas na área ambiental, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Entre elas a criação de três unidades de conservação (UCs) na região Amazônica - as Reservas Extrativistas do Rio Xingu (PA) e de Ituxi (AM) e o Parque Nacional de Matinguari (AM) - e o encaminhamento, ao Congresso Nacional, da proposta de Projeto de Lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O presidente assinou, ainda, dois decretos. O primeiro altera o artigo 3º do decreto 4722, que estabelece critérios para exploração do mogno. A redação anterior proibia, por um período de cinco anos, - a partir da data de publicação deste decreto, o abate de árvores da espécie *Swietenia macrophylla* King (mogno), em áreas autorizadas para o desmatamento. A nova redação proíbe definitivamente o abate das árvores, - inclusive em áreas nas quais seja autorizada a supressão de vegetação.

O segundo decreto cria um Grupo Interministerial para apresentar propostas para criação e funcionamento do Fundo Amazônico. Esse grupo será formado pelos ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, do Desenvolvimento e da Fazenda, além da Casa Civil.

Durante a solenidade, no Palácio do Planalto, Lula afirmou que não é egoísta e que quer partilhar com a humanidade os benefícios da preservação ambiental da Amazônia. "Queremos partilhar com a humanidade, queremos que todos respirem o ar verde produzido pelas nossas florestas". Lula disse acreditar que, em maneira de preservação ambiental, não existe no mundo um exemplo como o Brasil. "A Europa, por exemplo, só tem 0,3% da sua floresta nativa em pé. O Brasil ainda tem 69%", acrescentou. O presidente defendeu punição mais rígida para as pessoas que fazem queimadas na Amazônia.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, destacou a criação do grupo de trabalho interministerial que irá acertar os detalhes do Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia. Ele disse que, embora vá receber doações nacionais e internacionais, o fundo será soberano. "O Fundo será 100% autônomo e vai permitir aplicar centenas de milhares de dólares na região", disse, acrescentando que os doadores não terão assento na administração do fundo e, portanto, não poderão interferir em qualquer decisão. Em um prazo de um mês, Minc espera estar pronta a proposta de criação do Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia. Segundo o ministro, a idéia é captar recursos de forma autônoma que serão gerenciados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Minc também adiantou que nos próximos dias se reunirá com os produtores de óleo vegetal para reforçar a declaração de moratória por mais um ano contra aqueles que adquirem soja plantada em áreas de desmatamento. "Não se comprará soja oriunda do desmatamento da Amazônia", disse. Ele lembrou, ainda, que no dia 1º de julho será colocada em vigor a decisão do CMN (Conselho Monetário Nacional) que limita a concessão de créditos para os proprietários que utilizam de forma irregular a terra. Segundo ele, a medida não será flexibilizada apesar da pressão que o governo federal recebeu.

Mudança do Clima - O [Projeto de Lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima](#), encaminhado nesta quinta-feira pelo presidente Lula ao Congresso Nacional, norteará o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, bem como outros programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à mudança do clima, que sejam implementados nos três níveis da federação.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que o PL será discutido e aperfeiçoado nas comissões do Congresso, onde já tramitam outros projetos nesta área, que precisarão ser integrados à proposta do governo. "O PL é muito importante porque cria mecanismos para que tenhamos periodicamente inventário de emissões, incentivos a tecnologias limpas e medidas de adaptação e de mitigação", acrescentou.

O texto é resultado do trabalho do Grupo Executivo, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e composto por outros seis ministérios, além do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e da Casa Civil. Esse grupo realizou dez reuniões para elaborar o documento que foi, posteriormente, enviado e aprovado pelo

Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), formado por 16 ministérios e pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, coordenados pela Casa Civil. Tanto o Grupo de Trabalho quanto o Comitê Interministerial foram criados por decreto presidencial em novembro de 2007.

De acordo com a proposta de PL, a Política Nacional sobre Mudança do Clima tem dois objetivos: um, reduzir as emissões de fontes de gases de efeito estufa decorrentes da atividade humana e fortalecer as remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional, outro, definir e implementar medidas para promover a adaptação à mudança do clima das comunidades locais, dos municípios, estados, regiões e de setores econômicos e sociais, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos. Esses objetivos deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável e buscar, sempre que possível, o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

A Política Nacional será implementada pelo Plano Nacional sobre Mudança do Clima, por meio de ações e medidas que objetivem a mitigação da mudança do clima e a adaptação aos seus efeitos. O Plano deverá ser estruturado com base em quatro eixos: mitigação, vulnerabilidade, impacto e adaptação; pesquisa e desenvolvimento; e capacitação e divulgação. Para elaboração do Plano serão realizadas consultas públicas para manifestação dos movimentos sociais, das instituições científicas e de todos os demais agentes interessados no tema, com a finalidade de promover a transparência do processo de elaboração e de implementação do Plano.

Tanto o Plano quanto a Política Nacional sobre Mudança do Clima vêm se somar aos esforços que o governo brasileiro vem desenvolvendo para mitigar as emissões dos gases de efeito estufa, como o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento, que envolve 13 ministérios e resultou na redução de 59% na taxa de desmatamento de 2004 a 2007. Esse trabalho evitou a emissão de cerca de meio bilhão de toneladas de CO₂ na atmosfera no período e equivalente a 14% das reduções preconizadas para todos os países desenvolvidos no primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto que se estende de 2008 a 2012.

Novas UCs - As reservas extrativistas do Rio Xingu, no Pará, e de Ituxi, no Amazonas, e o Parque Nacional de Mapinguari, também no Amazonas, somam uma área total de 26.532 Km² e fecham um "cinturão verde" que, além de proteger a biodiversidade dentro de seus limites, devem conter o avanço da fronteira agrícola dentro do bioma Amazônia. Com as novas unidades, a Amazônia passa a ter 610.819 Km² de áreas protegidas, o que representa 14% do bioma.

Ao anunciar a criação das novas unidades de conservação, Minc observou que elas representam duas vezes e meio a área desmatada no bioma no ano passado. "Temos que correr atrás do prejuízo: diminuir o desmatamento e preservar mais do que aquilo que se desmata".

Entre os convidados na solenidade de assinatura do decreto, no Palácio Planalto, representantes das comunidades que vivem nas áreas das Resex. Falando em nome delas, o presidente da Associação de Moradores do Médio Xingu, Herculano

Costa da Silva, falou do significado da medida, que, garantindo a proteção das áreas, garantem também o trabalho das famílias que vivem da extração dos produtos florestais e estavam ameaçados pelo avanço da desmatamento.

Reserva Extrativista do Rio Xingu - Tem 3.038 km² e está localizada em Altamira, no estado do Pará (PA), uma das regiões mais conflituosas do estado em função da ação de grileiros. Abrange áreas de floresta densa, floresta aberta e savana. Habitam na área, hoje, cerca de 50 famílias, com um total de 250 habitantes que vivem tradicionalmente do extrativismo. Os produtos florestais mais explorados na área são a castanha-do-pará, os óleos de copaíba e andiroba, o babaçu e outros produtos vegetais não-madeireiros, como frutos (patoá, bacaba, açaí, uxi), cipós (timbó), e plantas medicinais. [Veja mapa.](#)

Reserva Extrativista Ituxi - Localizada no município de Lábrea, no Amazonas, a Resex tem uma área aproximada de 7.769 km² cobertos de florestas de terra firme, várzea, roçados e capoeiras, que apesar de serem geograficamente próximas apresentam características muito peculiares e extrema riqueza biológica. A população da Resex é de aproximadamente 500 habitantes, organizados em 20 comunidades extrativistas. As famílias vivem da extração de frutos, óleos e outros produtos vegetais sazonais tais como a castanha, andiroba, borracha natural, copaíba, açaí, uxi e alguns cipós. A pesca tradicional nos lagos e igapós da região também é importante fonte de renda e subsistência da comunidade. [Veja mapa](#)

Parque Nacional do Mapinguari - Tem uma área de 15.724 km² localizado nos municípios de Canutama e Lábrea, no Amazonas. Está destinado a preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, com destaque para importantes encaves de savana entre os vales dos rios Purus e Madeira. É uma área de grande heterogeneidade ambiental, apresenta diversos ecossistemas isolados e únicos que com grande potencial para a pesquisa científica e visitação pública, com programas de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

Os limites do Parque Nacional Mapinguari excluem as faixas de servidão do gasoduto Urucu-Porto Velho e seus futuros ramais. Também será permitida a navegação de embarcações pelos rios Açuã e Mucuim, que cortam o Parque. [Veja mapa](#)

Via Campesina exige rejeição do "Floresta Zero" pela Câmara – Sítio Eletrônico do MST – 05/06/2008

Integrantes de entidades da sociedade civil e movimentos sociais - entre eles, a Via Campesina Brasil e o Greenpeace - participam da Comissão Geral sobre a Amazônia que acontece nesta quinta-feira (05/06), às 14h, no Plenário Geral da Câmara, para exigir a rejeição do Projeto de Lei 6.424/05, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), conhecido como 'Floresta Zero'.

O Projeto, que passou no Senado e tramita na Câmara dos Deputados, autoriza a derrubada de até 50% da vegetação nativa em propriedades privadas na Amazônia e legaliza praticamente todos os desmatamentos que, nos últimos 40 anos, derrubaram

cerca de 700 mil quilômetros quadrados da área original de floresta - o equivalente a quase três estados de São Paulo. O Projeto também desobriga os responsáveis pelos desmatamentos de recuperarem o que derrubaram, permitindo que um desmatamento realizado no Pará, por exemplo, seja compensado com o plantio de árvores no Rio de Janeiro.

"Ao invés de aumentar a proteção do meio ambiente e estabelecer metas para a redução do desmatamento, o Congresso Nacional estará dando as costas para a Amazônia e abrindo as portas para mais destruição, agravando uma situação que já coloca o Brasil na incômoda posição de quarto maior poluidor do clima do planeta", afirma o documento que será distribuído pelos manifestantes a partir das 14h, no Salão Verde da Câmara.

Amazônia ganha mais três unidades de conservação – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 06/06/2008

Áreas criadas ontem pelo governo superam a extensão da floresta devastada entre agosto de 2005 e julho de 2007 - Proposto ainda na gestão de Marina, pacote anunciado ontem deixou de fora a criação de dois fundos destinados à preservação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou ontem, Dia Mundial do Meio Ambiente, mais três unidades de conservação ambiental na Amazônia, cuja área total, 26,5 mil quilômetros quadrados, equivale a quase 18 vezes a cidade de São Paulo e supera a extensão da floresta devastada entre agosto de 2005 e julho de 2007.

As unidades de conservação integram o "paredão verde" destinado a tentar conter o avanço da fronteira agrícola e o desmatamento da Amazônia, cujo ritmo voltou a crescer desde o final do ano passado.

"Temos de correr atrás do prejuízo, diminuir o desmatamento e preservar mais do que aquilo que se desmata", discursou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), em solenidade no Palácio do Planalto. Das três unidades criadas ontem, a maior é o Parque Nacional de Mapinguari, no Amazonas. A mais polêmica é a Reserva Extrativista do Médio Xingu, no Pará, em decorrência da expectativa de setores do governo de aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Xingu. A terceira unidade, Ituxi (AM), também é uma reserva extrativista.

As unidades faziam parte de um pacote maior proposto pela ex-ministra Marina Silva e que aguardava deliberação da Casa Civil. Segundo dados oficiais, a devastação nas áreas de conservação apresenta percentuais reduzidos em relação ao restante da Amazônia. "Eu estou sonhando aqui", disse Herculano Costa Silva, representante das 50 famílias da área da Resex do Xingu, escalado para discursar na cerimônia. Não participaram do ato o coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), Mangabeira Unger, nem o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura).

O pacote anunciado ontem deixou de fora a criação de dois fundos destinados à preservação do meio ambiente. O Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia passará por nova rodada de discussão em grupo de trabalho interministerial.

Crédito verde - O governo avalia que tem condições de manter a regra que proíbe os bancos de emprestarem a agricultores que desmataram ilegalmente suas propriedades na Amazônia.

Ontem a **Folha** revelou que a bancada ruralista tenta derrubar o decreto do presidente Lula sobre o assunto. De acordo com a análise jurídica já discutida no Planalto, o bloqueio ao crédito rural tem amparo em pelo menos três leis diferentes e não depende exclusivamente do decreto presidencial de dezembro do ano passado, que tratou das medidas para conter o desmatamento na Amazônia.

Dessa forma, se o projeto que suspende partes do decreto presidencial for aprovado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) na próxima semana, a vedação aos empréstimos continuará valendo, segundo integrantes do governo.

*Colaborou **LEANDRA PERES**, da Sucursal de Brasília

Floresta é como os vidros de água benta, diz Lula – Leticia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 06/06/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorreu ontem a metáforas para reclamar do volume de "palpites" que são dados sobre o gerenciamento da Amazônia. Em discurso de improviso durante cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, Lula disse que a Amazônia é como "aqueles vidros de água benta que tem na igreja". "Todo mundo acha que pode meter o dedo", reclamou. "E são muitos palpites, posso dizer a vocês que palpito é o que não falta, e de pessoas que não têm autoridade política para fazer isso, pessoas que desmataram o que tinham e o que não tinham, pessoas que emitem CO2 como ninguém e depois resolvem dizer: "A Amazônia, nós precisamos pensar se ela é do Brasil", acrescentou ele.

Segundo Lula, o Brasil quer partilhar com o mundo o debate sobre a Amazônia, mas avisou: "É importante que, quando as pessoas entrem na casa da gente, peçam licença para abrir a nossa geladeira, e não vão abrindo e pegando as coisas que tem lá para beber porque elas têm dono." Apesar de críticas contra o governo neste sentido, o presidente disse ver uma consciência, dentro do governo e na sociedade, de que não há "incompatibilidade nenhuma" entre a combinação do desenvolvimento com a preservação ambiental. E defendeu a necessidade de ser "muito duro" com quem está fazendo queimada ou desmatando ilegalmente.

Ele atacou quem critica as concessões de terra feitas a indígenas e seringueiros: "As pessoas se esquecem de dizer que um único proprietário tem, às vezes, 1 milhão de hectares (...) e alguns ainda acham pouco e querem grilar a terra dos outros". (**LETÍCIA SANDER**)

Impacto de classes A e B sobre o ambiente no país é comparável ao dos EUA, mostra estudo de ONG

No Dia Mundial do Meio Ambiente, a organização não-governamental WWF-Brasil divulgou pesquisa em que alerta: se toda a população mundial adotasse padrão de consumo semelhante ao das classes A e B brasileiras, seriam necessários três planetas para suprir todos os recursos utilizados.

De acordo com a pesquisa, a elite brasileira tem hábitos insustentáveis ambientalmente e exercem uma má influência ao servir como modelo de aspiração de consumo para as classes emergentes. "Afinal, todos querem ter e consumir como as classes A e B", afirma Irineu Tamaio, coordenador do programa Educação para Sociedades Sustentáveis do WWF.

Intitulado "Tendências e Hábitos do Consumo dos Brasileiros", o trabalho, realizado em parceria com o Ibope, tem o objetivo de despertar a sociedade e fazê-la pensar em mudanças nos hábitos e padrões de consumo, afirma o WWF.

O Ibope realizou a pesquisa em 142 municípios de todas as unidades da Federação, no período entre os dias 13 e 18 de maio. Foram entrevistadas 2.002 pessoas. A margem de erro, segundo o instituto, é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Carro e banho - Uma parcela de 13% dos entrevistados diz que o carro é o único meio de transporte. E as classes A e B gastam mais tempo no banho, também - mais de 20 minutos, para 13%, segundo o levantamento do WWF. Samuel Barreto, coordenador do programa Água para a Vida do WWF, afirma que, se esse tempo fosse reduzido pela metade, poderia ser economizada água suficiente para abastecer, por um dia, uma cidade com mais de seis milhões de habitantes (o município de São Paulo tem 11 milhões).

"Isso, em uma projeção baixa, com um gasto por minuto de três litros de água por pessoa", disse. A ONU (Organização das Nações Unidas) recomenda que cada habitante use 200 litros de água para higiene pessoal, o que não inclui apenas o banho. "As ações individuais, se comparadas em escala, têm impacto ambiental muito grande", completou.

O WWF, contudo, fez questão de ressaltar que não é contra o consumo em si, que ajuda a aquecer a economia. "É preciso mudar o hábito. A informação é muito importante, pois pequenas mudanças são essenciais para se chegar a um padrão sustentável", afirmou Denise Hamú, secretária-geral da organização.

Segundo ela, é preciso investir nas mudanças dos hábitos da população, principalmente quando se analisa padrão de consumo -cada vez mais crescente- dos quatro principais países emergentes: Brasil, China, Rússia e Índia. "Se continuarmos com esse modelo, chegaremos ao colapso", resumiu Irineu Tamaio.

Se toda a população mundial consumisse como a média dos cidadãos dos Estados Unidos, país que mais consome e que ocupa o topo da lista de nações insustentáveis do ponto de vista do consumo, seriam necessários cinco planetas. Os EUA são, de longe, o maior emissor per capita de gases do efeito estufa. Em contrapartida, se todos adotassem o padrão da Somália, na África, sobriam recursos naturais e não seria necessário nem ao menos um planeta -o índice seria de 0,22.

Amazônia: 8,5% das terras têm posse ilegal - O Globo – Capa – 06/06/2008

Pelo menos 8,5% das terras da Amazônia têm títulos de posse irregulares ou completamente falsos, mostra estudo da ONG Imazon e do Banco Mundial. A região tomada por posseiros chega a 42 milhões de hectares — a soma das áreas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe.

Página 12

Posse é irregular em 8,5% da Amazônia - Soraya Aggege – O Globo – O País – 06/06/2008

Posseiros e grileiros ocupam área equivalente a São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe somados

SÃO PAULO. Pesquisa sobre a situação fundiária na Amazônia revela que pelo menos 42 milhões de hectares — área equivalente aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe somados — estão em situação irregular ou totalmente fora de controle do governo. Um amontoado de documentos falsos, posses informais e sobreposições de títulos fazem desse trecho do território — 8,5% da região — uma terra sem dono. Boa parte está nas mãos de posseiros, mesmo depois de várias tentativas de regularização feitas pelo Incra.

O levantamento foi elaborado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) para um estudo do Banco Mundial.

— Trata-se, na prática, de uma privatização gratuita da floresta. Nunca pagaram pelas terras e continuam sem pagar impostos — avalia o coordenador da pesquisa, o engenheiro florestal Paulo Barreto.

Posseiros de terras desmatam floresta As posses, que somam os 42 milhões de hectares, segundo a pesquisa, estão, na maior parte, no Pará (16 milhões de hectares) e em Mato Grosso (9,6 milhões de hectares). Há também propriedades no Amazonas e em Rondônia, Roraima e Tocantins. A maioria dos ocupantes desmatou a floresta para a agricultura ou para a exploração de madeira.

Além disso, 4,4 mil imóveis, instalados em 3,2 milhões de hectares, são cadastrados no Incra simultaneamente como terras tituladas e posses. Ou seja: um proprietário de imóvel regular se apossou de terra pública ou comprou “direito de posse” de algum vizinho.

As áreas de posse são, legalmente, terras públicas.

O estudo analisou a titularidade de terra em 491 milhões de hectares de terras da Amazônia. Desse total, 104 milhões de hectares de terras (21% do território),

consideradas públicas, também servem de territórios para grileiros que extraem madeira e minério. Barreto estima que cerca de 80 milhões de hectares podem estar dominadas pela grilagem.

Unidades de conservação também têm problemas Mesmo na parcela da Amazônia Legal, que formalmente é legalizada nas áreas consideradas realmente públicas, há problemas. Em uma pequena parte onde estão as terras indígenas, unidades de conservação e áreas militares existem, por exemplo, sobreposições de titularidade, além de imóveis privados e posseiros.

Pelo menos 10 milhões de hectares das unidades de conservação têm pendências legais.

Sem falar de reservas ainda não legalizadas, como Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Além de entrevistar funcionários de setores públicos e privados, os pesquisadores analisaram dados de recadastramentos de imóveis rurais feitos entre 1999 e 2004.

O Incra não quis comentar as conclusões do estudo.

Lula diz que região é como água benta - Chico de Gois – O Globo – O País – 06/06/2008

Presidente reclama que todos querem 'meter o dedo' e interferir na Amazônia
BRASÍLIA. Em solenidade de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a atacar os que consideram que a Amazônia deve ser administrada pela comunidade internacional, e não pelo Brasil. Ao anunciar a criação de duas reservas extrativistas e um parque nacional na Amazônia, num total de 2,6 milhões de hectares, Lula voltou a usar metáforas.

— De vez em quando eu fico pensando que a Amazônia é como aqueles vidros de água benta que tem na igreja: todo mundo acha que pode meter o dedo.

A Amazônia, além de ser católica, é evangélica, então tem mais gente querendo botar o dedo ali, e é muita gente dando palpite — comparou o presidente. — E não é que nós não queiramos ajuda, não é que nós não queiramos partilhar os conhecimentos que precisamos ter da Amazônia.

Mas nós não podemos permitir que as pessoas tentem ditar as regras do que a gente tem que fazer na Amazônia.

Minutos antes da solenidade, o diretor da organização SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, criticou a política ambiental do governo: — O PAC hoje é uma desgraça sob o ponto de vista ambiental.

Carlos Minc convocou ontem uma cadeia nacional de rádio e TV para pedir que os brasileiros reforcem a atenção contra as queimadas no período da estiagem.

Operação Arco de Fogo entra em nova etapa e será intensificada - Lucia Leão –
Sítio Eletrônico do MMA – 06/06/2008

As ações federais de combate ao desmatamento na Amazônia serão intensificadas, já a partir dos próximos dias, para enfrentar o período de estiagem, quando as práticas desses crimes ambientais ficam favorecidas. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, se reuniu com o diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, para definir o cronograma da terceira etapa da Operação Arco de Fogo e anunciou que ela passará a contar, além de agentes da Polícia Federal e do Ibama, com o apoio de policiais rodoviários e do Exército, que será chamado especialmente para prestar apoio logístico no transporte, armazenamento e guarda, em suas instalações, dos bens ilegais madeira, grãos ou gado que venham a ser apreendidos.

Nesta nova fase da operação de repressão aos crimes ambientais na Amazônia serão fiscalizadas as vias de escoamento de produção - estradas, especialmente nos entroncamentos, e hidrovias - e as indústrias - madeireiras, frigoríficos e siderúrgicas. O ministro recomendou ao chefe da PF que dê prioridade a grandes operações e casos exemplares.

Minc anunciou também que negociará acordos de cooperação entre o MMA e os estados de Rondônia e do Mato Grosso, nos moldes do que já existe com o governo do Pará, que desde março apóia as operações federais e tem se encarregado do transporte e o leilão da madeira ilegal apreendida. A venda desses produtos ajudará a custear todas as intervenções policiais na Região. O ministro citou o exemplo do leilão da madeira de Tailândia, no estado do Pará, onde a venda de apenas 10% do produto apreendido arrecadou o equivalente ao custo total da operação.

O ministro não acredita em dificuldades para firmar esses acordos. "O presidente Lula ordenou que trabalhássemos em conjunto. E ordem do presidente ninguém discute", assegurou. Ele espera conseguir também a adesão dos empresários do setor frigorífico, como já fazem os beneficiadores de soja, para não abaterem gado proveniente de pastagens ilegais, hoje as principais responsáveis pelo desmatamento do bioma Amazônia.

Na primeira audiência com o ministro Carlos Minc, Luiz Fernando Corrêa fez um relato do trabalho que já foi realizado na Amazônia e apresentou os últimos números da Operação Arco de Fogo. Desde março os agentes federais e os fiscais do Ibama embargaram 359 áreas, que somam 63 mil ha de terra; apreenderam 79.300 m³ de madeira em tora e 26.700 m³ de madeira processada ilegalmente em serrarias; e aplicaram R\$ 361 milhões em multas.

Signatários do acordo dizem que ainda há pendências - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 06/06/2008

A prorrogação em mais um ano da moratória da soja, afirmada ontem pelo ministro Carlos Minc, pegou os ambientalistas de surpresa. Primeiro porque isso ainda não é certo. Segundo porque a adesão do governo às discussões - embora bem-vinda - não era prevista.

"Fiquei surpresa", disse Ana Cristina Barros, representante da The Nature Conservancy (TNC), ONG signatária da moratória. Segundo ela, não ficou claro qual o envolvimento de Brasília no acordo, fechado em 2006, entre setor privado e ambientalistas. Tampouco quem teria passado a informação a Minc, uma vez que ainda há divergências a serem resolvidas.

O Greenpeace acredita que o ministro se precipitou. Paulo Adário, representante para a Amazônia da ONG, está em Bruxelas buscando apoio de compradores como o Carrefour para pressionar pelo boicote. Procurada, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) não comentou. O desencontro sugere possível racha no grupo.

O calcanhar-de-aquiles nesse processo é a flexibilização de um eventual segundo período de moratória. Nos moldes atuais, o acordo impede a compra de soja do bioma Amazônia. Na época, a indústria - representada pela Abiove e pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) - e as tradings Bunge, Cargill, ADM e Amaggi concordaram com o desmatamento zero.

De lá para cá muita coisa mudou, levantando dúvidas quanto ao comprometimento do setor com o acordo. Em 2006, o agronegócio brasileiro vivia dias ruins: os preços da soja eram baixos, os produtores estavam endividados, o mundo consumia menos. Fechar uma moratória neste contexto, portanto, não era exatamente difícil.

O cenário hoje é o oposto. As cotações da soja no mercado internacional dispararam - de R\$ 27 a saca em julho de 2006 para R\$ 46 ontem. Em recente entrevista ao Valor, a própria Abiove advertiu sobre a necessidade de derrubar mais árvores para atender à demanda por soja (chinesa, sobretudo). "Se alguém desmatar dentro da lei, vamos comprar", disse Carlo Lovatelli, presidente da entidade, indicando as cartas postas à mesa.

Lovatelli referia-se a um ponto crucial para a moratória, sobre o qual o ministro não elaborou. Do ponto de vista do setor, não é mais possível preservar o que a própria legislação permite desmatar. No bioma Amazônia, as propriedades rurais devem manter 80% da mata em pé, mas podem derrubar 20%.

Do ponto de vista das ONGs, pode ser uma pá de cal nos esforços feitos até agora. Ana, da TNC, diz que uma vez que se comece a cortar, não há mais controle. Isso porque as propriedades não são georreferenciadas nem cadastradas, diz ela. "Como saber, então, quem está produzindo o quê e onde? Como saber que estão sendo cortados apenas os 20% de direito?"

Signatários do acordo dizem que ainda há pendências - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 06/06/2008

A prorrogação em mais um ano da moratória da soja, afirmada ontem pelo ministro Carlos Minc, pegou os ambientalistas de surpresa. Primeiro porque isso ainda não é certo. Segundo porque a adesão do governo às discussões - embora bem-vinda - não era prevista.

"Fiquei surpresa", disse Ana Cristina Barros, representante da The Nature Conservancy (TNC), ONG signatária da moratória. Segundo ela, não ficou claro qual o envolvimento de Brasília no acordo, fechado em 2006, entre setor privado e ambientalistas. Tampouco quem teria passado a informação a Minc, uma vez que ainda há divergências a serem resolvidas.

O Greenpeace acredita que o ministro se precipitou. Paulo Adário, representante para a Amazônia da ONG, está em Bruxelas buscando apoio de compradores como o Carrefour para pressionar pelo boicote. Procurada, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) não comentou. O desencontro sugere possível racha no grupo.

O calcanhar-de-aquiles nesse processo é a flexibilização de um eventual segundo período de moratória. Nos moldes atuais, o acordo impede a compra de soja do bioma Amazônia. Na época, a indústria - representada pela Abiove e pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) - e as tradings Bunge, Cargill, ADM e Amaggi concordaram com o desmatamento zero.

De lá para cá muita coisa mudou, levantando dúvidas quanto ao comprometimento do setor com o acordo. Em 2006, o agronegócio brasileiro vivia dias ruins: os preços da soja eram baixos, os produtores estavam endividados, o mundo consumia menos. Fechar uma moratória neste contexto, portanto, não era exatamente difícil.

O cenário hoje é o oposto. As cotações da soja no mercado internacional dispararam - de R\$ 27 a saca em julho de 2006 para R\$ 46 ontem. Em recente entrevista ao Valor, a própria Abiove advertiu sobre a necessidade de derrubar mais árvores para atender à demanda por soja (chinesa, sobretudo). "Se alguém desmatar dentro da lei, vamos comprar", disse Carlo Lovatelli, presidente da entidade, indicando as cartas postas à mesa.

Lovatelli referia-se a um ponto crucial para a moratória, sobre o qual o ministro não elaborou. Do ponto de vista do setor, não é mais possível preservar o que a própria legislação permite desmatar. No bioma Amazônia, as propriedades rurais devem manter 80% da mata em pé, mas podem derrubar 20%.

Do ponto de vista das ONGs, pode ser uma pá de cal nos esforços feitos até agora. Ana, da TNC, diz que uma vez que se comece a cortar, não há mais controle. Isso porque as propriedades não são georreferenciadas nem cadastradas, diz ela. "Como saber, então, quem está produzindo o quê e onde? Como saber que estão sendo cortados apenas os 20% de direito?"

Incra pode cancelar o registro de terras de sueco – Valor Econômico – Brasil -
06/06/2008

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estuda pedir o cancelamento de registros de terras na Amazônia supostamente adquiridas pelo empresário sueco Johan Eliasch. O presidente do Incra, Rolf Hackbart, determinou à Superintendência do Amazonas que comprove a titularidade das terras.

Se for constatada alguma irregularidade, o Incra pedirá o cancelamento dos registros na Justiça Federal. Para consultar a regularidade, a Procuradoria Federal Especializada (PFE) enviará procuradores aos municípios de Manicoré e Itacoatiara para verificar os cartórios da região registram imóveis em nome da madeireira Gethal Amazonas, de Eliasch.

"Sabemos da existência de 47 imóveis rurais que pertenciam à Gethal nos municípios de Manicoré, Itacoatiara, Humaitá e Lábrea. Com o levantamento nos cartórios, poderemos verificar a possível ilegalidade na venda das referidas terras", disse o procurador-chefe da PFE do Incra no Amazonas, Carlos Alberto de Salles. Embora Eliasch tenha ficado famoso mundialmente por alardear a compra de um pedaço da Amazônia, não existem propriedades no local em seu nome.

Mato Grosso é líder em multas, diz Ibama – Fernanda Odilla – Folha de São Paulo
– Brasil – 07/06/2008

Maior desmatador do país, Estado comandado por Blairo Maggi também é campeão em autos de infração de maior valor - Relatórios revelam que Amazônia Legal acumula 80% dos R\$ 2,73 bilhões em multas aplicadas por crime ambiental nos últimos 2 anos

Relatórios de fiscalização do Ibama revelam que a Amazônia Legal acumula 80% dos R\$ 2,73 bilhões em multas aplicadas por crimes ambientais nos últimos dois anos. A região registrou, em 2006 e em 2007, um terço dos autos de infração lavrados pelo órgão. Nesse período, os fiscais do Ibama assinaram 47,3 mil notificações, sendo 16,4 mil delas nos nove Estados da Amazônia Legal.

O Mato Grosso, dono do maior índice de desmatamento do país, aparece no topo das planilhas do Ibama como o campeão em números de autos de infração e também de multas de maior valor. Nos últimos dois anos, o Estado comandado pelo governador Blairo Maggi (PR) contabiliza R\$ 1,4 bilhão em multas por poluição, degradação e infrações contra fauna, flora e pesca. O valor equivale a 51,3% do total aplicado na Amazônia Legal no período.

É do Mato Grosso o maior desmatador do Brasil em 2007, de acordo com levantamento do Ministério do Meio Ambiente. Uma família dona de uma rede de frigoríficos recebeu, em junho do ano passado, três autos de infração do Ibama por irregularidades numa fazenda em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), próximo à divisa com a Bolívia. Num deles, foi multada em R\$ 47 milhões pelo desmatamento de uma área de reserva do tamanho de Vitória (ES).

Os relatórios do Ibama indicam que, no ano passado, Pará, Rondônia e Maranhão conseguiram reduzir o número de autos de infração aplicados pelo Ibama se comparados aos dados de 2006. Mas ainda estão entre os primeiros lugares do ranking dos maiores infratores. Assim como no resto do Brasil, os crimes contra a flora na Amazônia lideram os flagrantes da fiscalização

"Para uma região como a Amazônia Legal, que ocupa cerca de 60% do território nacional, acumular um terço das infrações do Ibama é pouco", avalia o diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão. Ele lembra que, desde o ano passado, o Ibama passou a dividir com os Estados o trabalho de fiscalização. A maior preocupação do Greenpeace, contudo, não é a quantidade de notificações expedidas, mas o pagamento das multas.

Procurado pela **Folha**, o Ibama não atendeu à reportagem para falar sobre o próprio trabalho de fiscalização, em especial na área da Amazônia Legal.

Sem estrutura - Leitão estima que menos de 2% das multas aplicadas entram na conta do Ibama. "Não existe um departamento de cobrança para transformar todas as multas em dinheiro. Sem execução, os criminosos continuam com capital para cometer crimes", afirma. Multas milionárias como as aplicadas no Rio Grande do Sul, em dezembro passado, dificilmente são pagas no ato da autuação. Fiscais do Ibama apreenderam 5,2 mil ovos de tartarugas tigre-d'água em uma propriedade rural do sul do Estado. Na ocasião, o proprietário do terreno recebeu um auto de Infração de R\$ 500 por ovo apreendido, em um total de R\$ 2,6 milhões.

Ibama refaz cálculos e reduz multas a empresa de suco para R\$ 381 mi – Katia Brasil e Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2008

Valor total por supostos danos ambientais cometidos pela Gethal era de R\$ 450 mi

A Procuradoria Jurídica do Ibama no Amazonas desmembrou ontem uma das multas em nove autos de infração por supostos danos ambientais e refez cálculos para evitar que a Justiça derrube a cobrança contra a empresa Gethal, do empresário sueco-britânico Johan Eliasch. Com a medida, o valor total cai de R\$ 450 milhões para R\$ 381,2 milhões.

Segundo o Ibama, a madeireira explorou, comercializou e transportou madeira nobre da floresta na região de Manicoré (AM) em desacordo com a legislação ambiental brasileira. Também não cumpriu acordo firmado em 2005 com o órgão.

O desmembramento da multa obedece a dispositivo da Lei de Crimes Ambientais, que estipula o valor máximo por multa em R\$ 50 milhões, afirmou o gerente administrativo do Ibama, Henrique Pereira.

Ele disse que a Procuradoria Jurídica alertou o órgão ontem, antes de enviar a notificação à Gethal. "É uma correção. Fazendo isso estamos evitando que a empresa alegue que a multa é exorbitante." Nas ações que a Gethal responde na Justiça e somam R\$ 16,2 milhões por suposto dano ambiental, a empresa ingressou com recursos alegando multa exorbitante.

A multa desmembrada ontem em nove autos de infração caiu de R\$ 350 milhões para R\$ 274.282.500. O Ibama diz que a Gethal desmatou 21.398 hectares de floresta em várias partes na área de manejo florestal em Manicoré (AM). Terá que repor o volume de 699.809 m³ ou 230 mil árvores.

A segunda multa, que era R\$ de 100 milhões, teve o cálculo refeito e passou para R\$ 106,9 milhões, aplicada pelo descumprimento de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), firmado em 2005 com o órgão ambiental. Essa infração não está prevista na Lei de Crimes Ambientais.

Além das multas, o Ibama anunciou que mantém suspensos os planos de manejo florestal da Gethal em Carauari, Lábrea, Novo Aripuanã, Humaitá e Itacoatiara. Dois planos da Gethal estão dentro de terras indígenas: Pinatuba (Manicoré) e Searihan (Lábrea). Em 2006, o empresário Johan Eliasch se apresentou à **Folha** como dono de 160 mil hectares de floresta, adquiridos em 2005, em Itacoatiara, Manicoré e Lábrea. O Incra no Amazonas diz que as 57 terras somam 121,2 mil hectares e vai analisar a dominialidade da propriedade, podendo pedir o cancelamento das terras.

Empresa nega ter provocado dano ambiental – Folha de São Paulo – Brasil – 07/06/2008

A assessoria do sueco-britânico Johan Eliasch informou ontem que o empresário não comentaria a redução no valor da multa do Ibama de R\$ 450 milhões para R\$ 381,2 milhões. A Gethal, conforme a assessoria, ainda não foi notificada da atuação e nega dano ambiental.

"Cabe esclarecer que a Gethal, até o presente momento, não recebeu qualquer notificação oficial quanto à suposta multa referida na matéria publicada ontem [pela **Folha**]", diz a nota divulgada ontem. Conforme a Gethal, "laudos técnicos ambientais também foram produzidos comprovando que a empresa jamais causou danos ao meio ambiente". Segundo a nota, a Gethal parou as atividades de extração de madeira em 2005, quando passou ao controle de Eliasch.

"Em que pese suas práticas ambientais corretas, desde a última aquisição ocorrida em 2005 e tendo em vista a nova filosofia de proteção às florestas por parte dos novos acionistas da empresa, decidiu-se que a Gethal paralisaria suas atividades de exploração florestal", diz a nota.

A Gethal afirma que pediu a suspensão do plano de manejo de extração de madeira, mas afirma não ter sido atendida. "Apesar de os diretores da empresa

estarem em contato direto e periódico com o órgão há vários anos, a empresa ainda não recebeu notificação do Ibama a respeito desse pedido de suspensão."

O Ibama do Amazonas informou que suspendeu o plano de manejo em 2005, mas a Gethal, segundo o órgão, manteve a exploração até 2006, o que gerou o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), que, diz o Ibama, não foi cumprido pela empresa, o que resultou na multa de R\$ 100 milhões.

A hora da Amazônia – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2008

Tecnologia e conservação deveriam nortear um novo modelo para desenvolver a região que ocupa metade do Brasil

O DESMATAMENTO da Amazônia, além de estar no fulcro da imagem brasileira no exterior, desperta repúdio generalizado na opinião pública nacional. Após cinco séculos de crescimento com dilapidação de capital natural, o país enfim se dá conta de que seu futuro depende de uma guinada na marcha sobre a floresta, "a ferro e fogo".

O desafio está não tanto em conciliar desenvolvimento com preservação ambiental, dicotomia ultrapassada, mas em casar sustentabilidade com tecnologia. Assim será possível reverter em benefício da população amazônica e do país, hoje e para futuras gerações, a exploração de um dos maiores acervos de recursos naturais estratégicos.

A virtual unanimidade em favor de preservar os mais de 80% de floresta amazônica remanescente, contudo, não implica clareza sobre os meios de realizar o objetivo. Cabe ao governo federal arbitrar os interesses em jogo. Com o momento adquirido pela questão amazônica, é hora de formular uma política ousada para a região que cobre mais da metade do Brasil.

Começa a esboçar-se algo próximo de um consenso quanto às linhas gerais de um programa que não se reduza a uma lista de obras. O primeiro obstáculo a superar é a reticência do presidente Lula em assumir um compromisso concreto com a progressiva redução do desmatamento.

Só uma tal meta de Estado, vinculada a prazo definido, porá termo à ambigüidade da política ambiental. Seria factível estabilizar a taxa de desmatamento, até 2015, no patamar máximo de 10 mil km² anuais, próximo do que se obteve em 2007. Além disso, investir cerca de R\$ 1,5 bilhão anual para recuperar 150 mil km² em dez anos.

A soma é alta, mas compatível com a capacidade de financiamento do Estado brasileiro. Basta mencionar que a cada ano valores similares são lançados em multas ambientais nunca arrecadadas. Caberia priorizar sua cobrança, focalizando as de maior valor e potencial para produzir efeitos demonstrativos.

O nó górdio da destruição reside na questão fundiária. Apenas 4% das terras na região são áreas privadas com títulos validados; outros 43% correspondem a unidades de conservação e terras indígenas. Do restante, 1 milhão de km² (21% do total) são áreas supostamente públicas, as quais urge mapear e inscrever no patrimônio da União. Há ainda 1,6 milhão de km² (32%) de terras alegadamente privadas. Estima-se que um terço -420 mil km², o equivalente a meio Mato Grosso-seja de posses ilegais. O governo federal deveria regularizá-las, mas só até o limite de 500 hectares e contra pagamento, para não premiar a grilagem.

O zoneamento ecológico-econômico constitui ferramenta importante para disciplinar o uso da terra, mas é ilusório aguardar que abranja os 5 milhões de km² da Amazônia Legal. Cumpre priorizar regiões onde avança a fronteira agrícola. Como princípio geral, impõe-se circunscrever a agricultura intensiva e a pecuária às áreas já desmatadas.

Do governo federal se exige ainda que aprofunde o uso do crédito como alavanca para forçar o cumprimento de mínimos padrões fundiários, ambientais e trabalhistas. Não faltam fontes como fundos constitucionais para fomentar atividades de extrativismo de baixo impacto. É urgente financiar mais estudos para conceder a exploração de florestas públicas à iniciativa privada.

A revolução amazônica dependerá também de forte influxo de conhecimento. O governo deveria encampar a proposta da Academia Brasileira de Ciências de investir R\$ 30 bilhões até 2018 em pesquisa aplicada na região. O objetivo seria criar cadeias produtivas de alta tecnologia e elevado valor agregado, capazes de atrair capital privado. O modelo de desenvolvimento para o trópico florestal ainda está por ser inventado. Mais que um fardo, isso representa para o país uma grande oportunidade.

Nova consciência ambiental – Paulo Skaf – Folha de São Paulo – Opinião – 08/06/2008

O COMPROMISSO com o desenvolvimento sustentável -que consiste em gerar riquezas com responsabilidade ambiental e social- está definitivamente na lista de prioridades da indústria.

A Fiesp e o Ciesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) realizaram seminários técnicos da maior importância durante a Semana do Meio Ambiente, justamente com o propósito de dar subsídios ao setor produtivo para que as melhores medidas ambientais possam ser adotadas, de maneira racional, correta e responsável.

As entidades industriais paulistas usam também a criatividade para estimular as empresas a atuar com o máximo de eficiência e o mínimo de impacto negativo. O Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental reconhece e incentiva as boas práticas nessa área de todos os segmentos da indústria. E o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da

Água, que chegou à sua terceira edição em março de 2008, tem como objetivo valorizar as ações em prol do bom aproveitamento dos recursos hídricos.

Porém, as iniciativas da Fiesp e do Ciesp em torno da questão ambiental não se resumem a eventos momentâneos ou cerimônias de premiação. Para analisar as questões de importância macro, criamos o Conselho Superior do Meio Ambiente, sob a coordenação do Instituto Roberto Simonsen (IRS), que reúne especialistas da área ambiental, muitos deles com histórico de militância ecológica. Ou seja, trata-se de um organismo plural, representativo da sociedade, que dispõe de absoluta autonomia para questionar e propor reflexões.

Como o rigor técnico também é prioritário para nós, mantemos um Departamento de Meio Ambiente com um quadro de altíssima qualificação: são geólogos e engenheiros totalmente dedicados ao estudo e à produção de medidas objetivas no tocante ao uso do solo e dos recursos hídricos, ao controle da poluição e ao manejo de resíduos.

No entanto, muitas vezes esbarramos no desconhecimento da sociedade com relação a tudo o que fazemos. Entretanto, continuaremos apostando no trabalho duro e sério, único caminho para a conquista de resultados efetivos.

Os eventos programados pelas entidades industriais paulistas -Fiesp, Ciesp, Sesi-SP, Senai-SP e IRS- para essa Semana do Meio Ambiente e o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, representaram uma boa oportunidade para chamarmos a atenção da sociedade para o nosso empenho em fazer com que o desenvolvimento sustentável seja mais do que um conceito da moda e se transforme em realidade. Com o lema "A indústria respeita a vida", empreendemos desde caminhadas e atividades ecoesportivas até discussões técnicas de altíssimo nível, com personalidades do meio acadêmico, secretários de Estado e especialistas em temas como energia, infra-estrutura, licenciamento ambiental e biocombustíveis.

Foram cinco dias de debates, de 2 a 6 de junho, que resultaram num documento final, a ser oportunamente divulgado. Também em 6 de junho, ao meio-dia, fizemos um ato simbólico de vital importância pela preservação do parque Trianon, área verde vizinha à nossa sede, que possui 34.706 metros quadrados de remanescentes da mata atlântica. O compromisso foi celebrado com um grande abraço em torno do parque.

Hoje, 8 de junho, nossa semana de comemorações chega ao fim com caminhadas ecológicas em praticamente todas as cidades paulistas. Ao todo, foram mobilizadas cerca de 40 mil pessoas, unidas em torno de um objetivo comum: construir o amanhã que todos nós, brasileiros e brasileiras, desejamos e merecemos.

*PAULO SKAF, 52, é o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, além do Sesi (Serviço Social da Indústria) e do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de São Paulo e do Instituto Roberto Simonsen (IRS).

Estado obriga empreendedor de usinas a carvão, gás e óleo a gerar percentual de eletricidade a partir de fontes renováveis

O estado do Rio começa a iluminar o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável.

A Secretaria estadual do Ambiente criou, dias atrás, um mecanismo de compensação energética que prevê como contrapartida aos empreendedores interessados em licenciar usinas de energia fóssil — carvão, óleo combustível e gás natural — o investimento obrigatório em unidades que produzem energia limpa vindas do lixo, do bagaço de cana, de pequenas centrais hidrelétricas e do vento.

A decisão foi tomada pelo ex-secretário do Ambiente, Carlos Minc, depois de levantamento das fontes de emissão de gases de efeito estufa. O estudo concluiu que o principal emissor é o setor energético.

Licença ambiental só depois de realizada a compensação A ex-superintendente de Clima do estado, Suzana Kahn — agora ao lado de Minc no governo federal — explicou que o mecanismo de compensação energética se dará a partir da capacidade instalada de energia das usinas de carvão, óleo combustível e gás natural que solicitarem licenciamento ambiental. Os empreendedores serão obrigados a instalar unidades de energia renovável capazes de gerar de 3 a 5% da potência total gerada na planta principal, de energia fóssil.

— Eles poderão escolher em que energia renovável investir.

Terão, ainda, a opção de trocar um percentual da contrapartida por projetos de eficiência energética, que reduzam, por exemplo, os gastos de energia em prédios públicos — disse Suzana, em seu último ato no governo estadual.

A compensação energética será exigida durante o licenciamento ambiental. De acordo com o presidente da Feema, Axel Graef, o empreendedor só receberá a licença de operação (L.O.) para a usina principal se a unidade de energia renovável também estiver pronta.

Estado vai estimular queima de lixo e de bagaço de cana O primeiro grande empreendimento a ter que realizar a compensação é a Usina Termelétrica do Complexo Portuário de Açú, de Eike Batista. De acordo com Axel, o empreendimento, que está em fase de licenciamento, terá capacidade instalada de cerca de 2.100 megawatts.

Como a usina é a base de carvão, o empreendedor terá que criar unidades de energia renovável capazes de produzir aproximadamente 100 megawatts.

Axel explicou ainda que o investimento poderá ser feito em usinas de energia limpa que já estão em licenciamento. Entre outras, há duas eólicas na Região dos Lagos e uma pequena central hidrelétrica entre Bom Jardim e Cordeiro.

Para facilitar a identificação das potenciais energias limpas, a secretária do Ambiente, Marilene Ramos assinou semana passada um convênio com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). No encontro, a secretária deixou claro que pretende estimular o desenvolvimento das queimas de lixo e de bagaço de cana, hoje praticamente esquecidas no estado. O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, defendeu as tecnologias: — A geração de energia com lixo não é competitiva em termos econômicos. A energia elétrica é um co-benefício. A vantagem está na saúde pública: o Brasil gasta cerca de R\$ 400 milhões para atender 600 mil pessoas com problemas de saúde decorrentes do saneamento. O bagaço de cana

no Rio também deve ser estimulado. No último leilão de energia, várias usinas de bagaço de cana ofereceram energia. Nenhuma fluminense.

Marilene anunciou, durante a reunião, que vai se aproximar da Secretaria de Agricultura para estimular o uso do bagaço na geração de energia.

A Usina Verde, empresa que detém uma das patentes de incineração de lixo, comemorou a adoção do mecanismo de compensação energética.

— O mecanismo vai estimular investimentos e grupos empresariais a adotarem as tecnologias sustentáveis já disponíveis.

No caso do lixo, o tratamento térmico, já utilizado em vários países, evita a contaminação da água, combate o efeito estufa provocado pela emissão do metano, reduz os índices de doenças decorrentes da falta de saneamento e dá mais dignidade e segurança aos catadores — disse o presidente da empresa, Henrique Saraiva, que dispõe de uma usina-protótipo montada na Ilha do Fundão para apresentar a tecnologia.

Como funciona a compensação

Licenciamento ambiental para empreendimento de geração de energia

TIPOS DE USINA

Carvão • Óleo combustível • Gás natural

A compensação: o empreendedor tem que construir uma unidade de geração de energia renovável, escolhendo entre quatro modalidades. A produção desta unidade deve representar de 3% a 5% da capacidade instalada da usina principal

UM CASO RECENTE A termelétrica do Porto de Açu, no Norte do Estado do Rio, produzirá 2.100MW. A usina de energia renovável vai gerar 105MW

AS MODALIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL PREVISTAS COMO

CONTRAPARTIDA

Eólica

As hélices, movidas pelo vento, acionam uma turbina que gera eletricidade na própria torre. Uma torre de 100m, por exemplo, gera 1,5 MW

Incineração de lixo

Uma caldeira aproveita o vapor gerado pelos gases quentes (1000°) dos resíduos incinerados para gerar energia elétrica

Bagaço de cana

A sobra da cana-de-açúcar é usada como combustível para aquecer a água armazenada em caldeiras. O vapor movimentará turbinas que geram eletricidade

Outras formas

GÁS DO LIXO

Aproveitamento do lixo para produção de energia, já consagrada, é a queima do gás metano em aterros sanitários PCH As pequenas centrais hidrelétricas (PCH) são também uma opção muito comum no estado

Quem são, afinal de contas, os personagens de proa na luta contra a política ambiental que o MMA tenta implementar? Muito se fala em Blairo Maggi, governador do Mato Grosso, mas essa articulação política é mais ampla, estendendo-se pelos 300 deputados da bancada ruralista na Câmara e por dezenas de senadores.

Na semana passada, o Dia Internacional do Meio Ambiente (5 de junho) foi celebrado oficialmente pelo governo com uma cerimônia no Palácio do Planalto à qual compareceram o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e diversos ministros. Com o ato, o governo procurou sinalizar a importância que dá à causa, mas o momento que o país atravessa em sua política ambiental é de grande incerteza. A aceleração do ritmo do desmatamento da Amazônia em níveis alarmantes já não pode ser negada por ninguém e, a isso, soma-se a expectativa, para os próximos meses, de aumento da pressão exercida pela expansão da produção de biocombustíveis (ainda que de forma indireta) sobre a floresta.

No cenário político internacional, observa-se uma espécie de paralisia. As reuniões da ONU e da FAO sobre biossegurança, soberania alimentar e alternativas energéticas realizadas recentemente em Bonn e em Roma mostraram a falta de disposição política da maioria dos governos em resolver assuntos mais espinhosos. Sobre o desmatamento, bateu-se na já gasta tecla da “criação de mecanismos financeiros que façam a floresta ter maior valor econômico em pé do que derrubada”, mas quase nada se avançou na prática.

Sobre os biocombustíveis, apesar do coro de críticas, a pressão dos Estados Unidos (e seu etanol de milho) acabou impedindo qualquer medida restritiva mais séria. Nesse quadro, o Brasil acabou ficando em boa posição, pois conseguiu colar a imagem de “bom etanol” - muito bem trabalhada pelo Itamaraty e pelo presidente Lula - no combustível obtido a partir da cana-de-açúcar. Sobre a alta mundial dos preços dos alimentos, os encontros multilaterais não resultaram em nada além de vagas recomendações aos governos, sem tocar em feridas como os subsídios agrícolas concedidos pelos países ricos aos seus agricultores ou a falência ambiental do modelo de produção baseado no agrobusiness.

No plano interno da política brasileira, os setores que historicamente desprezaram e desprezam o meio ambiente vão bem, obrigado. Estão em franca ofensiva, no governo e no Congresso Nacional, para reverter algumas conquistas ambientais obtidas pelo país nos últimos cinco anos. Esses setores comemoraram a saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas já perceberam que o novo ministro, Carlos Minc, resguardadas as diferenças de estilo com a antecessora, também tem um compromisso firme com a causa ambiental. Daí, o clima de disputa e incerteza que paira e pairará sobre a política ambiental brasileira nos dias que seguem.

Mas quem, afinal de contas, são os personagens de proa na luta contra a política ambiental que o MMA tenta implementar? Muito se fala em Blairo Maggi, governador do Mato Grosso, mas essa articulação política é mais ampla, estendendo-

se pelos 300 deputados da bancada ruralista na Câmara e por dezenas de senadores. Os interesses do agronegócio, que antes eram os interesses do latifúndio e agora são os interesses das grandes corporações transnacionais, são defendidos no parlamento por nomes históricos, como o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), ou até mesmo por estranhos ao ninho, como o guri Rodrigo Maia (DEM-RJ) que, apesar da mãe chilena, foi criado na Zona Sul do Rio.

Também têm atuação destacada na luta pelos interesses comuns ao agronegócio tupiniquim e às empresas transnacionais os senadores Kátia Abreu (DEM-GO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ribeiro é o autor do famigerado Projeto de Lei 6424/05, batizado como “Floresta Zero” e que prevê, entre outras coisas, a redução de 80% para 50% da área de reserva legal nas propriedades privadas da Amazônia e a possibilidade de compensar o desmatamento em locais distantes da floresta. O senador paraense é uma das vozes que pressionou o presidente Lula a rever a portaria do Banco Central, elaborada em conjunto com o MMA, que prevê a suspensão do financiamento público aos proprietários rurais que estão desmatando a floresta.

Essa pressão também é feita pela senadora Kátia Abreu. Ela acaba de apresentar no Senado o Projeto de Decreto Legislativo 13/08, que busca derrubar as principais medidas de combate ao desmatamento da Amazônia anunciadas pela então ministra Marina Silva e que contam também com o apoio do atual ministro, Carlos Minc. O projeto da senadora do DEM já está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e tem votação prevista para essa semana. Se aprovado, derrubará cinco artigos do Decreto 6.321, assinado por Lula em dezembro, entre eles o corte do crédito rural e o embargo da produção oriunda das áreas desmatadas. Para quem não se lembra, Kátia Abreu, quando deputada, apresentou o projeto para legalizar no Brasil as sementes Terminator (sementes suicidas), maior sonho transgênico de mega-empresas como Monsanto, Syngenta, Bayer e DuPont, entre outras.

Camisa dez - É verdade que, nesse time, pelo seu desempenho em campo, Blairo Maggi veste a braçadeira de capitão. Herdeiro do império de sopinhas, caldinhos e outros preparados repletos de conservantes e estabilizantes que leva o nome de sua família, e que ampliou para os setores de energia e navegação, entre outros, o governador do Mato Grosso está entre os cinco maiores plantadores individuais de soja do mundo e é um entusiasta do agronegócio. O incentivo dado por Maggi para que os proprietários rurais mato-grossenses desobedecessem as medidas de recadastramento estipuladas pelo governo federal e sua pressão para que o Plano Amazônia Sustentável (PAS) não ficasse sob a coordenação do MMA foram fundamentais para a saída de Marina.

Ao dizer que “se deixar, ele planta soja até nos Andes”, Minc comprou briga com Maggi antes mesmo de assumir o ministério, mas sentiu a força do governador logo no primeiro embate político. Firmemente contrário à resolução do BC que corta o crédito dos proprietários desmatadores - e que entrará em vigor em 1º de julho -, Maggi conseguiu que fossem excluídas da medida as propriedades localizadas no Cerrado (como se esse bioma não fosse tão ou mais ameaçado que a própria Amazônia). Esse detalhe, comemorou o governador, “livrou 70% dos produtores do Mato Grosso que seriam atingidos pelas medidas”. Agora, já avisou Minc, o MMA tentará enquadrar todos os biomas ameaçados numa resolução semelhante do BC, no

que promete ser a próxima queda-de-braço política entre o ministério e o governo estadual.

Maggi está em plena disputa com o Ministério Público Federal por conta da construção de um complexo de nove usinas hidrelétricas localizadas em rios que correm para terras indígenas no Noroeste de Mato Grosso. O fato de que quatro dessas usinas seriam construídas pela Maggi Energia, um dos braços do império familiar, é emblemático, pois revela duas facetas do governador: seu desprezo pelo meio ambiente e pelas populações tradicionais e a confusão que faz entre o público e o privado.

O governador, em seu círculo de confiança, não esconde o desejo de ver o Mato Grosso livre da “obrigação de preservar a Amazônia”. Seu pensamento sobre a floresta amazônica e seu desprezo pelos povos que nela habitam podem ser resumidos numa declaração, dada em entrevista publicada no dia 1º de junho pelo jornal *O Globo*: “Aqui no Mato Grosso, as pessoas não ficam catando coquinho na floresta para viver. Elas são agricultoras, vieram do Sul do Brasil para trazer a agricultura. As pessoas que vivem no Norte do Brasil é que têm essa cultura de catar coquinho”, disse Maggi.

Pessoas como Maggi, Kátia Abreu, Caiado e Flexa Ribeiro são os caubóis do agronegócio brasileiro no Congresso e na política. Estão na linha de frente, mas representam centenas de outras famílias - muitas delas residentes no Sudeste e no Sul - que se escondem atrás de empresas com “responsabilidade ambiental”, mas que, na vida real, contribuem para a grilagem e o desmatamento da Amazônia. Quase todas as famílias do high society paulistano, carioca, mineiro ou gaúcho tem “terras no Norte”, mas saber quem tem a posse real de boa parte das terras na Amazônia, como revelou estudo recentemente divulgado pela ONG Imazon, é uma questão para lá de nebulosa.

Enquanto a figura do desmatador permanece difusa e sem rostos identificáveis para a maior parte da sociedade brasileira, o governo federal continua a atender ao agronegócio com a generosidade de sempre. O presidente Lula assinou no fim de maio uma Medida Provisória para reestruturar nada menos do que R\$ 75 bilhões em dívidas acumuladas pelo setor desde a década de oitenta. O papagaio poderá ser pago até 2010, com juros de 6,75%, e o bilhete premiado inclui também a destinação de R\$ 1 bilhão para os produtores que já desmataram a floresta, mas agora desejam recompô-la. Como se vê, os caubóis do agronegócio são muito espertos e rápidos no gatilho.

Maurício Thuswohl é jornalista.

INICIO MINHA participação neste espaço com enorme sentido de responsabilidade. Tenho a oportunidade diferenciada de usar um dos bens culturais mais preciosos: a exposição de idéias, base para o diálogo. Gostaria de compartilhá-la com os leitores e de, juntos, pensarmos o Brasil e reunirmos forças para ajudar a transformá-lo.

Para começo de conversa, trato de um entrave para o crescimento do país: a postura ambígua do Estado frente ao nosso incomparável patrimônio natural.

O Estado brasileiro criou medidas de proteção ambiental, muitas vezes em situações difíceis. Esse acúmulo alcança hoje limiar estratégico de inserção da variável ambiental no coração do processo de desenvolvimento. A sociedade entende esse momento, apóia, demanda. Diante disso, o Estado não pode se encolher diante do ponto a que ele mesmo chegou.

Movimentos retrógrados, saudosistas do tempo da terra sem lei, fazem pressões e recebem acenos de possíveis flexibilizações. Mas a sociedade bloqueia e restringe esses acordos. A Amazônia é o maior exemplo. A opinião pública mantém o debate, banca o combate ao desmatamento, dá suporte para a manutenção da lei do licenciamento e para a não-flexibilização da legislação ambiental.

O certo é que o Estado, em todos os seus níveis, não consegue utilizar o grande capital político de que dispõe para acompanhar o pique da sociedade. Ela cresceu, passou a perceber seus problemas de maneira mais complexa. O Estado cresceu, mas não amadureceu.

Há agora uma discussão importante que resume tudo: é preciso dinheiro para implementar as medidas e normas criadas, porém a relatoria ambiental do Orçamento que está sendo discutido no Congresso foi entregue à bancada ruralista, cuja oposição às medidas de combate ao desmatamento é conhecida. Talvez tenha havido uma negociação para assegurar aos aliados a relatoria das agendas de aceleração do crescimento. E o meio ambiente parece não ter tido a mesma prioridade.

Boa parte do Estado ainda vê na política ambiental um mal necessário. Fala-se em compatibilizar desenvolvimento e meio ambiente, como se fossem adversários a serem conciliados. O Brasil não tem que compatibilizar, tem que buscar um crescimento econômico cuja concepção já contenha a conservação ambiental. Que não veja as áreas preservadas como partes "retiradas da produção" e, sim, como imprescindíveis à produção equilibrada e com alguma noção de bem público. Isso é possível? Se não for, para um país que ainda tem 60% do seu território com florestas, então é mesmo hora de aumentamos, em legítima defesa, nosso estado de alerta.

* MARINA SILVA escreve nesta coluna às segundas-feiras.

Delegados avaliam implementação do Territórios – Sítio Eletrônico do MDA – 09/06/2008

Os Delegados Federais de Desenvolvimento Agrário estão reunidos nestas segunda (09) e terça-feiras (10) em Brasília, para avaliar e planejar as políticas de desenvolvimento agrário a serem implementadas ainda em 2008. Os representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) nos estados estão avaliando a implantação do programa Territórios da Cidadania em cada estado e a realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que acontecerá entre os dias 25 e 28 de junho, em Pernambuco.

Na abertura do encontro dos delegados, o novo Secretário Executivo do ministério, Daniel Maia, se apresentou aos participantes e destacou os esforços para ampliar a estrutura do MDA, como a realização de concurso público para ampliação do quadro de servidores. Maia ainda elogiou a atuação dos delegados e servidores do Ministério. “Comparando a estrutura do MDA com outros órgão públicos a minha percepção é que foi feito muita coisa, em pouco tempo e com poucos recursos”, disse.

Já o Chefe de Gabinete, Caio França, destacou a centralidade do desenvolvimento agrário para as políticas públicas na atualidade. “Através de programas como o Territórios da Cidadania e outras políticas para agricultura familiar, o Ministério tem ampliado seu prestígio político, o que é o reconhecimento de um trabalho que, apesar das dificuldades, tem conseguindo ampliar os espaços políticos”, afirmou França.

MMA define produtos extrativistas que terão preço mínimo - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 09/06/2008

O Ministério do Meio Ambiente definiu os dez produtos de extrativismo que terão, já a partir deste ano, a garantia de preço mínimo prevista na Medida Provisória 432, assinada pelo presidente Lula dia 27 de maio. São eles castanha do Brasil, babaçu, andiroba, copaíba, buriti, seringa, piaçava, carnaúba, pequi e açai. A diretoria de Extrativismo da Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável conclui, junto com a Conab - Companhia Nacional de Abastecimento, os estudos para identificar os custos de produção de cada um deles e fixar, até o final de julho, os valores de aquisição que serão garantidos pelo governo.

A fixação do preço mínimo é a primeira de uma série de ações que serão deflagradas ainda este ano pelo MMA com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva e de auto-sustentação dos Povos e Comunidades Tradicionais e apoiar a comercialização de produtos extrativistas. No dia 26 de junho representantes do MMA e das comunidades extrativistas se encontram, em São Paulo, com representantes de entidades empresariais comprometidas com as questões ambientais e sociais, como o Instituto Ethos e o Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável. Eles vão discutir a criação de novas cadeias produtivas e o fortalecimento das cadeias já existentes de produtos extrativistas, de forma a agregar valor,

consolidar mercados e garantir o desenvolvimento sustentável das comunidades que vivem do extrativismo, uma população estimada em 5,2 milhões de pessoas em todo o País.

Essas são diretrizes da Agenda Social das Comunidades Tradicionais e do Plano Nacional Estratégico da Biodiversidade, propostas que o ministério apresentará ao presidente Lula para se transformarem em decreto e ganharem força de lei.

O Plano Nacional está sendo construído em encontros regionais - o sétimo e último, do Bioma Pantanal, acontecerá nos próximos dias 12 e 13 na Chapada dos Guimarães - e será debatido e aprovado em reunião nacional, entre os dias 15 e 18 de julho, em Brasília, com a participação de representantes de povos e comunidades tradicionais, produtores familiares, pesquisadores, empresários e governos federal e estaduais.

Diretor do MMA apresenta estratégia para produção e consumo sustentável - Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 09/06/2008

O diretor do Departamento de Economia e Meio Ambiente (Dema) do Ministério do Meio Ambiente, Luiz Fernando Merico, apresentará, nesta terça-feira (10), a estratégia de definição do Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentável, no lançamento do Fórum de Varejo e Consumo Sustentável, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. O objetivo do fórum, primeiro de uma série de cinco, organizados pelo Centro de Excelência e Varejo, é estimular o setor varejista brasileiro a debater, realizar e disseminar práticas sustentáveis de desenvolvimento de produtos, distribuição, comercialização e consumo.

Nesta primeira reunião, o diretor do Dema falará sobre o Processo de Marrakesh e o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável. Em sua palestra, Merico explicará o plano e fará um paralelo dos objetivos do plano com o Processo de Marrakesh e suas prioridades.

Processo Marrakesh - O Processo de Marrakesh teve início em 2003, como resposta ao Plano de Implementação de Johannesburgo (Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável/Rio+10 - 2002), e objetiva desenvolver um conjunto de programas que apóie iniciativas regionais e nacionais para construir e apoiar padrões de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS).

Entre julho e outubro, serão realizadas mais quatro reuniões para discutir a percepção do setor varejista a respeito da inserção de práticas de sustentabilidade nas suas operações e o seu papel na promoção do consumo sustentável. Em novembro, um seminário encerrará as atividades do Fórum, em 2008, para consolidar os assuntos discutidos ao longo do ano.

O Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentável (CGPCS), criado pela Portaria MMA 44/08, é o responsável pela elaboração do Plano de Ação para a

Produção e Consumo Sustentável. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Dema, exercerá a função de secretaria-executiva do Comitê, formado por seis ministérios, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Confederação Nacional da Indústria (CNI); Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Confederação Nacional do Comércio (CNC), entre outras entidades e organizações não-governamentais. **ASCOM*

Governo do Japão estuda reduzir emissões em até 80% - Folha de São Paulo – Ciência – 10/06/2008

O Japão afirmou ter o objetivo de cortar suas emissões de gases de efeito estufa de 60% a 80% até 2050. O primeiro-ministro japonês, Yasuo Fukuda, disse ontem que a meta será divulgada no próximo ano.

O anúncio foi feito a menos de um mês de o país sediar um fórum de parlamentares do G8+5 (as oito maiores potências e cinco grandes emergentes, entre eles o Brasil). No evento, em Tóquio, o aquecimento global será um dos principais temas.

Segundo Fukuda, Tóquio também vai contribuir com até US\$ 1,2 bilhão para um fundo multilateral com os Estados Unidos e a Inglaterra que ajudará países em desenvolvimento a combater o aquecimento global. O Japão é o 5º maior emissor de gases de efeito estufa.

O primeiro-ministro disse que estima poder cortar as emissões em 14% dos níveis atuais até 2020, como um aceno para a pressão de definir um firme objetivo como anfitrião da reunião do G8.

"Ao falar sobre o futuro próximo, nós não podemos mais ter o luxo de encorajar os outros ou perder tempo jogando um jogo de fixação de metas para propaganda política", afirmou Fukuda. "É impossível atingir o objetivo sem a participação dos principais países emissores e sem que todos os países do mundo participem de alguma forma", disse.

Ambientalistas, entretanto, não ficaram satisfeitos. "Os líderes do G8 precisam dar passos concretos para um mundo com baixo teor de carbono, e o primeiro-ministro japonês tem de fazer um esforço para ficar nessa liderança", disse Kathrin Gutmann, da ONG WWF. "Nesse sentido, Fukuda apresenta apenas uma visão turva."

A ONG critica o fato de Fukuda ter escolhido como base para as reduções o ano atual, em vez de 1990 (como fez a União Européia). As emissões do Japão aumentaram nos últimos 18 anos.

Empresas serão co-responsáveis por crimes ambientais de fornecedores -
Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil - 11/06/2008

A partir da próxima semana, todas as grandes empresas que atuam em território amazônico terão 60 dias para apresentar ao Ministério de Meio Ambiente a lista de seus fornecedores. Siderúrgicas, frigoríficos, madeireiras e tradings serão notificados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre o procedimento.

Dessa forma, o ministro Carlos Minc dá prosseguimento à idéia que começou a ser defendida na gestão de Marina Silva de responsabilizar toda a cadeia produtiva pelo desmatamento. "A lista de fornecedores embargados está na internet, ninguém poderá reclamar que não sabia. As empresas serão co-responsabilizadas pelos crimes ambientais cometidos pelos fornecedores", disse.

Em reunião ontem com o Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Minc disse que está sendo pensada uma forma de aplicar a mesma fiscalização nas empresas paulistas. "O objetivo maior é criar fronteiras claras para as empresas e estender a medida para outros biomas além da Amazônia", disse. São Paulo abriga grande área de mata atlântica, preservada principalmente na região da Serra do Mar, bioma que também está sendo ameaçado pelo desmatamento.

Segundo o ministro, outra ação a ser pensada com as indústrias é a de endurecer o controle de emissão de gases de efeito estufa. O ministério já está trabalhando com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) metas mais exigentes para equalizar nacionalmente as regras e diminuir as diferenças em relação aos padrões internacionais. "Nossas metas nacionais são de cinco a dez vezes menos exigentes que nos países europeus", diz Minc.

O problema, segundo ele, é que o Brasil acaba recebendo investimentos estrangeiros com tecnologia inferior ao que é aplicado fora do país. Isso porque as empresas instaladas em países desenvolvidos se qualificam para emitir menos poluentes, enquanto as que não investem acabam se deslocando para locais com legislação menos rigorosa. Esse mesmo problema é enfrentado pelo Estado de São Paulo em âmbito nacional.

Segundo o secretário paulista de Meio Ambiente, Xico Graziano, presente na reunião, os padrões mais elevados de exigência do Estado em relação aos demais gera uma disputa semelhante à "guerra fiscal". "Se não deixamos a empresa poluir aqui, ela vai para outro lugar que deixe", disse. Dessa forma, o secretário considera a medida do ministério de nivelar as normas no país importante nas relações entre os Estados.

Para os próximos 15 dias, o ministro anunciou que deverá ser publicado um decreto regulamentando a lei de crimes ambientais, com intuito de torná-la mais efetiva. Segundo Minc, hoje apenas 5% das multas são pagas e uma das formas de coibir isso é diminuir o prazo para recurso dos atuais quatro anos para quatro meses.

Divulgou-se que eu teria dito que a floresta amazônica poderia ser "comprada" pelo valor total de US\$ 50 bilhões. Eu jamais disse isso!

REPORTAGENS positivas e negativas, algumas delas contendo vários erros factuais, têm sido publicadas recentemente a respeito do meu envolvimento na proteção da floresta amazônica e, portanto, alguns esclarecimentos à opinião pública brasileira merecem ser prestados de forma clara e objetiva.

Sou um admirador do Brasil, da cultura multifacetada, das belezas naturais e da amabilidade do povo brasileiro. Tenho imenso respeito pela liderança exercida por este país no combate ao desmatamento e na proteção ao meio ambiente. Nenhum país tem feito mais para tentar entender os fatores que geram o desmatamento e os desafios na promoção do desenvolvimento sustentável.

A floresta amazônica brasileira pertence ao Brasil e acredito firmemente que assim deva continuar. Alguns observadores estrangeiros têm sustentado que o governo brasileiro deve ser guiado sobre como proteger a floresta ou, ainda, que intervenções internacionais seriam necessárias.

Tal opinião, normalmente defendida por pessoas que nunca estiveram no Brasil ou na floresta amazônica, mostra-se completamente equivocada. Tem sido divulgado, sem o menor fundamento, que eu teria dito que a floresta amazônica poderia ser "comprada" pelo valor total de US\$ 50 bilhões. Eu jamais disse isso! Fiz um discurso à indústria de seguros em julho de 2006, quando procurei demonstrar a direta relação existente entre o desmatamento da floresta e alguns desastres naturais.

O que eu disse, para que fique publicamente esclarecido, é que o valor despendido por empresas seguradoras em decorrência dos efeitos devastadores do furacão Katrina em 2005 (cerca de US\$ 75 bilhões) foi superior ao hipotético valor capital da floresta amazônica.

Afirmo que a indústria seguradora tem um claro interesse em patrocinar financeiramente a proteção das florestas tropicais. Tal proteção teria reflexos nas mudanças climáticas, evitando, conseqüentemente, os acidentes naturais daí decorrentes.

Se o carbono armazenado nas florestas tropicais é um recurso global contra mudanças climáticas, o Brasil, assim como outros países onde tais florestas estão localizadas, deve ser recompensado pelo uso sustentável de tais recursos.

Por que o Brasil deveria assumir tal responsabilidade isoladamente? A única forma de reduzir o desmatamento e, ao mesmo tempo, assegurar os objetivos de crescimento e desenvolvimento dos países detentores de florestas tropicais é ter todos trabalhando em torno do mesmo objetivo.

Acredito que devemos reunir a habilidade e a competência do Brasil e de outros países detentores de florestas tropicais com uma substancial disponibilidade de

recursos por parte dos países economicamente mais desenvolvidos. Os países ricos, afinal, são aqueles que mais se beneficiaram pelo desenvolvimento e progresso industrial e mais causaram, portanto, efeitos negativos ao meio ambiente.

Se a comunidade internacional agir unida em questões de combate à pobreza e na transferência de parte dos frutos econômicos do uso da floresta para as populações locais (uso sustentável), em vez de empresas exploradoras (desenvolvimento não sustentável), poderemos atacar o problema do desmatamento de forma efetiva.

A proteção da floresta é um modelo comunitário e, como cidadão da comunidade internacional, procuro assumir a responsabilidade que me cabe nesse contexto.

O resto do mundo deve estar preparado para compensar as nações detentoras de florestas tropicais pela proteção desse patrimônio.

Essa pode ser uma oportunidade sem precedentes no combate à pobreza e um instrumento para o desenvolvimento econômico do Brasil (mais especificamente da região amazônica), do Congo e de alguns países asiáticos.

Não sou um conservacionista passivo. O Brasil tem uma imensa responsabilidade nesse contexto e tem feito esforços heróicos em áreas de proteção do meio ambiente.

Eu e muitos outros, brasileiros ou estrangeiros, dividimos o mesmo ideal. Por que então não colocar de lado polêmicas políticas e atuar em conjunto? O futuro do planeta está em jogo e somos todos responsáveis por deixá-lo em melhores condições para essa e futuras gerações.

**JOHAN ELIASCH, 46, bacharel em economia, mestre em engenharia pelo Instituto Real de Tecnologia da Suécia, é assessor especial do primeiro-ministro britânico para assuntos relativos ao desmatamento e mudanças climáticas, presidente do Conselho Administrativo e CEO da Head N.V. e co-presidente da Cool Earth, além de patrono da Universidade de Estocolmo (Suécia).*

Governo vai co-responsabilizar empresas por crime ambiental – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 11/06/2008

O governo federal quer co-responsabilizar as grandes empresas pelos crimes ambientais cometidos por seus fornecedores. Segundo o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), siderúrgicas, pecuárias e frigoríficos serão notificados e terão 60 dias a partir da semana que vem para entregar a lista de todos os seus fornecedores. O objetivo é "colocar as cadeias produtivas dentro da lei".

O anúncio foi feito ontem em evento na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Minc também pretende tornar a lei de crimes ambientais mais efetiva e, para isso, disse ter combinado com o presidente Lula a criação de um

decreto que a regulamenta. As punições, porém, não serão alteradas -já que dependem de lei. Segundo Minc, os prazos de recursos chegam a quatro anos e vão passar para quatro meses.

Segundo o ministro, será mantida a resolução de não dar crédito a partir do dia 1º de julho àqueles que não demonstrarem a sua regularização fundiária e ambiental na Amazônia.

Setores do agronegócio tentam derrubar essa e outras medidas contra o desmatamento no Congresso Nacional, com um projeto de decreto legislativo. "O crédito é o oxigênio para produzir e também o oxigênio para desmatar. Acabou o crédito para desmatamento. A resolução será mantida, apesar de tentativas que houve para desfigurá-la ou derrubá-la", afirmou o ministro. **(AFRA BALAZINA)**

Estudo lançado pelo MMA alia conservação ambiental e proteção cultural - Grace Perpetuo – Sítio Eletrônico do MMA – 11/06/2008

Numa iniciativa pioneira, o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu um estudo que alia conservação ambiental e proteção do patrimônio cultural para um fim comum: o uso turístico sustentável do monumental Sítio Arqueológico Pedra Preta de Paranaíta, em Mato Grosso, hoje sujeito a visitação desordenada e predatória. O "Projeto de Pesquisa Arqueológica, Plano de Gestão e Estratégia de Uso Público do Sítio Arqueológico de Pedra Preta em Paranaíta, Mato Grosso" foi apresentado no dia 5 de junho, no MMA, como parte das ações do ministério pelo Dia Mundial do Meio Ambiente. A pesquisa é um dos últimos estudos da etapa de planejamento do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur) da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do ministério.

O projeto contou com a parceria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), das prefeituras de Paranaíta e Alta Floresta, no Mato Grosso, e de instituições da sociedade civil. O estudo foi elaborado por uma equipe de consultores com reconhecida experiência em estudos arqueológicos e ambientais, contratados pela empresa consultora Projetos, Assistência Técnica e Consultoria Ambiental (Pascon) em parceria com a organização não-governamental de apoio à pesquisa arqueológica Instituto Homem Brasileiro, ambas de Cuiabá (MT).

"Para nós, do MMA, é emblemático o fato de lançarmos essa obra tão importante para o desenvolvimento do turismo sustentável no Dia do Meio Ambiente", disse o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do ministério, Egon Krakhecke, ao abrir a apresentação. E completou: "Esse estudo, como parte da etapa de planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal, é um aporte muito significativo para a problemática arqueológica face às questões ambientais e ao desenvolvimento turístico local que poderá servir, também, de projeto-piloto de desenvolvimento social para outras iniciativas semelhantes".

A iniciativa integra um conjunto de esforços do MMA no sentido de criar alternativas de aproveitamento sustentável dos recursos naturais face à atual situação

da Amazônia mato-grossense - região hoje muito pressionada pelo desmatamento e por um modelo de desenvolvimento predatório.

Nos debates que seguiram a apresentação, foram decididos os próximos passos para a implantação das recomendações do estudo - entre elas a apresentação da pesquisa no Fórum Estadual de Turismo em Cuiabá (MT), evento que reúne os secretários de Turismo do estado e outras instituições de governança do setor. "A partir de agora, vamos articular o comprometimento dos ministérios do Turismo e da Cultura na tomada de decisão sobre as etapas de implementação do projeto, envolvendo ainda o governo do estado de Mato Grosso, dos municípios de Paranaíta e Alta Floresta e as comunidades locais", explica o coordenador do Proecotur, Allan Milhomens.

Outro encaminhamento envolve a parceria do MMA com o Iphan para a realização, ainda este ano, de um curso de educação patrimonial para sensibilizar a população do município quanto ao valor histórico e cultural daquele patrimônio.

Além da implantação desse processo permanente de educação patrimonial, reiterou-se a necessidade de medidas, estudos e projetos complementares à pesquisa entre elas o tombamento do sítio, com registro no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Iphan; a discussão sobre a criação de uma Unidade de Conservação que abranja a área onde está localizado o sítio arqueológico; a realização de estudos complementares de engenharia e geologia, para a definição do sistema estrutural e de materiais adequados a serem empregados na instalação dos equipamentos propostos para o uso turístico do local; e a elaboração de projetos arquitetônicos necessários. A definição do modelo de gestão para o Sítio Arqueológico de Pedra Preta virá como resultado dessas iniciativas complementares.

Beleza selvagem - De acordo com o estudo apresentado pelo Proecotur, o sítio arqueológico Pedra Preta de Paranaíta - inserido no Pólo de Ecoturismo da Amazônia Mato-grossense - tem grande vocação natural para esse tipo de atividade, "devido à elevada biodiversidade de suas florestas de terra firme, à riqueza de sua fauna, com uma alta taxa de endemismos, à beleza selvagem de rios entremeados de ilhas, praias e cachoeiras, à presença de sítios arqueológicos e à miscigenação de culturas advindas de várias partes do País".

O sítio, composto de um afloramento rochoso com 9,6 hectares de área e 1.277 metros de perímetro, contendo nove monumentais painéis de inscrições rupestres, fica no interior de uma única fazenda, a cerca de 40 quilômetros de Paranaíta, na Amazônia mato-grossense. A Pedra Preta, em si, é um grande bloco de granito de coloração cinza claro, coberto por pátina escura - de algas, musgos e líquens - que dá a ele um aspecto aveludado. Em seu ponto mais alto, chega a 37 metros de altura. Protegida por vegetação, mas frágil devido à natural desagregação da rocha, estima-se que a idade do sítio esteja entre 1 milhão e 7 milhões de anos.

Mas a principal característica do sítio é mesmo sua monumentalidade, tanto da iconografia rupestre quanto do suporte rochoso. Os painéis de arte ocupam grandes áreas planas - espécies de praças - ou partes inclinadas da rocha. Os desenhos geométricos e as figuras biomorfas, fitomorfas e zoomorfas, muitas vezes de grandes dimensões, aparecem isoladas ou em conjuntos, parecendo estáticas ou em

movimento, e, em comum, apresentam uma característica misteriosa e peculiar: todas têm diferentes graus de visibilidade conforme a incidência da luz do sol.

Por tudo isso, a pesquisa do Proecotur - primeiro estudo sistemático de arte rupestre da Amazônia mato-grossense - aponta o Sítio Arqueológico Pedra Preta como o mais importante da região e identifica, nele, uma nova tradição dessa espécie de arte: a "tradição Paranaíta".

País definirá uso da terra, diz presidente de painel da ONU – Cassio Aoki e Rachel Anon – Folha de São Paulo – Brasil – 12/06/2008

A Amazônia é um direito soberano do povo brasileiro e cabe a ele decidir se a manterá só com investimentos internos ou com recursos estrangeiros. Essa é a avaliação do economista indiano Rajendra Pachauri, presidente do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), painel de climatologistas ligado à ONU que dividiu com Al Gore o Prêmio Nobel da Paz no ano passado.

"A Amazônia é responsabilidade do Brasil, e as decisões tomadas em relação a ela criarão cada vez mais impacto global", disse Pachauri. Segundo ele, o aquecimento global deve aumentar a força dos furacões: "Desconheço o caso específico do furacão que atingiu o sul do Brasil, mas tende a estar relacionado ao problema global".

Crítico da redução das áreas agriculturáveis, ele vê o biodiesel com cautela: "É preciso inovação e pesquisa para que surja um biodiesel de segunda geração, com maior aproveitamento de energia da matéria-prima".

Pachauri prevê uma queda de 30% da produção agrícola na América Latina em 2050. "Há hoje 820 milhões de pessoas subnutridas nos países em desenvolvimento. Enfrentaremos uma crise alimentar". Ele ressalta, porém, a importância de encontrar alternativas ao petróleo.

No Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade, em Brasília, Pachauri promoveu lanternas solares como uma possível solução energética para 1,6 bilhão de pessoas do mundo.

**Os jornalistas viajaram a convite do Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade*

BRASÍLIA. Encarregados de defender os índios, proteger as riquezas naturais e evitar a destruição da maior floresta tropical do mundo, os órgãos federais que atuam na Amazônia sofrem com a falta de infra-estrutura, batem cabeça e muitas vezes atuam em direções opostas.

O diagnóstico é resultado de uma auditoria inédita do Tribunal de Contas da União em entidades como Ibama, Incra, Funasa, Funai e Instituto Chico Mendes. De acordo com o texto, aprovado ontem pelos ministros do TCU, a escassez de recursos e a falta de uma política integrada para a região tem conseqüências dramáticas: o desperdício de dinheiro público e a devastação acelerada da floresta.

— Todos os órgãos contam com uma estrutura muito deficiente para cuidar da Amazônia.

Se as autoridades ao menos se falassem, teríamos menos desperdícios e mais resultados — resumiu o relator da auditoria, ministro Marcos Bemquerer.

A ineficiência do Ibama, traduzida na falta de fiscais e na demora para leiloar os bens apreendidos e cobrar as multas aplicadas aos desmatadores, é apontada como uma das principais causas do desmatamento da floresta. Segundo o TCU, as deficiências do órgão têm encorajado os devastadores a derrubar árvores até em reservas ambientais e terras indígenas. No relatório, Bemquerer reclama da certeza de impunidade e conclui que, na Amazônia, o crime ambiental compensa.

Pacote de Lula também é criticado pelo TCU - “Essa situação provoca a perda da credibilidade da ação fiscalizatória do Ibama e o aumento do desmatamento ilegal, pois compensa correr o risco de desmatar, ante a pequena possibilidade de ter que pagar a multa. A certeza da impunidade é um grande incentivo para a extração ilegal de madeira na Amazônia”, afirma.

O pacote anunciado pelo presidente Lula para conter a alta no desmatamento é alvo de críticas. Para o TCU, o recadastramento das terras, uma das medidas mais alardeadas pela exministra do Meio Ambiente Marina Silva, tem poucas chances de prosperar. Segundo o relatório, não faz sentido esperar que os posseiros que derrubam árvores ilegalmente tomem a iniciativa de entregar ao Incra os dados necessários para fiscalizar a floresta.

As fraudes em repasses da Funasa a ONGs que comandam programas de saúde indígena também são mencionadas. O TCU constatou queda na média da mortalidade infantil nas aldeias, mas alerta para o crescimento da taxa, entre 2003 e 2006, em dois estados: Roraima (25%) e Tocantins (36%).

O relatório faz uma série de recomendações para melhorar a atuação dos órgãos. A Funasa não se pronunciou. O presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, disse concordar com as críticas: — A Amazônia é imensa e precisa de uma presença maior do Estado.

Em Brasília, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, prometeu começar hoje uma ronda telefônica para negociar com todos os governadores a participação de policiais e bombeiros no combate aos crimes ambientais. Ele fez o anúncio após se reunir com o ministro da Justiça, Tarso Genro.

Segundo Minc, a medida será o primeiro passo para a criação da Guarda Nacional Ambiental, uma tropa nos moldes da Força Nacional de Segurança, com homens cedidos pelos estados à União.

Cassel assina Acordo do Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 12/06/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, assinou na tarde desta quinta-feira (12) mais um Acordo de Cooperação Federativa do programa Territórios da Cidadania. A cerimônia ocorreu no Centro Administrativo do Governo do Distrito Federal, localizado em Taguatinga (DF). O pacto foi firmado entre a União, os governos do Distrito Federal, Minas Gerais e Goiás, e as prefeituras dos municípios do Território Das Águas Emendadas.

O documento também foi assinado pelo governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e por representantes dos governos goiano e mineiro, o secretário de Agricultura de Goiás, Paulo Martins, e o chefe do escritório de Minas Gerais no DF, Rogério Vieira. O Acordo de Cooperação Federativa formaliza a participação dos governos Federal, Estadual e municipais no programa.

A representação municipal foi garantida na solenidade pelos prefeitos de Mimoso de Goiás, Padre Bernardo (GO), Buritis (MG), Cabeceira Grande (MG) e Unai (MG). Além desses municípios, também fazem parte do Território Das Águas Emendadas, o Distrito Federal, e os municípios goianos de Cabeceiras, Formosa, Água Fria de Goiás, Planaltina e Vila Boa. Neste ano, o programa destinará para essa região aproximadamente R\$ 350 milhões.

“Trata-se de um esforço conjunto para resolver os problemas de infraestrutura, comercialização e acesso a direitos dessas comunidades que mais precisam”, afirmou Cassel. Para o ministro, a característica fundamental do programa é a participação popular. “Criamos oportunidade para que cada agricultor tenha a possibilidade de conversar direto com o Governo Federal e definir prioridades. Eles é que têm que dizer onde o dinheiro deve ser gasto. Sabemos que essa é a melhor maneira de gastar o dinheiro público”, avalia.

O ministro informou ainda que serão iniciadas as obras da central de abastecimento que atenderá os agricultores familiares do Distrito Federal e que contará com recursos de R\$ 3,5 milhões do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Temos que garantir mecanismos de comercialização ágeis e justos para os agricultores familiares. Essa central de abastecimento é um marco para a agricultura familiar da região”. A central será instalada na Central de Abastecimento do Distrito Federal - Ceasa-DF.

Ações integradas - De acordo com o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, um dos principais méritos do programa Territórios da Cidadania é conseguir unir os três níveis de governo. “Quando o Governo Federal, os estados e municípios trabalham juntos o povo é quem sai ganhando”, enfatizou. Ele destacou ainda a importância da união dos municípios pelas suas características regionais, de forma territorializada.

Para a representante do Colegiado do Território de Águas Emendadas, Rosilda de Sousa Martins, com o programa as pessoas estão tendo a oportunidade de trocar experiências e conhecimento. “Juntos podemos discutir a melhor forma de implantar políticas públicas para o desenvolvimento da área rural”, explica a agricultora de São

Sebastião (DF), presidente da associação dos trabalhadores rurais do assentamento Nova Vitória.

Participaram da cerimônia o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira, o delegado do MDA de Goiás, Otacílio Alves Teixeira, os secretários do Governo do Distrito Federal, autoridades locais e agricultores familiares da região do Distrito Federal e do Entorno de Brasília.

Territórios da Cidadania - Nesta primeira etapa, serão beneficiados pelo programa 60 territórios rurais de todo o País que possuem baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e dinamismo econômico. Ao todo, serão implantadas 135 ações interministeriais em 958 municípios. O investimento para 2008 é de R\$ 11,3 bilhões. Para mais informações sobre o Territórios da Cidadania acesse o site: www.territoriosdacidadania.gov.br.

Ibama multa empresas por uso de carvão ilegal – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 13/06/2008

BRASÍLIA. Em sua maior operação contra o uso de carvão vegetal produzido ilegalmente no Pantanal e no Cerrado, o Ibama anunciou ontem a aplicação de R\$ 414 milhões em multas a 60 siderúrgicas com sede em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo. Outros R\$ 70 milhões serão cobrados de carvoarias que queimaram a madeira sem documentação legal — o que, segundo os fiscais, comprova a prática de desmatamento.

As siderúrgicas autuadas consumiram 800 mil metros cúbicos de carvão ilegal apenas em 2007.

Seria o suficiente para carregar dez mil caminhões, que, enfileirados, ocupariam 200 quilômetros de estrada.

A Siderúrgica Alterosa S/A, com sede em Minas Gerais, foi a que recebeu mais autuações: duas multas no total de R\$ 67,6 milhões por uso de carvão ilegal no Paraná e no Pará. O segundo lugar ficou com a Siderúrgica Mat Prima Ltda, autuada em R\$ 45,9 milhões por irregularidades em cinco estados.

A lista também inclui a MMX Metálicos Corumbá Ltda, do empresário Eike Batista (R\$ 15,2 milhões), e a Gerdau Aços Longos S/A (R\$ 5,4 milhões).

Para flagrar o carvão do desmatamento, os fiscais cruzaram registros de órgãos estaduais de proteção das florestas com os documentos de origem florestal expedidos pelo Ibama.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, informou que, além das multas, os infratores terão que replantar 11 mil hectares de floresta. Ao anunciar os resultados da operação, ele reeditou o bordão lançado antes de sua posse para advertir os poluidores: — Tremei, carvoeiros ilegais — disse Minc.

O presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, disse que a ação não significa um endurecimento contra as siderúrgicas: — Quem está trabalhando na legalidade não tem motivo para se preocupar.

Minc diz que impunidade ambiental é generalizada - Os fiscais identificaram diversas táticas para esconder a origem ilegal do carvão. Entre as usadas

pelas siderúrgicas, estavam a circulação de caminhões com peso acima do declarado, a reutilização de autorizações do Ibama e até a apresentação de declarações falsificadas de importação do Paraguai.

— É o carvão paraguaio — brincou Minc.

O ministro disse que o presidente Lula deve assinar, em duas semanas, o decreto que reduz as possibilidades de recurso contra as multas aplicadas pelo Ibama. A idéia é reduzir a tramitação dos processos, que hoje se prolonga por até seis anos, para o máximo de oito meses.

Como O GLOBO informou ontem, a ineficiência do órgão para cobrar o dinheiro foi alvo de críticas em auditoria do Tribunal de Contas da União: entre 2004 e 2006, a União recebeu menos de 1% dos valores cobrados na Amazônia Legal. Minc reconheceu que a impunidade ambiental ainda é “generalizada no país”, mas avisou aos empresários que agora vai “acabar a moleza”.

Ontem à tarde, funcionários da Siderúrgica Alterosa disseram não haver ninguém para comentar as multas. A MMX informou que não se pronunciaria antes de receber uma notificação oficial. Em nota, a Gerdau se limitou a informar que “desconhece qualquer multa a respeito” e que “todo o carvão que utiliza é de origem legal”.

Soberania em questão – Folha de São Paulo – Opinião – 14/06/2008

Numa discussão permeada por riscos de xenofobia, a defesa da Amazônia depende de zelar pelo império da lei

ESTRANGEIROS compram terras na Amazônia. E não apenas na Amazônia: com intensidade ainda maior, o cerrado mato-grossense, o interior paulista, o sul e o oeste da Bahia atraem o interesse de investidores internacionais.

Em que medida esse processo ameaça a soberania do país? A questão é das mais polêmicas, desencadeando reações profundas na sensibilidade brasileira.

A preocupação com a "cobiça internacional", em particular no que se refere às terras amazônicas, ecoa em diferentes setores da opinião pública. Manifestações sinceras de nacionalismo coexistem, às vezes, com discursos de outro tipo. Denuncia-se a cobiça estrangeira para defender a ganância, brasileiríssima, de quem invade territórios indígenas e devasta florestas sem precisar de auxílio externo nessa atividade.

A Advocacia Geral da União (AGU) afirmou recentemente sua disposição de restringir a compra de terras brasileiras por empresas de capital estrangeiro. Pretende-se rever, assim, uma orientação vigente desde 1998.

Naquele ano, um parecer da AGU aplicava à aquisição de propriedades rurais o critério estabelecido genericamente na Constituição. A Carta não distingue, com efeito, as empresas de capital nacional daquelas que, estando sediadas no Brasil, têm cidadãos estrangeiros como acionistas majoritários.

Para o consultor-geral da AGU, Ronaldo Jorge, o modelo em curso deve ser revisto, "em nome da soberania nacional". Cogita-se de reafirmar o disposto numa lei de 1971, que estipulava em 25% do território de um município o limite máximo para a propriedade de um cidadão estrangeiro.

Nessa discussão, é o próprio conceito de soberania nacional que se vê exposto a mal-entendidos e ao risco de se traduzir em pura xenofobia. Excetuadas as precauções óbvias com as zonas de fronteira -onde, acertadamente, uma faixa de 150 km de largura é considerada prioritária para a defesa nacional-, a questão da nacionalidade pessoal do proprietário de terras está longe de ser decisiva.

Quando desrespeita as leis ambientais, quando invade terras que não lhe pertencem, quando contrata pistoleiros a seu serviço, quando não conhece limites para seu próprio poder pessoal, um cidadão brasileiro agride tanto a nossa soberania quanto qualquer estrangeiro que fizer o mesmo.

Tanto estrangeiros como brasileiros deveriam estar sujeitos a limitações que evitassem concentração exorbitante de terras contíguas, a fim de que não extravase para o campo da dominação política uma atividade de ordem econômica.

O fundamental, desse ponto de vista, é destacar que a soberania de um país só existe na medida em que ali se exerce plenamente o império da lei. Assim, a ameaça provém tanto de estrangeiros quanto dos brasileiros que o ignoram. Não há soberania sem lei, sem Justiça, sem polícia, sem fiscais. Sem a presença do Estado, numa palavra. É isso, na Amazônia ou em qualquer outra parte do país, que cumpre assegurar.

País terá meta contra desmate, diz secretária – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 14/06/2008

Suzana Khan assume área de clima no ministério

O Brasil deverá ter metas de redução de desmatamento em seu Plano Nacional de Mudança Climática, a ser concluído em setembro. A promessa é da recém-nomeada secretária nacional de Mudança Climática, Suzana Kahn Ribeiro.

"É possível o Brasil fixar um objetivo interno de redução de desmatamento", afirmou. "Não sei se vamos usar a palavra "metas", porque isso virou um palavrão. Mas, se não tivermos algum tipo de objetivo, o plano não é um plano."

Professora da Coppe-UFRJ e membro do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), Ribeiro ocupava a secretaria estadual de clima do Rio. Ela assume o cargo no Ministério do Meio Ambiente em substituição a Thelma Krug, também do IPCC.

O corte de florestas na Amazônia é responsável por cerca de dois terços das emissões brasileiras de gases de efeito estufa. No entanto, a adoção de metas de

redução de desmatamento no âmbito de um plano contra o aquecimento global sempre foi controversa no governo, porque ainda não se sabe se o país é capaz de controlar a derrubada -como demonstra a reaceleração do desmatamento a partir do fim do ano passado.

O máximo que o país propôs até agora foi uma compensação voluntária, que seria dada por nações desenvolvidas caso o Brasil conseguisse reduzir o desmatamento abaixo de um dado patamar.

Fixar uma meta (ou "objetivo") de redução do desmate no plano do clima significa que o país aceitará não apenas dinheiro externo para reduzir o desmatamento, mas também escrutínio externo -e cobrança caso não consiga fazê-lo. Isso porque no ano passado, na conferência do clima de Bali, o Brasil se comprometeu a adotar medidas "mensuráveis, reportáveis e verificáveis" contra o aquecimento global.

Ribeiro também diz que quer adotar metas setoriais de corte de gases-estufa nas áreas de transportes e geração de energia, medida que começou a implementar no Rio.

"Há medidas que podem ser implementadas a curto prazo, como a etiquetagem veicular. O carro sai de fábrica com um selo que indica seu consumo."

Combinando com o estilo assumidamente performático do ministro Carlos Minc, a nova secretária, além de cientista, é cantora. Sua banda, "The Potentials", é formada por pesquisadores do IPCC e já tem o próximo show marcado: para 1º de setembro, em Genebra, no aniversário de 20 anos do painel.

Emissões da China passam as dos EUA em 14%, diz estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 14/06/2008

A passagem da China para a posição de maior emissor de gás carbônico do planeta foi confirmada ontem por um novo levantamento do governo holandês. Segundo o estudo, o gigante asiático emitiu no ano passado 14% mais CO₂ que os EUA.

No entanto, as emissões per capita americanas continuam quatro vezes maiores do que as chinesas.

Os números colocam mais pressão sobre Pequim para divulgar seu inventário nacional de gases-estufa, e devem também ser usados pelos EUA para sustentar sua posição de só se comprometerem a metas internacionais contra as emissões se os chineses também o fizerem.

A China é desobrigada pelo acordo de Kyoto a adotar cortes obrigatórios e tem resistido a fazê-lo nas negociações do substituto de Kyoto, a ser fechado em 2009 em Copenhague, Dinamarca.

Segundo o estudo -o terceiro a colocar a China na posição de maior emissor global-, o país responde por dois terços do aumento de 3,1% nas emissões de carbono ocorrido em 2007.

Gavin Edwards, chefe da campanha de clima do Greenpeace, disse que rankings desse tipo podem ser enganosos. "Nós vivemos em um mundo no qual o comércio é globalizado. Pegue qualquer grande empresa que tenha grandes lojas no Ocidente e você verá que elas têm fábricas na China. Então é difícil dizer de quem são as emissões", afirmou.

40% de carne e soja vêm da Amazônia Legal – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil -15/06/2008

Dados oficiais mostram que agronegócio avança sobre floresta; 73% das 74 milhões de cabeças de gado da região estão na mata - Governo e empresários rejeitam recuar a produção; ambientalistas classificam o agronegócio como principal causa de devastação local

Com pouco mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 83% são dominados por floresta, a Amazônia Legal já responde por quase 40% da produção de carne e soja do país. Os dados são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Comparados aos números gigantes da produção, são "simbólicos" os primeiros resultados da ação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) contra o agronegócio associado ao desmatamento da Amazônia -região que concentra 36% da pecuária e 39% da cultura de soja nacionais.

Na investida contra o "boi pirata", o instituto acaba de apreender 3.500 cabeças de gado em propriedades embargadas por desmatamento ilegal. Os fiscais já haviam apreendido 4.300 toneladas de grãos em áreas igualmente embargadas.

Floresta - Embora a fatia de cerrado da Amazônia Legal (16% da área) se mostre altamente produtiva ao agronegócio, os dados oficiais mostram que a atividade ocupa amplas áreas do que já foi floresta um dia.

O avanço sobre a floresta se mostra mais contundente no caso da pecuária: 73% das 74 milhões de cabeças de gado da região são criadas no bioma Amazônia, jargão que designa a floresta. Esse avanço é mais expressivo em Mato Grosso, Rondônia e Pará, que lideram o ranking do desmatamento.

O agronegócio é apontado por ambientalistas como principal causa da devastação da Amazônia, algo contestado por ruralistas e setores do governo. Acompanhando o aumento dos preços de commodities como soja e carne, as motosserras se aceleraram desde 2007, depois de três anos de queda no ritmo do abate de árvores.

Neste ano, o desmatamento deve superar 12 mil quilômetros quadrados, o equivalente a oito vezes a cidade de São Paulo. O ritmo acelerado das motosserras, captado por imagens de satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), ainda não aparece nos dados colhidos pelo IBGE.

Sem recuo - O recuo do agronegócio na Amazônia Legal é uma hipótese descartada pelo governo e por representantes dos produtores ouvidos pela Folha. "A tendência é um aumento da produção em áreas de floresta já abertas", resume Rodrigo Justos de Britto, assessor técnico da CNA (Confederação Nacional de Agricultura), em coro com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

"Não é preciso derrubar uma árvore para aumentar a produção", argumenta Carlos Rodenburg, em uma espécie de mantra repetido em público pelos produtores. Rodenburg preside a Agropecuária Santa Bárbara e está à frente do maior rebanho bovino da Amazônia, em sociedade com o banqueiro Daniel Dantas.

Pouco mais de dois anos depois de se instalar na região, a Santa Bárbara já cria meio milhão de cabeças de gado no sul do Pará e no norte de Mato Grosso, na região que concentra ações de combate ao desmatamento.

As pastagens já ocupam 700 mil quilômetros quadrados, ou 13,5% da Amazônia Legal. Nessa área, foram produzidas 2,7 milhões de toneladas de carne em 2006, o equivalente a 36% da produção nacional.

Dados organizados pela ONG Amigos da Terra em estudo ainda inédito sobre a atividade econômica na Amazônia mostram um peso ainda maior da produção local de soja (39%) e algodão (47%). A Amazônia Legal produziu, em 2005, 20,1 milhões de toneladas de soja, ou quase 10% da produção mundial. Segundo a CNA, mais de 98% dos 66 mil quilômetros quadrados de plantações de soja dessa safra da Amazônia Legal foi plantada e colhida em áreas de cerrado.

A participação na produção nacional de soja, carne e algodão da Amazônia já supera o percentual da produção local de madeira.

Álcool - Ainda de acordo com dados compilados pela ONG Amigos da Terra, com base em informações da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), a Amazônia Legal produziu, em 2006, aproximadamente 1 milhão de litros de álcool, ou 6% dos 16 milhões de litros produzidos no país. Os números, mais uma vez, contrariam o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a produção de álcool se mantém distante da floresta.

Quando o governo divulgar regras do zoneamento ecológico-econômico, com indicações de onde ficará liberado o cultivo de cana-de-açúcar, encontrará uma atividade em expansão, segundo relatório da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), vinculada ao Ministério da Agricultura. É previsto para o mês que vem o anúncio do zoneamento.

Stephanes diz que dado sobre região é "ficção" – Folha de São Paulo – Brasil – 15/06/2008

O ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) critica a compilação de dados da produção agropecuária da Amazônia Legal porque resultam de uma "ficção geográfica": "Qualquer estatística produzida sobre a Amazônia Legal confunde a cabeça da população brasileira porque o povo acha que Amazônia Legal é floresta", disse.

A Amazônia Legal é a área de abrangência do PAS (Programa Amazônia Sustentável) e reúne oito Estados (AC, AP, AM, MT, PA, RO, RR e TO), além de parte do Maranhão. O bioma Amazônia, sinônimo de floresta, domina 83% desse território, de acordo com os limites dos biomas traçados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A Folha falou com Stephanes na quarta. O ministro pediu tempo para mandar calcular o volume de carne e soja produzidos dentro do bioma Amazônia. Dois dias depois, a assessoria do Ministério da Agricultura informou que a parcela do rebanho da Amazônia Legal criada em área de cerrado se resume a 27%. Mesmo no Mato Grosso, Estado que reúne o maior rebanho, a maioria das cabeças de gado (56%) está no bioma Amazônia e não no cerrado.

O Ministério da Agricultura não apresentou dados para a soja, mas a CNA (Confederação Nacional da Agricultura) avalia que menos de 2% da produção do grão na Amazônia Legal tenham avançado o limite do bioma Amazônia.

De acordo com cálculo da CNA, o corte de crédito aos produtores rurais que não comprovem regularidade ambiental -medida que entra em vigor no mês que vem- atingirá um "universo bastante limitado" da produção de soja.

A produção de carne na Amazônia tampouco sofreria efeito direto da restrição de crédito determinada por resolução do Banco Central, avalia a CNA. Apesar disso, a confederação orientou seus associados a contestarem na Justiça a medida, uma das mais importantes do pacote de combate ao desmatamento.

A entidade apóia a ampliação de 20% para 50% do limite de desmatamento na Amazônia, proposta em projeto de lei que tramita na Câmara. O presidente Lula se comprometeu com o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) a vetar a mudança, caso ela venha a ser aprovada.

Queimadas da cana incomodam – Luiz Gonzaga Bertelli – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/06/2008

REITERADAMENTE , organismos internacionais têm criticado a queima da palha da cana-de-açúcar em nosso país. As denúncias acontecem quando a cana ultrapassa a energia hidráulica como fonte de energia da nação. Dados recentes comprovam que, para a expansão do vegetal, há terra disponível, e outras culturas não serão atingidas. Ademais, a cana não é invasora de terras cultivadas, e as áreas de plantio estão muito distantes da região amazônica.

O processo de produção da cana, do açúcar e do álcool no Brasil é comprovadamente intensivo na absorção de mão-de-obra, especialmente quando da colheita. Tradicionalmente, a fim de facilitar o corte da cana, é efetuada a queima da palha, inclusive diante das exigências dos trabalhadores agrícolas nas convenções coletivas.

Em 2002, o governo paulista fixou prazos para a erradicação da queima: 2021 (áreas mecanizáveis) e 2031 (áreas não mecanizáveis). O protocolo prevê a demarcação das áreas produtoras, a proteção das nascentes, a redução do consumo de água, além de boas práticas trabalhistas e sociais.

As indústrias sucroalcooleiras que aderirem à determinação governamental receberão um selo ambiental, o que servirá de credencial para a futura comercialização do álcool fabricado. São conhecidos os efeitos indesejáveis da queima da palha nas redes elétricas, nas rodovias, nas reservas florestais e na produção dos particulados. A palha da cana seca possui 45% de carbono. Ao ser queimada, vira CO₂, que vai para a atmosfera, contribuindo para o aquecimento global.

No que concerne às repercussões na geração de empregos no setor canavieiro (cerca de 1 milhão de pessoas, sendo 80% na área agrícola), haverá sérios impactos sociais, com a substituição de um grande contingente de cortadores de cana pelas máquinas. A questão é complexa, quando o Brasil já apresenta uma das maiores taxas de desempregados do mundo, especialmente entre os jovens.

Hoje, com exceção da soja, a cana é a que mais bem remunera os trabalhadores da agricultura. Consoante as avaliações do CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), com a total mecanização das lavouras canavieiras no Estado de São Paulo, haverá a forçosa redução de 165 mil empregos em relação ao atual sistema de corte manual.

Na safra em curso (2008/9), mais de 40% da área de cana do Estado paulista já utiliza modernas máquinas colhedoras. Dessa forma, quando a colheita é estimada em 500 milhões de toneladas de cana, com crescimento de 16% sobre a safra anterior, em torno de 200 milhões serão recolhidos pelas máquinas. É difícil prever como será recolocada a mão-de-obra canavieira, devido ao seu baixo nível de capacitação. Daí, a imprescindibilidade de políticas governamentais, voltadas ao setor da agroindústria, a fim de que não tenhamos graves problemas sociais, decorrentes da substituição humana pela mecanização.

As vendas de máquinas de cortar cana bateram recorde no ano de 2007, com 645 unidades comercializadas -aumento de mais de 100% em relação ao período de 2006.

Dessa forma, a frota brasileira de colhedoras de cana eleva-se para 2.263 unidades, sendo que a grande maioria opera no centro-sul. Os investimentos financeiros na compra das colheitadeiras é considerado, ainda, muito alto para a atividade canavieira e não há a pronta entrega das máquinas pelos fabricantes.

**LUIZ GONZAGA BERTELLI , 73, jornalista e advogado, é diretor dos departamentos de Infra-Estrutura e Meio Ambiente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), membro dos conselhos superiores de Energia e do Agronegócio, e presidente-executivo do Ciec (Centro de Integração Empresa-Escola) e da Academia Paulista de História.*

É possível 'salvar' a Amazônia? - José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/06/2008

Há 10 mil anos as florestas cobriam uma área de quase 50 milhões de quilômetros quadrados da superfície da Terra, seis vezes maior do que todo o Brasil. Com o avanço da civilização, cerca de 10 milhões desses quilômetros quadrados foram derrubados e transformados em áreas dedicadas à agricultura, principalmente na Europa, na América do Norte, bem como em áreas com florestas de clima temperado ou boreal.

Nessas regiões o desmatamento cessou há mais de cem anos e muitas áreas foram reflorestadas, como, aliás, é o caso da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, que fora substituída, na primeira metade do século 19, por plantações de café, sendo a madeira utilizada para lenha e carvão.

O que está ocorrendo hoje é a derrubada de florestas tropicais - que até meados do século 20 tinha sido pequena -, principalmente na Indonésia, no Brasil, na Malásia, na Tailândia e em países da África. Cerca de 100 mil quilômetros quadrados por ano dessas florestas estão sendo transformados em áreas dedicadas à agricultura ou a pastagens, quase 20% dos quais no Brasil, principalmente na Amazônia.

A expansão da fronteira agrícola nas florestas tropicais não está ocorrendo por acaso, mas é o resultado de forças econômicas consideráveis, que tentam responder à demanda crescente por alimentos no mundo e ao comércio ilegal de madeiras nobres.

As conseqüências negativas do desmatamento da Amazônia em grande escala são muito mais bem conhecidas hoje do que no passado, e já se sabe que ele mudará para pior o clima de todo o País.

Apesar disso, ele continua a ocorrer, por uma simples razão: as conseqüências do desmatamento só se fazem sentir a médio e longo prazos, mas os benefícios (para os que desmatam) são imediatos, tais como a venda da madeira e a conversão da terra

(barata) em pastagens e em plantações de soja. É por isso que governadores e prefeitos da região amazônica em geral são favoráveis ao desmatamento, respondendo aos anseios da população que lá vive e levando em conta os seus interesses políticos de eleição e reeleição a cada quatro anos.

Por essa razão, não é realista pensar que a floresta amazônica será preservada intacta, como um imenso jardim botânico, porque já vivem lá 25 milhões de brasileiros. Cerca de 15% da floresta já foi derrubada, mas existem também inúmeros parques nacionais e áreas protegidas.

Fora dessas áreas deveria ser preservada, pelos seus proprietários, a “reserva legal” de 80%. Se este dispositivo fosse obedecido, ainda se poderia “salvar” a floresta não como uma área contígua, mas como um gigantesco mosaico.

Para que isso ocorra é preciso, antes de mais nada, regularizar a posse da terra e impedir a “grilagem”, sobretudo em terras públicas, ou seja, é preciso aumentar a presença do poder público na Amazônia, criando uma Polícia Ambiental que proteja os parques nacionais e puna severamente aqueles que não respeitam a “reserva legal” e desmatam a floresta.

Argumentar que isso não pode ser feito é falso e pode ser demonstrado pelo que está ocorrendo em Estados do sul do País, sobretudo em São Paulo, onde a Polícia Ambiental possui um efetivo superior a 2 mil homens. Os Estados da Amazônia deveriam ter também uma Polícia Ambiental e, se não tiverem recursos para tal, caberia ao governo federal assumir essa tarefa.

Uma outra idéia, que surgiu mais recentemente, é a de remunerar os proprietários de terras na Amazônia para conservar a floresta em pé, em lugar de cortá-la. Este método é aplicado há muitos anos nos Estados Unidos para manter sem uso uma reserva de cerca de 10% da área agricultável daquele país. Isso é feito para evitar que o excesso de produção de certos produtos leve a uma queda exagerada do seu valor no mercado.

Nos Estados Unidos, o governo paga cerca de US\$ 100 por hectare aos proprietários. Aplicar esse sistema no Brasil exige, em primeiro lugar, que seja regularizada a questão da posse das terras. Em segundo, seria preciso definir de onde viriam os recursos, que poderiam ser enormes por causa da extensão do desmatamento.

A solução aventada até agora pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Itamaraty é usar a filantropia internacional, o que nos parece uma proposição inviável. As doações filantrópicas teriam de ser feitas todos os anos e, dependendo do valor que se dê à floresta (e ao carbono nela armazenado), poderiam ser necessários bilhões de dólares por ano. A nosso ver, só um mecanismo de mercado, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mobilizaria esses recursos.

Além disso, o problema dessa proposta é que muitos proprietários poderiam preferir derrubar a floresta e usar a área desmatada para atividades econômicas mais rentáveis, plantar soja, por exemplo, como está, de fato, ocorrendo em muitos Estados, freqüentemente com créditos facilitados de bancos estatais.

Sem facilidades de crédito o desmatamento é reduzido, como ocorreu entre 1989 e 1992, nos governos Sarney e Collor. E, se o entusiasmo do governo federal em abrir estradas na Amazônia diminuir, as possibilidades de evitar a expansão do desmatamento vão reduzir-se mais ainda. Afinal de contas, a área devastada no Pará, em Mato Grosso e em alguns outros Estados já foi tão grande - cerca de 400 mil quilômetros quadrados - que a sua utilização tornaria desnecessários novos desmatamentos, se fossem dados incentivos para tal, uma vez que a recuperação do solo exige investimentos.

Mesmo com essas políticas, nunca teremos de volta uma floresta contígua e intocada como no passado, mas um mosaico com áreas prósperas e enormes áreas protegidas, garantindo um desenvolvimento sustentável da região. ***José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo**

País tem 25 milhões de hectares griláveis – Afra Balazina - Folha de São Paulo – Ciência – 16/06/2008

Área de florestas públicas do Brasil ainda sem modelo de ocupação estabelecido é maior do que o Estado de São Paulo - Demora em definir quais terras serão conservadas, exploradas ou destinadas a índios e assentamentos favorece apropriação ilegal

O Brasil ainda tem 25,3 milhões de hectares de florestas públicas -o equivalente a pouco mais que o território do Estado de São Paulo- que podem ser alvos de grileiros. A situação, revelada pela atualização do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, realizado pelo SFB (Serviço Florestal Brasileiro), ocorre porque essas áreas, apesar de cadastradas pelo governo federal, ainda não estão com sua situação definida. Quase todas as terras nessa condição (99%) ficam na região norte do país -onde está a maior parte da Amazônia.

Florestas públicas são todas aquelas que existem em terras públicas, mesmo no terreno de uma universidade, por exemplo. Elas podem ser destinadas a três finalidades: 1) unidades de conservação, como parques ou Flonas (Florestas Nacionais); 2) uso comunitário, como terras indígenas, terras de quilombolas ou assentamentos; 3) concessão florestal.

De acordo com o diretor-geral do SFB, Tasso Azevedo, deixar de encaixar as florestas públicas em uma dessas categorias favorece a ocupação ilegal. Azevedo, entretanto, argumenta que houve avanços recentes.

Em 2007, quando foi iniciado o cadastro nacional, havia 29,2 milhões de hectares de florestas sem destinação. De lá para cá, uma área total de 3,2 milhões de hectares em torno da BR-319, no sul do Amazonas, e outra de 628 hectares, no Amapá, foram definidas como unidades de conservação.

Independentemente do atraso, estaria o ritmo de destinação muito lento? O SFB afirma que não. "Ter destinado uma área do tamanho do Estado do Rio de Janeiro nesse período não é pouco. Mas ainda há muito a ser feito", diz Azevedo. Segundo o diretor-geral, "a destinação define como a área vai ser gerida". "Ela passa a ter um responsável pela gestão, pelo monitoramento, pela fiscalização e pela implementação do uso sustentável."

Quatro Franças - O SFB mostra que, até agora, as florestas públicas cadastradas representam 25% do território do país -ou 210,7 milhões de hectares, uma área pouco maior que o território do México ou equivalente a quase quatro territórios da França. "Um quarto do Brasil já são florestas públicas e não podem ter seu uso transformado. Quanto mais florestas aparecem no cadastro, significa que mais florestas estão sendo garantidas como florestas permanentes", ressalta Azevedo.

No ano passado, as florestas cadastradas cobriam 23% do Brasil. O SFB estima que, quando o cadastro estiver completo, o total de florestas públicas no País chegará a 300 milhões de hectares -35% do país.

O cadastro foi criado para atender à Lei de Gestão de Florestas Públicas, de 2006. Segundo a legislação, o uso de florestas públicas federais só pode ocorrer quando elas estão cadastradas pelo governo e são monitoradas por satélite. Segundo Azevedo, até 2010, de 80% a 90% do levantamento já estará pronto.

Paulo Barreto, pesquisador da ONG Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), considera o trabalho do Serviço Florestal um "avanço importante".

Ele afirma, no entanto, que o cadastro esbarra numa dificuldade. "Um grande problema são algumas áreas que no papel são terras públicas, mas que de fato estão ocupadas, tomadas pelo setor privado. Muitas dessas terras são alvo de posseiros", afirma. Nas áreas ocupadas ilegalmente ocorrem desmatamentos e exploração ilegal de madeira, por exemplo.

Segundo ele, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), ou algum outro órgão governamental, deveria ir a campo para descobrir o que está acontecendo.

Cadastro de florestas estaduais já começou em AM, AC, AP e PA – Folha de São Paulo – Ciência – 16/06/2008

O cadastramento das florestas estaduais -que é de responsabilidade dos governos dos Estados- começou há algumas semanas na região da Amazônia Legal. Segundo o SFB (Serviço Florestal Brasileiro), já foram incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas matas estaduais que totalizam 12,6 milhões de hectares - o equivalente a pouco mais do que a área de Cuba.

Até agora, quatro Estados já iniciaram os registros: Acre, Amapá, Amazonas e Pará. Este último é o Estado com a maior área de florestas estaduais -7,8 milhões de hectares, ou o equivalente duas vezes a ilha de Taiwan. Na seqüência, estão o Amapá, com 2,3 milhões de hectares de matas estaduais e o Amazonas, com 1,8 milhões de hectares. Por fim, aparece o Acre, com 533,3 mil hectares de florestas do Estado. O governo espera que, no decorrer de 2008 e 2009, o cadastro das florestas públicas estaduais esteja concluído.

A intenção é que uma seção do site do SFB na internet (www.florestal.gov.br) apresente as inúmeras características das florestas públicas - tanto federais quanto estaduais- cadastradas. As informações (como o tipo de solo da área e as espécies de animais raros que a habitam) estão sendo inseridas aos poucos.

"Estamos contratando uma equipe que vai fazer esse trabalho de formiguinha", diz o diretor-geral do SFB, Tasso Azevedo. "A idéia é que o Brasil conheça o Brasil", afirma.

A base de dados permitirá o cruzamento de informações para verificar, por exemplo, quanto desmatamento ocorre em floresta pública e quanta destruição acontece em matas ainda sem uso definido.

Além disso, a iniciativa servirá para auxiliar a elaboração do plano anual de outorga florestal. "Começa aí a seleção das áreas para concessão e a definição de como elas serão feitas", diz Azevedo. A concessão de florestas públicas é uma estratégia do governo para empurrar a economia da Amazônia rumo a atividades que não derrubem a mata.

Em março, a primeira licitação para o aluguel de uma floresta pública no Brasil, a concessão da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, foi suspensa pela Justiça Federal.

No mês passado, no entanto, o STF (Supremo Tribunal Federal) cassou a liminar que havia suspenso a licitação para a exploração sustentável de madeira no local, e o processo de concessão está agora novamente em andamento.

Segundo lugar - A Rússia é o país com maior área florestal do mundo. O Brasil vem em segundo lugar e, em seguida, estão Canadá e Estados Unidos. Se apenas as áreas das florestas em terras públicas fossem consideradas, o Brasil hoje teria a quinta maior floresta do mundo. **(AB)**

Stephanes participa de reunião sobre Plano Amazônia Sustentável em Brasília –
Sítio Eletrônico do MAPA – 17/06/2008

Brasília (17.6.2008) - A comissão executiva do Conselho Gestor do Plano Amazônia Sustentável (PAS) se reúne, na manhã desta terça-feira (17), para discutir temas como regularização fundiária, ações contra o desmatamento e incentivo a cooperativas de produtores da região.

O encontro se estende até às 11h no gabinete do ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Também devem participar os ministros Carlos Minc, do Meio Ambiente; Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário; Nelson Jobim, da Defesa; e Edison Lobão, de Minas e Energia.

Está prevista, ainda, a discussão sobre investimentos em transporte multimodal na Amazônia, condições de sustentabilidade para as comunidades locais, capacitação de recursos humanos e instalação de indústrias agroflorestais. (Com informações da Agência Brasil)

Sebrae seleciona projetos para Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do
MDA – 17/06/2008

O Sebrae seleciona projetos de até R\$ 1 milhão para apoio técnico e financeiro a projetos de desenvolvimento nos 60 Territórios da Cidadania, por meio de suas unidades estaduais. As propostas devem ser encaminhadas até esta sexta-feira (20). O apoio tem como objetivos contribuir para fomentar o empreendedorismo, criando novos negócios de micro e pequeno portes, e fortalecer os empreendimentos locais já existentes.

Terão prioridade propostas que criem novos negócios, aumentem a renda dos empreendedores e a oferta de empregos. Também serão valorizados projetos que incluam capacitação de gestores, acesso à tecnologia e inovação e cultura da cooperação. Os detalhes estão no Edital 05/2008, disponível no sítio do Sebrae na internet (www.sebrae.com.br), ou [clikando aqui](#).

Minc quer estender moratória da soja para madeireiras e frigoríficos - Gisele
Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 17/06/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse nesta terça-feira (17), em Brasília, que o governo planeja estender a iniciativa conhecida como "moratória da soja" para os setores madeireiros e de carnes. A afirmação foi feita durante a renovação, por mais um ano, do compromisso da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e suas empresas associadas de "não comercializar soja oriunda de áreas desflorestadas dentro do Bioma Amazônico". O acordo foi instituído pela primeira vez em julho de 2006, com validade de dois anos.

De acordo com Minc, já foram realizados contatos com dirigentes de associações madeireiras e proprietários de grandes frigoríficos exportadores, que se dispuseram a assinar, no próximo mês, acordos semelhantes. "O espírito será o mesmo", disse.

O ministro destacou que nessa segunda fase da moratória da soja o governo está assumindo compromissos, o que não ocorreu na primeira, que envolveu apenas o setor privado. "A moratória é uma iniciativa bem-sucedida da sociedade civil. O governo está entrando agora e se compromete em realizar o cadastro e licenciamento ambiental das propriedades rurais no bioma Amazônia", afirmou Minc. O governo também fará o zoneamento ecológico-econômico nas áreas prioritárias para a produção de soja.

Para participar do processo, no entanto, Minc informou que o governo pediu uma contrapartida às partes - indústrias e organizações da sociedade civil participantes do Grupo de Trabalho da Moratória da Soja (GTS), responsável pela implementação e controle da moratória. Quer que em 60 dias eles apresentem um balanço mais detalhado dos avanços até agora, bem como das áreas mais problemáticas. "A gente só pode ser avalista de verdade se tiver um controle maior do acompanhamento das cadeias produtivas e dos resultados", acrescentou.

Durante o encontro, hoje, em Brasília, governo, Abiove e Anec assinaram um Termo de Compromisso - uma extensão da moratória - no qual se comprometem a trabalhar em conjunto para a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico na Amazônia, e também para aumentar a governança na região.

Na ocasião, Carlos Lovatelli, presidente da Abiove, lembrou que no monitoramento feito pela Globalsat, empresa contratada pelo setor privado, não foi encontrada soja cultivada em 193 polígonos analisados, num total de cerca de 40 mil hectares. O levantamento aéreo e de campo, ocorrido entre agosto de 2006 e agosto de 2007 nos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso - que, juntos, são responsáveis pela quase totalidade da soja plantada no bioma Amazônia, se concentrou nos desmatamentos maiores do que 100 hectares.

Lovatelli disse que com a entrada forte do governo há chances de, no prazo de um ano, melhorar a regularização fundiária na região, um dos gargalos para barrar o plantio de soja ilegal. "Sem regularização fundiária, não há zoneamento econômico na Amazônia", destacou o ministro, ao acrescentar que a expectativa é concluir o trabalho de regularização em 2009.

Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia, do Greenpeace, disse que a iniciativa tem enorme peso, em especial porque as empresas representadas pela Abiove e a Anec controlam 94% do comércio brasileiro de soja, cujas exportações, em grãos, bateram um recorde em maio, com os embarques somando 4,442 milhões de toneladas. "A moratória dá uma sinalização para o mercado como um todo", afirmou. Adário acrescentou que um outro avanço nesses dois anos foi o aumento da confiança entre os dois setores que eram vistos como inimigos, o privado e as ongs.

Por outro lado, Adário lembrou que o desmatamento da Amazônia voltou a aumentar no segundo semestre de 2007, depois de três anos de queda, e que os preços

elevados da soja no mercado internacional estão aumentando o apetite dos produtores por mais terras, o que cria um importante desafio para as empresas comprometidas com a moratória. Quando a moratória começou, em 2006, o preço da saca de 60kg era de US\$10. Hoje está em US\$23. "As *trades* terão de reforçar seu compromisso com a moratória e trabalhar junto aos produtores de soja para ajudar a reverter esse processo", acrescentou.

- Termo de Compromisso - Moratória da Soja

Considerando que a Moratória da Soja busca conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico, através da utilização responsável e sustentável dos recursos naturais brasileiros;

Reconhecendo que esta iniciativa de dialogo construtivo para melhorar a governança tem alcançado resultados positivos;

Recordando que o prazo de vigência da Moratória da soja de dois anos vai expirar em 23 de julho de 2.008;

As partes abaixo assinadas chegaram ao seguinte entendimento:

Artigo 1º

A ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, a ANEC Associação Nacional dos Exportadores de Cereais e suas respectivas associadas se comprometem a estender pelo prazo de um ano, ou seja, até 23 de julho de 2.009, o compromisso de não comercializar soja oriunda de áreas desflorestadas dentro do Bioma Amazônia após 24 de julho de 2.006, o qual é conhecido como Moratória da Soja.

Trabalharão em conjunto com órgãos governamentais brasileiros, entidades que representam os produtores rurais e a sociedade civil para:

- a) Realizar o monitoramento no Bioma;
- b) Sensibilizar os sojicultores a atenderem o disposto no Código Florestal Brasileiro;
- c) Colaborar e cobrar do Governo Brasileiro a definição, aplicação e cumprimento de políticas públicas (Zoneamento Econômico-Ecológico) sobre o uso da terra na região.

Artigo 2º

As Organizações da Sociedade Civil participantes do Grupo de Trabalho da Moratória da Soja - GTS se comprometem a:

- a) Cooperar com o aporte de informações e assessoria técnica especializada ao GTS;
- b) Defender interna e externamente a criação de mecanismos de remuneração por prestação de serviços ambientais e preservação de florestas.

Artigo 3º

O Ministério do Meio Ambiente apóia essa iniciativa da indústria e sociedade civil através de:

- a) Promoção e apoio à implementação do cadastro e licenciamento ambiental das propriedades rurais, com prioridade para os municípios produtores de soja no bioma Amazônia, em conjunto com os órgãos estaduais de meio ambiente;
- b) Apoio e promoção à implementação do Zoneamento Econômico Ecológico nos estados da Amazônia Legal em conjunto com as instâncias estaduais;
- c) Assegurar a produção do mapa do Bioma Amazônia na escala adequada para o monitoramento das propriedades rurais nele inseridos;

d) Cooperação com os demais órgãos de governo, propugnando em fóruns internacionais pelo desenvolvimento de programas de incentivo à produção sustentável, inclusive com remuneração

Brasília, 17 de julho de 2.008

Minc quer definir regras de compensação ambiental – Valor Econômico – Brasil - 17/06/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, discutiu ontem com o ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), o resultado de um julgamento da corte que mudou as regras para as empresas pagarem a compensação financeira ao poder público em relação à construção de obras que causem impacto ambiental.

Segundo a Lei 9.985, a compensação é calculada em percentuais relativos ao custo total do empreendimento. Em abril, o Supremo decidiu que o valor seria estipulado em relação ao tamanho do impacto ambiental. Para Minc, a atual falta de parâmetros claros para o cálculo do valor devido pelas empresas geraria confusão nos Estados e paralisaria a concessão de licenças a obras importantes.

Minc sugeriu a Ayres Britto que fosse dado um prazo de seis meses para os Estados estipularem novas regras para o cálculo da compensação ambiental. Outra proposta foi para que a mudança não tivesse efeitos retroativos, para não afetar obras já em andamento.

Segundo Minc, Ayres Britto mostrou-se favorável às propostas e aconselhou-o a sugerir essas medidas ao STF em um embargo declaratório. Nesse julgamento, o tribunal definiria as regras práticas do setor. "Como você vai fazer o licenciamento das obras se não existe regra para a compensação ambiental? Os Estados vão ter que readequar seus cálculos, que eram feitos em função do custo total da obra. Isso não pode ser feito em menos de seis meses", disse Minc.

Regularizar terras será primeiro ato do PAS - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 18/06/2008

Governo terá de mudar lei para transformar posse em propriedade

A regularização fundiária das propriedades na Amazônia Legal será o primeiro ato do governo para dar início ao Plano Amazônia Sustentável (PAS), projeto que visa a preservar a floresta e, ao mesmo tempo, desenvolver a região. Para tanto, terá de, excepcionalmente, mudar leis agrárias de forma a permitir que a posse se transforme em propriedade.

▪ [Veja o ritmo](#) do desmatamento ▮

Terá ainda um item polêmico: onde há zoneamento econômico-ecológico, a reserva legal, hoje de 80% da área da propriedade, poderá ser de 50%. “O próprio regime legal existente permite ajustar a regra das reservas legais e, em alguns casos, baixar para 50%, sempre de modo seguro para o ambiente”, disse o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, após a primeira reunião formal do conselho do PAS, integrado pelos Ministérios da Defesa, Casa Civil, Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Justiça, Minas e Energia e Integração Nacional.

Atualmente, apenas Acre e Rondônia têm zoneamento econômico-ecológico. O Pará prepara o seu. Outros Estados da Amazônia Legal, como Amazonas, Amapá, Roraima e Mato Grosso, também já estão com seus planos de zoneamento bem adiantados. De acordo com o Código Florestal (Medida Provisória 2.166/67, de 2001), a reserva legal poderá ser reduzida para até 50% quando houver o zoneamento econômico-ecológico, desde que obedecidas várias recomendações legais e ambientais.

A redução da área de reserva legal, observados critérios de preservação do ambiente, é defendida por todos os governadores da Amazônia, pois acreditam que só assim será possível promover desenvolvimento sustentável. Também defendem essa proposta produtores rurais e madeireiros.

Mangabeira Unger disse que a idéia é fazer a regularização fundiária em toda a Amazônia, não apenas onde há o zoneamento econômico-ecológico. “Não podemos aguardar que sejam votados e aprovados. Temos de agir rápido”, disse Mangabeira. Ele informou que o Exército deverá ajudar o Incra a trabalhar na regularização das propriedades. Assentamentos e pequenas propriedades, hoje focos de desmatamento, terão de se adequar às normas.

Código admite reduzir reserva - João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2008

O Código Florestal estabelece que na Amazônia Legal a área de reserva florestal é de 80% da propriedade. Significa dizer que um proprietário que tenha uma área de mil hectares poderá desmatar apenas 200 hectares, desde que tenha obtido a permissão do órgão ambiental. Mas o código abre brecha para que a reserva seja reduzida para até 50%, tendo como condicionante o zoneamento econômico-ecológico.

Diz o parágrafo 5.º do artigo 14 do código que o Poder Executivo poderá “reduzir, para fins de recomposição, a reserva legal, na Amazônia Legal, para até 50% da propriedade, excluídas, em qualquer caso, as Áreas de Preservação Permanente, os ecótonos (zonas de transição entre duas comunidades, que contêm espécies características), os sítios e ecossistemas especialmente protegidos, os locais de expressiva biodiversidade e os corredores ecológicos”.

Governo adere à moratória da soja e quer ampliá-la para carne e madeira - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2008

O Ministério do Meio Ambiente vai integrar a moratória de soja - pacto firmado pelo setor produtivo para não comprar grão procedente de área desmatada. O compromisso foi firmado em 2006 e agora é renovado por mais um ano e, pela primeira vez, com a participação do governo. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que outros pactos virão. A idéia, afirmou, é que moratórias semelhantes sejam promovidas para o setor de carne e madeira.

A moratória é assinada pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (Anec) e acompanhada por organizações não-governamentais, como Greenpeace e WWF. O coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, diz que a iniciativa até agora teve bons resultados. “Mas a prova de fogo virá agora”, avalia.

Em um monitoramento feito entre agosto de 2006 e agosto de 2007 em 193 áreas da Amazônia Legal, que totalizam 40 mil hectares, não foi encontrada soja cultivada. Para o presidente da Abiove, Carlos Lovatelli, essa redução da atividade pode ser atribuída à moratória.

Adário, porém, é mais cauteloso. “Tradicionalmente, áreas desmatadas são usadas na primeira etapa para outras finalidades: pecuária e outras culturas. Somente depois que a terra está domesticada é que vem o plantio da soja”, comentou. “Agora, a pressão será maior e poderemos analisar qual o real reflexo do pacto.”

No pacto, o ministério comprometeu-se a apressar o cadastro e o licenciamento das propriedades rurais. Não há cronogramas precisos. Minc afirmou, porém, esperar que até o fim de 2009 o trabalho esteja concluído.

Nos próximos 60 dias, produtores deverão apresentar ao governo um plano de trabalho e relatar os resultados conquistados até agora.

Rebanho de 3.000 "bois piratas" é apreendido no PA – Hudson Corrêa e Fernanda Odilla – Folha de São Paulo – Brasil – 18/06/2008

Um rebanho de 3.000 "bois piratas" foi apreendido na semana passada em Altamira (PA), na região da Terra do Meio, na Amazônia, e está sob a guarda do Ibama, segundo a Polícia Federal.

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) anunciou, no início do mês, a estratégia de apreensão de bois criados em áreas desmatadas como forma de combater o desmatamento. Minc batizou a operação de "Boi Pirata". "[O gado] foi apreendido na estação ecológica Terra do Meio, estava lá de forma ilegal. A área tinha sido autuada e embargada. O dono descumpria o embargo", disse Walber Feijó, um gestor das unidades de conversão. "Um servidor do Ibama é o depositário fiel das cabeças de gado. Em tese, é o mais novo milionário com 3.000 cabeças de gado. É brincadeira

nossa com ele", disse o delegado Jorge Eduardo. "O Ibama deve fazer a retirada do gado. Depois deve pôr a leilão, e o dinheiro será doado ao Fome Zero, como quer o Minc, ou destinado a um fundo de meio ambiente", acrescentou o delegado. A reportagem não conseguiu localizar o dono dos bois.

A apreensão dos animais ocorreu na operação de desocupação de áreas na região da Terra do Meio. Foram cumpridos 16 mandados.

Na região existe a disputa judicial por 6,2 milhões de hectares compreendidos em duas áreas, reivindicadas por duas empresas que pertenciam ao empresário Cecílio do Rego Almeida, 78, que morreu em março deste ano.

Para o Ministério Público Federal, trata-se da maior área de terras públicas griladas no Brasil. O advogado Eduardo Toledo, do grupo CR Almeida, disse que as áreas não são griladas. Segundo ele, a disputa pela posse das terras está só no começo de uma batalha judicial.

Mato Grosso usa dados do Inpe para fazer propaganda – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 18/06/2008

Depois de questionar diversas vezes publicamente os dados do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o governo de Mato Grosso distribuiu à imprensa um folheto em que usa números do órgão para fazer propaganda de suas ações de combate ao desmatamento.

No material, aparecem as taxas de desmate nos Estados segundo o sistema Prodes (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia) e é ressaltado que o Estado obteve redução de 72% em áreas desmatadas entre 2005 e 2007. A reportagem refez o cálculo e chegou a uma redução de 65,3% -de 7.145 km² para 2.476 km². O folheto também diz que "há três anos Mato Grosso deixou de ocupar a primeira posição nacional em desmatamento". O Estado perdeu o posto de campeão no ranking nos últimos dois anos fiscais (de agosto de um ano a julho do outro). Mas ainda não é possível saber se manterá o feito em 2007/ 2008. "Anota aí, quando fechar, vai ser menor que essa taxa [de 2.476 km²]", disse à **Folha** Luís Henrique Daldegan, secretário de Meio Ambiente.

O governador Blairo Maggi (PR) várias vezes duvidou dos dados do Inpe do sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real). Chegou a dizer que "o Inpe, nos últimos tempos, tem feito a divulgação de índices de desmatamento muito elevados em relação ao que temos encontrado". Segundo o secretário, o governo não concorda com o fato de o Deter considerar não só corte raso, mas também degradação florestal -enquanto o Prodes detecta só corte raso.

O Inpe avalia que o Prodes, que é anunciado no segundo semestre, vai confirmar os dados do Deter de tendência de alta no desmatamento na Amazônia Legal. Segundo Dalton Valeriano, do Inpe, houve confirmação nos últimos três anos.

Áreas degradadas de mata atlântica levam de 100 a 300 anos para se regenerar - Demora para retomar 40% de espécies endêmicas pode alcançar de 1 a 4 milênios, daí a urgência de preservar os últimos fragmentos

Um estudo na edição deste mês do periódico "Biological Conservation" traz boas notícias para a mata atlântica, que precisa desesperadamente delas depois de perder 93% de sua cobertura original. A floresta que recobria o litoral oriental do Brasil na chegada dos europeus consegue, sim, recuperar-se em tempo relativamente curto: 100 a 300 anos.

Em outras palavras, seriam necessárias de 4 a 12 gerações de brasileiros para recompor a mata destruída nas últimas 20. Se parece muito, prepare-se para a má notícia: o trabalho concluiu que a recomposição de toda a biodiversidade da floresta pode demorar entre 40 e 160 gerações (1.000 a 4.000 anos).

O estudo foi realizado por três pesquisadores da Universidade Federal do Paraná a partir de uma idéia de Marcia Marques, do Laboratório de Ecologia Vegetal. "Surgiu de uma curiosidade minha em compreender a resiliência [resistência] da floresta", conta. "Quando se observa uma floresta que se regenerou após um distúrbio, sempre vem a pergunta se aquela floresta corresponde ou não ao que era originalmente." Seu estudante de mestrado Dieter Liebsch, co-orientado por Renato Goldenberg, se encarregou de levantar os dados. Eles foram obtidos em 18 outros estudos sobre mata atlântica publicados entre 1994 e 2007 que estabeleciam com alguma segurança a data de início da exploração da floresta. É o que se chama de "meta-análise" (compilação de informações de outros trabalhos).

A base da pesquisa foram as listas de plantas (florística) encontradas nos trabalhos anteriores. Uma floresta digna do nome precisa abrigar também aquelas espécies tolerantes à sombra, grandes árvores como a maçaranduba (*Manilkara subsericea*) e as perobas (*Aspidosperma* spp).

Isso leva tempo. Nos primeiros anos e décadas, predominam as espécies pioneiras, que se dão melhor com a abundância de luz solar em clareiras e fragmentos desmatados. Também são menos frequentes as espécies que dependem de animais para ter suas sementes dispersadas, como os guamirins, parentes da goiabeira dependentes de aves.

Uma floresta madura contém 90% de espécies não-pioneiras e 80% de espécies dispersas por animais. Sabendo a proporção desses dois tipos e o tempo decorrido desde a perturbação da mata em cada um dos 18 casos, foi possível calcular a velocidade de regeneração do perfil: de um a três séculos.

A mata atlântica é também uma das florestas tropicais mais biodiversas do planeta, com 40% de espécies endêmicas (que só existem em certos locais). Para recompor essa chamada beta-diversidade, no ritmo atual, a mata precisaria de 1.000 a 4.000 anos.

Mangabeira quer Exército na Amazônia - O Globo – Capa – 18/06/2008

Na primeira reunião do Plano de Amazônia Sustentável, o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, disse que vai acionar o Exército para atuar na regularização fundiária na região, que ele definiu como “caldeirão de insegurança jurídica”. Página 11

Mangabeira chama o Exército para a Amazônia – Evandro Éboli – O Globo – O País – 18/06/2008

BRASÍLIA. Na primeira reunião ministerial sobre o Plano de Amazônia Sustentável (PAS), o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, coordenador do grupo executivo responsável pelo plano, anunciou ontem que vai acionar o Exército para atuar na regularização fundiária de terras na região.

Mangabeira disse que a legalização dessas áreas será a prioridade número um do PAS.

A primeira reunião ocorre cinco anos depois de o PAS ser anunciado pelo governo.

Em maio, quando Carlos Minc, antes de assumir o Ministério do Meio Ambiente, propôs usar as Forças Armadas para vigiar áreas de proteção ambiental, Mangabeira criticou a proposta. Na época, Mangabeira disse que pôr o Exército na Amazônia não resolveria os problemas ambientais nem minimizaria eventuais riscos à soberania nacional.

Ontem, Mangabeira afirmou que há consenso de que a região é um “caldeirão de insegurança jurídica”. Ele anunciou que a legislação será simplificada para que facilite ao agricultor assegurar a propriedade do imóvel: — Precisamos reforçar o Incra e seus agentes contratados.

E também usar o Exército no trabalho de regularização fundiária. Os militares hoje atuam em várias atividades e podem ajudar nesse trabalho.

O ministro afirmou também que ficou decidido o pagamento de um incentivo financeiro para pequenos agricultores e extrativistas que explorarem os produtos da floresta e ajudarem na preservação do meio ambiente.

Ele não descartou o possível cultivo da cana-de-açúcar para produzir biocombustível na região de cerrado ou de transição com a Floresta Amazônica.

— Não podemos demonizar a cana-de-açúcar, mas é algo que precisa ser feito com muito cuidado e que está sendo estudado pelo governo.

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, acredita ser fundamental o papel dos militares na Amazônia, mas lembrou que o instituto já tem uma parceria com o Exército.

Mais um ano de moratória da soja na Amazônia – O Globo – O País – 18/06/2008

BRASÍLIA. Adversários no debate sobre as causas do desmatamento da Amazônia, ambientalistas e representantes do agronegócio selaram ontem uma trégua e decidiram prorrogar por mais um ano a moratória da soja na região. Pelas regras do acordo, os produtores rurais se comprometeram a não vender grãos cultivados em áreas desmatadas após julho de 2006. O trato também foi assinado pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que prometeu anunciar novas moratórias para madeireiros e criadores de gado em até 60 dias.

Segundo os exportadores, não houve plantio do grão nas áreas devastadas nos últimos dois anos. O clima de entendimento, motivado pelas ameaças dos compradores europeus de boicotar produtos obtidos com a destruição da floresta, foi celebrado por Minc.

Em janeiro, ao anunciar a primeira alta no desmatamento da Amazônia, a então ministra Marina Silva atribuiu as derrubadas à alta nos preços da soja e da carne. Ontem, Minc disse não haver contradição entre essa relação e os resultados positivos da moratória. Ele afirmou que a soja só costuma ser plantada três anos após o corte raso das árvores. Assim, ainda não teria havido tempo hábil para se saber se o cultivo avançará ou não sobre as áreas desmatadas.

Em comunicado, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), uma das signatárias da moratória, isentou os agricultores de culpa pelas derrubadas. O acordo também foi assinado por dirigentes da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Juntas, as entidades controlam 94% do comércio da soja no país.

Planos de manejo em xeque - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 18/06/2008

O pitboy Carlos Maçaranduba, personagem do coletivo Casseta & Planeta, não entenderia, mas as sutilezas em torno da árvore que lhe dá o nome são capazes de ajudar na preservação e exploração sustentável da Floresta Amazônica. É o que revela um estudo feito por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que analisaram a estrutura genética da planta, considerada um dos modelos-chave para a compreensão da dinâmica da floresta.

O trabalho — que faz parte do projeto Dendrogene, que desde 2000 estuda o impacto da exploração florestal na biodiversidade da Amazônia — mostrou que para recuperar a sua área original, a *Manilkara huberi*, alvo crescente da indústria madeireira, necessita de 140 anos, bem mais do que os 30 anos recomendados pelo Ministério do Meio Ambiente para programas de manejo.

A análise lança uma sombra sobre os planos atuais de sustentabilidade da floresta.

— Embora ainda não esteja ameaçada de extinção, essa árvore amazônica é intensamente explorada na região por causa da sua madeira resistente e sua alta densidade — explica a pesquisadora Vânia Azevedo, que escreveu um artigo sobre o trabalho, agraciado com o prêmio “Stephen J. O’ Brien Award for 2008”, da Universidade de Oxford, Inglaterra. — Esses são alguns dos motivos que fazem com que a maçaranduba seja considerada uma espécie-modelo para representar a diversidade da floresta.

Como explica a pesquisadora, o manejo da região é feito de forma geral, considerando a floresta como um todo. O estudo mostra que esse padrão pode não ser o ideal.

— A regra de corte considera a floresta como um todo, mas a floresta é um ambiente complexo.

— conta Vânia, que fez a pesquisa ao lado dos cientistas Milton Kanashiro, Ana Yamaguishi Ciampi e Dario Grattapaglia. — Ainda faltam mais estudos sobre a dinâmica das florestas, mas tudo indica que as práticas atuais precisam ser revistas e que é necessário elaborar um modelo de exploração mais criterioso com base na diversidade das espécies existentes.

Diversidade que foi adotada pelo pesquisadores da Embrapa. Durante o trabalho, além da maçaranduba, foram estudadas outras cinco espécies.

— Foram escolhidas espécies com características diferentes, como polinizadores, taxas de crescimento e forma de reprodução.

— conta Vânia. — A idéia era representar ao máximo a biodiversidade da floresta

Pior cenário é o permitido por lei No caso da maçaranduba, foram levantadas diversas informações sobre a biologia da espécie, inclusive dados genéticos. Depois, esse material foi enviado para um programa de simulação chamado Eco-gene.

— Juntamos todos os dados que foram obtidos nos estudos de ecologia. Quanto tempo a espécie está com flor, qual é a sua taxa de crescimento, qual é o fluxo de pólen etc. A partir dessas informações, criamos uma população artificial e simulamos a floresta ao longo de vários anos.

Dessa forma, explica a pesquisadora, foi possível criar diversos cenários sobre o impacto da exploração na floresta.

— Curiosamente, o pior cenário foi o atual, o permitido pela lei, de 30 anos de recuperação.

Em um dos cenários, fizemos um corte e deixamos a floresta se regenerar para ver quanto tempo ela levaria para se tornar novamente uma mata original. E o resultado mostrou que a maçaranduba leva cerca de 140 anos para voltar a ser o que era.

Outra revelação do estudo — no qual foram usadas imensas torres para estudar de perto a biologia das árvores — foi que o ciclo de pólen na floresta muitas vezes não chega a 50 metros.

— Isso significa que a diversidade de algumas espécies, como a maçaranduba, não está distribuído de forma heterogênea. Se você corta a floresta e deixa uma árvore muito longe da outra, isso pode atrapalhar a regeneração. Então, o corte não pode ser desordenado. Ele tem que ser criterioso.

Estudo econômico subsidia Plano Nacional sobre Mudanças do Clima - Gisele Teixeira – Sítio eletrônico do MMA – 18/06/2008

A elite dos cientistas brasileiros está reunida na preparação de um documento inédito, que irá mostrar os custos de adaptação e mitigação das mudanças climáticas para o País. A terceira reunião do grupo terminou nesta quarta-feira (18), em Brasília.

Os trabalhos que irão compor o estudo "Economia das Mudanças Climáticas no Brasil", a ser divulgado em outubro deste ano, servirão de base também para o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima, em elaboração pelo governo federal.

"É um estudo muito ambicioso", diz Sérgio Margullis, consultor do Banco Mundial e um dos coordenadores da pesquisa. "Ao mesmo tempo, é uma matéria-prima riquíssima para o trabalho que estamos desenvolvendo em parceria com outros ministérios e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas", acrescenta Suzana Kahn, secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Ela destaca, ainda, que o MMA pode contribuir retroalimentando os cientistas em áreas em que haja maior demanda.

O Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), do Inpe, irá fornecer a base dos modelos climáticos. A estes dados serão incorporados outros trabalhos, em especial na área de adaptação, relacionados aos seguintes setores e temas: impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos; produção agrícola; demanda e confiabilidade do setor de energia; sobre a elevação dos níveis do mar e desastres naturais e ainda sobre a saúde humana e sobre os fluxos migratórios.

Por fim, outros trabalhos de pesquisas irão calcular os impactos sobre o uso da terra, com ênfase na competição entre agricultura, produção de biocombustíveis e a preservação das florestas nativas remanescentes.

Eduardo Haddad, diretor de Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), será o responsável por fazer a modelagem econômica, a partir de todos os estudos setoriais recebidos. "O modelo desenvolvido permitirá a análise integrada dos setores em nível nacional e regional para diferentes cenários climáticos e econômicos", informa.

Segundo Haddad, o primeiro cenário é o de inação. Já o segundo incorpora as iniciativas de adaptação nos setores de energia e agricultura e estima seus impactos sobre a economia projetada para as regiões e seus aspectos distributivos decorrentes. Haddad acrescenta que o terceiro cenário, por fim, simulará os impactos de políticas globais de mitigação, especificamente taxaço do carbono e/ou limites de emissão, e analisará os impactos sobre os setores econômicos e distributivos.

Jacques Marcovitch, também coordenador da pesquisa, acredita que, mais do que um estudo econômico, existe um compromisso moral por trás do trabalho. "A nossa civilização não tem o direito de continuar acumulando gases de efeito estufa na atmosfera, independentemente dos ganhos e perdas que estão sendo medidos. Nós temos o compromisso de reduzir emissões, daí a importância desse trabalho de mitigação", diz.

Na área de mitigação, aliás, estão sendo realizadas as seguintes análises: custos de oportunidade de mitigação de gases de efeito estufa na Amazônia; de mitigação de gases por meio da intensificação do uso de biocombustíveis; de mitigação de gases via eficiência energética e ainda via práticas agrícolas inovadoras e mudanças no uso do solo. José Féres, pesquisador do Ipea, responsável por estudos da área agrícola, diz que eles terão dois componentes. "Não apenas a avaliação dos impactos da mudança climática na rentabilidade agrícola, preço da terra e produtividade média, mas também do aumento da demanda por biocombustíveis e como isso vai afetar o padrão de uso da terra no Brasil", adianta.

A modelagem econômica, chamada Modelo de Equilíbrio Geral, permitirá estudar formas alternativas de redução de emissões, possibilitando análises de custo-efetividade que têm por objetivo identificar as opções que levam a melhores resultados por unidade monetária aplicada. Permitirá também estimar receitas decorrentes de políticas de mitigação, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O horizonte de prospectiva é o ano de 2100, o que exige projeções complexas principalmente nas áreas de energia e migrações.

Amazônia não é fronteira agrícola, diz Mangabeira - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2008

O ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, afirmou ontem ser possível "ajustar" as áreas de reserva legal na Amazônia a partir da adoção de zoneamentos ecológico-econômicos estaduais. "Podemos ajustar a reserva legal até 50% dentro do interesse geral, de um contexto sistêmico", afirmou Mangabeira, depois da primeira reunião de ministros do grupo executivo do Plano Amazônia Sustentável (PAS). "Com os zoneamentos existentes, é possível ajustar. Esse é o entendimento no Acre, que é um Estado exemplar", afirmou o ministro.

Diante da questão polêmica, que divide os lobbies no Congresso Nacional, o ministro fez questão de ressaltar que o governo não tratará a Amazônia como uma fronteira agrícola. "Não vamos ceder à intimidação. Mas não haverá preconceito", afirmou. "Não vamos permitir que a Amazônia seja tratada como fronteira agrícola. O governo brasileiro não a encara dessa forma", disse.

O Congresso avalia um projeto de lei que permite a compensação da área de reserva legal abaixo de 80% com a plantação de espécies destinadas à produção de biodiesel, como o dendê. As organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas são contrárias a qualquer alteração nesse percentual mínimo de preservação das propriedades da Amazônia. Mas a bancada ruralista do Congresso insiste na redução da área por considerá-la um engessamento para o desenvolvimento da região.

Ao comentar a possibilidade do avanço da cana-de-açúcar na Amazônia, Mangabeira afirmou que não descarta a possibilidade do cultivo para a produção de biocombustível na região de Cerrado ou de transição com a floresta amazônica. "Não podemos demonizar a cana-de-açúcar, mas é algo que precisa ser feito com muito cuidado e que está sendo estudado pelo governo. Há uma grande preocupação com a cana. Nesse momento, o governo não pode abrir mão da proibição legal", afirmou o

ministro. O governo deve publicar um zoneamento para a cultura com proibição de plantação em área de floresta.

Depois de se reunir ontem com cinco ministros em seu gabinete, Mangabeira disse que o Plano Amazônia Sustentável será implementado em microrregiões a serem definidas pelos nove governadores dos Estados da Amazônia Legal, inclusive Mato Grosso.

O ministro anunciou algumas medidas em estudo para colocar em prática o PAS. Uma delas seria a participação do Exército no trabalho de regularização fundiária da região. "Precisamos fortalecer o Incra e seus agentes. E também usar o Exército no trabalho de regularização fundiária. Os militares hoje atuam em várias atividades e podem ajudar nesse trabalho", afirmou Mangabeira.

O ministro disse que a legalização das terras amazônicas será a principal prioridade do Plano Amazônia Sustentável. Mangabeira disse haver consenso de que a região só superará o "caldeirão de insegurança jurídica" quando houver a regularização fundiária. Ele anunciou também que a legislação sobre a propriedade na região será simplificada para facilitar aos produtores a "propriedade plena" das fazendas. Mangabeira insistiu na idéia da criação de escolas técnicas e profissionalizantes para complementar o auxílio à formação da população da região.

O ministro Mangabeira Unger afirmou, ainda, que a reunião de coordenação do Plano Amazônia Sustentável decidiu sobre a necessidade de pagar um incentivo financeiro para pequenos agricultores e extrativistas explorarem os produtos da floresta e ajudarem na preservação do meio ambiente. "Seria uma forma de compensar, um mecanismo de remunerar, em troca de obrigações e prestação de conta", afirmou Mangabeira.

Os temas do Plano Amazônia Sustentável foram discutidos em reunião com os ministros da Defesa, Nelson Jobim, do Meio Ambiente, Carlos Minc, de Minas e Energia, Edison Lobão, do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, além de representantes da Casa Civil e do Ministério da Justiça.

Moratória da soja no Brasil foi prorrogada - Bettina Barros – Valor Econômico – Brasil - 18/06/2008

Apesar dos solavancos dos últimos meses, a moratória da soja foi finalmente prorrogada ontem pelo período de um ano. Segundo o acordo, as maiores traders que operam no país se comprometem a não comprar o grão advindo de áreas desmatadas na Amazônia, tomando como base 2006, quando o compromisso foi assinado.

O período de um ano foi considerado curto, mas a boa notícia, segundo os grupos ambientalistas, é a participação do governo federal nesse processo. O ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente, afirmou que irá priorizar os cadastros de propriedades rurais voltadas para a soja - o que requer o georreferenciamento por satélite, condição fundamental para o cumprimento da legislação ambiental.

"Tínhamos chegado a um gargalo na moratória porque não temos o mapeamento das propriedades", explica Paulo Adário, diretor da campanha Amazônia do Greenpeace. "Como a indústria vai cobrar (do proprietário) se ele não está identificado no mapa? Sem cadastro não tem política pública para a Amazônia", disse Adário, ecoando uma percepção generalizada entre as organizações ambientais e evitando, assim, possível racha dentro do grupo.

Durante a cerimônia, Minc afirmou que deseja assinar moratórias nos mesmos moldes com o setor madeireiro e de gado e voltou a prometer punição aos sojicultores que romperem as regras. "Vamos traçar uma fronteira clara entre a legalidade e a ilegalidade. Quem plantar ilegalmente vai sentir a mão pesada do Ibama e da Polícia Federal", disse.

Em dois anos de vigência, a moratória conseguiu conter parte do desmatamento na maior floresta tropical do mundo para o plantio de soja. Se não fosse ela e com o preço da soja nas alturas, dizem os signatários, a situação seria pior.

Mesmo assim, apesar de toda a pressão, 47 mil hectares no bioma foram derrubados desde 2006. "Detectamos desmatamentos, mas não havia um pé de soja nessas áreas", afirmou o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Carlo Lovateli, durante a cerimônia.

Não detectaram ainda, e aí está um dos desafios para o próximo período do acordo: o comprometimento da indústria em tempos de soja cara e alta demanda internacional pelo grão. Segundo Adário, do Greenpeace, derrubaram a mata e "não foi para plantar tulipas".

Uma das explicações é que o plantio de soja nem sempre se dá imediatamente depois do desmatamento - é necessário um tempo para preparar a terra. Outra é que os produtores poderiam estar esperando novos desdobramentos na "guerra" ambiental protagonizada pelo governo do Mato Grosso (para quem a guinada no desmatamento deve ser responsabilizada pelos assentamentos e rituais indígenas) e o governo federal. Os sojicultores também estariam aguardando a anulação, proposta pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), da obrigatoriedade de georreferenciamento nas propriedades, determinada pelo decreto presidencial nº 6.321, de dezembro. Sem esse mapeamento, cortar uma árvore sem punição é quase certo.

"Na minha percepção, os produtores acreditaram que a regra do jogo ia mudar e que a moratória se tornaria irrelevante", diz Adário. "Ou até que não fosse continuar."

O sucesso da moratória, portanto, está em grande parte nas mãos de grupos como Cargill, Bunge, ADM, Louis Dreyfus e Amaggi, responsáveis pelo esmagamento e comercialização de 90% da soja produzida no país. Procurado, o presidente da Abiove não retornou os pedidos de entrevista do Valor.

Segundo o Greenpeace, a chamada Aliança de Empresas Consumidoras Européias, liderada pelo McDonald's e o Carrefour, divulgou ontem um comunicado de apoio à iniciativa brasileira, se comprometendo a continuar engajada no processo. No Brasil, Sadia, Wal-Mart e Yoki apoiaram o comunicado, conforme a ONG.

Aquecimento local do debate sobre Amazônia – Folha de São Paulo – Luiz Pinguelli Rosa - Tendências e Debates – 19/06/2008

HOUVE UM aquecimento local do debate sobre o aquecimento global e o desmatamento da Amazônia.

O pedido de demissão irrevogável da ex-ministra Marina Silva representou uma perda, dado seu prestígio internacional e sua credibilidade na política nacional. Sua presença no governo Lula contribuiu para a efetiva redução do desmatamento da Amazônia nos últimos três anos. Porém, dados preliminares do Inpe indicam um

aumento do desmatamento neste ano. O Ministério do Meio Ambiente não recebeu do governo recursos suficientes para o combate ao desmatamento, e a ministra se chocou com poderosos interesses, das madeireiras ao agronegócio.

Muitos que, na mídia, lamentam sua saída reclamavam do rigor da ministra no licenciamento de obras, especialmente de hidrelétricas. Mas uma análise cuidadosa dos dados da Aneel mostra que há outros fatores para o atraso das obras depois de serem concedidas por licitação.

O novo ministro, Carlos Minc, tem, como a ex-ministra, uma tradição na esquerda e nos movimentos ambientalistas nacionalmente, com a diferença de que marcou sua atuação não na Amazônia, mas no Estado do Rio de Janeiro, como deputado estadual do PT e como secretário do Ambiente no governo de Sérgio Cabral. Nessa função, criou a Superintendência de Mudança Climática, que elaborou um decreto, já em vigor, para obrigar futuras usinas termoeletricas no Estado a fazerem uma compensação ambiental, destinando um percentual do investimento para fontes alternativas.

É difícil a tarefa de substituir Marina Silva em meio a uma crise, e Minc cobra do presidente Lula os meios necessários para enfrentar os problemas que tem pela frente. O maior deles é o desmatamento, para o que ele propôs a meta de desmatamento zero e a participação das Forças Armadas no seu combate.

Já me manifestei publicamente a favor dessa participação. Os militares podem dar apoio logístico e, com a Polícia Federal, dar segurança aos fiscais do Ibama, transportando-os rapidamente até os locais onde for detectado desmatamento.

O desmatamento dá a maior contribuição do Brasil às emissões de gases do efeito estufa. O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas encaminhou ao presidente da República, em 2007, sugestões para um Plano Nacional de Ação para Enfrentamento da Mudança Climática. Dele consta, em primeiro lugar, o estabelecimento de metas quantitativas de redução do desmatamento, além de medidas para conservação de energia, estímulo a fontes renováveis e ao uso do transporte público, entre outros.

Lula se referiu ao plano no seu discurso de abertura da Assembléia Geral da ONU, em setembro do ano passado, com repercussão internacional. Na véspera da Conferência de Bali, em dezembro, na reunião plenária do fórum em que foram homenageados os brasileiros que participaram dos trabalhos do IPCC, ganhador do Nobel da Paz de 2007, o presidente assinou decreto formando uma comissão interministerial para elaborar o plano de ação. Até agora, a comissão preparou um projeto de lei de política climática, enviado ao Congresso Nacional no último dia 6 de junho.

Por outro lado, acaba de ser deliberada pela Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso uma resolução com vários pontos a serem debatidos, sem estabelecer metas, mas sugerindo compromissos voluntários de empresas, leilão de energia elétrica para usinas eólicas, um fundo e uma comissão sobre desmatamento com os países sul-americanos que compartilham com o Brasil a floresta amazônica.

Cabe ao novo ministro dar continuidade aos trabalhos da comissão interministerial, considerando as recomendações do fórum e da comissão do Congresso para definir medidas concretas desde logo aplicáveis, enquanto tramita o projeto de lei. Entre as medidas sugeridas pelo fórum estão ações do governo para eficiência energética, a exigência da contabilidade das emissões de gases de efeito estufa pelas empresas e o estabelecimento de metas de redução dessas emissões por unidade de produto, além das metas para redução do desmatamento.

A respeito desse último ponto, uma infeliz matéria de um grande jornal norte-americano levantou novamente a lebre sobre o controle internacional da Amazônia, merecendo resposta do governo brasileiro em defesa da soberania.

Alguns criticam a posição do Itamaraty na Convenção do Clima da ONU, alegando a necessidade de o país assumir obrigações similares às dos países desenvolvidos, enquadrados no Anexo 1 por terem alto consumo de energia per capita.

Porém, em Bali, os países em desenvolvimento, sobretudo China, Índia, Brasil e África do Sul, concordaram em tomar medidas para conter o aumento das emissões de maneira voluntária, mas "quantificáveis e verificáveis". O Brasil poderá dar o exemplo estabelecendo suas metas internas de redução do desmatamento.

**LUIZ PINGUELLI ROSA , 66, físico, é diretor da Coppe-UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Foi presidente da Eletrobrás (2003-04). É autor do livro "Tecnociências e Humanidades".*

Mar esquentou 50% mais que o previsto – Cláudio Ângelo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 19/06/2008

Cálculos feitos por brasileira radicada na Austrália indicam que elevação do nível dos oceanos tende ao pior cenário - Estudo resolve mistério que intrigava os oceanógrafos ao estimar contribuição da expansão térmica à subida observada desde 1961

Os oceanos do planeta estão esquentando 50% mais do que se imaginava até agora, e isso pode fazer com que as previsões sobre o aumento do nível do mar no fim deste século fiquem mais próximas do pior cenário. A estimativa é de um estudo australiano, liderado por uma oceanógrafa paulista.

A pesquisa, publicada na edição de hoje da revista científica "Nature", afirma que os cientistas estavam subestimando a chamada expansão térmica, o aumento do volume do mar em razão do aquecimento da água.

Ela faz, pela primeira vez, um cálculo preciso do quanto da elevação observada no nível global dos oceanos de 1961 a 2003 pode ser atribuído a essa

expansão e o quanto é culpa do derretimento das geleiras causado pelo aquecimento global.

Esse balanço mundial do nível do mar vinha tirando o sono dos oceanógrafos. No famoso relatório publicado no ano passado pelo IPCC, o painel do clima das Nações Unidas, a soma da contribuição do degelo e do aumento de volume eram menores do que a elevação média de fato observada no período.

Isso levou muita gente a desconfiar que os modelos climáticos estivessem errados. Afinal, o que faz a qualidade de um modelo é a precisão com a qual ele consegue reproduzir o clima medido no passado.

Entra em cena Cátia Domingues, da Csiro, organização nacional de pesquisas da Austrália. A cientista e seus colegas John Church e Susan Wijffels descobriram que os modelos estavam certos: erradas estavam as observações.

Os dados de observação usados pelo IPCC se baseavam em estudos do americano Sydney Levitus e do japonês Masayoshi Ishii, que fiaram-se em medições feitas com um aparelho chamado XBT (batitermógrafo descartável, na sigla em inglês). "O XBT parece um torpedinho que a gente lança ao mar para medir temperatura. O problema é que ele não mede profundidade", diz Carlos Eiras Garcia, da Furg (Fundação Universidade de Rio Grande), ex-orientador de mestrado de Domingues. A relação entre temperatura e profundidade, fundamental para saber o quanto cada camada do oceano aquece, era dada por uma equação matemática. "Essa equação estava errada." diz Garcia. Os XBTs "esconderam" a real taxa de expansão térmica do mar.

E não era só isso: o método usado por Levitus e Ishii para inferir a temperatura da camada mais superficial do oceano (até 700 metros de profundidade) em regiões onde não havia medições feitas, como o hemisfério Sul, também tinha falhas.

O grupo australiano descobriu a origem desses dois erros e refez todas as contas. "Nós já esperávamos alcançar resultados mais precisos, porque fomos os primeiros a corrigir os vieses nas observações de temperatura do oceano", disse à **Folha** Domingues, 36. "Agora, exatamente qual seria a diferença nós não sabíamos. Quando terminamos os cálculos e comparamos com os resultados de Levitus e Ishii, quase caímos para trás!"

A nova estimativa coloca finalmente os modelos em concordância com as observações, embora a elevação anual do nível do mar estimada por Domingues e colegas (1,6 mm) seja um pouco menor que o estimado pelo IPCC (1,8 mm). O problema é que, como o mar está esquentando mais rápido do que se pensava, a elevação final em 2100 tende também a ser maior. Os cenários do IPCC indicam uma subida de 18 cm a 59 cm no fim do século. "Este e outros resultados indicam que ela tende ao limite superior", diz a brasileira.

Maggi diz que carne pode subir sem "crédito verde" – Marta Salomon - Folha de São Paulo – Brasil – 20/06/2008

Governador afirma que medidas contra o desmatamento podem afetar produção - Ivo Cassol (RO) defende em audiência na Câmara a criação de alíquota da nova CPMF para a preservação da floresta amazônica

A 11 dias do início do bloqueio do crédito do governo federal a produtores rurais que não comprovem regularidade ambiental na Amazônia, conforme resolução do Banco Central, o governador Blairo Maggi (PR-MT) disse ontem que há 10 milhões de "bois piratas" em Mato Grosso e apontou o risco de as medidas de combate ao desmatamento do governo aumentarem o preço dos alimentos, especialmente o da carne.

"Com toda a certeza, isso vai pesar na crise da falta de alimentos e na elevação do preço. Já temos condições de oferta e demanda muito justas", disse o governador, em audiência pública na Câmara dos Deputados. Maggi criticou especificamente a restrição ao crédito rural e a apreensão de grãos e gado produzidos em regiões de desmatamento ilegal. Seriam, segundo ele, fonte de constrangimento à produção.

Ele afirmou que há 10 milhões de "bois piratas" em Mato Grosso, numa referência ao nome dado pelo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) ao gado criado em terras desmatadas ilegalmente, sujeito a apreensão pelo governo. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, 56% das 26 milhões de cabeças de gado de Mato Grosso ocupam pastos na área do bioma Amazônia.

Em julho - A resolução do Banco Central que bloqueia o crédito rural a produtores sem licença ambiental ou que nem sequer tenham dado entrada no cadastro de suas propriedades entra em vigor em 1º de julho. Advogados e pecuaristas de Mato Grosso recorreram até ao STF (Supremo Tribunal Federal) para barrar a medida, sem sucesso. Apesar das pressões, o governo mantém a medida.

Maggi afirma que a maioria dos produtores não dispõe de cadastro de propriedade nem comprovante de regularidade ambiental e precisariam de tempo para se adaptar às regras. O governador avalia que o impacto será maior entre os pecuaristas, que ampliaram pastos na área do bioma Amazônia.

Nos 36 municípios que mais desmataram a Amazônia, apenas 20% dos donos de imóveis deram entrada na papelada no prazo previsto. O Ministério da Agricultura não dispõe de levantamento sobre eventual prejuízo à produção de alimentos em decorrência do corte no crédito.

Preservação - O governador de Rondônia, Ivo Cassol (sem partido), defendeu, durante a audiência pública, a criação de uma alíquota extra, de 0,05%, da nova CPMF proposta pelo governo a ser destinada à preservação da floresta amazônica. "Se quiserem coibir o desmatamento, vai precisar de emprego e compensação: não podemos sumir com 25 milhões de habitantes da Amazônia." Em meio a elogios ao ministro Mangabeira Unger, indicado para coordenar o PAS (Plano Amazônia Sustentável), o governador previu que "vão fritá-lo logo".

Maggi critica proposta de apreensão de boi pirata – O Globo – O País – 20/06/2008

Governador de MT diz na Câmara que medida defendida por Minc agravaria crise de alimentos BRASÍLIA. O governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, voltou ontem a atacar as medidas do governo federal para reforçar o combate ao desmatamento na Amazônia. Desta vez, ele centrou fogo na proposta do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de apreender gado criado em áreas devastadas — o chamado boi pirata. Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Maggi disse que a idéia de Minc pode agravar a crise dos alimentos e elevar o preço da carne: — A crise de alimentos vai fazer pressão. Estamos neste momento, não só no Brasil como fora, em uma condição de produção, oferta e demanda muito justas. Então, com qualquer coisa que altera, você vai ter evolução dos preços.

Para Maggi, a caça ao boi pirata pode tirar do mercado cerca de dez milhões de cabeças de gado de Mato Grosso. Mais tarde, ele e Minc tiveram encontro reservado no gabinete do ministro.

O governador concordou em ceder soldados da PM para ações de combate ao desmatamento.

No entanto, pediu que o comando das tropas seja dividido entre estado e União — o que não estava previsto na proposta de Minc. Os dois voltam a conversar dia 5, em Mato Grosso.

Na Câmara, Maggi defendeu a revogação integral da resolução que proíbe, a partir do dia 1º os empréstimos a fazendeiros que desmatam a floresta: — Defendo que se mantenha a proibição de crédito para compra de máquinas, por exemplo.

Mas acho que deve se permitir crédito para que atividades em funcionamento continuem. Também participou da audiência na Câmara o governador de Rondônia, Ivo Cassol.

Assentados ajudam madeireiro ilegal na Amazônia, diz Minc – Hudson Corrêa – Folha de São Paulo – Brasil – 21/06/2008

Ministro do Meio Ambiente quer mudanças na reforma agrária da região, onde assentado é isento de sanções contra desmate - Minc diz que discute planos com o Desenvolvimento Agrário e defende transição com terras, máquinas e crédito, para gerar renda

O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) afirmou que assentados da reforma agrária fornecem madeira a madeireiros ilegais na Amazônia e defendeu mudança "no modelo de assentamentos" na região da floresta. Na gestão da ex-ministra Marina Silva, os assentados vinham sendo poupados de ações contra o desmatamento.

Minc disse ainda que o fundo de preservação da Amazônia, proposto por ele, ganhou o "título duvidoso de fundo Viagra" porque objetiva "manter a floresta em pé". Segundo o ministro, o fundo receberá doações de US\$ 900 milhões neste ano. Antes, a meta era US\$ 1 bilhão.

As declarações de Minc ocorreram durante reunião da Comissão de Gestão de Florestas Públicas. No encontro, a comissão anunciou que o Brasil tem 210,7 milhões

de hectares de florestas públicas, dos quais 25,3 milhões estão sem destinação, ou seja, não está definido se serão unidades de conservação, terras indígenas ou assentamentos. No cargo há menos de um mês, Minc aproveitou para criticar o modelo de reforma agrária na Amazônia.

No início do ano, o governo Lula isentou os assentados de sanções contra o desmatamento. Entre as penalidades está a restrição ao crédito.

Dados do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) apontam que os assentamentos da reforma agrária responderam por 7,1% do desmatamento de uma área de 3.849 km², de agosto de 2007 a abril de 2008. Ficaram atrás unidades de conservação (com 6,6% de participação) e terras indígenas (5,1%). As áreas privadas ou "em diversos estágios de posse" respondem por 81,1% do desmate.

"O modelo de colonização e reforma agrária na Amazônia está superado. As pessoas estão com pouca renda, saneamento e escola. As pessoas na pobreza acabam fornecendo madeira para madeireiros ilegais", disse. "A alternativa é fazer um modelo de transição, onde haja áreas contíguas de produção, com máquinas e crédito, para as pessoas não ficarem na mão do madeireiro ilegal."

Afirmou que discute mudanças com o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário). Procurado, Cassel disse, em nota, que o modelo de assentamento na região vem sendo alterado desde 2003. "Desde então, o governo (...) realiza a construção de uma nova política fundiária para a Amazônia Legal. Há um novo enfoque na destinação das terras públicas, baseado no manejo sustentável, preservação e respeito ao meio ambiente e às populações tradicionais", disse.

Minc disse que na próxima semana vai mostrar "os filmes, fotos e ordens judiciais" da apreensão dos primeiros 3.000 "bois piratas", no Pará, como revelou a **Folha** nesta semana.

Plano para mudança climática vai atrasar - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – 22/06/2008

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que deveria sair em 30 de abril, deve ser lançado apenas em novembro, às vésperas da próxima Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), diz a nova secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Kahn Ribeiro.

Suzana, cientista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que participou do último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), substituiu a também cientista Thelma Krug, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Segundo a nova secretária, a demora deve-se "ao processo muito democrático e participativo" de formulação do plano.

O Greenpeace preocupa-se com a demora. Segundo Luís Piva, coordenador da campanha de clima da organização, o conteúdo do plano ainda não foi apresentado a representantes da sociedade que integraram reuniões preparatórias. Segundo o diretor do Greenpeace, Marcelo Furtado, a apresentação prévia é fundamental. “Saindo em novembro, não dá tempo para consultas públicas. E a sociedade precisa fazer parte do processo, porque vai ajudar a colocar o plano em prática”, afirma.

O País é um dos principais emissores mundiais de gases do efeito estufa, principalmente por causa do desmatamento e das queimadas. A idéia do ministério é apresentar o plano em Poznan, na Polônia, onde acontece em dezembro a Conferência do Clima. China e Índia, países emergentes e grandes emissores como o Brasil, já desenham seus próprios planos. “E a Argentina já apresentou três versões”, diz o secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas, Fabio Feldmann. “O tema tem de entrar na agenda. Um mapa de vulnerabilidades é urgente”, afirma. “Conhecer e preparar-se para o impacto no ciclo hidrológico, por exemplo, é um processo que leva dez anos”, alerta.

4 EIXOS E NENHUMA META - De acordo com a Política Nacional de Mudança do Clima, já encaminhada ao Congresso, o plano será composto de quatro eixos: mitigação; vulnerabilidade, impacto e adaptação; pesquisa e desenvolvimento; e capacitação e divulgação - divisão proposta no ano passado pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Uma demanda antiga do fórum e de outros segmentos da sociedade, contudo, não será suprida. “Não haverá metas por setor e sim propostas de processos mais eficientes”, diz Suzana. Isso significa que o País não assume o compromisso de reduzir a taxa de desmatamento e, por conseqüência, suas emissões de gases-estufa. Tal posição é historicamente defendida pelos Ministérios de Ciência e Tecnologia e de Relações Exteriores.

Para Feldmann, “o Brasil tem de começar a pensar em metas porque elas são indutoras para criar competitividade”. Israel Klabin, presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, acredita que o País pode se beneficiar do desmatamento evitado, que geraria créditos pelas árvores não cortadas. “O Brasil só tem uma chance de cumprir sua parte no controle das mudanças climáticas: pela redução do desmatamento.”

DIVERGÊNCIA - Enquanto o Executivo caminha em uma direção, o Legislativo vai em outra. O relatório final da Comissão Mista que trata o tema recomenda metas nacionais voluntárias para diferentes setores. Além disso, indica que, apesar de países em desenvolvimento não terem a obrigação de seguir esse caminho, “seria mais fácil arrecadar recursos estrangeiros se o Brasil assumisse metas de diminuição do desmatamento perante a comunidade internacional”.

O presidente da comissão, o deputado federal Ricardo Tripoli (PSDB-SP), espera que o trabalho seja incorporado no plano do Executivo. “Se quiserem fazer coisas separadas, será contraprodutivo”, diz. “Agora vamos para a execução (das sugestões do relatório). Cabe também ao Executivo sair do marasmo e partir para o investimento.”

Só em 2007, Brasil exportou US\$ 2,3 mi em barbatanas, usadas em sopa na China - Pesca de vários tipos tem feito populações declinarem em até 95%; tubarão-azul, fácil de capturar, é uma das espécies mais cobiçadas

Os tubarões do litoral brasileiro estão protagonizando um filme de horror -só que como vítimas, não vilões. Nesse novo roteiro, populações inteiras estão sendo dizimadas pelos vários tipos de pesca. Algumas, como é o caso do cação-listrado, já declinaram em até 95%.

O incremento na cobiça pelos tubarões no país em todas as partes do mundo ocorre por causa do aumento no preço da sua barbatana, puxado principalmente pela demanda asiática. Hoje, ela pode chegar a custar até R\$ 100 o quilo no Brasil. É usada em uma sopa muito apreciada pelos chineses.

A procura pelas barbatanas pode ser vista, por exemplo, em Itajaí (Santa Catarina). Um barco que atracar naquele porto carregado com tubarões-azuis (*Prionace glauca*), após 20 dias no mar, vai ter de fazer um leilão de seu produto. Em média, pelo menos três compradores, representantes de empresas, aparecerão interessados nas barbatanas. Depois da compra, eles encaminham os produto para o exterior.

"Depende do caso, mas 200 kg podem ser arrematados por até R\$ 20 mil", diz o armador José Kowalski, dono de cinco barcos de pesca de tubarão na região de Itajaí. "Acho que vai tudo depois para Taiwan."

Números oficiais das exportações brasileiras atestam a existência de um mercado nascente. Sob a rubrica barbatanas de tubarão secas, o Brasil ganhou, em 2007, US\$ 2.312.544. Isso equivale a 131 toneladas.

O favorito - A pressão sobre o tubarão-azul, capturado pela modalidade de pesca conhecida como espinhel, é crescente. O pesquisador Jorge Kotas, do Cepsul (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul), contabilizou a retirada de 35 mil indivíduos das águas do Sul do Brasil entre 1997 e 2005. Essa espécie é uma das favoritas dos pescadores, por ser fácil de apanhar e ter barbatanas enormes.

Só dessa espécie, 2 milhões de exemplares são retirados do Atlântico Sul todo ano. "Os sinais de declínio na população já apareceram no período estudado, porque houve muitas capturas de indivíduos jovens", diz.

Segundo Kotas, o declínio pode ser notado no esforço de pesca, ou seja, o número de horas que é preciso ficar no mar para capturar uma dada quantidade de peixes. Em 2001, cada viagem rendia 5,7 toneladas de tubarão-azul desembarcadas em Itajaí. Em 2005, eram 3,4 toneladas por viagem.

"Finning" - Kowalski diz que não está fazendo nada de ilegal -e é verdade. "Não existe nenhuma proibição de captura desse peixe", diz o empresário, que vende

parte de sua produção nas madrugadas do Ceagesp, em São Paulo (ali, o quilo da barbatana custa R\$ 5,00).

Mas o que é ilegal, segundo o Ibama, é a prática do "finning" -a retirada da barbatana do tubarão em alto-mar com o descarte do animal logo em seguida- e a captura de filhotes ou de determinadas espécies ameaçadas de extinção. "Hoje, a prática do "finning" em águas brasileiras praticamente não existe", afirma Fábio Hazin, biólogo da Universidade Federal Rural de Pernambuco. "Os barcos nacionais aproveitam 100% dos tubarões capturados e os estrangeiros têm observadores de bordo."

Nem todo pesquisador que trabalha com tubarões descarta a hipótese de que o "finning" ocorra no Brasil. Para o biólogo Marcelo Szpilman, diretor do Instituto Ecológico Aqualung, a pesca ilegal de tubarão, inclusive o "finning", não só existe como precisa ser coibida. "O Brasil precisa fiscalizar o seu mar territorial. O que ocorre, muitas vezes, é que os chamados navios-fábrica operam em alto-mar por meses. Eles não precisam atracar."

Um dos maiores especialistas no tema no Brasil, o biólogo Carolus Vooren, da Universidade Federal do Rio Grande, levanta outro problema.

Várias espécies mais costeiras, como o cação-anjo e o cação-viola, estão seriamente ameaçadas de extinção porque, além de serem alvos da pesca industrial, elas acabam sendo capturadas, às vezes de forma acidental, pela pesca amadora.

Arrastão no mar - Neste caso, os anzóis do espinhel (veja quadro abaixo) são trocados pelas redes de arrasto. Os vários tipos de pesca, segundo Vooren, dizimaram mais de 80% do cação-anjo e do cação-viola no litoral sul do Brasil.

No litoral norte do país, o cação-quati, ameaçado de extinção, tem uma queda anual na sua população de 18,4%. Em 2006, foi listado como "criticamente em perigo". No Nordeste, o problema é a pesca do tubarão-toninha. Essas espécies estão caindo na rede cada vez mais cedo. Cerca de 90% dos animais capturados são jovens de até cinco anos de idade. "A pesca de arrasto é uma ameaça para os elasmobrânquios [grupo dos tubarões e raias] em geral por causa da estratégia de vida deles", diz Vooren. A taxa de crescimento populacional desses animais é baixa, e a pressão de pesca, alta. "São poucos filhotes por prole, de cinco a dez no máximo, dependendo da espécie."

Uma das sugestões dele é que sejam criadas áreas de proibição à pesca nos locais onde os tubarões se reproduzem. Existem ao menos cinco zonas de reprodução no litoral Sul do Brasil e uma em São Paulo. Até a pesca considerada amadora deverá ser fiscalizada, dizem os cientistas. Se no Sul, em Rio Grande, o Ibama local é atuante, em São Paulo os atravessadores de barbatanas correm as vilas de pescadores e, quase sempre, conseguem comprar o que buscam. Na própria tabela do Ceagesp na internet, o preço do quilo do cação-viola -cuja captura é proibida- pode ser consultado pelos consumidores. No dia 19 de junho, o quilo do peixe para o atacado custava R\$ 2,25.

Ministro admite que licenciamento ambiental pode ser moeda política - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 24/06/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que licenciamentos ambientais podem servir de moeda de troca em negociações políticas. “O critério de licenciamento é técnico, mas ele pode ser dado em seis meses ou em um mês”, disse. O ministro participou ontem, em São Paulo, de uma sabatina promovida pelo jornal Folha de S.Paulo.

Minc admitiu que esse seria um “ato político”, mas garantiu não significar uma análise frouxa do pedido. “O que for ambientalmente correto e viável é ‘sim’; o que não for, é ‘não’.”

Ele disse que projetos combatidos por sua antecessora, a senadora Marina Silva (PT-AC), podem receber o licenciamento desde que eles tenham pouco impacto no ambiente e que haja a correta compensação pelo empreendimento. Entre eles estão dois projetos polêmicos: a hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, e a usina nuclear Angra 3, no Rio, duas obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“Sou crítico do uso de energia nuclear no Brasil, por falta de correta adequação dos resíduos, por questões de segurança e outros pontos”, afirmou. “Porém, assim como a Marina perdeu na votação sobre Angra 3 e deu continuidade ao projeto, também darei. Isso é fazer parte de um governo plural.”

Provocado sobre como um autodenominado “socialista libertário” sente-se em um governo ligado a casos de corrupção, lembrou de seus mandatos como deputado na Assembléia Legislativa do Rio e disse: “Me acostumei a conviver com a biodiversidade.”

DESMATE - Minc disse também acreditar que o desmatamento na Amazônia deve alcançar, em 2008, uma área entre 14 mil e 15 mil quilômetros quadrados, primeiro aumento depois de três anos consecutivos de queda - em 2007, o índice registrado foi de 11.224 km².

Para o ministro, o governo deve atuar imediatamente ou o corte pode ser ainda maior. “Se a gente não fizer nada, chega a 20 mil km².” Segundo ele, o corte do crédito a produtores que atuam ilegalmente será mantido, apesar de governadores de Estados amazônicos, capitaneados por Blairo Maggi, de Mato Grosso, serem contrários. “Me comprometi a acentuar a separação da ação legal, que vai ter crédito e reconhecimento, da ilegalidade.”

Ministro do Meio Ambiente afirma que já apreendeu 12,6 mil cabeças de gado criadas ilegalmente em Rondônia e no Pará

ROMPENDO a tendência de queda dos últimos anos, o desmatamento na Amazônia avançou em 2007 e 2008 e deve atingir 14 mil quilômetros quadrados. A estimativa é do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. "Está acima do ano passado, mas abaixo da média histórica", disse ele, em sabatina da **Folha**, ao citar os 11,2 mil quilômetros quadrados de 2006-2007. Minc respondeu a perguntas dos editores de **Ciência**, Claudio Angelo, e **Dinheiro**, Sérgio Malbergier, dos repórteres Marta Salomon e Ricardo Bonalume Neto e da platéia que assistiu ao evento.

DESMATAMENTO - "O único compromisso é baixar o desmatamento abaixo da média. Mesmo que aumente agora, e acho que vai aumentar. Pegando os números do Deter, que vêm aumentando, fazendo a correlação com o Prodes, que é o desmatamento real, então acho muito difícil este ano fechar menos que 14 mil ou 15 mil quilômetros quadrados. Ainda assim vai estar abaixo da média histórica dos últimos anos. Se não fizemos nada, pode chegar a 20 mil quilômetros quadrados. Várias das medidas terão efeito em médio prazo.

Os próximos meses serão os piores por causa da estiagem. Se pega a série histórica, sempre os piores meses são junho, julho, agosto e setembro. O que quero dizer é, se os números já estavam ruim até maio, a tendência é piorar. Combinamos com o Tarso Genro [ministro da Justiça] para acelerarmos a terceira fase do Arco de Fogo.

O presidente Lula vai assinar decreto criando "Guarda Parque". Cada Estado vai dar 25 bombeiros, para cuidar das unidades de conservação. E os batalhões florestais vão dar 120 guardas para participarem com o Ibama de atividades preventivas. Já falei com os 16 governadores, que toparam, inclusive o Blairo Maggi [Mato Grosso]."

EXTRATIVISMO - "Conseguimos garantir preços mínimos para os produtos extrativistas, que era uma demanda de mais de 15 anos. Tem preço para feijão, soja e milho, mas não tem para castanha, borracha, guaraná, babaçu. E isso é a chance de eles se capitalizarem e não ficarem num miserê absoluto. A gente fala "os extrativistas", mas não têm carteira assinada, décimo terceiro... É uma miséria. Conseguimos aumentar de R\$ 50 milhões para R\$ 130 milhões os recursos para estruturar produção e comercialização de atividades extrativistas."

FUNDO AMAZÔNIA - "Espero que tenhamos US\$ 900 milhões, sendo que a primeira contribuição vai ser da Noruega, de US\$ 100 milhões. Esse cheque chega em setembro aqui pelas mãos do primeiro-ministro. Lula deu 60 dias para o grupo de trabalho formatar o Fundo Amazônia. Ele quase não assinava isso, porque achava que algum país poderia dar R\$ 10 milhões e achar que é dono. Expliquei que esse fundo é muito mais autônomo e soberano do que o plano do G-7. Os recursos serão administrados pelo BNDES. Serão pessoas do governo federal, da comunidade científica, das ONGs e dos governos da Amazônia."

BOI PIRATA - "Assunto que me levou a várias críticas e gozações, que, como sou uma pessoa de bom humor, levei na maior. Pirata não é o boi, é o dono do boi, a pessoa que usa uma área preservada, uma reserva, não paga pela terra, não paga imposto, não paga nada. Ganha dinheiro criando boi em área devastada ou em área protegida.

Vamos fazer este mês leilão de gado. Nós apreendemos 3.100 cabeças de gado na Terra do Meio, no Pará, e anteontem, 9.500 cabeças de gado em Rondônia. Vão virar churrasco ecológico do Fome Zero."

FISCALIZAÇÃO - "Assinamos com a Abiose, que é a associação dos exportadores de óleo vegetal, portanto, a cabeça do agronegócio. Eles representam 92% de todo o beneficiamento e exportação da soja. Assinamos a prorrogação da moratória da soja. Nas próximas semanas, vamos fazer acordos semelhantes com a Imex, exportadores de madeira, e com os grandes frigoríficos, para que controlem suas cadeias produtivas. Eles têm sido notificados a fornecer em 60 dias uma lista de fornecedores. Quem precisa de carimbo para colocar produto na Europa não vai querer queimar seu filme."

AGRONEGÓCIO - "Acho injusto demonizar o agronegócio. Nessas negociações, eu, ministro, me comprometi a traçar uma linha divisória de quem está na legalidade fundiária e ambiental -e esses apoios terão crédito, estímulo e reconhecimento- e quem está na ilegalidade, transformando a floresta em pasto, carvão e grão -esses vão ter a mão pesada da lei de crimes ambientais."

BLAIRO MAGGI - "Recebi o governador Blairo Maggi no ministério, tratei muito bem, combinei com ele coisas para impedir incêndios, prometi ajuda para o zoneamento, um debate civilizado como tem que ter instâncias federativas. Um ministro não pode apertar o gatilho contra um governador. Não me arrependo das críticas iniciais que fiz contra ele. Foi um meio de marcar posições. Dei-lhe um cafezinho sem estriquinina. Ele pediu aceleração do zoneamento e que não estigmatizasse os produtores. Ele acha o Arco de Fogo truculento e pediu uma trégua, mas isso eu não podia fazer, senão eu é que seria preso por prevaricação."

USO DA FLORESTA - "Acho que manter a floresta em pé tem várias questões. Primeira é o extrativismo. Uma outra questão é a alternativa, porque fazer gado extensivo na Amazônia com um boi por hectare é a coisa mais improdutiva que existe. Não é o xiismo ecológico versus o desenvolvimento econômico.

É uma preocupação de sermos protagonistas em matéria de pesquisa, bionegócio, bioindústria, que é a fronteira do futuro, versus práticas antieconômicas e predatórias que custam mais do que acrescentam."

ANGRA 3 - "Sou um crítico do uso da energia nuclear no Brasil. Acho uma energia cara, que não resolveu a questão dos resíduos e muito concentrada regionalmente. A ministra Marina votou contra na Comissão Nacional de Política Energética e perdeu. Eu votaria igual.

O Ministério Público colocou exigências, mas o processo de licenciamento seguiu e está perto de ser concluído. Não vejo como deter isso, mas já coloquei a

questão para o Ibama, que foi nomeado por mim. Vamos impor uma série de questões, como o controle externo da radioatividade. Não é a Eletronuclear que tem que fiscalizar, mas uma universidade."

LICENCIAMENTO - "Uma das razões que me levaram a ser chamado para o Ministério do Meio Ambiente foi meu desempenho no licenciamento ambiental no Rio. Porque nós lá demos licenças rápidas e com rigor.

No caso do Complexo Petroquímico do Rio, a Petrobras achava que ia pegar a licença em um ano e dois meses. Pegou em seis meses. Foi o licenciamento mais rigoroso do país. Terão que plantar 6 milhões de árvores, não poderão jogar nada de efluente na baía da Guanabara e terão que instalar um denitrificador, que reduz 90% das emissões de óxido nitroso.

Já falei com o ministro Edson Lobão (Minas e Energia) e a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) que a gente não vai conceder algumas licenças, e as que vamos liberar vão custar pelo menos algumas reservas."

CORRUPÇÃO - "Eu me acostumei a conviver com a biodiversidade. Tive que conviver com muitos deputados na Assembléia Legislativa do Rio, que não é bem o jardim zoológico do Paraíso. Sem vender minha alma ao diabo, consegui aprovar 25 leis. Tinha que negociar, abrir mão de alguns pontos. Todas as leis aprovadas foram modificadas, mas mantiveram o objetivo principal. Depois aprendi que, mais difícil do que aprovar a lei, é fazer com que seja cumprida."

PICANHA - "Eu vou dizer uma coisa. Tenho alimentação bem equilibrada. Como mais peixe, ave. Aqui, hoje, comi várias saladas. Mas algumas vezes, uma fatia [de picanha] mal passada e sem gordura... Coloco debaixo de um monte de folhas de salada, para ninguém ver. O que quero dizer é que o gado e os grãos podem ser cultivados de forma mais intensiva nas áreas onde já há produção. Se hoje botam um boi por hectare, podemos botar 20 por hectare."

COLETE - "Uso colete por causa do calor do Rio. É mais prático. Tenho 42 coletes. Agora já não tiro mais, porque tem gente que me vê sem colete e não me reconhece. Acham que é um primo ou um irmão."

NA Internet - www.folha.com.br/081755

Justiça Federal bloqueia contas e terras de madeira no Amazonas – Kátia Brasil – Folha de São Paulo – Brasil – 24/06/2008

Empresa, que tem o sueco Johan Eliasch como sócio, diz que suspendeu atividade

A Justiça Federal do Amazonas tornou indisponíveis bens, contas bancárias e parte das terras da Gethal, empresa que tem entre seus sócios o milionário sueco Johan Eliasch.

A decisão acatou pedido do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que queria uma garantia para o ressarcimento por danos ambientais à floresta amazônica e indenizações por danos materiais e morais à sociedade brasileira. No início do mês, o Ibama aplicou dez multas -totalizando R\$ 381,2 milhões- contra a Gethal, acusando-a de explorar, comercializar e transportar madeira nobre da floresta na região de Manicoré (AM)- 699.809 m³ ou 230 mil árvores.

A decisão da juíza Maria Lúcia Gomes de Souza, da 3ª Vara Federal, em Manaus, saiu na última quinta-feira e determina multa diária de R\$ 5.000 em caso de descumprimento.

Essa foi a primeira vez que o nome de Eliasch foi citado na Justiça como um dos sócios da empresa Floream, maior acionista da Gethal, e da ONG Cool Earth, da qual é co-presidente.

Em nota, a empresa disse que não tem interesse em explorar os recursos naturais no Amazonas e que recorrerá das multas. "Trata-se de decisão absurda, por ter a Gethal, voluntariamente por decisão estratégica, suspenso toda a atividade madeireira há alguns anos", diz a nota.

Cientista quer moratória a carvão mineral – Folha de São Paulo – Ciência – 24/06/2008

O mundo tem até o ano que vem para desarmar a "bomba-relógio" da mudança climática. O alerta foi feito ontem pelo climatologista James Hansen, da Nasa (agência espacial americana), um dos principais porta-vozes da comunidade científica na necessidade e urgência de cortes de emissões de gases de efeito estufa.

Há 20 anos, em 23 de junho de 1988, Hansen deu um depoimento famoso ao Senado americano que colocou o aquecimento global na pauta da opinião pública e nas manchetes dos jornais pela primeira vez. Ele disse então que os cientistas tinham "99% de certeza" de que o aquecimento da Terra causado por seres humanos provocaria mudanças climáticas catastróficas no século 21. Hansen falou ontem ao Congresso americano outra vez. Mais cedo, em entrevista ao jornal "The New York Times", o cientista propôs uma moratória às usinas termelétricas a carvão que não tiverem equipamento de captura do gás e o banimento dessas usinas até 2030.

Amazônia: Minc diz que cresceu o desmatamento e que vai reprimir – Soraya Aggege – O Globo – O País – 24/06/2008

SÃO PAULO. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, admitiu ontem que o desmatamento da Floresta Amazônica continua crescendo e que, por isso, não poderá abrir mão de medidas repressivas, sob o risco de ser “preso por prevaricação”.

Minc acaba de receber o relatório de maio do monitoramento sobre o desmate, feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais (Inpe), mas não quis adiantar os índices, que serão divulgados pelo próprio instituto na próxima semana.

— Não há evidências de que consigamos baixar os índices, apesar de todas as medidas.

Se o Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) já vem aumentando de novembro a maio, seria uma visão irreal dizer que o desmatamento vai baixar — disse ele, lembrando que os próximos meses, de junho a setembro, historicamente concentram o maior desmatamento.

Minc disse que será difícil o Brasil fechar o ano com redução nos índices. Em 2007, foram desmatados 11.224 km² e, em 2006, 14.039 km², segundo o Inpe. A avaliação é de que se mantenha uma média variável entre 14 mil e 15 mil km². Para ele, mesmo que a taxa continue crescendo, a média de desmate na última década deve ficar dentro da normalidade.

Minc contou que conversou com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, um líder do agronegócio, e que ele sugeriu uma trégua do governo, como a redução da Operação Arco de Fogo e o adiamento da restrição de crédito do Banco Central a desmatadores.

— Dei um cafezinho ao Maggi.

E sem estricnina. Maggi queria uma trégua (das medidas repressivas). Mas eu expliquei a ele que seria preso se fizesse isso. Preso por prevaricação — brincou, numa referência ao bate-boca anterior que teve com o governador.

Minc, que participou ontem da sabatina do jornal “Folha de S.Paulo”, disse que não se arrepende das críticas que fez a Maggi ao assumir a pasta. Para ele, foram necessárias para não passar a imagem de que, após a saída de Marina Silva, assumiria um “conciliador das questões ambientais”:

— Não me arrependo, acho que foi uma forma de marcar posição, foi necessário.

O ministro, que completa um mês no ministério, deve anunciar hoje em Brasília dados da operação de apreensão de bois piratas na floresta, que ganhou o apelido de “Boi Voador”.

Segundo Minc, embora tenha virado motivo de piada, a operação flagrou imagens de caravanas de bois corsários, que pecuaristas estariam tentando livrar da fiscalização.

Na sabatina, Minc foi perguntado como conseguia integrar um governo com denúncias de corrupção e visões contraditórias do capitalismo uma vez que se definira politicamente “um ecologista e libertário”.

A resposta arrancou aplausos da platéia: — Eu me acostumei a conviver com a biodiversidade. E, antes, eu convivi na Assembléia Legislativa do Rio... Que não é nenhum jardim. “Com Dilma, são dois para lá, dois para cá”, diz Minc. O ministro reafirmou que tem feito negociações políticas com os demais ministros em torno das liberações ambientais.

Ele reafirmou que liberará licenciamentos rapidamente, inclusive do PAC, sem burocracia, desde que sejam sempre em troca de parques nacionais, reservas ambientais ou outras medidas em favor do meio ambiente.

— Eu disse à Dilma (Rousseff, ministra da Casa Civil), que minha relação com ela seria como uma bolero: dois para lá, dois para cá — brincou.

Minc explicou que o Fundo Amazônia, que prevê investimento de fontes internacionais para projetos que combatam o desmatamento, não compromete a soberania do país.

— Expliquei ao presidente Lula que esse fundo era mais autônomo que outros planos.

Ao contrário de outros programas, os doadores não têm conselhos e o órgão que executa é o BNDES — disse.

Novas tensões globais – Rubens Barbosa – O Globo – Opinião – 24/06/2008

Questões relacionadas com as mudanças de clima ainda são tratadas no Brasil como temas de meio ambiente.

A realidade é que os efeitos das mudanças climáticas começam a repercutir fortemente na geoeconomia e na geopolítica mundial e que terão grande impacto sobre a política internacional e sobre muitos aspectos sociais e populacionais. Mais cedo do que se pensa, as conseqüências do aquecimento serão encaradas como questão de segurança nacional.

É evidente que não se deve exagerar o risco real, a curto prazo, de conflitos para assegurar os recursos naturais indispensáveis para a sobrevivência de grandes massas populacionais.

Não se pode, no entanto, ignorar o problema e sua crescente importância, já que a escassez desses produtos sempre interage com outros fatores como a ecologia, a política, a economia e elementos institucionais.

O impacto maior até aqui tem sido causado, entre outros fatores, pela alta dos preços dos recursos energéticos e dos minerais, pela crescente escassez de água e pelo aparecimento do fenômeno de deslocamento populacional. As conseqüências da mudança de clima, nos próximos anos, poderão ter um efeito cumulativo sobre os já graves problemas de escassez de alimentos.

Distúrbios em vários países relacionados com o aumento dos preços dos alimentos são um terrível prenúncio do que poderá ocorrer no futuro.

A falta d'água ou seu excesso (tanto pelo aumento do nível do mar quanto pela escassez derivada do derretimento das geleiras), a queda da produção agrícola e o potencial impacto sobre a produção de alimentos, o uso dos recursos naturais, a utilização do petróleo e do gás como armas políticas e a disseminação das pandemias (ameaça de doenças com extensão global) são algumas das áreas que poderão ser fontes de tensão ou de conflitos a médio e longo prazos.

A maior parte das geleiras que alimentam rios e reservatórios de água está se desfazendo de forma acelerada, podendo acarretar no futuro o desaparecimento de rios, com efeitos sobre o fornecimento de água potável e a utilização da sua força em hidrelétricas.

A fonte de alguns dos maiores rios asiáticos como o Hindu, o Ganges, o Mekong, o Yantsé e o Rio Amarelo são as camadas de gelo do Himalaia. Se essas

geleiras continuarem a derreter, o fornecimento de água de grande parte da Ásia, tão densamente povoada, vai se reduzir drasticamente.

O mesmo ocorre com os países andinos que recebem água das Cordilheiras dos Andes, como é o caso do Peru e da Bolívia.

O aumento do nível do mar, em virtude do degelo da região ártica, como mostra recente relatório do Centro de Informação sobre Neve e Gelo, da Universidade do Colorado, pode causar o declínio das florestas, além de afetar cidades costeiras, países e ilhas oceânicas.

Esses fatos podem acarretar movimentação populacional (como foi o caso do furacão Katrina, em New Orleans, e do tsunami, na Indonésia), criando problemas econômicos e sociais de grande magnitude.

Regiões que já sofrem de escassez de água como Kwait, Jordânia, Israel, Ruanda, Somália e Argélia podem ser confrontadas com a necessidade de buscá-la de qualquer maneira, na medida em que as mudanças no clima agravem a situação. Provocada pelo aquecimento global, a desertificação de áreas hoje produtoras de alimentos (o Brasil poderá ser um desses países afetados) e o aparecimento de novas regiões de produção agrícola (como a Sibéria) hão de alterar a geopolítica da agricultura mundial.

Em relatório de 2005, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estudou o efeito das mudanças globais de clima sobre a saúde. A OMS chama a atenção para o risco potencial da disseminação de doenças derivadas das alterações climáticas com efeitos importantes sobre as condições sanitárias em importantes concentrações populacionais.

O referido relatório levanta uma série de preocupações sobre a disseminação de doenças como a dengue, a malária e a salmonela.

O debate sobre o papel da competição pelos recursos naturais nas relações internacionais ainda passa ao largo de nossas preocupações pela posição privilegiada de que desfruta o Brasil.

Nem por isso deve ser dada menor importância ao problema, uma vez que poderá nos afetar diretamente. A repercussão no exterior da devastação da Floresta Amazônica e os problemas energéticos que estão ocorrendo hoje na América do Sul sugerem a necessidade de nos posicionarmos para encarar essa nova realidade.

RUBENS BARBOSA é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Territórios da Cidadania: recurso cresce para R\$ 12,9 bi – Sítio Eletrônico do MDA - 24/06/2008

O Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal, agora terá R\$ 12,9 bilhões a serem destinados ainda este ano em todo o País. O aumento do recurso foi anunciado em encontro que começou nesta segunda-feira (23) e se encerra hoje (24) entre os delegados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), articuladores e representantes dos outros órgãos governamentais envolvidos na ação. O encontro ocorre no Park Hotel, em Recife (PE), com a participação do secretário do Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira.

Lançado em fevereiro, o Territórios da Cidadania tinha inicialmente previstos R\$ 11,3 bilhões – o aumento é de R\$ 1,6 bilhão. O objetivo do Programa é o combate

à pobreza rural. “Cresceu o volume de recursos porque cresceu o número de ações. Está cada vez maior o engajamento dos ministérios”, destaca Carlos Guedes, um dos coordenadores do Programa. “O resultado disto é que temos um Programa cada vez mais forte, mais consistente”.

Os 60 territórios espalhados por todo o Brasil terão 170 ações divididas em três eixos: acesso aos direitos, infra-estrutura e apoio às atividades produtivas. Dois milhões de famílias de trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, integrantes de comunidades indígenas e quilombolas deverão ser beneficiadas.

Com o acréscimo, os recursos serão assim divididos:

- R\$ 5 bilhões para as ações de direitos e desenvolvimento social;
- R\$ 3 bilhões para infra-estrutura;
- R\$ 2,4 bilhões para a organização sustentável da produção;
- R\$ 1,3 bilhão para saúde, saneamento e acesso à água;
- R\$ 600 milhões para as ações fundiárias;
- R\$ 571 milhões para educação e cultura;
- e R\$ 23 milhões para apoio à gestão territorial participativa.

Os investimentos em cada um dos 60 territórios deverão ser apresentados à sociedade em geral no dia 15 de julho. Antes disso, na próxima semana, começam os encontros estaduais sobre as demandas oriundas dos territórios – o mesmo assunto que está sendo debatido em Recife, em âmbito federal. Os Territórios da Cidadania foram definidos pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e reduzido dinamismo econômico, além da concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e beneficiários do Bolsa Família. O Programa visa chegar a quem mais precisa, norteado pela diretriz do desenvolvimento regional sustentável.

O que já foi realizado - Desde o lançamento, o Territórios da Cidadania envolveu mais de 14 mil pessoas em reuniões em todo o País para debater a matriz de ações proposta pelo Governo Federal, agregar a ela as ações dos governos estaduais e municipais e, ainda, as propostas da sociedade civil. Em cada território, o Programa foi amplamente debatido e adequado à realidade local.

A participação da sociedade civil tem sido decisiva: ela representa 56% dos participantes nos 236 eventos até agora ocorridos. Foram 89 reuniões temáticas (para o debate inicial sobre os eixos de ações e objetivos do Programa), 18 setoriais (dos grupos de interesse, como os de pescadores artesanais e quilombolas), 42 municipais e 81 dos colegiados (formados para discutir as ações em cada território). O resultado desses debates compõe os 60 Planos Territoriais de Ações Integradas. Com base nesses Planos, as ações passam a ser executadas.

Mais informações sobre o Territórios da Cidadania podem ser obtidas no portal: www.territoriosdacidadania.gov.br

Gado criado na Estação Ecológica Terra do Meio é apreendido - Aida Feitosa –
Sítio Eletrônico do MMA - 24/06/2008

O ministro do meio ambiente, Carlos Minc, anunciou nesta terça-feira (24) a apreensão de 3.100 cabeças de gado criadas ilegalmente na Estação Ecológica Terra do Meio, no município de Altamira, no Pará. É a primeira operação do Governo Federal de retirada de gado criado em área de preservação ambiental. Segundo o ministro do Meio Ambiente, a intenção é provocar um efeito de demonstração para forçar o cumprimento dos embargos em outras áreas e a retirada de mais de 60 mil cabeças de gado que ainda estão em área irregular na Amazônia. "Quando os produtores ilegais viram que a operação era pra valer começaram a tirar o gado das unidades de conservação. Acabou a moleza, quem não respeitar a legislação ambiental o seu gado vai virar churrasco do Fome Zero", explicou o ministro lembrando que a intenção é definir a linha da fronteira da legalidade. De acordo com Carlos Minc, o rebanho bovino apreendido será leiloado em duas semanas e o dinheiro arrecadado irá para o custeio da operação e para programas do Ministério do Desenvolvimento Social como o Fome Zero e para a saúde indígena.

O ministro esclareceu também que a medida não vai provocar desabastecimento e nem aumentar o preço da carne. "O Brasil tem mais de 200 milhões de cabeças de gado. A operação na Terra do Meio apreendeu 3.100 cabeças ilegais que fazem concorrência desleal com frigoríficos que cumprem a legislação ambiental".

No dia 4 de junho de 2008, a Justiça determinou a desocupação imediata da área de 2.078 hectares da Terra do Meio, desmatada ilegalmente. O processo teve início em outubro de 2005 com a autuação e embargo da área pelo Ibama e a aplicação de multa no valor de R\$ 3.098.847. O Ministério Público Federal em Altamira-PA foi informado do crime ambiental e moveu Ação Civil Pública, o que resultou de mandado de desocupação da área. No dia 7 de junho, após recursos que permitiram o adiamento da ação, é cumprido por um Oficial de Justiça, com apoio da Polícia Federal e do Ibama, o mandado de desocupação e a apreensão das 3.100 cabeças de gado nelore. O juiz determinou o Ibama como fiel depositário. O gado foi vacinado recentemente e a área é livre de febre aftosa. "O investimento em vacinas é alto. Eles não esperavam que o gado fosse apreendido, por isso vacinaram. Mas agora nós vamos fazer cumprir as leis", disse o ministro.

O Ibama anunciou que teve início, nesta terça-feira (24), a operação de embargo que pode apreender mais 10 mil cabeças de gado, no município de Costa Marques, em Rondônia. O fazendeiro Jair Roberto Simonato foi notificado e a área embargada. Se após 15 dias o gado não for retirado, será feita a apreensão assim como ocorreu na Estação Ecológica Terra do Meio.

No Amazonas, no município de Lábrea, os fiscais do Ibama identificaram ainda outro crime ambiental. Numa área de 40 mil hectares onde foi autorizado o manejo florestal não foi encontrada nenhuma derrubada. Isso, segundo os fiscais, significa que existe um crédito de 7.400 metros cúbicos de madeira que podem vir a ser retirado em outro local não autorizado, o que constitui crime ambiental. **ASCOM*

Grupo do Conama discute padronização de produtos e subprodutos florestais –
Sítio Eletrônico do MMA - 24/06/2008

Com o objetivo de permitir a integração dos sistemas eletrônicos de controle florestal e de facilitar o trabalho de fiscalização dos órgãos ambientais, será realizada nesta quarta e quinta-feira (25 e 26), em Brasília, a primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Procedimentos e Padronizações para o Setor Florestal da Câmara Técnica de Florestas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

O GT tem como meta elaborar uma proposta de resolução que estabeleça padrões de nomenclatura e coeficientes de conversão para produtos e subprodutos florestais, além de regulamentar a inspeção técnica industrial e procedimentos do setor florestal.

Segundo o coordenador do grupo de trabalho, José Humberto Chaves, a idéia é elaborar um glossário técnico com a mesma denominação e classificação para produtos madeireiros como a tora, a prancha, a madeira serrada, a tábuas; além de definir padrões de fiscalização para que a indústria possa saber o que exatamente o órgão ambiental vai fiscalizar em sua empresa e como ela deve estar para receber autorização ambiental.

"O caibro, por exemplo, no Amapá, é conhecido como perna-manca. Queremos acabar com isso e definir uma mesma nomenclatura para ser usada no país inteiro", esclareceu Chaves. Ele afirmou ainda que essa padronização melhorará a integração entre o DOF - Documento de Origem Florestal -, usado pelo Ibama, e os sistemas estaduais de fiscalização eletrônica. A abertura da reunião será às 9h30, no edifício Marie Prendi Cruz (505 W2 Norte).

Área devastada em maio é 26% menor em relação a 2007 - Cristina Amorim –
Estado de São Paulo – Vida & - 25/06/2008

Na comparação com abril deste ano, no entanto, desmatamento na região foi 88,5% maior

O desmatamento registrado na Amazônia em maio, por uma fonte independente, foi 26% menor do que em mesmo mês de 2007. Segundo o Sistema de Alerta do Desmatamento (SAD), produzido pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), ele soma 294 quilômetros quadrados - em maio do ano passado foram 397 km².

▪ [Veja os números oficiais](#) do desmatamento desde os anos 80

O índice registrado pelo SAD em maio é 88,5% maior do que o de abril, quando foram contabilizados 156 km². Maio é o início da temporada de corte na Amazônia, uma vez que começa o período de seca na região, o que facilita a atuação no campo. Por isso, a taxa é normalmente mais alta.

O desmatamento acumulado de agosto de 2007 a maio chega a 4.142 km² - 7% a mais do que o mesmo período anterior (agosto de 2006 a maio de 2007), quando foram derrubados 3.870 km² na região. Nesse mês, Pará foi o Estado que registrou a maior área desmatada (60,1%), seguido por Mato Grosso (16,6%), Rondônia (13,1%) e Amazonas (8,7%).

Ao contrário de abril, quando 60% da Amazônia Legal estava coberta por nuvens, o que impossibilita a observação pelo satélite, agora 63% estava livre, inclusive no Arco do Desmatamento - faixa que se estende do sul ao leste amazônico, onde são historicamente registrados altos índices de corte. Como o céu estava mais aberto, é possível que derrubadas realizadas no mês passado sejam observadas apenas agora.

De acordo com o pesquisador Adalberto Veríssimo, a queda é bem-vinda depois de sete meses de incremento (veja gráfico acima). Ele afirma que ela pode ser uma consequência das medidas de combate ao desmatamento anunciadas pelo governo federal, como a operação Arco de Fogo e a restrição de crédito a quem não comprovar a legalidade de suas operações. “As ações foram anunciadas no fim de janeiro, mas começaram a ser colocadas em prática somente em março”, afirma. “Mas a comprovação (de sua efetividade), mesmo, só teremos quando forem processadas as informações de junho e julho.”

O SAD é usado como termômetro pelos governos do Pará e Mato Grosso, parceiros do Imazon, e por Ministérios Públicos Estaduais. O governo federal usa outro sistema, o Deter, gerado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os dados de maio devem ser divulgados na próxima semana.

Ontem, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que o desmatamento de agosto de 2007 a julho de 2008 será maior do que o do ano anterior, entre 14 mil e 15 mil km².

ÁREAS DESPROTEGIDAS - O SAD chama a atenção para o corte em áreas protegidas, especialmente unidades de conservação criadas em terras disputadas com proprietários rurais e grileiros: 19,2% do total. Só a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim (PA) perdeu 35 km² de floresta. “Muita gente acha que as reservas estão imunes, o que não é verdade”, diz Veríssimo.

O Instituto Chico Mendes, responsável pelas unidades de conservação, foi procurada pela reportagem, mas não respondeu até 20 horas de ontem. Por meio de sua assessoria de imprensa, afirmou que os problemas fundiários na Flona têm impedido sua implementação. Ela permanece sem plano de manejo e sede.

PF apreende 'bois piratas' - João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 25/06/2008

“Acabou a moleza. Boi pirata vai virar churrasco do Fome Zero”, anunciou ontem ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ao divulgar a apreensão, pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Polícia Federal, de 3.100 cabeças de gado criado ilegalmente na Estação Ecológica Terra do Meio, em Altamira (PA). Os bois serão leiloados dentro de duas semanas.

Desde 2005, a área foi declarada unidade de conservação. Há um ano, a Justiça determinou a saída dos criadores de gado do local. Na Terra do Meio estão ainda outras 40 mil cabeças de gado, mas os fazendeiros já estão retirando os rebanhos, transferindo-os para propriedades legais, em São Félix do Xingu (PA). Com isso, reagem à apreensão dos 3.100 bois, estimados em R\$ 12 milhões, do fazendeiro Lourival Medrado Novaes dos Santos, da Fazenda Lourilândia. Santos tinha sido intimado pela Justiça a sair.

As outras 40 mil cabeças de gado que eram criadas ilegalmente em áreas invadidas na Terra do Meio pertencem a 17 fazendeiros, 15 já notificados. “Queremos que eles tirem o gado das áreas de preservação e o transfiram para fazendas legais”, disse o ministro.

No curral da fazenda, foram encontrados 60 frascos de vacina contra febre aftosa - suficientes para 3 mil cabeças -, frascos de vacina contra brucelose e vermífugos. Foram encontrados ainda 24 eqüinos, galinhas, porcos, cachorros e gatos.

Minc informou que ontem pela manhã uma grande operação do Ibama e da Polícia Federal embargou a Fazenda Simonato, de 10 mil hectares, em Costa Marques (RO). De acordo com Minc, houve derrubada ilegal da mata nativa no local. O proprietário tem 15 dias para retirar o gado de lá e levar para algum pasto regular. Caso contrário, também pode perder seu rebanho.

REGULARIZAÇÃO - “Nosso papel é evitar o desmatamento. Por isso, vamos usar a inteligência. Mexemos na cadeia produtiva e isso está fazendo efeito. Vai nos ajudar a combater o desmatamento”, disse.

Em coro com o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, Minc disse que o grande problema da Amazônia, hoje, é a falta de regularização fundiária. “Sem a regularização, não há política pública. Por isso, temos de resolver logo a questão fundiária”, afirmou.

'A Peleja do Eucalipto', ou o avanço da celulose sobre o pampa - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida & – 25/06/2008

Verde-musgo por fora e cor de papel reciclado por dentro, A Peleja do Eucalipto caiu-me nas mãos como uma folha, meses atrás, no câmpus da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. O autor, João Werner Pflüger Grando, apresentou-o como seu trabalho de conclusão do curso de Jornalismo, sem tempo para conversa. O carro zarpava para o aeroporto, em cima da hora. O livro teria de falar sozinho.

No aeroporto, o vôo atrasou, para não perder o costume. E, antes que o avião pousasse, senão em terra, ao menos no placar eletrônico com a previsão de chegada, as 115 páginas estavam lidas. Primeiro, com benevolência, pois não passava de uma candidatura a repórter. Mas, na quinta linha, a benevolência virou atenção genuína. Não é todo dia que se encontra um texto acadêmico onde o começo da história não fica nos últimos parágrafos.

No caso, os parágrafos iniciais noticiavam a demissão, no governo gaúcho, da secretária de Meio Ambiente. Ela caiu em meados de 2007, soprada pelo bafo azedo do debate entre empresários, políticos e ambientalistas, que agita os eucaliptais do Rio Grande do Sul. Plantados por gigantes da indústria da celulose, estão mudando a paisagem imemorial que acolheu os colonizadores do pampa, com 180 mil quilômetros quadrados de campos naturais, habitados por 3 mil espécies de plantas, 385 de aves e 90 de mamíferos.

Ao contrário da aviação comercial, que remanchava, Grando deu seu recado a jato, na sala de embarque lotada. Apesar do sotaque regional, A Peleja do Eucalipto, segundo ele, integra o enredo sem fim da novela que, no País e no mundo, opõe desenvolvimento econômico e meio ambiente, quando eles prevalecem a qualquer custo. Bom tema para um aprendiz de repórter extravasar seu radicalismo estudantil.

Mas Grando conseguiu se equilibrar nas arestas da polêmica, afiadas por investimentos de US\$ 4 bilhões, vitais à economia do Estado, por denúncias de que os projetos papeleiros da Stora Enso, da Votorantim e da Aracruz foram lubrificadas pelas avaliações panglossianas de impactos ambientais nos estudos das empresas e por regulamentos frouxos do governo.

Era a mesma história de sempre, mas contada com uma profusão de detalhes que a urgência diária das redações raramente encoraja nos profissionais. Entre consultas a bibliotecas, fontes presumíveis dos 29 livros e documentos citados na monografia, entrevistas de gabinete e longas conversas no campo, a apuração consumiu R\$ 5.846 - incluindo os R\$ 625 da comida e os R\$ 320 da hospedagem, gastos modestos para 25 dias de viagem. Até na prestação de contas Grando deu uma aula de rigor jornalístico.

Quando os alto-falantes chamaram os passageiros, o livro, já lido, sumiu na sala de embarque apinhada, junto, um telefone celular cuja memória para endereços até hoje faz falta. O livro, ao contrário do aparelho, voltou. Veio acompanhado de uma carta do professor Carlos Locatelli, anunciando que Grando abrirá a série Projeto

Final, uma coleção de livros do Departamento de Jornalismo, com reportagens de alunos. “E, acredite, temos muitas”, diz Locatelli, enumerando “a vida nas Farc” e “os campos de refugiados em Angola”. Pela amostra, presume-se que um dos títulos tem tudo para fazer barulho.

Cobre “os EIA-Rima falsificados para favorecer grandes empresas”, um assunto que a imprensa brasileira está devendo há muito tempo.

Minc: governo fará leilão de bois apreendidos - Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 25/06/2008

Operação capturou 3.100 cabeças criadas em fazenda clandestina no Pará; dinheiro arrecadado irá para o Fome Zero

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, prometeu fazer em até três semanas o primeiro leilão de gado apreendido em áreas desmatadas ilegalmente na Amazônia. Ele apresentou ontem os resultados iniciais da operação Boi Pirata, que capturou, na semana passada, 3.100 cabeças criadas numa fazenda clandestina na Estação Ecológica da Terra do Meio, em Altamira, no Pará. O gado será leiloado pela Companhia Nacional de Abastecimento, que doará o dinheiro arrecadado ao programa Fome Zero. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) classificou a operação de “populismo ambiental”.

O primeiro alvo da operação foi a Fazenda Lourilândia, que começou a devastar a floresta para abrir pastos há seis anos.

Desde 2005, quando a reserva ambiental foi criada, o pecuarista Lourival Medrado se recusava a retirar o gado da área, apesar de ter recebido duas ordens de desocupação da Justiça Federal.

Depois da apreensão, produtores vizinhos começaram a tirar seus bois às pressas, como mostram fotos aéreas feitas pelos fiscais do Ibama. Segundo Minc, ainda há 40 mil cabeças de gado ilegal na reserva.

O ministro afirmou que a operação terá “efeito de demonstração” e não elevará o preço da carne, como disse na semana passada o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi. Segundo Minc, o problema da pecuária brasileira são as questões sanitárias, não as ações de combate ao desmatamento: — É muito fácil o discurso do transgressor. Quando você cai em cima, ele diz: “Não me reprima, porque vai aumentar o preço da carne”. Você não pode criar gado no meio de um parque nacional ou de uma reserva ecológica. O boi vai ser leiloado, e não vai aumentar o preço da carne. O que vai aumentar é o combate à impunidade.

“Há gritaria porque a gente quer fazer cumprir a lei” O ministro disse que Maggi voltou a pedir a derrubada do corte de crédito verde no último encontro dos dois, na semana passada, e negou a possibilidade de recuo.

Ao divulgar os primeiros resultados da caça ao boi pirata, Minc disse que o gado criado em áreas de desmatadas vai virar “churrasquinho ecológico para o Fome Zero” e prometeu, em tom de ironia, leiloar “reprodutores de alta qualidade”.

Mas também demonstrou incômodo com as críticas: — Há uma gritaria porque a gente quer fazer cumprir a lei.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da CNA, Assuero Veronez, chamou a operação de demagógica.

— O ministro anuncia medidas espetaculosas para gerar notícias e intimidar os produtores, mas não oferece alternativas de desenvolvimento para a Amazônia. Essa operação pode cair no descrédito e acabar ridicularizada — disse Veronez, que se encontrou com Minc à tarde para reclamar da medida.

Madeireiros do Pará se comprometem a não comprar matéria-prima de área desmatada- Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA - 25/06/2008

A Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex) e o Ministério do Meio Ambiente irão assinar no dia 18 de julho, em Belém, o Pacto pela Madeira Legal e Sustentável. O acordo foi fechado em uma reunião nesta quarta-feira (25), em Brasília, entre o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e representantes do setor. A iniciativa é semelhante a que já vem sendo desenvolvida com os produtores de soja.

De um lado, a iniciativa privada se compromete a não comprar madeira oriunda de áreas desmatadas e a aumentar o rastreamento de suas matérias-primas, chegando inclusive na ponta de cadeias importantes, como a moveleira. "O objetivo é evitar que a madeira ilegal possa entrar na rota da exportação e permitir que os consumidores também possam se engajar nessa campanha", explicou Minc. Os madeireiros terão de identificar a origem do produto e de qual plano de manejo ele vem, por exemplo. "Acho que isso é um avanço no combate ao desmatamento ilegal e no rumo à sustentabilidade", completou Minc. Em contrapartida, o governo ajudará o setor a resolver gargalos que hoje comprometem o aumento dos investimentos industriais na região. O ministério trabalhará em três frentes. Uma delas é acelerar a regularização ambiental de fornecedores em geral e das comunidades da região (ribeirinhos, assentados e populações tradicionais em geral), que são importantes fontes para a atividade florestal, mas que estão engessados, ou na ilegalidade, pela falta de licença.

Outra frente será a edição, em julho, de uma instrução técnica com normas e procedimentos para fiscalização. "Precisamos urgentemente de um manual para que a empresa saiba os seus deveres, mas também os direitos que tem. Isso não acontece hoje, o que gera muitas injustiças", destaca Justiniano Netto, presidente do Conselho de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) e diretor-executivo da Aimex.

Por fim, o governo também deverá aumentar as metas do plano de concessão florestal, cuja meta era licitar 2 milhões de hectares em 2009 - sendo que apenas 66 mil hectares desse total podem ser explorados. "Comparado com o que tem de madeira oriunda de área desmatada é um pingo no oceano", diz Minc, acrescentando que a idéia é dobrar esse valor. De acordo com a Aimex, o setor florestal madeireiro no Pará é o segundo na pauta de exportações do estado, atrás apenas da mineração. Gera 200 mil empregos diretos e indiretos e reúne 3.000 empresas, sendo responsável por uma receita bruta de R\$ 3,5 bilhões em 2007.

Justiça determina doação de bois piratas – Estado de São Paulo – Vida & - 26/06/2008

O juiz federal de Altamira (PA) Antonio Carlos Almeida Campelo decretou ontem o confisco, em favor do Ibama, de 3,5 mil cabeças de gado pertencentes ao fazendeiro Lourival Novaes Medrado dos Santos. Sua fazenda ocupa ilegalmente áreas de conservação na região do Xingu. A ordem é para que o Ibama doe os bois a entidades carentes da região. A decisão é a primeira do gênero no Brasil, uma vez que pune a ocupação ilegal de áreas ambientalmente protegidas.

Minc anuncia acordo com o setor madeireiro – O Globo – O País – 26/06/2008

BRASÍLIA. O governo fechou ontem o primeiro acordo com o setor madeireiro para frear a exportação de toras cortadas ilegalmente na Amazônia. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o diretor da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex), Justiniano Neto, assinarão o compromisso no dia 18, em Belém. A iniciativa é inspirada na moratória da soja, pela qual os exportadores deixam de comprar grãos colhidos em áreas devastadas.

Os exportadores se comprometeram a não comprar madeira retirada de áreas devastadas ilegalmente. O Código Florestal permite a derrubada de árvores em 20% das propriedades na Amazônia — o resto deve ser preservado como reserva legal de floresta.

Minc disse que pretende aumentar o rastreamento da madeira vendida na região para a fabricação de móveis. A idéia é reforçar o consumo de madeira com origem certificada: — O objetivo é evitar que a madeira ilegal possa entrar na rota da exportação e permitir que os consumidores possam se engajar na campanha.

Setor quer cartilha com direitos e deveres Em contrapartida, o governo prometeu acelerar a regularização ambiental das madeireiras e editar uma instrução técnica com normas para as derrubadas na Amazônia.

— Precisamos urgentemente de um manual para que a empresa saiba seus deveres e os direitos que tem. Isso não acontece hoje, o que gera injustiças — disse Justiniano.

Minc prometeu dobrar as metas de concessão de florestas para uso sustentável. Em 2009, o governo previa licitar dois milhões de hectares, com autorização para explorar 66 mil hectares.

— Comparado com o que tem de madeira oriunda de área desmatada, é um pingo no oceano — disse Minc.

Segundo a Aimex, o setor madeireiro no Pará é o segundo na pauta de exportações do estado, atrás da mineração, e gera 200 mil empregos diretos e indiretos, reunindo três mil empresas e sendo responsável por uma receita bruta de R\$ 3,5 bilhões em 2007.

Territórios da Cidadania: incidência nos lugares mais críticos – Sítio Eletrônico do MDA - 26/06/2008

O painel O Brasil Rural que Queremos, realizado nesta quinta-feira (26) na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Pernambuco, reforçou a importância das diretrizes de atuação regional já traçadas no Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal. O mapa de ação do programa é um espelho da sugestão feita pela economista Tânia Bacelar, uma das painelistas. O evento reuniu o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e os especialistas Paul Singer, Renato Maluf e Maria Emilia Pacheco, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda.

Tânia apresentou um mapa de atuação nas seis áreas do País que acredita serem estratégicas para o efetivo desenvolvimento do Brasil rural. E as ações do Territórios da Cidadania já contemplam todas elas.

Durante o painel, a pesquisadora chamou a atenção para quatro das seis áreas: a Amazônia, o Centro-Norte do Brasil, o Semi-árido e o Centro-Oeste. “Precisamos trabalhar com a dimensão regional do desenvolvimento”, reiterou. Para cada região citada, Tânia elencou ações urgentes para potencializar as diferenças regionais e fortalecer cada região. Esse é justamente o propósito do Territórios da Cidadania, lançado em fevereiro. O programa foi idealizado para atender a demanda local, investindo no potencial regional. Este ano, R\$ 12,9 bilhões serão destinados aos 60 territórios.

Convergência de ações - Uma das sugestões de Tânia para o Semi-árido, por exemplo, foi a ampliação do acesso à água e seu uso sustentável. No Território da Cidadania do Sertão do Pajeú, no Semi-árido pernambucano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) deve destinar somente em 2008 mais de R\$ 450 mil ao intercâmbio de experiências de manejo sustentável da água e à ampliação das condições de acesso à comercialização pela agricultura familiar.

Para a região, Tânia ainda indicou o caminho da convivência entre a produção e a seca. “Precisamos garantir o acúmulo da produção para garantir o abastecimento durante a seca”, refletiu ela.

Já no Alto Rio Negro, Território da Cidadania no estado do Amazonas, o apoio técnico e financeiro do MDA será fundamental para ampliar, modernizar e racionalizar a infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar. Tânia pediu urgência na revolução técnico-científica da Amazônia associada à biodiversidade e valorização dos produtos da floresta e da água.

Ali, o MDA deve investir em 2008, por intermédio do Territórios da Cidadania, mais de R\$ 1,3 milhão para obras públicas e a compra de máquinas, equipamentos, veículos e contratação de serviços. O investimento significa o fortalecimento de projetos inovadores que aproveitem as potencialidades econômicas, sociais, ambientais, culturais e históricas da região e ampliem a geração de renda.

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ainda devem ser adquiridas 712

toneladas de alimentos da agricultura familiar nesse território. O PAA conta com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Brasil Rural que Queremos - Os quatro especialistas do mundo rural brasileiro que participaram da primeira mesa temática da I CNDRSS debateram as perspectivas e os desafios para o campo brasileiro. O ministro Guilherme Cassel mediu esse debate, que embasará o documento-final da Conferência, a ser conhecido no sábado (28), quando se encerra o evento. O consenso entre Tânia Bacelar, Paul Singer, Renato Maluf e Maria Emilia Pacheco foi a necessidade de um olhar atento sobre a diversidade regional como forma de fortalecer cada atividade agrícola.

Saiba mais sobre o Programa Territórios da Cidadania no portal: www.territoriosdacidadania.gov.br

UE defende "soberania responsável" para Amazônia – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 26/06/2008

O alto representante para Política Externa e Segurança Comum da União Europeia (UE), Javier Solana, defendeu ontem que os países assumam "soberania responsável" para resolver grandes questões internacionais, a começar pelo combate às mudanças climáticas. Indagado pelo Valor se esse conceito deveria se aplicar à Amazônia, Solana retrucou: "Soberania responsável é um termo pelo qual se tem que pensar que o que acontece num país, em mudança climática, afeta todo o mundo. Por isso, a idéia de se reunir juntos para resolver globalmente."

O chefe da diplomacia europeia vem progressivamente colocando o conceito na mesa, sinalizando na prática que o mundo enfrenta antigos e novos desafios de segurança que são mais complexos dos que as instituições multilaterais e nacionais são capazes de administrar. Ontem, em Genebra, num debate sobre necessidade de cooperação global, ele argumentou: "Todo mundo tem que ser responsável com o que acontece com seu próprio país, mas também com as conseqüências no resto do mundo."

Logo depois da questão sobre a Amazônia, Solana tratou de avisar que de jeito nenhum falava em "intervenção, nada disso", pedindo aos repórteres para não o colocarem nessa situação. De seu lado, reiterou que a União Europeia quer assumir responsabilidades como "catalisadora para uma solução" para o combate à mudança climática.

Ele insistiu que é "hora de assumir compromissos" para a redução de gases de efeito-estufa. Indicou que a Europa tem novas idéias para o encontro de cúpula do G-8, no mês que vem, para discutir com os cinco grandes emergentes - Brasil, China, Índia, África do Sul e México.

A posição europeia, explicou Solana, é que todos devem assumir compromissos obrigatórios de redução de emissões, mas levando em conta a diferenciação. Ou seja, diferentes países tendo diferentes responsabilidades com base no tamanho do que já poluiu e atual desenvolvimento.

Para revitalizar a cooperação global, Solana defende inclusive logo um acordo na Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio (OMC), estimando que, se isso não acontecer, será um péssimo sinal para a negociação sobre o clima no ano que vem.

Questionado sobre uma taxa global do poluidor, ele respondeu que as emissões de CO₂ "não podem ser livres de cobrança, caso contrário será muito difícil cumprir as metas (de redução)". Solana concordou que, sem a China, a Índia e os outros grandes emergentes, os Estados Unidos continuarão não aceitando fechar um novo acordo para reduzir as emissões. (AM)

Aquecimento global vai gerar instabilidade no mundo, dizem EUA - Siobhan Gorman – Valor Econômico - 26/06/2008

A mudança do clima no mundo terá "amplas implicações para os interesses de segurança nacional dos Estados Unidos" nos próximos 20 anos, afetando a estabilidade de alguns países em desenvolvimento e contribuindo potencialmente para um conflito civil. Esta é uma das conclusões da primeira análise das agências americanas de inteligência sobre o impacto do aquecimento global na questão de segurança trazida a público.

As conclusões do relatório devem jogar combustível no debate político, enquanto discussões sobre mudanças climáticas e energia esquentam a campanha presidencial americana. No ano passado, a autorização do congresso americano para esse relatório de inteligência gerou duro confronto partidário. Membros do Partido Republicano argumentavam que os dados de inteligência não deveriam ser usados num relatório que se baseava em informações públicas.

A disputa partidária sobre o tema existe pelo menos desde o governo de Bill Clinton, do Partido Democrata, quando o então vice-presidente Al Gore levou a Agência Central de Inteligência (CIA), em 1997, a estudar as implicações da degradação ambiental na segurança do país. A iniciativa foi abandonada anos depois por pressão de congressistas republicanos.

De acordo com o que Thomas Fingar, chefe de análise da direção de inteligência nacional, disse ontem ao Congresso americano, uma das conclusões do estudo é que o impacto maior na segurança dos EUA será indireto e resultante "dos efeitos climáticos em outros países e do impacto que possam ter nos interesses americanos".

Os autores do relatório dizem que os problemas causados por mudanças climáticas, como escassez de água, calor excessivo ou queda exagerada de temperatura, além do aumento de doenças, serão, provavelmente, os de maior impacto, com potencial de deflagrar conflitos por recursos limitados e gerar migrações à medida que o clima se torna mais adverso.

Os analistas concluíram que as mudanças climáticas, por si só, têm pouca chance de levar nações ao colapso. Para eles, o que é provável é que as mudanças climáticas tornem mais agudos problemas já existentes, provocados por pobreza, tensões sociais e instituições políticas fracas. A degradação ambiental poderia contribuir para causar guerras civis ou, em menor escala, conflitos entre países.

As mudanças climáticas têm o potencial de afetar a estabilidade interna "em vários Estados importantes" e o comércio internacional, bem como a economia

mundial, segundo Fingar. Para os EUA, os analistas prevêem tempestades mais severas, crescente demanda por energia e uma pressão cada vez maior sobre a infraestrutura. Os esforços do governo e dos empresários para atenuar esses problemas podem afetar mais os interesses da segurança nacional do que o impacto direto das mudanças climáticas, dizem os analistas.

Segundo eles, provavelmente o impacto das questões ambientais no crescimento econômico global até 2030 será mínimo. Países do Oriente Médio, África subsaariana e das regiões central e sudeste da Ásia podem, contudo, sentir efeitos econômicos desproporcionais porque terão maior dificuldade de lidar com a mudança climática. Nos EUA, haverá custos econômicos de mais desastres naturais, que podem ser compensados por um aumento na produtividade agrícola. Os EUA também terão de se preparar para a maior pressão migratória dos países afetados.

A África subsaariana será a região mais vulnerável, pois enfrenta tensões múltiplas nas frentes ambiental, econômica e política. Lá, a mudança climática deve atingir duramente a produtividade rural, reduzindo-a em até 50% até 2020.

No Oriente Médio, onde os impactos são mais difíceis de prever devido à escassez de dados, o relatório prevê que a disponibilidade de água nos rios Tigre e Eufrates pode ser reduzida à medida que a temperatura suba em um grau Celsius. Na Ásia, a mudança ambiental pode pôr até 50 milhões de pessoas a mais sob risco de fome até 2020. O Ártico deve continuar a se aquecer, dizem analistas, acrescentando que historicamente essas regiões se aqueceram ao dobro do ritmo de todo o globo.

Como agências de inteligência não costumam lidar com questões ambientais, diz Fingar, o relatório usou um método de coleta e análise de dados "fundamentalmente diferente", apoiado em informações de cientistas de dentro e fora do governo. Uma descoberta importante, diz, é que o nível de entendimento científico sobre mudança climática não é tão específico quanto a informação normalmente necessária para uma análise detalhada de inteligência, especialmente quanto aos impactos regionais da mudança climática.

Amazônia: depredação ou exploração racional – Helio Jaguaribe – Folha de São Paulo – Opinião – 27/06/2008

É preciso constituir uma grande empresa pública, a Amazoniabras, para garantir a intervenção do Estado na floresta e seu uso racional

A AMAZÔNIA é uma região abandonada, entregue a um predatório e primitivo extrativismo da floresta tropical. Gera menos de 10% do PIB anual, quando representa cerca de 60% de nosso território. Sua população (cerca de 23 milhões) constitui menos de 13% da população brasileira. Trata-se, por outro lado, de uma imensa parcela do território nacional, em que operam, sem nenhum controle, inúmeras ONGs estrangeiras, quase todas a serviço de objetivos pouco compatíveis com os interesses nacionais.

A atual situação da Amazônia exige, imperativa e urgentemente, uma ativa intervenção do Estado. O que está em jogo não é apenas a necessidade de dar um tratamento racional à exploração de seus recursos, mas, com não menor relevância, a necessidade de preservar os interesses nacionais naquela imensa região.

A primitiva economia extrativa da Amazônia consiste em ciclos de grande expansão, decorrente da depredação de uma determinada área florestal, a que se segue a estagnação da região desmatada. Dentro de um par de decênios, continuando as coisas como estão, a Amazônia será reduzida a uma rala savana e a um semideserto ou será submetida ao controle de empreendimentos estrangeiros. Uma região da imensidão amazônica, com sua igualmente imensa floresta tropical, não pode ser entregue a formas predatórias e primitivas de exploração, nem sujeita a descontrolada presença estrangeira, mas tampouco pode ser conservada -o que não tenderá a ocorrer- como um inalterável santuário ecológico.

A Amazônia requer uma ativa interveniência do Estado. Não apenas, nem principalmente, por meio de normas regulatórias que, ademais de não serem produtivas, são completamente ineficazes, pela incapacidade de seu consistente monitoramento. A indispensável e urgente intervenção do Estado na Amazônia deve ter caráter operacional.

Trata-se, em primeiro lugar, de complementar os dados já disponíveis com um completo levantamento geoeconômico da região. E trata-se, adicional e principalmente, de constituir uma grande empresa pública, a Empresa Brasileira da Amazônia -Amazoniabras-, para promover a exploração racional, equitativa e ecologicamente responsável desse grande tesouro vegetal e mineral. Algo à semelhança do que foi -e continua sendo- a Petrobras para o petróleo.

Dadas a variedade e a complexidade das questões em jogo, a Amazoniabras não deve, nem poderia, ter caráter monopolista. É preciso ter uma grande companhia pública, com recursos proporcionais à tarefa que lhe deve incumbir, que empreenda, em ampla escala, a utilização racional da floresta, preservando apropriadas áreas da mata e empreendendo, em outras, um conveniente reflorestamento. Uma empresa que otimize o uso racional e sustentável dos recursos da região.

Importa, a partir de um amplo esforço de prospeção, proceder a uma moderna exploração dos minerais da região e implantar, em locais apropriados, indústrias para a racional exploração dessas riquezas. Em não mais de um decênio se multiplicaria, por um altíssimo coeficiente, o PIB amazônico, em condições não mais predatórias, e sim em termos de uma utilização sustentável de seus recursos.

A atuação de uma Amazoniabras, ademais da riqueza que diretamente produza -que tenderá a ser significativa-, conduzirá, concomitantemente, à preservação ecológica daquela região e à atração de uma iniciativa privada complementar operando, monitoradamente, em termos de sustentabilidade.

O dilema com que o Brasil se defronta na Amazônia é extremamente claro: continuada devastação predatória da floresta e sua degradação, além de perigosa intervenção estrangeira completamente fora de controle, ou utilização racional da riqueza vegetal e mineral da região, mediante a atuação, não monopolística, de uma grande empresa pública.

**HELIO JAGUARIBE, 85, sociólogo, é decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (RJ), membro da Academia Brasileira de Letras e autor de, entre outras obras, "Um Estudo Crítico da História".*

14% da Amazônia é "terra de ninguém", diz estudo oficial – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 27/06/2008

Incra não sabe quem tem posse de área que equivale aos Estados de SP, RS e PR - Levantamento feito pelo instituto do governo revela que maior quantidade de terrenos desconhecidos está no Pará, com 288,6 mil km²

Um levantamento recém-concluído pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) revela que o órgão desconhece uma área da Amazônia Legal que, somada, equivale a duas vezes o território da Alemanha ou às áreas dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná juntas.

O Incra não sabe se esses 710,2 mil quilômetros quadrados estão nas mãos de posseiros ou de grileiros. Nem o que está sendo produzido, plantado ou devastado nessas terras públicas da União. O volume desconhecido, que representa 14% da Amazônia Legal e 65% da parte sob responsabilidade exclusiva do Incra na região, está espalhado pelos Estados do Norte e Mato Grosso. Também na Amazônia Legal, o Maranhão não possui terras nessa situação, segundo o levantamento do órgão obtido pela Folha.

A maior quantidade de terrenos desconhecidos do ponto de vista de situação fundiária está no Pará, com 288,6 mil quilômetros quadrados, área equivalente ao Rio Grande do Sul e que representa 23% da área total do Estado. No Pará, chama a atenção o fato de as "manchas" desconhecidas estarem sobrepostas às rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e Transamazônica e ao leste do Estado, onde há o forte avanço da pecuária e da mineração.

No ranking, o Pará é seguido por Amazonas (141,8 mil quilômetros quadrados) e Rondônia (89,3 mil quilômetros quadrados). Em relação ao tamanho do Estado, o maior percentual de terrenos desconhecidos está em Rondônia (37%), Roraima (29%) e Amapá (25%).

Para mudar esse quadro e fugir da visão parcial de satélites, o Incra terá de fazer a regularização fundiária, ou seja, promover o georreferenciamento das glebas públicas federais, que é um mapa preciso com as coordenadas da propriedade, fazer a varredura in loco de cada uma delas, regularizar os documentos, afastar os grileiros e dar uma destinação a essas áreas, como transformá-las em reserva ambiental e assentamento ou simplesmente incluí-las no eixo de desenvolvimento da economia local.

Dos 710,2 mil quilômetros quadrados de áreas desconhecidas, o governo pretende concluir o trabalho em pelo menos 200 mil quilômetros quadrados delas até o final deste ano. "O nosso objetivo é estabelecer um plano para os próximos cinco, seis anos. O momento exige que a gente faça mais e mais rápido", disse o presidente do Incra, Rolf Hackbart. "Mas [esse prazo] não [pode ser cumprido] com o Incra como está hoje. É preciso mais servidores e mais equipamentos, além de parcerias com os militares e com os institutos de terra dos Estados. Não queremos mais grilagem, e sim terra legal na Amazônia Legal."

O documento do Incra será entregue na semana que vem pelo ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) ao colega Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), em reunião do PAS (Programa Amazônia Sustentável).

A idéia de Cassel, do qual o Incra é subordinado, é apontar a divisão de responsabilidades na Amazônia Legal. Segundo o documento, cabe ao Incra uma extensão não-contínua de 1,1 milhão de quilômetros quadrados da Amazônia Legal, sendo cerca de 35% disso áreas de assentamentos. O restante dos 5 milhões de quilômetros quadrados (59% do território nacional) cabe ao governo do Amazonas, à Funai (Fundação Nacional do Índio), ao Ministério do Meio Ambiente e às Forças Armadas, entre outros.

Exército tenta regularizar 3.000 posses na Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – 27/06/2008

Varredura de 30 mil km² será no Pará, em região conhecida pelo alto índice de violência - Operação começa dia 6, em parceria com o Incra, e deve custar R\$ 9 mi; objetivo é regularizar áreas próximas às obras do PAC, na BR-163

Em mais uma tentativa de regularização fundiária da Amazônia, o governo promoverá a "varredura" de uma área de 30 mil quilômetros quadrados, equivalente a 20 vezes a cidade de São Paulo, apurou a Folha. Tropas do Exército serão deslocadas para o Pará a partir do dia 6. Três dias depois, começa o trabalho de campo na região da BR-163, conhecida pelo alto índice de violência e grilagem de terras públicas.

A operação, em parceria com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), custará R\$ 9 milhões e consumirá 90 mil litros de óleo diesel na identificação dos ocupantes de oito glebas da União: Curuá, Curuaés, Gorotire, Cachimbo, Sumauma, Leite, Imbauba e Jamaxim, de acordo com plano acertado com o Ministério da Defesa. A ação cobrirá menos da metade do território das glebas localizadas nos municípios de Novo Progresso, Altamira, Itaituba e Trairão. O objetivo é regularizar 3.000 posses nas proximidades de uma das obras mais importantes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) na região Norte.

Segundo levantamento feito pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), com base em dados do Incra, as posses irregulares somam 429 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 8,4% da Amazônia Legal. O trabalho do Imazon leva uma pergunta no título: "Quem é dono da Amazônia?".

"A Amazônia é um mundo desconhecido, não é a avenida Paulista; ninguém sabe quem está lá", diz Rolf Hackbart, presidente do Incra, num esboço de resposta. A autarquia é responsável por gerir o cadastro nacional de imóveis rurais.

Grande parte das 300 mil posses irregulares, com até 15 km², ocupadas até novembro de 2004, teve dispensada a licitação para a compra por meio de medida provisória editada pelo presidente Lula.

"Desordenamento" - Depois de quase dez anos e três sucessivos esforços para cadastrar as propriedades da região, aquelas que tiveram a papelada validada pelo Incra somam 200 mil quilômetros quadrados. A área privada regularizada equivale à área do Paraná ou 4% da Amazônia. "É uma clara evidência do desordenamento fundiário da Amazônia", avalia o presidente do Incra. Entre as propriedades que tiveram documentos validados ou não, a maior extensão é dominada por "grandes propriedades". Os donos, quando conhecidos, têm os nomes mantidos em sigilo.

O mais recente chamado ao recadastramento de propriedades, concentrado nos 36 municípios que mais desmatam a Amazônia, terminou em abril sem que 80% dos proprietários de terra convocados protocolassem documentos no Incra. Dos 15,4 mil proprietários imóveis que deveriam se apresentar, apenas 3.080 atenderam ao chamado. A partir de 1º de julho, eles não terão como tomar financiamento para produção.

Nem mesmo unidades de conservação ou terras indígenas, que representam 43% da Amazônia Legal, têm a situação fundiária totalmente regularizada, segundo auditoria do Tribunal de Contas da União.

Custo do aquecimento dobrou – O Globo – Ciência – 27/06/2008

Em 2006, o Relatório Stern — estudo-chave sobre os custos das mudanças climáticas e o seu impacto na economia e na qualidade de vida — alertou que o mundo gastaria cerca de 1% do PIB se agisse imediatamente para reduzir o aquecimento global. Ontem, em Londres, seu principal autor, Nicholas Stern — ex-economista-chefe do Banco Mundial — alertou que os custos previstos pelo relatório dobraram.

A principal causa é que as mudanças estão acontecendo mais depressa do que o previsto, sem uma reação dos governos. As emissões globais de gases-estufa também aumentaram.

Stern apresentou a nova estimativa, em Londres, no lançamento da Agência de Avaliação de Carbono, a primeira agência do mundo para avaliação de negócios envolvendo créditos de carbono. Segundo ele, a estimativa de gastos de 2% do PIB mundial na luta contra o avanço do aquecimento global significa que os governos devem agir rapidamente para evitar que tais custos cresçam novamente.

— Tudo depende agora de decisões rápidas, políticas eficientes e um mercado de carbono que funcione — declarou ele. — Há muitos problemas pela frente e muitos erros a evitar para que tais custos aumentem ainda mais.

Alterações em ritmo acelerado - Stern chamou a atenção do mundo em 2006 com um estudo encomendado pelo então ministro da Economia e atual primeiro-ministro do Reino Unido Gordon Brown, sobre o impacto econômico da luta contra o aquecimento global. Nele, Stern dizia que combater o aquecimento custaria 1% do PIB global.

Porém, a conta global da destruição do meio ambiente até o final do século, se nada fosse feito a partir daquele ano, poderia custar até 20% do PIB mundial.

Mas ontem Stern declarou que há fortes evidências que o aquecimento está acontecendo num ritmo bem mais acelerado do que o estimado anteriormente. Por causa disso, as emissões de gases do efeito estufa terão que ser reduzidas de forma mais drástica. E, acima de tudo, mais rápida.

Segundo ele, isso significa que a concentração de tais gases na atmosfera terão que ser mantidas abaixo de 500 partes por milhão. Em 2006, Stern havia feito previsões em torno de 550 partes por milhão.

— Agora o certo seria um número abaixo daquele — disse Stern. — De qualquer forma, gastaríamos cerca de 2% do PIB mundial para manter a concentração abaixo de 500 partes por milhão.

Em um recente estudo para a London School of Economics, Stern reconheceu que mesmo o custo de 1% do PIB não era algo “trivial”. Para o Reino Unido, por exemplo, isso significa um valor perto de 14 bilhões de libras anuais.

Seu argumento, porém, é que esse valor é apenas uma fração do crescimento econômico anual e que muito menos que isso, algo em torno de 14% do PIB global, é gasto pelos países industrializados em investimentos na área de saúde.

Investimento em energia renovável - A Confederação das Indústrias do Reino Unido se manifestou imediatamente à nova estimativa de Stern, dizendo, através de um comunicado, que a reavaliação prova que os custos de uma ação imediata contra as mudanças climáticas ainda são menores do que os custos da imobilidade.

A reavaliação dos custos da luta contra o aquecimento global feita por Stern acontece em um momento particularmente sensível em seu próprio país, na véspera do anúncio feito por Brown de que o governo britânico vai fazer um investimento de 100 bilhões de libras para garantir que 15% de toda a energia usada no Reino Unido venham de fontes renováveis até 2020. Brown espera que tais medidas criem mais de 160 mil empregos. Ele é pressionado pela oposição, cuja plataforma para o meio ambiente inclui o veto a novas usinas de carvão.

AES assume AgCert e amplia seu portfólio de carbono - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 27/06/2008

A AES Corporation, empresa global de energia que no Brasil é controladora da Eletropaulo, acaba de fincar o pé no mercado de créditos de carbono voltado para a suinocultura. A empresa assumiu na semana passada o controle da irlandesa AgCert, recentemente às voltas com problemas financeiros.

A AgCert torna-se agora subsidiária e importante ferramenta de atuação da AES na área ambiental, na qual a empresa já aposta muitas de suas fichas. Há três anos, a AES iniciou um braço para soluções climáticas que prevê investimentos em projetos em países em desenvolvimento para a redução de 34 milhões de toneladas por ano de gases de efeito estufa até 2012.

"A redução de carbono é uma das nossas prioridades", afirmou Didier Rotseart, vice-presidente da divisão de Soluções Climáticas da AES e agora novo CEO da AgCert. "Nossa ambição é sermos líderes no mercado de carbono. Mas não queremos ser só traders. Queremos gerenciar e implementar diretamente os projetos", acrescentou.

Com a transferência de controle, a AES herda da AgCert cerca de 80 projetos em granjas com suínos no Brasil e México, que respondem juntos por cerca de 1,4

milhão de toneladas de carbono por ano. Esse volume será somado ao pipeline da AES de 19 milhões de toneladas por ano e a outros 9 milhões de toneladas por ano já contratados.

Em entrevista por telefone ao Valor da sede da AES, em Arlington, Virgínia, Rotseart afirmou que a incorporação da AgCert é resultado de um "entendimento" com os credores, intermediado por autoridades irlandesas num processo chamado de "examinership", para evitar a liquidação de empresas naquele país. "Houve uma reestruturação financeira e comercial, administrada pela Alta Corte da Irlanda. A AES não colocou dinheiro. Apenas convertemos a dívida em 100% do capital", disse ele. "Não mudará a estrutura comercial ou o relacionamento com os clientes".

O executivo não revelou os detalhes que culminaram com a incorporação nem de que forma os credores da AgCert - na maioria empresas do setor elétrico - teriam sido recompensados. "Tudo foi resolvido, não há mais credores ou dívida a ser paga", frisou o CEO, que não quis detalhar a afirmação.

Listada em Londres até o início deste ano, a AgCert informou à bolsa em dezembro de 2007 que não teria disponíveis os cerca de 7,2 milhões de créditos de carbono vendidos no mercado com prazo de entrega neste ano. A empresa tem apenas 1,2 milhão de créditos já emitidos pelo Conselho Executivo da ONU, que rege esse mercado.

Os projetos de suinocultura estão inseridos no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo de Kyoto, pelo qual países ricos compram créditos de projetos limpos em países em desenvolvimento para compensar suas próprias emissões. Cada tonelada de gás-estufa que deixa de ser jogada na atmosfera equivale a um crédito comercializado no mercado internacional.

Na suinocultura, os créditos são gerados com a queima do metano emitido pelos dejetos dos animais.

O fator detonador da crise teria sido a alteração na metodologia da ONU para a contagem do volume de gases efetivamente queimado - que corresponde aos créditos. "Houve intervenções na metodologia que reduziram o volume da produção de CO2 entregue. Mas outras pessoas envolvidas nessa atividade, no Brasil e no mundo, também sofreram", diz Rotseart.

Agora, diz o executivo, é olhar para frente. O controle da empresa irlandesa dá mais fôlego ao braço ambiental da AES e está alinhado com a estratégia global da empresa de crescimento no setor de carbono. "A AgCert reforçará a atuação da AES no setor", diz Rotseart. "Ao mesmo tempo, a chegada [da AES, com receita de US\$ 13,6 bilhões em 2007] dá estabilidade, agrega experiências e reduz as limitações da própria AgCert".

E poderá até mesmo resultar em novas frentes de ação. Além dos cerca de 370 clientes (granjas) no Brasil, Rotseart vê oportunidades de desenvolvimento de projetos aptos a gerar créditos nos aterros sanitários e efluentes industriais. "É um país importante para nós".

Poucas semanas antes da consolidação do controle da AgCert, a AES Corporation já havia adquirido um projeto de energia gerado por um aterro sanitário em Nejapa, El Salvador, capaz de gerar 400 mil toneladas por ano de créditos de carbono ao longo de 20 anos.

Nos anos 80, iniciou ações voluntárias para combater o aquecimento ao financiar o plantio de 50 milhões de árvores na América Latina. No Brasil iniciou o projeto de reflorestamento de matas ciliares e de reservatórios de água que geram energia da AES Tietê, em SP.

A Amazônia é nossa. Nós quem? – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião – 28/06/2008

SÃO PAULO - A Amazônia é nossa e ninguém tasca, já disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para delírio dos patriotas. Mas quem somos "nós", os donos da Amazônia? Nem o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sabe, conforme levantamento que o excelente repórter Eduardo Scolese trouxe ontem para a manchete desta **Folha**.

Mais exatamente: 14% da Amazônia é de "ninguém". Coloquemos um pouco de comparações nessa história: os 14% equívalem aos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, juntos, ou ao dobro do tamanho da Alemanha.

O Incra tampouco sabe, relata Scolese, o que está sendo produzido, plantado ou devastado nessas terras públicas da União. Aí aparece algum "gringo" sem superego e diz que a Amazônia não é só do Brasil, mas do mundo todo, e o "patrioteirismo" sai em busca da jugular do cidadão.

Não faz sentido. Pelos dados agora divulgados, pelo menos 14% da Amazônia já é do "mundo todo" ou de "ninguém", o que, no fundo, dá na mesma. Fora uma porcentagem desconhecida que é propriedade de estrangeiros.

Bravatas sobre a Amazônia podem satisfazer o ego de quem as produz. Mas a região só será "nossa" quando o país demonstrar que nem é terra de ninguém nem é o paraíso das motosserras.

Deu a louca na política no mundo. Olivier Besancenot é o melhor opositor para o presidente Nicolas Sarkozy, diz pesquisa do jornal "Le Figaro". Besancenot vem a ser o líder da Liga Comunista Revolucionária, trotskista, nunca antes eleita neste mundo.

O Partido Trabalhista britânico, do premiê Gordon Brown, ficou em quinto lugar em eleição local. Perdeu até dos neofascistas. Quinto lugar em um sistema virtualmente bipartidário parece até piada pronta.

É preciso saber contar as árvores – Joaquim Levy – O Globo – Opinião – 28/06/2008

Recentemente, divulgou-se que se teria desmatado 1.000 km da Amazônia em um mês, o equivalente à área do município do Rio de Janeiro. Em um ano, isso representaria $\frac{1}{4}$ da área do Estado do Rio, algo como de Paraty a Teresópolis, na extensão do mar até Minas.

Um quilômetro quadrado da Floresta Amazônica produz, ao ser queimado, entre 15 mil e 45 mil toneladas de CO₂, dependendo da proporção da queima. Um carro emite uns 30 kg de CO₂ para rodar 100 km. Logo, a queima de 1.000 km² de floresta corresponderia ao CO₂ gerado por toda a frota de carros do Brasil (25

milhões), fazendo ida e volta todo dia, da Barra da Tijuca ao Centro do Rio, durante um mês. Essas cifras são impressionantes, ainda que o valor exato de biomassa por hectare, ou CO₂ latente por km², varie bastante e seja difícil de medir. Mas mesmo que se dobre ou reduza à metade alguns desses números, as implicações não se alteram, até porque o desmatamento, mesmo sem queimada, contribui para o efeito estufa, já que a madeira cortada libera CO₂ ao apodrecer, ainda que a taxas mais lentas.

Segundo a ONU, o Brasil responde por 1,2% das emissões de CO₂ devido à queima de combustíveis fósseis, ou seja, quase 20 vezes menos que os EUA ou a China, dez vezes menos que a União Européia, ou cerca de um terço da Alemanha. Mas é difícil achar que ganhamos algo se deixarmos o desmatamento produzir emissão próxima ao total resultante do uso de combustíveis fósseis no país. Não faria sentido uns poucos na floresta jogarem para o ar o dinheiro gasto por milhares de empresas em todo o Brasil em investimentos para mitigar emissões de CO₂, ainda que a emissão devido ao desmatamento dificilmente exceda 1% das emissões globais de CO₂ e que, segundo algumas fontes, a Amazônia absorva tanto CO₂ quanto a Rússia ou a Índia emitem.

Entre as vantagens do Brasil estão as hidroelétricas. Segundo cifras da Eletrobrás, uma usina a carvão de 1.000 MW de potência emite quatro milhões de toneladas de CO₂ por ano (uma usina a gás produziria uns 40% menos). As emissões de CO₂ associadas a uma hidroelétrica de potência equivalente são muito poucas (21 mil t/ano), afora pelas resultantes da produção do cimento usado em sua construção (200kg de CO₂/t de cimento).

Assim, um parque hidroelétrico de 70.000 MW evita a emissão de 200 a 300 milhões t/ano de CO₂, comparado a um parque térmico.

A produção de biocombustíveis também ajuda: um hectare de cana-de-açúcar captura facilmente dez toneladas de CO₂ por safra, e o álcool já move metade dos carros do Brasil, apesar de isso ser pouco reconhecido na contabilidade ambiental internacional.

Agora se ensaia a produção de algas - A modernização da infra-estrutura também vem reduzindo nossas emissões por unidade do PIB. O maior uso da ferrovia nos últimos dez anos vai nessa direção, assim como alguns novos projetos de integração portuária, industrial e energética, inclusive no Estado do Rio.

Outro investimento para melhorar o balanço de emissões é o reflorestamento, com possibilidade de seqüestrar até 30 t/ano de CO₂ por hectare.

Ou seja, um projeto de reflorestamento de dez km² poderia absorver 30.000 t/ano de CO₂ — compensando a emissão de CO₂ de 150 mil carros que andassem 20 km por dia.

Por isso, pelo menos uma montadora de automóveis instalada no Rio de Janeiro investe em reflorestamento.

Aliás, há excelentes perspectivas de projetos florestais no noroeste do estado, e toda a Serra da Mantiqueira oferece grandes oportunidades, inclusive para plantas nativas. O desafio, nesse caso, é tecnológico, já que o atual custo de R\$ 150 mil/km² reflorestado é salgado e difícil de replicar em grande escala.

Em suma, é preciso sair das generalidades de catecismo e discutir números concretos. Para salvar a floresta, é preciso saber contar as árvores. Para isso, contribuiria também o aprimoramento da contabilidade internacional na área de mudança climática, de modo a melhor refletir os benefícios de certas estratégias do Brasil. Só assim as decisões serão efetivas e sustentáveis e o uso dos recursos, eficiente.

Segundo consultoria, mitigar clima da Terra custará até 1,4% do PIB global em 2030; florestas são "vitais" para esforço - Se PIB por tonelada emitida não subir de US\$ 740 para US\$ 7.300, seria preciso em 2050 optar entre dirigir 40 km e fazer duas refeições

Se o mundo quiser evitar um desastre climático e ao mesmo tempo manter o crescimento econômico, precisará aumentar em oito vezes a quantidade de dólares gerados na economia por tonelada de gás carbônico queimado. A conclusão é de um relatório elaborado por uma consultoria internacional e divulgado ontem no Japão.

A má notícia da análise, feita pelo McKinsey Global Institute, é que a última vez que o mundo viu uma mudança de produtividade dessa magnitude foi na Revolução Industrial -e ela levou 125 anos, tempo de que a humanidade não dispõe. A boa notícia é que o custo dessa mudança até 2030 será de no máximo 1,4% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, menos ainda do que os quase 3% estimados pelo IPCC, o painel do clima da ONU.

A chamada "produtividade de carbono" média da economia global é hoje de US\$ 740 de PIB por tonelada de CO₂ emitido. Se todo mundo tivesse de limitar emissões como o clima demanda e viver com essa produtividade, um cidadão teria de escolher entre dirigir 40 km, usar ar-condicionado por um dia ou fazer duas refeições.

Para que isso não aconteça, em 2050, o valor precisará alcançar US\$ 7.300 de PIB por tonelada de CO₂. A Noruega é o país mais próximo da meta, com US\$ 4.700 de PIB por tonelada de CO₂. O Japão tem US\$ 3.000; os EUA, US\$ 2.000, e a China, US\$ 1.200.

Segundo Eric Beinhocker, da McKinsey e co-autor do relatório, 70% do abatimento de emissões de CO₂ pode ser feito com tecnologias existentes hoje em dia. A conclusão, ao mesmo tempo em que reforça a mensagem do IPCC, desfaz o mito -propagado pelo atual governo americano- de que só será possível enfrentar as mudanças climáticas com uma "revolução tecnológica".

O próximo passo da empresa será fazer relatórios de oportunidade de redução de emissão para alguns países isoladamente -entre eles, a Índia.

Mas, nesse primeiro relatório, de âmbito geral, a consultoria aponta diversas maneiras de reduzir emissões e ganhar eficiência simultaneamente. Uma das sugestões é o uso do biocombustível da cana-de-açúcar -que teria, segundo a McKinsey, um custo negativo para a sociedade. Seria como obter um ganho econômico em resposta à economia de energia, assim como o uso de lâmpadas mais eficientes.

Outras chamadas "oportunidades de abatimento" (ou de mitigação) indicadas -essas com custo positivo, de até 40 por tonelada de CO₂ cortada - são aumentar a eficiência de aviões, investir em energia nuclear e reformar termelétricas.

O documento diz, ainda, que nenhuma ação isolada no setor energético conseguirá atingir todo o potencial de redução de emissões. É preciso investir em energia solar, eólica e em alterar uso do carvão para gás.

Outro dado do estudo deveria ser encarado como uma oportunidade para o Brasil: segundo a McKinsey, o desmatamento evitado, sozinho, responde por 12% do potencial global de redução de emissões. se o reflorestamento é somado, dá 25% do total mundial.

Florestas "vitais" - A consultoria afirma que o sucesso na conservação é "vital" para atingir as metas de redução de emissões no mundo. Sem o setor florestal, o custo de medidas de redução substitutas aumentaria de 40 para 60 por tonelada de CO₂. "Infelizmente, não existe hoje um esquema para reduzir emissões do desmatamento e da degradação da floresta", diz o texto.

A consultoria pondera que um desafio nesse ponto é que muitos países em desenvolvimento ricos em floresta não possuem ferramentas eficientes de administração, monitoramento, esquemas de reflorestamento e de ataque à derrubada de mata ilegal. O relatório não cita nomes.

O estudo foi apresentado por Beinhocker no fórum de parlamentares do G8+5 (os oito países mais ricos e os cinco grandes emergentes, entre eles o Brasil), realizado em Tóquio.

Segundo o relatório, o custo macroeconômico da "revolução do carbono" é "gerenciável" -da ordem de 0,6% a 1,4% do PIB global em 2030. Para Beinhocker, o investimento pode ser visto como uma "apólice de seguro" para o mundo.

Parlamentares tratam etanol brasileiro como "mocinho" – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 29/06/2008

O fórum de parlamentares do G8+5 (as oitos maiores potências do mundo e os cinco grandes países emergentes, entre eles o Brasil), que acaba hoje no Japão, tratará o biocombustível feito a partir da cana-de-açúcar como "mocinho" na discussão sobre o aquecimento global e o acordo que deverá substituir o Protocolo de Kyoto, com metas para pós-2012.

Em relação aos biocombustíveis, o grupo de países deve concordar em dividi-los em dois tipos: os maus e os bons -caso em que está incluído o etanol da cana. Segundo Terry Townshend, diretor de desenvolvimento de políticas da Globe International (sigla em inglês para Organização Global de Legisladores para um Ambiente Equilibrado), para serem incluídos na lista dos "mocinhos", os biocombustíveis não podem ter altos subsídios e devem ser sustentáveis. "É como o colesterol, existe o bom e o mau", disse Sergio Jellinek, do Banco Mundial, repetindo declarações do chanceler brasileiro, Celso Amorim.

Há alguns pontos importantes que ainda não têm consenso entre os países nesse fórum, que tem o objetivo de reunir parlamentares de nações do G8+5 de diferentes partidos políticos. A idéia é fechar o encontro com um documento a ser entregue aos líderes desses países antes da reunião do G8+5, que ocorre na semana que vem, também no Japão.

A reunião compilará sugestões para o acordo climático pós-Kyoto. Uma das questões em que é difícil chegar a um acordo é a das metas para redução das emissões de gases de efeito estufa. Atualmente, os países ricos e a Rússia estão do chamado Anexo 1 e possuem metas de redução obrigatória até 2012.

Alguns países consideram, porém, que o mais justo seria não haver essa divisão. Em vez disso, deveria ser usada uma fórmula que levasse em conta o histórico de emissões, as emissões per capita e situação econômica do país para definir a meta e fazer acordos graduais.

A maioria dos países também acredita que reduzir as emissões futuras com base na taxa de emissão de 1990 -como determina o acordo de Kyoto- é irreal ou inatingível no mundo de hoje. O Japão, país que é grande emissor, porém muito eficiente do ponto de vista energético, é um dos que questionam a definição de 1990 como base para as reduções.

A sugestão para a preservação das florestas deve ser a implementação de mecanismos financeiros que compensem manter a mata em pé e proteger a biodiversidade. "Essa é uma área também bastante delicada", disse Townshend. **(AB)**

Na contramão do etanol, prática longe do discurso – Mônica Tavares – O Globo – Economia – 29/06/2008

BRASÍLIA, SÃO PAULO e RIO. Pelo menos cinco ministérios estão muito longe de fazer, na prática, o que prega o discurso mundial do Brasil em favor dos combustíveis renováveis. Apesar de, pouco a pouco, os carros flex ampliarem a participação na frota federal, três pastas diretamente ligadas ao projeto brasileiro de tornar o etanol uma commodity internacional não dão o exemplo.

No Ministério do Meio Ambiente, 73,08% dos 26 automóveis utilizados por seus servidores rodam a gasolina ou diesel. À disposição da chancelaria, no Itamaraty, 59 dos 85 carros (69,41%) usam fontes poluentes.

O percentual cai a 55,56% — 20 de 36 — na Agricultura.

O levantamento do GLOBO, feito em 15 dos 23 ministérios e na Presidência da República, coloca ainda os ministérios da Defesa — com 73,02% dos carros a gasolina ou diesel — e dos Transportes — 55,17% — entre os maus alunos da Esplanada.

O grande uso de veículos poluidores por essas pastas encontra correspondência na frota de carros de passeio que trafegam pelas ruas de Brasília. De acordo com o Detran do Distrito Federal, 68,2% dos carros da cidade são movidos a diesel ou gasolina. Situação semelhante à do estado de São Paulo, que lidera o ranking nacional em número de automóveis e comerciais leves abastecidos com

combustíveis poluentes. São 6,9 milhões de unidades, pouco mais de 70% do total. No Estado do Rio, 65% dos cerca de 4 milhões de veículos usam diesel ou gasolina. E apenas 17% deles consomem fontes renováveis.

USP: só 20% da frota oficial do país usam fontes limpas Apesar do mau exemplo em Brasília, muitos ministérios estão em dia com o dever de casa.

O campeão é a pasta do Desenvolvimento, onde 14 dos 17 automóveis (tanto da frota própria quanto da terceirizada) podem utilizar fonte limpa, um recorde que seria ainda maior caso o Papa-Móvel, de 1980 e movido a diesel, não fizesse parte de seu patrimônio. Também diretamente ligada à produção de biocombustíveis, a pasta de Minas e Energia tem 12 de seus 16 veículos (75%) flex ou movidos a etanol.

O Ministério da Fazenda também dá exemplo. Na frota de 52 veículos, 67,3% (35) usam fonte renovável — são flex ou movidos a álcool. O restante usa gasolina ou diesel.

E no Palácio do Planalto, a frota que serve ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua entourage é composta por 96 carros.

Destes, 64 — ou 66,67% do total — são abastecidos como álcool (46) ou são flex (18). O aumento da participação dos “carros limpos” na frota dos ministérios se deve muito a uma lei de 1998, segundo a qual, na renovação das frotas do Executivo nas esferas federal, estadual e municipal, deve ser dada prioridade a veículos que rodam com combustíveis renováveis.

É o que fará, por exemplo, o Meio Ambiente — prejudicado por ter herdado de outras pastas carros mais velhos. O ministério está em processo de compra de um veículo flex para uso do ministro. A Cultura já iniciou a aquisição de dois carros bicombustíveis, para servir ao ministro e ao secretário-executivo.

Se no plano federal a lei vem sendo seguida com mais rigor, nas demais esferas de governo é aparentemente ignorada. Segundo estudo de Tomaz Caetano Ripoli, professor titular da Universidade de São Paulo (USP) em Piracicaba, apenas cerca de 20% da frota oficial do país (nos três níveis) seguem a lei.

— É importante cobrar do governo a sua parte, inclusive a aprovação de uma outra lei, que está para ser implantada, mas vem sendo empurrada com a barriga, que é o controle mais eficiente de toda a frota brasileira movida a diesel.

Na sua avaliação, a comparação entre as frotas oficial e de veículos pesados (caminhões, transportadores de cargas e ônibus) mostra que o problema está no segundo grupo.

Este se abastece de diesel, tornando-se o vilão em termos de poluição e preservação do meio ambiente. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), o país contava em abril deste ano com 1,853 milhão de caminhões, 15.646 ônibus interestaduais, 40 mil intermunicipais e 105 mil urbanos.

Ripoli alerta ainda que, nos veículos pesados, ocorre uma proposital desregulagem dos motores para aumentar a potência dos motores e permitir o transporte de mais carga.

Os mais poluentes

PRESIDÊNCIA:

total - 96 veículos

33,33% ou 32 não-renovável (gasolina)

66,67% ou 64 renovável (flex ou álcool)

DEFESA:

63 veículos

73,02% ou 46 não-renovável

26,98% ou 17 renovável

RELAÇÕES EXTERIORES:

85 veículos

69,41% ou 59 não-renovável

30,59% ou 26 renovável

AGRICULTURA:

36 veículos

55,56% ou 20 não-renovável

44,44% ou 16 renovável

TRANSPORTES:

29 veículos

55,17% ou 16 não-renovável

44,83% ou 13 renovável

Bloqueio amazônico começa amanhã - Adriana Fernandes, Fabíola Salvador e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/06/2008

Corte de crédito a propriedades irregulares entra em vigor, mas apenas para um terço das fazendas

A resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que proíbe bancos públicos e privados de conceder crédito a proprietários rurais do bioma Amazônia em situação ambiental irregular entrará mesmo em vigor amanhã, mas apenas um terço das fazendas será incluído imediatamente nas regras do bloqueio amazônico. Os outros dois terços têm propriedades de até 400 hectares (quatro módulos rurais) e terão prazo de dois anos para provar que estão em situação legal do ponto de vista do meio ambiente. Nesse período, terão acesso aos créditos.

“A resolução não será mudada”, disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. “Mas não será o terror de que se falou. Primeiro, porque a resolução só se aplica a um terço das propriedades, que pertence a grandes produtores. Segundo, porque para se obter o crédito não será necessário mostrar toda a titulação; apenas a prova de que foi dada entrada no pedido de regularização. Terceiro, porque haverá dois anos de prazo para que os pequenos proprietários e assentados do Incra também se regularizem do ponto de vista ambiental”, acrescentou Minc. “Nosso objetivo é regularizar a posse da terra”.

O problema maior ocorre nas propriedades localizadas em terras que estão nos 36 municípios incluídos na lista do Ministério do Meio Ambiente como os que mais desmataram em 2007. A maior parte dos proprietários rurais desses municípios não fez o recadastramento obrigatório para médias e grandes propriedades (acima de quatro módulos) no Incra. Todos eles tiveram o registro do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR) suspenso do Sistema Nacional de Cadastro Rural. Sem o CCIR, o produtor não pode obter o financiamento rural para a próxima safra com taxas mais atrativas.

Contemporizador, Carlos Minc disse que eles não precisam apresentar os documentos até o dia 1º. “Podem fazer isso depois e assim recuperar o direito ao crédito. Só não conseguirão nada se estiverem totalmente irregulares. Aí, não tem contemplação.”

DESOBEDIÊNCIA - Das 15 mil médias e grandes propriedades localizadas nos 36 municípios da lista, apenas 3 mil cuidaram do recadastramento no Incra. Muitos fizeram campanhas de desobediência civil contra o recadastramento, de acordo com informações de integrantes dos órgãos de fiscalização do governo.

No Mato Grosso, onde estão 19 municípios da lista do Ministério do Meio Ambiente, 6,3 mil propriedades tiveram o CCIR suspenso. A situação no Estado é mais delicada, pois há grandes propriedades em situação irregular em terras públicas, sobretudo estaduais.

Como o recadastramento do Incra exige o laudo de georreferenciamento, com o uso de aparelho de GPS, essas irregularidades podem ser detectadas mais facilmente. Essa pode ser uma das explicações para a resistência de produtores em fazer o recadastramento.

Para o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, a resolução do CMN é um marco regulatório importante na história do País, pois ajudará a impulsionar a regularização fundiária. Segundo ele, os proprietários podem procurar o Incra a qualquer momento para buscar a regularização.

Produtores de MT lutam na Justiça contra medida - Adriana Fernandes, Fabíola Salvador e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 30/06/2008

Enquanto aguardam com expectativa o início do bloqueio amazônico ao crédito rural, produtores de Mato Grosso têm recorrido à Justiça na busca de uma saída para a liberação de financiamentos para a próxima safra. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) espera para os próximos dias o julgamento de um mandado de segurança coletivo, com pedido de liminar contra o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que assinou a resolução do conselho.

O pedido, que corre na 9ª Vara Federal, em Brasília, foi feito em maio e tem como base a Lei 4.829, de 1965, que define as regras para concessão do crédito rural. “A lei deixa claro que a liberação de crédito rural não depende do cumprimento da regra ambiental”, argumentou o assessor jurídico da Famato, Luis Alfeu Ramos Moojen. Ele avaliou que a manutenção da regra vai inviabilizar o plantio da safra, prática que é em grande parte financiada por recursos bancários. Mesmo assim, os produtores rurais vão cumprir a lei. “A postura não é de desobediência civil. Uma lei, se acata e se respeita, mas nada impede o questionamento na Justiça”, afirmou. Uma fonte em Brasília explicou que o maior problema é fundiário, já que a grande parte

dos proprietários de terra dos municípios da região atingidos pela resolução grilou a terra de propriedade do Estado de Mato Grosso.

GOVERNO RESISTE - Por enquanto, a decisão do governo é de manter a resolução, apesar das pressões. O Ministério da Fazenda não recebeu pressão para mudanças na resolução, que atinge cerca de 500 municípios no bioma amazônico. A área econômica do governo reclama que o setor agrícola tem procurado passar a informação errada de que a resolução do CMN proíbe o financiamento para os proprietários rurais que desmataram a reserva legal. Não é isso. Eles têm que reconhecer o problema e fixar um plano para o reflorestamento.

Sem projetos para florestas, país deixa de usar US\$ 125 mi – Valdo Cruz e Leandra Peres – Folha de São Paulo – Brasil – 30/06/2008

Verba corresponde a 30% das doações de países ricos a programa criado na ECO-92 - Governo diz que, do total não usado, US\$ 52 mi estão empenhados em projetos atuais e US\$ 18 mi não foram liberados por doador

Dezesseis anos depois de acumular US\$ 402,383 milhões em doações de países ricos, o governo brasileiro não gastou efetivamente cerca de 30% desses recursos destinados a financiamentos de projetos pilotos de preservação de florestas tropicais. Motivos: falta de projetos ou atraso na sua execução, devolução de dinheiro e mudanças de prioridades por parte dos doadores.

Criado na conferência Eco-92, no Rio, para durar dez anos, o PPG7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil) registra um saldo de US\$ 125,761 milhões referente a doações que ainda não foram ou não serão aplicadas no programa que vai terminar em 2010, com oito anos de atraso, e sem que parte das experiências tenham sido transformadas em políticas públicas.

Desse dinheiro não aplicado no PPG7, US\$ 52,724 milhões estão comprometidos com projetos em andamento e outros US\$ 18 milhões não foram disponibilizados pelos doadores, defende-se o governo.

Mesmo assim, restam ainda US\$ 49,182 milhões de saldo sem destinação, 12,22% do total doado que corre o risco de ser devolvido, além de US\$ 5,849 milhões que foram efetivamente devolvidos por perda de prazo de aplicação do dinheiro em projetos pilotos elaborados para preservação de florestas tropicais. Isso num momento em que o novo ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) busca doações para tentar financiar seus projetos.

Um dos projetos atingidos pela devolução de recursos é a primeira etapa do Resex, projeto que cria reservas extrativistas na Amazônia, cuja devolução chegou a US\$ 5,6 milhões. Esse dinheiro, explica o governo, acabou sendo depois remanejado para outros projetos. Além do dinheiro de doação estrangeira, o governo brasileiro também aplicou recursos financeiros e de cooperação técnica no programa. Ao todo, foram destinados US\$ 57 milhões. Desse total, US\$ 39 milhões já foram gastos e

outros US\$ 9 milhões estão alocados. Há um saldo de dinheiro brasileiro de US\$ 7,899 milhões.

Entre os projetos com os maiores saldos, estão o que cria corredores ecológicos na Amazônia, o que estimula atividades econômicas sustentáveis entre povos indígenas e o da área da Mata Atlântica. São US\$ 57,320 milhões, que deverão ser gastos até 2010. "Grande parte da frustração com o programa é por causa de expectativas erradas. O PPG7 não foi pensado para resolver os problemas ambientais da região. São projetos pilotos, de pequena escala, com o objetivo de gerar insumos para políticas públicas", diz a coordenadora do PPG7, Nazaré Soares.

Na avaliação do governo, o programa obteve resultados importantes em áreas como a demarcação de reservas e áreas indígenas, onde 49 milhões de hectares foram demarcados e 101 terras indígenas homologadas com recursos de doadores.

Além disso, as experiências do projeto piloto de manejo florestal serviram de base para a legislação que trata do assunto. Soares cita o financiamento aos Estados para a criação dos órgãos de controle ambiental como um projeto de sucesso.

Novo programa - O governo se prepara para encerrar a maior parte dos projetos financiados pelos doadores internacionais no ano que vem. Está negociando com os governos de países como Alemanha, Japão e Inglaterra e com a União Européia para que direcionem as doações ao Programa Amazônia Sustentável.

Pelo novo formato, o Ministério do Meio Ambiente não será mais o responsável pelo repasse dos recursos. Definirá as políticas públicas e o dinheiro irá para o executor do projeto.

Um dos principais agentes do PPG7, o Banco Mundial reconhece que houve atraso na implementação do programa e diz que isso ocorreu porque, quando ele foi idealizado, o Ministério do Meio Ambiente estava sendo criado e muitos órgãos estaduais tinham acabado de ser montados".

O banco destaca que alguns de seus projetos tiveram êxito. Cita também a demarcação de terras indígenas e o apoio a cerca de 300 projetos de manejo comunitário de recursos naturais. Nas contas do banco, dos 23 projetos que monitorou do PPG7, envolvendo US\$ 125 milhões, cerca de US\$ 12 milhões foram devolvidos aos doadores.

Ministério tem R\$ 160 milhões para investir – Folha de São Paulo – Brasil – 30/06/2008

O Minc (Ministério do Meio Ambiente) tem R\$ 160 milhões para investir em regularização fundiária e criar reservas ambientais, mas enfrenta dificuldade para aplicar os recursos, arrecadados de empresas públicas e privadas obrigadas a recolhê-los para obter a licença de projetos danosos ao ambiente.

Esse dinheiro refere-se à compensação ambiental e até abril equivalia a 0,5% do valor total da obra. Uma decisão do STF suspendeu a aplicação automática desse percentual e determinou a criação de uma metodologia para taxar cada projeto individualmente. Após a medida, o Instituto Chico Mendes, responsável pelo uso dos recursos, deixou de cobrar a compensação.

O ministro Carlos Minc (Minc) está de olho nesses recursos e no mecanismo da compensação ambiental para acelerar as licenças. O Minc sabe que há atualmente um potencial para arrecadar ao menos mais R\$ 254 milhões após aprovação da nova metodologia de cálculo. A explicação para a demora na aplicação dos recursos é que a maior parte tem de ser destinada para regularização fundiária, processo considerado complexo e lento.

Brasil "precisa de ajuda" contra desmate – Afra Balzina – Folha de São Paulo – Ciência – 30/06/2008

Ex-premiê britânico Tony Blair diz que a comunidade internacional precisa apoiar o país na conservação da Amazônia -Parlamentares do G8+5 recomendam mecanismo de mercado para carbono de floresta em pé, mas não mencionam biocombustível

O ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair defendeu o álcool de cana na reunião de parlamentares do G8+5 (as oito maiores potências do mundo e os cinco grandes países emergentes, entre eles o Brasil), que trata de aquecimento global, em Tóquio. E opinou que, apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrar seu esforço em proteger a Amazônia, o aumento do desmatamento indica que o Brasil precisa da ajuda de outros países no combate à destruição da floresta.

A fala de Blair ocorreu no mesmo dia em que o fórum parlamentar fechou um documento de recomendações aos líderes do G8+5 pedindo mecanismos de mercado para as emissões de CO2 evitadas pela floresta em pé. O Brasil é contra tais mecanismos, tendo criado um fundo voluntário para que nações ricas recompensem o país pela redução no desmate -o Fundo Amazônia.

Questionado pela Folha sobre o aumento do desmatamento na Amazônia nos últimos meses, ele respondeu que "o presidente Lula está mostrando liderança nessa questão, mas é importante que a comunidade internacional dê apoio ao Brasil para conter a devastação da floresta".

O ex-premiê, que virou uma espécie de lobista do tema mudança climática, entregou na sexta-feira um documento ao premiê japonês, Yasuo Fukuda, sugerindo como avançar nas negociações do regime de combate ao aquecimento global após 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto.

Em seu discurso ontem, ele ressaltou que, como o desmatamento representa 20% das emissões globais, são necessários fundos e programas específicos para tratar a questão. O documento de consenso dos parlamentares do G8+5 cita as ações contra o desmatamento como "essenciais" nos acordos pós-Kyoto.

Segundo o documento, os países com florestas tropicais têm muito a ganhar dos potenciais mecanismos de mercado que transfiram fundos pela manutenção da floresta em pé.

"Tais mecanismos de mercado devem ser uma parte de uma abordagem mais ampla para o desenvolvimento de um pagamento por serviços de ecossistema", diz o relatório. O material de consenso será entregue hoje a Fukuda, para ser levado à reunião do G8 em Hokkaido no próximo dia 7. Segundo participantes ouvidos pela reportagem, a discussão sobre os biocombustíveis ainda não é considerada madura o suficiente para integrar um documento desse tipo.

Como metas de longo prazo, os parlamentares concordam em redução de emissões entre 25% e 40% (em relação a 1990) até 2020 e de ao menos 60% a 80% de redução até 2050. "Metas duras criam demanda no mercado de carbono, promovendo incentivo para inovação e investimento em fontes de energia com baixa produção de carbono", diz o texto.

Certificação - Os parlamentares do G8+5 têm grupos de trabalhos sobre biocombustíveis, desmatamento ilegal, eficiência, adaptação, e tecnologia.

O grupo de biocombustíveis, liderado pelo deputado brasileiro Antonio Palocci, propõe a criação de uma certificação única. A certificação deveria levar em conta todo o ciclo de redução de emissão de CO2 comparado com os combustíveis fósseis. Outro item seria não usar terra com florestas e "grande biodiversidade" para a produção de biocombustíveis.

Recomenda-se também a revisão de subsídios no setor. Otaviano Canuto, vice-presidente para países do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), afirma que o banco iniciará um projeto-piloto com a criação de critérios de certificação do etanol da cana.

Depois, o modelo poderá ser seguido para outros tipos de biocombustíveis. De forma genérica, os parlamentares sugerem que os países do G8 desenvolvam opções de financiamento do manejo de florestas baseado no pagamento de serviços florestais.

O candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos, John McCain, repetiu o discurso do atual presidente George W. Bush e seu partido, o Republicano, ao cobrar compromisso da China e da Índia, principalmente, no combate às mudanças climáticas e na redução das emissões de dióxido de carbono. Mas avançou em relação a Bush ao manifestar desapontamento pelo fato de o Senado não ter aprovado, no início deste mês, um projeto de lei que estabelece um programa de créditos de carbono.

Ele e o democrata Barack Obama participaram "virtualmente" da reunião dos parlamentares do G8+5 no sábado, em Tóquio. "Se vamos estabelecer protocolos ambientais significativos, então eles devem incluir as duas nações, China e Índia, que têm o potencial para poluir o ar mais rápido e em volume anual superior a qualquer nação na história", afirmou McCain em um vídeo.

Além disso, ressaltou que estava desapontado "pelo fato de o Senado dos EUA não ter conseguido fazer mais progresso na legislação de créditos de carbono". O projeto de lei que estabelecia limite e comércio de emissões foi barrado pelos senadores republicanos.

Já Obama, que até o último momento não iria participar do evento, acabou mandando um discurso de última hora, que foi lido por Elliot Morley, presidente da Globe International (Organização Global de Legisladores por um Meio Ambiente Equilibrado). Antes de o texto chegar, a idéia da organização era exibir um vídeo do senador democrata John Kerry.

Alegando ignorância - O discurso de Obama se ateve à responsabilidade dos Estados Unidos na questão e à necessidade de promover uma cooperação internacional para combater o aquecimento global.

McCain, por outro lado, ressaltou que China, Índia, Brasil, México e África do Sul estão entre os que mais contribuem para o aquecimento global hoje.

E justificou a poluição causada dos países desenvolvidos no passado. "Mas também devemos reconhecer que fizemos a maior parte das nossas contribuições para o aquecimento global antes de qualquer um saber sobre o assunto", disse.

Segundo o republicano, "nenhuma nação deve ser dispensada da sua obrigação e menos ainda devemos abrir exceções para justamente os países que estão acelerando as emissões de carbono enquanto o resto de nós tenta reduzir as emissões".

Obama, por sua vez, garantiu que irá "virar a página sobre políticas domésticas fracassadas que mantiveram a nossa dependência aos combustíveis de carbono". "Eles [cientistas] fizeram um magnífico trabalho de identificar as causas, os processos e os impactos da mudança climática global, mas cabe agora a nós responder na mesma medida", ressaltou. **(AB)**

MDS expande serviços nos Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA - 30/06/2008

Com o objetivo de ampliar o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) inicia, em junho de 2008, o repasse de recursos para a expansão de serviços socioassistenciais em municípios que integram o Programa Territórios da Cidadania, de iniciativa do Governo Federal. O total do investimento mensal é de R\$ 1,02 milhão, que será destinado à implementação do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) – principal serviço dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – em 201 municípios. Os recursos serão destinados também à implantação de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em mais 13 municípios.

As localidades contempladas com a expansão dos CRAS e CREAS foram selecionadas com base em alguns critérios, como o de estarem habilitadas nos níveis de gestão básica ou plena do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que ainda não recebam recursos do MDS. (Para acompanhar a implantação do PAIF e saber quais os procedimentos necessários para a organização dos municípios, [acesse aqui](#))

Os municípios que não aderiram ao SUAS não estão incluídos nessa expansão de 2008. A adesão significa habilitar-se nos níveis de gestão - inicial, básica, ou plena - instituídos na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Para a implantação do CRAS, o município tem que estar habilitado nos níveis de gestão básica ou plena. As informações sobre adesão ao SUAS e os requisitos, as responsabilidades e os incentivos que os municípios terão ao se organizarem desta forma podem ser acessadas no seguinte endereço http://www.mds.gov.br/suas/hotsuas/legislacao-1/cd-suas-vol-01/cd_paginas/cd_publicacoes/NOB_SUAS.pdf.

Localizados nas áreas mais vulneráveis das cidades, os CRAS são unidades públicas estatais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que recebem recursos do governo federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esses centros têm como objetivo a prevenção do risco social, a inclusão das famílias e dos cidadãos nas políticas públicas, na geração de oportunidades e na vida em comunidade. Atualmente, o MDS co-financia em todo o País 3.248 CRAS, distribuídos em 2.630 municípios. Com a expansão deste ano, passa a destinar recursos a mais 598 CRAS, totalizando 3.846. [Acesse aqui](#) a lista dos municípios para implementação dos CRAS a partir de julho de 2008.

Também unidades públicas estatais, os CREAS prestam serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários. Exemplo disso é o Serviço de Enfrentamento ao Abuso, à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Os serviços dos CREAS abrangem 1.107 municípios brasileiros. A previsão nacional é de 55.710 atendimentos/mês e o co-financiamento federal para esse número de atendimento é de quase R\$ 5 milhões/mensal. Para saber quais os 13 municípios que foram contemplados na expansão de 2008 para implementar os CREAS, [clique aqui](#).

Territórios da Cidadania - O Territórios da Cidadania é uma ação do Governo Federal que envolve 19 ministérios e órgãos públicos e tem como objetivo superar a pobreza no meio rural por intermédio do desenvolvimento regional, da melhoria da qualidade de vida e da garantia de direitos e cidadania. O programa atende a 958 municípios em 60 territórios do País. A expansão de CRAS e CREAS em regiões do Territórios da Cidadania é parte do compromisso assumido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Sistema Único - Criado em julho de 2005, o Sistema Único de Assistência Social é o novo modelo de gestão da política pública de assistência social no Brasil, que reorganiza os serviços socioassistenciais, agiliza os repasses dos recursos federais, respeita as realidades e especificidades locais – levando-se em conta as necessidades específicas de cada município – e coloca a família como centro desse setor. O SUAS é a forma de operacionalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que viabiliza o sistema descentralizado e participativo e a sua regulação em todo o território nacional.

Dentre os programas de responsabilidade do MDS no Territórios da Cidadania, estão as ações socioeducativas e de convivência para crianças e adolescentes em situação de trabalho, o Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC) às pessoas com deficiência e às pessoas idosas e o Programa de Atenção Integral à Família. Também abrangem o programa de transferência condicionada de renda o Bolsa Família, a construção de cisternas para armazenamento de água com a finalidade consumo e produção de alimentos, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

op
pa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

